

000291

FIGURA DE QUALIFICAÇÃO

EM NOME DOS PAIS

NOME: MIRIAM AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO
 CODINOME: "AMÉLIA"
 FILIAÇÃO: Uriel de Almeida Leitão
 Mariana Azevedo de Almeida Leitão
 DATA DE NASCIMENTO: 07 de abril de 1953
 NATURALIDADE: Caratinga - MG
 ESTADO CIVIL: Solteira
 PROFISSÃO: Estudante do 1º Ano de Filosofia
 RESIDÊNCIA: Morro da Ponta Grande, nº - Vit
 OUTROS DADOS: Vive maritalmente com MARCELO A.
 Integrante do IC de B - Fac. d

MATHEUS LEITÃO

DATA: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____ PESQUISA: _____
 MIRIAM AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO
 Assinatura: *Miriam Azevedo de Almeida Leitão*
 MÃO ESQUERDA MÃO DIREITA POLEGARES

infiniseca

DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe X Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE X LIVROS:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [X Livros](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais

lutando por dinheiro e poder,
então nossa sociedade poderá
enfim evoluir a um novo nível."

000291

FICHA DE QUALIFICAÇÃO



Leitão



Leitão

NOME: MIRIAN AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO

CODINOME: "AMÉLIA"

FILIAÇÃO: Uriel de Almeida Leitão

Mariana Azevedo de Almeida Leitão

DATA DE NASCIMENTO: 07 de abril de 1953

NATALIDADE: Caratinga- MG

ESTADO CIVIL: Solteira

PROFISSÃO: Estudante do 1º Ano de Filosofia

RESIDÊNCIA: Morro da Ponta Grande, nº - Vitória-ES

OUTROS DADOS: Vive maritalmente com MARCELO ANGRIM NETO "MATEUS"
Integrante do PC do B - Fac. de Filosofia

Leitão

ESPÉCIE	DATA	CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO	EX. GERAL
NOME: MIRIAN AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO				
NATURA: <i>Mirian Azevedo de Almeida Leitão</i>				
MÃO ESQUERDA		MÃO DIREITA		

000288

ESPÍRITO SANTO

FICHA DE QUALIFICAÇÃO



Juliano



Juliano

NOME: MARCELO AMORIM NETO

CODINOME: "MATEUS"

FILIAÇÃO: Wolgano Neto

Maria da Natividade Amorim Neto

DATA DE NASCIMENTO: 06 de junho de 1950

NATURALIDADE: Vitória-ES

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

PROFISSÃO: Estudante do 4º Ano de Medicina

RESIDÊNCIA: Recadaria da Piedade, 49 - Vitória-ES

OUTROS DADOS: Vive maritalmente com MIRIAM AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO Integrante do CR do PC do B e militante de Base na Faculdade de Medicina.

Obs. Usa óculos de grau.

Juliano

ORIGEM	DATA	CLASSIFICADOR	PERÍODO	S. GERAL
MARCELO AMORIM NETO				
<input checked="" type="checkbox"/> MÃO ESQUERDA <i>Marcelo Amorim Neto</i>				
<input checked="" type="checkbox"/> MÃO DIREITA <i>RS</i>				
<input checked="" type="checkbox"/> MÃO ESQUERDA				
<input checked="" type="checkbox"/> MÃO DIREITA				

**EM NOME
DOS PAIS**
MATHEUS LEITÃO





intrinseca.com.br

MIRANDA

PRÊSO 1º VOLUME

19 73

JUSTIÇA MILITAR

1ª AUDITORIA DE AERONÁUTICA DA 1ª C. J. M.

N. 40/72

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PROTOCOLO N. 6766
Fls. N. _____
Em 11 de 11 de 1974

CONAUTI
um ano
JORGE
conde-
5, in-
um ano
O CALA
curso/

ESCRIVÃO

JUIZ AUDITOR

da 1ª
agosto
, JOSÉ
MARIA
LMEIDA
evisto
NPA RO
ALBAN
DIAS,
IZ CAR
s 14,
pre -
ANGELO
ALENA/
nava /
ONFIN/
9.
ino Mh
ra Bal
e Son-

Dr. ARINDO DE MATTOS

Dr. TEÓCRITO RODRIGUES DE MIRANDA

dos: 1) PCEDES DOS SANTOS, 2) JORGE LUIZ DE SOUZA, 3) ANTONIO WALTER MOURICHI, 4) JOSE
FRANCISCO NETTO, 5) OLNEI CAMPAINI ROBEIRA, 6) ANTONIO CARLOS DE CAMPOS, 7) DENIS
MACHINI BRAGA, 8) MARCELO AMORIM NETTO, 9) ADRIANO SIESTREAS, 10) GUSTAVO FERREIRA /
NETTO, 11) JOSÉ WILLIAM SARANDY, 12) ANGELA MILANEZ CASTANO, 13) MARIA ANI-
FERREIRA GAMA, 14) MIRIAM ALVES DE ALMEIDA NETTO, 15) SEBASTIÃO LIMA NAS-
NETTO, 16) JOAQUIM PATRÍCIO FILHO, 17) HERMINIO ANGELO NATALI, 18) ELIZABETH SANTOS
NETTO, 19) MARIA MAGDALENA FRECHIANI, 20) LUZIMAR NEVES DE DIAS, 21) GUILHERME LARA
NETTO, 22) MARCUS LIRA BRANDÃO, 23) LUIZ CARLOS GARCIA GENTIL, 24) CARLOS ALBERTO CO-
NETTO, 25) IRAN CASTANO, 26) JOEL CALATOCHE, 27) JOSÉ MAURÍLIO PATRÍCIO
NETTO, 28) UVENILDO UBALDO BONFIM.

Os: 1º, 2º, 3º, 4º, 7º, 8º, 10º, 15º, 14º, 15º e 25 acusados incurriram nos arts 14 e 45
incisos I e II; 5º, 6º, 9º, 11º, 12º, 20º, 21º, 22º e 23º acusados nos arts 14 e 45
inciso I; 18º acusado nos arts 14 e 45 inciso II; 17º, 18º, 19º, 24, 26, 27 e 28º
acusados no artigo 14, tudo do Decreto-lei nº 898/29.09.69.

AUTUAÇÃO

Acc. N. O. V. E dias do mês de ABRIL do ano de
noventa e SETENTA E TRÊS, nesta cidade do Rio de Janeiro,
Estado da Guanabara, em meu cartório, autuo o INQUÉRITO POLICIAL MILITAR
em alidade se segue; do que, para constar, lavro este termo.

José Teóclito Rodrigues de Miranda
Escrivão

PARA MARCELO E MÍRIAM.
PARA A GERAÇÃO DE MEUS PAIS.

[...]

ASSIM VI A FEDERICO
ENTRE DOIS CANOS DE ARMA
A FITAR-ME ESTRANHAMENTE
COMO QUERENDO FALAR-ME.
HOJE SEI QUE TEVE MEDO
DIANTE DO INESPERADO
E FOI MAIOR SEU MARTÍRIO
DO QUE A TORTURA DA CARNE.
HOJE SEI QUE TEVE MEDO
MAS SEI QUE NÃO FOI COVARDE
PELA CURIOSA MANEIRA
COM QUE DE LONGE ME OLHAVA
COMO QUEM ME DIZ: A MORTE
É SEMPRE DESAGRADÁVEL
MAS ANTES MORRER CIENTE
DO QUE VIVER ENGANADO.

[...]

TRECHO DE "A MORTE DE MADRUGADA", DE VINICIUS DE MORAES
HOMENAGEM AO POETA FEDERICO GARCÍA LORCA

000075

MANDADO DE PRISÃO

JOSÉ MARIA ALVES PEREIRA, Major, Encarregado do IPM instaurado por determinação do Senhor Tenente Coronel Comandante do 3º Batalhão de Caçadores, conforme Portaria nº 01/72, nos / termos do artigo 59 e seus parágrafos do Dec-Lei nº 898, de 29 Set 69- LEI DE SEGURANÇA / NACIONAL, combinado com o artigo 225, do Código de Processo Penal Militar,

MANDA à Divisão de Polícia Federal a quem for este apresentado, indo / por mim assinado, que em seu cumprimento, prenda e recolha ao 3º Batalhão de Caçadores, a indicada MIRIAM AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO, filha de Uriel de Almeida Leitão e de Mariana Azevedo de Almeida Leitão, nascida em 07 de abril de 1953, natural do Estado de Minas Gerais, por / 30 (trinta) dias, durante as investigações policiais, pela prática de atividades subversivas ligadas à organização Partido Comunista do Brasil (Pc do B), estando sujeita, pois, às sanções da Lei de Segurança / Nacional. O que se cumpra sob as penas da Lei. Vila Velha, ES, em 30 de novembro de 1.972. EU *Daniilo Junger Goulart* DANILO JUNGER GOULART, 2º Sargento, servindo de Escrivão, o escrevi.

José Maria Alves Pereira
JOSE MARIA ALVES PEREIRA-Major,
Encarregado do IPM.- *Cuc IPM*

Recebi uma das vias

Em 03 de Set de 1972

Miriam Azevedo de Almeida
Indicada

SUMÁRIO

FOLHA DE ROSTO
MÍDIAS SOCIAIS
DEDICATÓRIA
EPÍGRAFE
APRESENTAÇÃO

PARTE 1

1. *MATEUS*
2. PEITO DE POMBO
3. O TEMPO DA RADICALIZAÇÃO
4. A REORGANIZAÇÃO DA LUTA ESQUERDISTA
5. E AGORA, *ZÉ*, ONDE VOCÊ ESTÁ?
6. O AMOR EM TEMPOS DE GUERRILHA
7. SEGUINDO RASTROS NO ARAGUAIA
8. PESADELO
9. ARQUIVO Nº 40.640
10. XADREZ IMAGINÁRIO
11. O DEDO-DURO ESTAVA TRANQUILO
12. "TORTURADO ANTES DE NASCER"
13. ERA TEMPO DE ACORDAR
14. A FOGUEIRA NA NOITE DO MORRO
15. PRISÃO A CAMINHO DO MAR
16. RONDA NOTURNA PELO PASSADO
17. "LIBERDADE, ONDE TÁ OCÊ, LIBERDADE?"
18. O MEU 3 DE DEZEMBRO
19. A OVELHA SEGUE O PASTOR
20. FRENTE A FRENTE COM O DELATOR
21. "EU JÁ ESTAVA TE ESPERANDO"
22. MATERIALISMO E FÉ
23. "JESUS WALKS"
24. "ISSO NÃO É CÂNCER"
25. UMA INESPERADA FESTA NO FORTE
26. "JAMAIS CEAREI NESTA MESA"

PARTE 2

27. TEATRO DE HORRORES

28. FELICIDADE CONTRA TODAS AS PREVISÕES
29. A TORTURA, A ANGÚSTIA E AS AMEAÇAS DE MORTE
30. A FUGA NUM FUSCA AMARELO
31. MINISTRO DO EVANGELHO
32. VOCÊ MATARÁ MEUS FILHOS?
33. NO AR RAREFEITO
34. NOVE MESES NUMA SOLITÁRIA DA VILA MILITAR
35. GREVE DE FOME DE QUATRO DIAS
36. O REENCONTRO ENTRE A VÍTIMA E O ALGOZ
37. EM BUSCA DO CAPITÃO GUILHERME
38. "ESSA AVENTURA PODE SER ÚTIL PARA VOCÊ"
39. "TERRORISTA VAI CASAR NA PRISÃO"
40. "QUAL É A PRÓXIMA TAREFA?"
41. O PONTO DE VISTA É FUNDAMENTAL
42. HOTEL DE TRÂNSITO
43. GRAVIDEZ INTERROMPIDA
44. O ENCONTRO CLANDESTINO EM MINAS
45. "É ESSE FILHO DA MÃE MESMO"
46. O EXÉRCITO SABIA
47. O SILÊNCIO DO CAPITÃO
48. O AMOR DE UM FILHO PELO PAI

PARTE 3

49. "AFASTA DE MIM ESTE CÁLICE"
50. "ELES CHAMAVAM ATÉ DE MADRUGADA"
51. FALTA INSTITUCIONALIZADA DE MEMÓRIA
52. "PARA SER CURADOR EU TERIA QUE TER ASSINADO"
53. A BATIDA DO CARRO E O UNIVERSO INVISÍVEL
54. FRENTE A FRENTE COM O CURADOR
55. "É, ESTÁ ESTRANHO. DEVERIA SER UM CORONEL"
56. A PROVA NOS AUTOS: OS RÉUS ACUSAM
57. FRENTE A FRENTE COM O TORTURADOR
58. UMA NOITE INTERMINÁVEL
59. "MEUS PAIS MILITARAM CONTRA A DITADURA COMUNISTA"
60. EM BUSCA DO DIÁLOGO
61. "MATHEUS? EU SOU GUILHERME"

OLHAR DO TEMPO

NÃO AGRADECIMENTO

AGRADECIMENTOS

CRÉDITOS DE OBRAS CITADAS

CRÉDITOS

CRÉDITOS DE IMAGENS

SOBRE O AUTOR

LEIA TAMBÉM

VOTE NULO
ABRIXO ADITADURA

APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado de uma interminável espera, de uma busca insistente e de uma difícil viagem ao passado dos meus pais e do Brasil. Desse esforço nasceu uma reportagem postada em 2015 no site Brio, no qual se testou um formato de texto longo entremeado por vídeos e fotos. Aqui apresento mais do que a reportagem porque minhas buscas não cessaram após sua publicação. Assim, o texto foi ampliado, com novos desdobramentos e novas descobertas sobre esse passado vivido em meio à Guerra Fria e à ditadura militar brasileira.

O fio condutor compreende o meu entendimento da prisão e da tortura sofridas por meus pais, a angústia que isso me provocou, a procura por documentos oficiais e a investigação, até encontrar aquele que os delatou aos militares. Narro também a visita que fiz a um dos locais em que meu pai esteve preso, na mesma época que minha mãe, e a árdua peregrinação atrás dos torturadores, a mais sofrida e fatigante. Por isso este livro está em primeira pessoa. É o relato da minha procura.

O sentimento que estive comigo durante toda a apuração foi o de tentar entender a geração que me antecedeu, suas aflições, seus erros e, ainda, o contexto em que essa luta se deu. Queria entender a violência do autoritarismo para “chegar a uma conciliação com a realidade”, como ensina a filósofa alemã Hannah Arendt no ensaio “Compreensão e política”. Compreender, diz, não significa, necessariamente, desculparmos qualquer ato, “mas nos reconciliarmos com o mundo em que essas coisas foram possíveis”.

Ao reconstituir a história dos meus pais, cresceu diante de mim o olhar perdido e aflito de um grupo de jovens prisioneiro na armadilha de um tempo de radicalização política no país. É uma viagem pessoal e familiar, mas, também, a de um cidadão brasileiro que nasceu quando a ditadura perdia a força e se preparava para

extinguir o AI-5, o golpe dentro do golpe, aceitando a Anistia feita sob o comando e o interesse dos militares.

A primeira lembrança política da minha vida, eu ainda pré-adolescente, com doze anos, já foi na democracia: uma mobilização durante a campanha para as eleições diretas à Presidência, em 1989, quando o “meu candidato”, digamos assim, não chegou ao segundo turno. Não vi a ditadura face a face, mas fui visitá-la várias vezes em apurações para reportagens que se tornaram frequentes na minha carreira de jornalista, em entrevistas com torturadores e torturados e, por fim, no mergulho do qual resultou este livro. Quero ressaltar, mais uma vez, que a perspectiva da minha lente é a de uma geração pós-ditadura mirando aquela que a viveu.

O resgate do passado é feito lentamente no Brasil e muitos fatos permanecem recobertos pelo silêncio forçado e irremissível das Forças Armadas. Nem a Comissão Nacional da Verdade — instalada pelo governo em 2012 para examinar as violações dos direitos humanos no âmbito político — conseguiu retirar completamente o véu que encobre os crimes da ditadura militar. O veto permanece e mostra a força da direita no Brasil, que, unida aos militares, tornou-se imbatível por vinte e um anos, de 1964 a 1985.

Apesar de agir nas sombras, essa força é perceptível ainda hoje, mesmo sem lentes, tanto tempo depois. Prova disso é que os papéis com as informações sobre os militantes mortos e desaparecidos nunca foram entregues a seus familiares por Exército, Marinha e Aeronáutica. Trata-se de uma musculatura violenta que vai além dos militares e se soma a uma parte da sociedade civil, incluindo empresários. Eles atuaram no maior *cover up* de crimes imprescritíveis e contra a humanidade no país, protegidos pelo muro de uma Anistia que deveria ter sido derrubado há anos. Pois, no Brasil, ela perdoou principalmente os militares. E eles se aferram a isso até o fim para evitar processos.

A dor da família dos que morreram é bem maior do que a da minha parentela. Meus pais sobreviveram, apesar de terem sido profundamente marcados. Aos que nos feriram, afirmo que só existe superação do erro quando há o reconhecimento, o pedido de desculpas e alguma consequência pelos atos praticados. Ainda hoje,

no entanto, os quartéis ensinam aos jovens militares uma versão daqueles anos distante da verdade.

Apesar de ser um não nascido quando tudo isso se passou, o reencontro com o passado ocorreu num presente em que tenho filhos, aos quais quero contar a história da geração dos seus avós. Escrevo para que meus filhos não se esqueçam da luta dos meus pais. Tento ser esse elo no tempo para que ela nunca se perca.

PARTE 1



Serviço Público Federal

000023

SECRET

-S.M.-

~~SECRET~~

AUTO DE APRESENTAÇÃO E APREENSÃO

Aos três dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Vitória/Espírito Santo e na sede da Divisão de Polícia Federal, perante o Doutor Ayrton Marques Mendes, Inspetor de Polícia Federal, comigo escrivão, ao final assinado, compareceu- SEBASTIÃO RODRIGUES DE BARROS, Agente Auxiliar de Polícia Federal, lotado nesta Divisão, e, em presença das testemunhas José Maria Beiriz e Jubal Nogueira, ambos lotados nesta D.P.F., apresentou o material subversivo abaixo discriminado, que foi arrecadado na residência do indivíduo MARCELO AMORIM NETO, no Morro da Piedade, sem número, nesta Capital, fato ocorrido no dia de hoje, às nove horas, em conformidade com o mandado de busca e apreensão retro: - (1) três exemplares do panfleto denominado: "A CLASSE OPERÁRIA", mimeografados, sendo um referente ao mês de agosto de 1972 e os outros dois referentes ao mês de outubro de 1972; - (2) vinte e oito panfletos, mimeografados, denominados: "A LUTA DO POVO", sendo doze referentes aos meses de agosto/setembro de 1972 e os demais referentes ao mês de outubro de 1972; - (3) sete exemplares de "O ESCUBÁPIO", sendo um, referente ao mês de setembro de 1971 e os demais referentes aos meses de agosto e setembro de 1972; - (4) seis panfletos, mimeografados, intitulados: " CARTA A UM DEPUTADO FEDERAL"; - (5) um livreto de capa grenat, intitulado: " GUERRA POPULAR, CAMINHO DA LUTA ARMADA NO BRASIL", contendo cinquenta e duas páginas; - (6) um livreto intitulado: " SOBRE A CONTRADIÇÃO", contendo quarenta e três páginas; - (7) um exemplar, mimeografado, do panfleto: " IMPULSIONAR E ELEVAR O NÍVEL DAS AÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL", numerado, de um a dez; - (8) um exemplar do panfleto, mimeografado, com o título: " SOBRE A DITADURA DEMOCRÁTICA POPULAR"; - (9) um exemplar do panfleto, mimeografado, intitulado: " PLATAFORMA REVOLUCIONÁRIA E ESTATUTOS DO PARTIDO", contendo vinte e três páginas; - (10) um exemplar do panfleto intitulado: "SOBRE A CONTRADIÇÃO" contendo quarenta e três páginas; - (11) um livreto com o seguinte título: " UNIÃO DOS BRASILEIROS PARA LIVRAR O PAIS DA CRISE, DA DITADURA E DA AMEAÇA NEOCOLONIALISTA", datado de junho de 1966, contendo setenta e três páginas; - (12) um exemplar do panfleto: " ESTUDAR EM MEMÓRIA DE NORMAN BETHUNE". - Nada mais havendo mandou a Autoridade encerrar o presente auto que,

1.

MATEUS

O ano era o de 1969. Mas o começo desta história só foi relatado vinte anos depois, em 1989, quando o Brasil se preparava para a primeira eleição presidencial direta pós-ditadura. Um pré-adolescente ouvia atento o pai descrever sua entrada, aos dezenove anos, na militância de um partido clandestino contrário ao regime militar. Era como se lutava contra a ditadura, às escondidas. Dessa primeira conversa, três palavras ficaram gravadas:

“Perseguição.”

“Prisão.”

“Porão.”

O menino que ouvia era eu, e o jovem que militava, cheio de ideais libertários, meu pai. Lembro-me vagamente do relato, feito no sofá de casa, em Brasília, após o jantar, entre livros e retratos que marcavam a história dele e de nossa família. Aos doze anos, palavras como aquelas me soavam estranhas, injustas, de certa forma etéreas. À época, eu nem sabia direito o que significavam. Mas começava a aprender sobre uma luta comovente de resistência contra um regime opressor que cerceava direitos civis. A palavra “tortura”, para mim o pior de todos os substantivos, não foi mencionada naquele dia.

Antes dessa conversa com meu pai, minha mãe fizera algumas menções à prisão de ambos, porém eu, por alguma razão, não registrara. Talvez porque o assunto fosse pesado demais para uma criança, talvez porque até então ninguém houvesse parado para me contar os fatos com a profundidade e a solenidade que percebi naquele momento. A verdade sobre os pais, a que todo filho procura saber, estava apenas começando a surgir... Imponente, misteriosa e instigante. Nesse dia, do nada ele decidiu me contar aquilo.

Antigo presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Vitória, meu pai, Marcelo Amorim Netto, tinha uma pequena careca e um cabelo ralo no centro da cabeça quando contou aquela história, aos trinta e nove anos. Parecia distante daquele jovem cabeludo, baixo, queimado de sol e com o corpo definido pela natação que tivera destaque no movimento estudantil capixaba.

No final dos anos 1960, as universidades brasileiras eram foco de resistência política em um ambiente disputado por organizações radicais de esquerda, na busca de novos braços para uma guerra extremamente desigual contra o regime militar. Mas, no dia 13 de dezembro de 1968, o governo baixou o Ato Institucional número 5, o AI-5, e o regime entrou em seu período mais opressivo. De 1969 em diante, torturaria mais, mataria mais. Não era hora de se opor a ele.

Em certa noite daquele 1969, oito anos antes do meu nascimento, o jovem Marcelo, apreensivo e tenso, andava pelas ruas de Vitória para o seu primeiro encontro com o chefe local do Partido Comunista do Brasil, o PCDOB. Esse chefe era um líder operário, e essa expressão soava mágica para os estudantes, mesmo os de classe média baixa, caso de Marcelo. Ser operário representava autoridade. Afinal, a ideia era inverter a ordem na sociedade de classes e construir um governo do proletariado. Objetivo número um do comunismo.

Foi nessa primeira conversa com meu pai que ouvi o nome desse líder. Um som que logo atçou minha curiosidade, por sua composição única, sonora e estranha. O nome poderia ser árabe, ou lembrava a pronúncia de latim. Parecia também outra coisa, talvez um palavrão. Lembro-me de repetir mais de uma vez e de checar para ter certeza de que meu pai acertara aquele somido. Mas estranho mesmo foi saber que o meu nome surgiu de uma escolha desse líder operário durante uma conversa em um “ponto” — como eram chamados os encontros secretos dos esquerdistas contrários à ditadura.

— Seu codinome, então, será *Mateus* — comunicou o dirigente ao meu pai, fazendo o seu batismo comunista.

Mateus? O nome de guerra do meu pai, o nome pelo qual ele se tornaria conhecido em sua luta seria *Mateus?* O meu nome? Enganchou. A história fisgou o meu interesse como um peixe que morde a isca e não consegue livrar-se do anzol, bem enfiado, por dentro, até o lado de fora de sua boca. Eu poderia lutar, me debater, mover-me para um lado ou para outro. Mas ela sempre estaria lá, a história. E com ela aquele nome esquisito do chefe local do PCDob.

Tudo começou naquela caminhada de meu pai ao encontro desse líder operário. Ouvindo Marcelo, eu me sentia como se estivesse sendo arrastado por uma linha tênue, porém tensa, entre a minha própria história e a dos meus pais. Ou essa seria também a minha história, de certa forma? O peixe, no caso eu, teve sua vida até os dias atuais influenciada por essa e outras conversas sobre a ditadura militar brasileira. A linha condutora parecia ser a que segurava a isca com aquele estranho nome, que acertou o meu corpo e puxou-me ao passado dos meus.

2.

PEITO DE POMBO

Meus pais sempre foram discretos, fechados e de poucas palavras sobre o que se passou com eles na ditadura. Não havia respostas fáceis. Vez ou outra, surgiam pistas. Lembro-me de um dia questionar minha mãe, a jornalista Míriam Leitão, sobre a origem do meu nome. Míriam contou, com olhos alegres e orgulho, que, no dia em que nasci, Marcelo perguntou:

— Qual será o nome?

— Matheus, claro — ela respondeu.

O nome de batismo só foi decidido ali, e com um *h* a mais, quando ele me segurou nos braços pela primeira vez. Não houve dúvidas ou discussões. Pareceu óbvia ao meu pai a escolha daquele codinome que sempre estivera entre eles.

Apenas quinze dias depois de nascido, sofri a primeira crise respiratória. A asma resistente não me largou por muito tempo. Quando criança, tomei algumas vezes injeção de adrenalina ao entrar com crises agudas nas emergências de hospitais. Sou capaz de passar um dia inteiro calado, sem soltar uma única frase. A minha respiração basta. Falo disso por um motivo. Já na adolescência, quando ela me atacava — o que acontecia mês sim e outro também —, eu pensava na falta de ar que meus pais devem ter sentido na prisão. Pensava neles presos, jovens, desamparados, totalmente dominados pelos militares. A asma só foi embora quando eu tinha vinte anos, mas deixou como sequelas um “peito de pombo” e um andar um pouco curvado.

Durante todos esses anos, o tema ditadura e as mazelas que meus pais sofreram eram trazidos à tona somente quando eu perguntava. Confesso que não entendia o motivo para tanto segredo, tanto silêncio. Aprendi devagar: era mais circunspeção que sigilo. Aos poucos, todavia, as informações foram surgindo. Meu

tio Márcio, irmão de meu pai, me contou certa vez que um dia o encontrou muito deprimido na prisão, pensando em se matar.

A assustadora palavra “tortura”, que o levava a pensamento tão desesperado, foi a última a aparecer nesses momentos em que eu colhia retalhos do passado. Mas surgiu, tanto em diálogos com familiares como em conversas reservadas com minha mãe, ou com meu pai, em ocasiões distintas. Transformei aquilo no meu quebra-cabeça particular, no qual cada peça era revelada aos poucos.

Tapas, cachorros ferozes, cobras em quartos escuros, assédio sexual contra minha mãe grávida, passeios noturnos sem saber para onde, ameaças de estupro e morte...

— Eu posso te matar, sabia? — disse um militar de olhos azuis com o revólver apontado contra a cabeça da jovem Míriam, de dezenove anos.

— Sim, você pode — respondeu ela, mas não houve o tiro.

Aquela foi uma das cenas que ela guardou para sempre porque foi quando entendeu pela primeira vez — haveria outros momentos assim — que a vida na época estava por um fio. De pé, no corredor central do quartel onde ficou presa, Míriam aguardava para entrar em uma das salas de interrogatório. O oficial chegou, sacou a arma e, subitamente, colocou o cano em sua frente. Diante do que ele havia dito, ela o olhou. Gravou os olhos azuis e a frieza daquele homem — nunca identificado. E se sentiu muito só. Descobriu de forma profunda que se ele apertasse o gatilho bastava depois desaparecer com o corpo dela ou inventar a versão do “resistiu à prisão”. Quando ela disse “sim, você pode”, era isso mesmo que queria dizer. O militar tinha esse poder, porque numa ditadura é assim. Os dois sustentaram o olhar por um tempo indefinível. Ele abaixou a arma e saiu.

Meus pais foram presos juntos, em Vitória, no dia 3 de dezembro de 1972. Socos, chutes, porradas, roleta-russa. Após cerca de três meses, Marcelo foi levado clandestinamente da prisão no 38º Batalhão de Infantaria, em Vila Velha, na Região Metropolitana de Vitória, para outra prisão, no Rio de Janeiro, algemado como

caranguejo, com pernas e braços enganchados nos dos companheiros, um de cada lado.

No Rio, ele não ficou em uma prisão qualquer, onde abusos praticados na carceragem pudessem passar despercebidos por descuido das autoridades locais. Marcelo foi confinado no 57^o Batalhão de Infantaria Motorizado — Regimento Escola de Infantaria (REI), localizado em Deodoro, na Vila Militar, simplesmente o maior quartelamento da América Latina. Ao todo ficou encarcerado no REI por quase dez meses, sendo que a maior parte do tempo — cerca de nove meses — em um cubículo de dois metros por dois, onde cabiam a cama e um vaso sanitário no chão que se usa agachado, o “boi”. Sobrava um pedacinho de espaço, no qual procurava fazer exercícios regularmente para manter alguma rotina. Ficou sem banho de sol, sem nada para ler, sem conversar, com visitas de apenas meia hora por semana — ou nem isso, porque às vezes ninguém da família podia viajar até o Rio. Houve períodos em que pensou estar doido.

Num dado momento, meu pai fez greve de fome, e só assim conseguiu ter acesso ao censurado Caderno B, o suplemento de cultura do *Jornal do Brasil*, e a um aparelho de rádio. Lendo o jornal remendado e ouvindo o rádio, tentou sobreviver. Ele tinha vinte e dois anos quando foi preso.

Marcelo é mais fechado do que minha mãe sobre esse tempo. Com esforço, arranquei dele os detalhes dessa viagem para o Rio. Ele foi com os olhos vendados. Viajou metade de um dia, uma sexta-feira, o tempo todo sem saber para onde. O comboio militar deixou Vila Velha em alta velocidade e fortemente armado. Meu pai estava no banco de trás. Viajava no meio, preso a Jorge Luiz de Souza, o *Onofre*, e a Gustavo Pereira do Vale Neto, o *Ernesto*, companheiros de faculdade, igualmente enquadrados como subversivos pelos militares. O companheiro Adriano Sisternas, o *Bento*, também estava no comboio. Cabos e sargentos armados com metralhadoras e revólveres estavam na frota formada por Veraneios usadas pela repressão. Tudo feito de surpresa. Um dia, sem informação prévia e sem avisar às famílias, tiraram os jovens das celas, no Espírito

Santo, e saíram para um percurso de aproximadamente quinhentos quilômetros.

No meio da viagem, uma encenação macabra. Os militares pararam os carros no acostamento. Puxaram os prisioneiros para fora e andaram com eles uns dez passos para dentro da mata. Quando retiraram suas vendas, eles viram apenas metralhadoras perto de seus rostos e pensaram o pior. Mas não era um fuzilamento. Era apenas uma parada para uma ida ao banheiro. Naqueles minutos, eles tremeram.

Ao chegar ao Rio, o grupo foi levado para as solitárias da Polícia do Exército da Vila Militar, onde presos políticos eram torturados e encaminhados para uma espécie de "geladeira", conforme era chamada por eles a cela ladrilhada, sem quina, arredondada. Não havia pia, somente o "boi", de onde também tiravam água para beber. Marcelo e Gustavo foram jogados na "geladeira" sem as roupas, somente de cuecas. De noite, para amenizar o frio, eles se abraçavam para dormir. A porta da "geladeira" era de folha de flandres, uma espécie de chapa laminada de aço, ferro e estanho que ia quase até o teto.

Durante toda a madrugada, naquele fim de semana, quando os quartéis têm o expediente restrito, os dois sofreram ainda uma espécie diferente de tortura: a sonora. Os militares davam pancadas na porta para que as placas de metal reverberassem internamente na "geladeira". À noite, era comum ouvirem gritos de dor que depreendiam partir de outros presos sendo torturados.

Como meu pai, Jorge Luiz, Gustavo do Vale e Adriano Sisternas faziam parte do Comitê Regional do PCDOB no Espírito Santo e seriam, posteriormente, condenados a pouco mais de um ano de prisão. Marcelo, quartanista de Medicina, seria expulso da faculdade. A ditadura interrompeu seu projeto de ser médico, mas meu pai se realizou na profissão de jornalista. Jorge Luiz, que, ao ser preso, colaria grau em Economia em três dias, também abraçou o jornalismo. Extremamente magro, Gustavo suportou com dificuldade o tempo de prisão e, depois, teve que travar uma dura batalha para voltar a estudar e se tornar médico. O que fez com sucesso. Sisternas enfrentou a mesma luta para se formar em Engenharia na

Ufes. Exerceu a profissão a vida inteira e deu aulas por alguns anos na própria universidade.

Este relato parece desorganizado no tempo. Mas foi assim mesmo que essas lembranças me foram descritas. Eu colhia retalhos daqui e dali. Não havia retratos arrumados de forma linear, apenas histórias dos pais contadas a um filho curioso e perguntador.

3.

O TEMPO DA RADICALIZAÇÃO

Um punhado de estudantes universitários, num estado pequeno, ainda que geográfica e estrategicamente bem localizado, fez um razoável barulho afrontando o regime militar na virada dos anos 1960 para os 70. Vista hoje, essa história não tem importância. Contudo, vivida, impactou e perturbou os militares. E foi fundamental nos desdobramentos que resultaram no seu triunfo sobre a esquerda brasileira. Meus pais integravam esse grupo de jovens. Para entender melhor esse tempo, resolvi percorrer os caminhos que levaram Marcelo e Míriam a arriscar o futuro de suas vidas em uma luta na qual não tinham a mínima chance de vitória. Contar uma história pode ser, às vezes, uma forma de falar de muitas outras.

Naquela época a esquerda estava sendo devastada. O AI-5, assinado pelo general e ditador Arthur da Costa e Silva, suspendeu garantias constitucionais e deu ao regime poderes excepcionais para perseguir todos os que fossem considerados subversivos. O Congresso Nacional, por exemplo, poderia de repente ser fechado, o que de fato aconteceu. Parlamentares poderiam ter seus mandatos cassados, o que também aconteceu. O pedido de *habeas corpus* ficou proibido para o que se definia como crime político — um vago conceito que significava o que o governo quisesse. Os direitos políticos do cidadão poderiam ser suspensos por até dez anos. Podia-se entrar na casa de qualquer família a qualquer hora e prender sem mandado. Com esse guarda-chuva, que instituiu uma severa censura prévia aos meios de comunicação, os militares faziam o que bem entendiam com os que questionavam o regime: prendiam, torturavam, matavam e desapareciam com os corpos.

O ano em que meus pais foram presos — 1972 — foi um marco nesse aniquilamento da esquerda, particularmente da ala armada. O

processo piorou justamente com a edição do AI-5. As manifestações populares, exuberantes até então, desapareceram. A União Nacional dos Estudantes, a UNE, tornada ilegal em 1964, acabara de ser destruída. Seus líderes foram presos, alguns assassinados; outros viraram fugitivos. Uma ação nacional violenta levou à prisão de militantes de tendências variadas, à desistência de outros tantos e à fuga para o exterior de dirigentes de organizações e de opositores em geral.

Os que ficaram no Brasil e prosseguiram na luta entraram na clandestinidade. A esquerda se radicalizou. Aumentaram os assaltos a banco e os sequestros para financiar os movimentos e libertar prisioneiros. Entre 1969 e 1970, os militares acabaram acutando e dominando as vozes dissonantes. E, por causa da censura, poucos tinham conhecimento do que se passava no país. Assim, pouca gente sabia que, inspirado no exemplo chinês de guerra popular prolongada, o PCDOB, associado à Ação Popular — organização ligada à esquerda da Igreja católica em meados dos anos 1960 —, resolveu montar um foco de resistência rural que ficaria conhecido como Guerrilha do Araguaia. Militantes começaram a ser enviados para a mata ao longo do rio Araguaia, nas divisas dos estados de Goiás (numa área que hoje é o estado de Tocantins), Maranhão e Pará, perto de uma região da selva amazônica chamada Bico do Papagaio.

Nesse ambiente, um trabalho de formiga teve início em Vitória. A Faculdade de Medicina da Ufes tinha uma tradição de militância anterior ao AI-5, mas também ali a esquerda, sempre muito forte na organização estudantil, fora dizimada. Como que saindo das cinzas, porém, alguns remanescentes do PCDOB teimaram em se reorganizar.

Dirigente regional do PCDOB, o estudante Iran Caetano, único a escapar da repressão na faculdade, tinha disposição para a briga. Naquele início de 1969, ele viu em meu pai capacidade de liderança e coragem. A aproximação entre os dois se deu por meio de conversas políticas, leitura de textos e livros, até o fornecimento de informações sobre o partido e a maneira como este estava encarando a possibilidade de confronto com o regime. O PCDOB optava pela luta armada. E tentava organizar nas cidades

movimentos que apoiassem a guerrilha rural, que, em alguma hora, eles imaginavam, eclodiria no Araguaia.

Meu pai conta que não era comunista. Apenas naquele momento entrava em contato com a ideologia marxista-leninista e a tendência do partido, a maoista — corrente baseada nos ensinamentos de Mao Tse-tung, líder da Revolução Chinesa. Antes, meu pai havia sido apenas “massa”, como eram chamados os simpatizantes que atuavam de modo episódico, sem vínculos com uma organização. Participou de várias manifestações populares e estudantis antes do AI-5, mas não foi líder secundarista.

Com o recrudescimento do regime militar e o fim dos grandes protestos, principalmente os estudantis, meu pai se concentrou nos estudos e fez vestibular. Era um estudante de Medicina promissor, pensando em se formar em Saúde Pública ou Psiquiatria, quando teve essas conversas com Iran. Marcelo se convenceu, mesmo não sendo comunista ainda, de que a forma de luta escolhida pelo PCDOB era a melhor opção que se apresentava para enfrentar a ditadura. Quando Iran o convidou a entrar no partido e participar de um projeto de luta armada, ele aceitou. E passou a militar sob a tutela desse colega e do tal operário de nome esquisito que lhe daria o codinome de *Mateus*.

O PCDOB recomeçava praticamente do zero, num pequeno estado da Federação.

4.

A REORGANIZAÇÃO DA LUTA ESQUERDISTA

No início dos anos 1970, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Ufes quase não tinha mais relevância nas atividades escolares. Já batizado de *Mateus*, para efeito da luta clandestina, Marcelo arregaçou as mangas e passou a organizar reuniões com colegas, inicialmente da própria faculdade e depois de outras escolas. Discussões sobre livros, filmes e peças eram chamarizes para a aproximação e a cooptação de novos companheiros.

Aos poucos, a movimentação foi crescendo, particularmente no reduto de meu pai, eleito presidente do diretório, o que serviu de trampolim para um trabalho mais concreto de agitação de massa. Tinha início ali uma curta, pequena, mas intensa e rara luta contra a ditadura naquele momento da História brasileira. Era um pingo d'água no oceano, mas incomodava as autoridades locais e acabou tendo alguma repercussão, mesmo com a censura, nas esferas nacionais.

O jornal do grupo, *O Esculápio*, foi reativado e debates eram promovidos na biblioteca. Faziam-se também pequenas panfletagens com temas culturais engajados. Marcelo tentou envolver os estudantes em atividades sociais. Como monitor da cadeira de Medicina Preventiva e Saúde Pública, desenvolveu um programa de mapeamento e controle das famílias de favelas localizadas ao redor da faculdade e do Hospital das Clínicas. Os barracos eram visitados por estudantes, que faziam entrevistas e diagnósticos de doenças. Os casos mais sérios eram levados para o hospital. Alunos iniciantes subiam morros, identificavam os problemas e os encaminhavam aos mais adiantados, que já possuíam conhecimento de clínica médica.

Aquele era um tempo anterior ao Sistema Único de Saúde (sus). E se o sus, que tenta universalizar o direito a tratamento médico no Brasil, é até hoje tão insuficiente, imagine a demanda reprimida por atendimento naquele tempo. Assim, o Hospital das Clínicas passou a reclamar do peso das novas e informais responsabilidades. Repassou as queixas aos diretores da faculdade e surgiram os primeiros atritos dos estudantes, por meio do diretório, com a cúpula da instituição e, depois, com o Conselho Universitário. Logo, infiltrada por agentes e informantes do regime militar, a direção da universidade colocou o olho no diretório da Faculdade de Medicina e vieram as pressões para que o programa de atendimento às favelas fosse suspenso.

A mando dos militares, a Polícia Federal, que se tornara um dos braços armados do regime, passou a investigar o trabalho social promovido pelos universitários. Apesar da vigilância, esse pequeno foco de resistência continuou. Precipitados e radicais, alguns panfletos partidários passaram a circular nas favelas. O diretório tentava contagiar também outros centros acadêmicos. Nessa época, o ministro da Educação, o então tenente-coronel Jarbas Passarinho, implantava uma reforma universitária no país que reprimia radicalmente os movimentos dos estudantes.

No final de 1971, os líderes dos diretórios do Espírito Santo foram chamados para uma reunião com o ministro, em Brasília. Durante as catorze horas de viagem até lá, em ônibus da própria universidade, meu pai conseguiu elaborar e aprovar uma moção contra a reforma. Jarbas Passarinho e o reitor da Ufes, Máximo Borgo, não esperavam que houvesse moção num encontro que, aparentemente, seria de confraternização. Quando a reunião teve início, meu pai tomou a palavra e apresentou o documento. Passarinho levantou-se e, antes de sair da sala, declarou:

— Não dialogo com esquerdistas.



001122

Handwritten signature

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

D E C I S ã O - (c o n t i n u a ç ã o)

fls. 4

1º, combinado com o § 4º do Artigo 3º, todos do Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, aplico a pena de DESLIGAMENTO escolar, com a PROIBIÇÃO de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino, pelo prazo de três(3) anos, aos estudantes abaixo relacionados, pela prática das seguintes infrações disciplinares previstas no supra referido Artigo 1º(Decreto-lei nº 477/69):

1. MARCELO AMORIM NETTO - (Centro Bio-Médico) - incisos I, III e IV;
2. ADRIANO SISTERNAS - (Centro Tecnológico) - incisos III e IV;
3. GUSTAVO PEREIRA DO VALE NETO - (Centro / Bio-Médico) - incisos I, III e IV;
4. JORGE LUIZ DE SOUZA - (Centro de Ciências/Jurídicas e Econômicas) - incisos III e IV;
5. ANGELA MILANEZ CAETANO - (Centro de Estudos Gerais - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) - incisos I, III e IV;
6. IRAN CAETANO - (Centro Bio-Médico) - incisos I, III e IV;
7. JOSÉ WILLIAM SARANDY - (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas) - incisos III e IV.

7. Suspendo a aplicação da pena imposta ao estudante JORGE LUIZ DE SOUZA, por refugir aos objetivos insertos no Decreto-lei Nº 477/69, tendo em vista haver o megmo prestado exames, "concluindo, conseqüentemente, o Curso de Ciências Econômicas", não tendo apenas colado grau, como se desume do ofício constante de fls. 479, da direção daquela Unidade, não sendo, pois, de se lhe aplicar qualquer sanção disciplinar.

8. As provas dos autos me convencem de que não foi cometido qualquer tipo de infração quer pelo Decreto-lei

No dia seguinte, na edição de 10 de novembro de 1971, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria com o título “Universitários dão bombons a Passarinho e pedem que reabra os órgãos de classe”. Na página 15, o texto começava assim:

Brasília (Sucursal) — Após presentear o ministro Jarbas Passarinho com uma caixa de bombons, um grupo de universitários, por ele recebido ontem, entregou-lhe um documento onde pede a reabertura dos órgãos estudantis de todas as universidades do país, afirmando que “só eles realmente traduzem a opinião dos estudantes”.

No documento, os alunos fazem uma série de reivindicações ressaltando, no final, constituírem elas uma crítica construtiva não possível “em condições normais, em face da ação inibitória do Decreto-Lei 477 que pesa sobre o estudante”.

AS AUDIÊNCIAS DO DIA

Pouco antes de conversar com esse grupo, formado por representantes de todas as faculdades da Universidade Federal do Espírito Santo, o ministro da Educação manteve um contato demorado com uma comissão de estudantes goianos, que desde a manhã haviam se postado na porta de entrada do MEC [...].

Era uma pequena demonstração da persistência estudantil. Meu pai não sabia, mas o Decreto-Lei nº 477, baixado em 26 de fevereiro de 1969 e citado na reportagem, ainda seria uma marca inesquecível em sua vida. O decreto punia duramente, com demissão ou expulsão sumária, estudantes, professores e funcionários de universidades flagrados em ações consideradas subversivas. (O Decreto-Lei nº 477 só seria banido pela Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979.)

Enquanto isso, em Caratinga, no leste de Minas Gerais, a apenas cinco horas de Vitória, minha mãe — uma menina magra, de cintura bem fina, bonita e de cabelos encaracolados — terminava o curso secundário imersa em leituras. Tinha dois anos e dez meses a

menos que meu pai. Sozinha, num pequeno quarto da casa de seus pais, lia intensamente. Alguns livros proibidos ou de reflexão política e sociológica eram conseguidos com os amigos mais próximos, Romário Schettino e Selma Senna. A mesma paixão pela leitura aproximou outros jovens. Eles se encontravam para debater o que liam e, mesmo sem estarem ligados a qualquer grupo formal, foram se “conscientizando”, como diziam, e se deram conta da realidade autoritária vivida no país. Decidiram fazer pequenas ações de protesto contra o regime, como pôr bandeiras vermelhas em pontos visíveis da cidade.

Apesar de não serem mais do que meia dúzia e não terem conexão partidária, acabaram sendo definidos pelo regime como o “Grupo Caratinga”, segundo documentos encontrados depois. Ao fim do ensino secundário, os amigos de minha mãe seguiram para Brasília, em busca de ensino superior. Ela buscava cursar faculdade no Espírito Santo, onde um amigo, Gustavo do Vale, dizia que havia um grupo decidido a lutar contra o regime. Gustavo é aquele que, depois, viajaria com meu pai, algemado como caranguejo, e dormiria abraçado com ele na “geladeira” da Polícia do Exército, no Rio. Coincidentemente, Gustavo nascera em Caratinga e percorrera o mesmo caminho de minha mãe até Vitória também com a finalidade de estudar.

Desde que assumira a direção do diretório, meu pai entrara na mira dos militares e da Polícia Federal. Na já quase esquecida época áurea de agitação estudantil, a Faculdade de Medicina costumava promover todos os anos uma Semana Cultural. Àquela altura, meu pai recuperou a tradição. Entre outras atividades, era apresentada uma peça de teatro escrita pelos próprios estudantes totalmente “engajada e esquerdista”, até onde isso era possível, visto que um censor assistia aos ensaios. Versos clássicos de Castro Alves, por exemplo, passavam por seu crivo antes de serem — ou não — liberados.

A estratégia então consistia em enganar o censor com uma encenação asséptica e sem emoção para depois, no dia da apresentação, fazer mudanças de tom e usar cenários que dessem outra ênfase e orientação aos poemas. O público aplaudia. A Polícia

Federal, presente na estreia do espetáculo, nada podia fazer. Tudo isso irritava os militares e chamava a atenção para esse pequeno foco de rebelião.

Nessa Semana Cultural, dois outros eventos deveriam ganhar repercussão. Um seria a palestra de Antônio Houaiss, intelectual brasileiro recém-empossado na Academia Brasileira de Letras. Houaiss suspendeu a palestra na véspera, segundo rumores da época, por pressão dos militares. O outro evento, porém, aconteceu apesar das pressões: um show do cantor e compositor Sérgio Ricardo, marginalizado por suas posições políticas contra o regime militar. Além de clássicos, como “Zelão” e “Esse mundo é meu”, ele produzira a trilha de *Deus e o diabo na Terra do Sol*, filme emblemático de Glauber Rocha de 1964, e era idolatrado por aqueles jovens por sua postura crítica. Minha mãe, ainda morando em Caratinga, saiu de lá e viajou até Vitória somente para ouvir o músico. Era 18 de outubro de 1971, Dia do Médico. Foi nesse show que ela conheceu meu pai e logo em seguida começaram a namorar.

No dia seguinte à apresentação de Sérgio Ricardo, Marcelo pegou um pacote de dinheiro e foi até o hotel da cidade onde o cantor estava hospedado: era o valor integral do cachê. O músico não acreditou que estava sendo pago.

— Sempre acabo cantando de graça ultimamente. Ninguém consegue arrecadar com meus perseguidos shows — disse ele a Marcelo, e os dois almoçaram lagosta na praia da Costa.

Até hoje meu pai se lembra daquela tarde com carinho. Já meio bêbados, no final da refeição, Marcelo tomou a liberdade de fazer uma pergunta machista sobre a ex-primeira-dama do país Maria Thereza Goulart. Meu pai não conta como a conversa terminou. Diz apenas:

— Foi uma tarde memorável.

A Semana foi um sucesso. E o cerco continuou apertando em torno do grupo de Marcelo e das ramificações de organização estudantil na universidade. Os sinais de que aqueles minguados estudantes estavam criando problemas para a ditadura cresciam. E a cada dia chegavam avisos, ameaças, trombadas com as autoridades, problemas no Conselho Universitário.

Marcelo cita um episódio de quase confronto com a Polícia Federal. Liderados por ele, alguns estudantes se aproximaram de uma escola de samba em uma favela do Morro do Quadro, no Centro, e passaram a participar de seus ensaios para o Carnaval. A amizade com os sambistas da Unidos do Morro do Quadro se estreitou e os estudantes se ofereceram para compor o samba-enredo daquele ano de 1972. Pesquisaram a história do Espírito Santo e encontraram, nos poucos livros da biblioteca estadual, uma inspiradora revolta de escravos. Este era o refrão do samba-enredo que criaram:

Senhor, dai-me força de um bravo
para que eu possa libertar mais escravos.
Senhor, eu nasci pra sofrer
um feitor me bater
no trabalho morrer.
Senhor, foi um sonho que eu tive
uma voz me falou
em um dia ser livre.
Senhor, dai-me força de um bravo
para que eu possa libertar mais escravos.

Os outros versos relatavam a história do líder da rebelião: sua saga, sua fuga e a repressão à revolta dos escravos capixabas. Os membros da escola não tinham conhecimento do trabalho político clandestino que estava por trás daquele samba. Gostaram do enredo e o levaram para o local do desfile, a avenida Capixaba, que hoje se chama Jerônimo Monteiro. Os indícios de que a violência começaria se confirmaram naquela noite.

Os estudantes programaram uma panfletagem grande com a letra do samba, numa tentativa de aumentar a animação em torno da música e divulgar sua mensagem subliminar de esquerda. Quando começou o desfile, porém, a Polícia Federal desligou os alto-falantes e saiu em busca dos jovens que distribuía os panfletos. A escola atravessou a avenida sem a amplificação do som e o desfile foi um fracasso. Por muito pouco meu pai não sofreu sua primeira prisão.

Enquanto corria fugindo da polícia, pensava em como sua carreira de líder estudantil e de massa estava perto do fim.

A perigosa vida dupla — clandestina e legal — era o calcanhar de aquiles do PCDOB no estado. Meu pai estava no centro dessa vulnerabilidade. Remédios desapareciam de ambulatórios e clínicas a fim de serem mandados para a guerrilha. Dinheiro era arrecadado para manter a luta clandestina. Uma escola fora “expropriada”, como os militantes diziam, para se obter um mimeógrafo, importante para a divulgação de material de propaganda. Mas o que avançava mesmo era a organização de massa, com crescente entusiasmo em atividades culturais e políticas.

Foi então que meu pai viu uma excelente oportunidade de organizar mais uma movimentação com visibilidade. A prefeitura de Vitória subsidiava um Pronto-Socorro na capital, o da Santa Casa de Misericórdia. A Santa Casa alguns anos antes havia articulado a criação de uma faculdade particular de Medicina — a Emescam. As primeiras turmas da Emescam passaram a frequentar o Pronto-Socorro da Santa Casa, onde os alunos da faculdade federal tinham aula de Medicina de Urgência, faziam estágios e aprendiam a tratar de emergências. A faculdade federal estava perdendo o local para os alunos da faculdade particular.

Um clima de revolta crescia na Ufes. Meu pai fazia pressão sobre os órgãos colegiados da universidade, a direção da faculdade e o Conselho Universitário. A faculdade começou a ferver de irritação. Era preciso fundar um Pronto-Socorro no Hospital das Clínicas ligado à universidade federal. Essa tese logo ganhou o apoio estudantil. Era preciso também insistir com a Câmara dos Vereadores para que a verba destinada ao atendimento de emergência fosse dividida entre a Santa Casa e o Hospital das Clínicas.

O movimento ganhou corpo rapidamente e uma greve dos estudantes foi decretada na Faculdade de Medicina. O Diretório Acadêmico conseguiu apoio pressionando as células do partido nas outras escolas da universidade e cobrando solidariedade. Os alunos foram para a frente do prédio e para o plenário da Câmara, impondo a discussão e a votação de um projeto. O trânsito ficou tumultuado, e a cidade, surpresa com o surgimento de estudantes novamente

nas ruas. A Polícia Federal partiu para cima e correu em busca de Marcelo (o líder do movimento).

Minha mãe, que desde janeiro de 1972, ainda com dezoito anos, já morava em uma república em Vitória, trabalhava em *O Diário*, na rua Sete de Setembro. O jornal era um conhecido centro de esquerdistas. Sob o comando de Rogério Medeiros e Cláudio Bueno Rocha, era a publicação local que tentava transgredir a ordem da censura. Paulo Bonates, editor de *Cidades*, era o chefe imediato dela. Ao chegar naquele dia ao trabalho, ela foi informada de que sua pauta seria a greve na Faculdade de Medicina.

— Seu namorado não é de lá? Vai fazer a matéria, mas tome cuidado com o que você vai escrever porque isto aqui é uma ditadura, cacete — avisou Bonates.

Ela foi, e não conseguiu falar com Marcelo. Dois estudantes altos faziam a guarda na entrada do Diretório Acadêmico e disseram que ele estava protegido. Ela entrevistou os alunos que encontrou e foi para o jornal escrever. Estava já no meio da reportagem quando dois homens de terno apareceram à porta da redação. Aquelas visitas eram conhecidas: era a Polícia Federal, com o aviso do que não era permitido publicar. Sempre começavam assim: “É terminantemente proibido...” Caminhando na direção dos policiais para atendê-los, o chefe passou por ela e a alertou:

— Deve ser com você isso aí.

Era. Ele leu e assinou a ordem policial, voltou e explicou que ela podia jogar no lixo o que estava escrevendo. Não seria publicado nada sobre a greve.

Marcelo passou alguns dias dormindo na casa dos pais de uma companheira de militância, Beth Madeira, que, mais tarde, também acabou presa e processada. Ele escapava da repressão dando voltas pela cidade rodeado por uma escolta de estudantes, seus seguranças — se é que eles resolveriam alguma coisa contra os militares armados.

As prisões por causa da greve tiveram início e estudantes foram levados encarcerados. Provavelmente instigada pelo comando militar e pelo então governador, Artur Carlos Gerhardt Santos, filiado à Arena, a Câmara de Vereadores cedeu à demanda dos alunos e

dividiu as verbas para o atendimento de urgência. Era importante acabar logo com a mobilização estudantil.

O Hospital das Clínicas ganhou um Pronto-Socorro e a greve precisava ser suspensa. Marcelo negociou com a Polícia Federal. Ele se entregaria se os outros estudantes, já presos, fossem soltos. A polícia aceitou, a greve acabou e meu pai se entregou. Foi sua primeira prisão, que resultou no primeiro processo a que respondeu na ditadura. Uma prisão de apenas um dia, mas o cerco continuaria apertando. O Atestado de Antecedentes produzido pela Secretaria de Segurança estadual, anos depois, registraria a prisão assim:

Comarca de Vitória. Instaurado IPM 43/72, pelo Departamento da Polícia Federal do Espírito Santo. Face parecer do Ministério Público Militar, o inquérito foi arquivado em 10/05/73, por despacho do M. Juiz Auditor, cuja decisão transitou em julgado, conforme certidão do Escrivão da 2ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM, datada de 10/05/76.

Foi uma das raras greves estudantis no país naquele ano de 1972. Brasília e o governo militar clamavam por punições aos rebeldes capixabas. Por essa época meu pai já vivia a maior parte do tempo na clandestinidade. Indicou e viu eleito o novo presidente do Diretório Acadêmico, Sebastião Lima Nascimento, o *Amaral*, ou simplesmente Tião. Ainda frequentava a faculdade, mas os estudos estavam prejudicados. Participava apenas de aulas ligadas à prática médica porque tinha planos mais ousados e perigosos.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA CIVIL
 DIVISÃO DE POLÍCIA TÉCNICA
 SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

ATESTADO DE ANTECEDENTES

Registro Geral nº 154.585

ATESTO que nos arquivos deste Serviço de Identificação, até a presente data SIM CONSTA contra "MARCELO AMORIM NETTO" Registros Criminais cuja impressão do polegar direito se vê abaixo.

VIDE VERSO

Vitória, ES, 28 de maio de 1976

[Handwritten Signature]
 CHEFE DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO
 SIMONE SALLÉS
 DACTILOSCOPISTA

ESTE DOCUMENTO É DE VALOR TRANSITÓRIO (60 DIAS)

Marcelo Amorim Netto
 Assinatura do Identificado



5. E AGORA, ZÉ, ONDE VOCÊ ESTÁ?

Antes que eu tivesse a chance de ouvir mais sobre as histórias do passado, descobri o motivo que levou meus pais à prisão no final de 1972. Ninguém conseguira uma prova documental, mas todos os ex-militantes do PCDOB do Espírito Santo suspeitavam que o culpado pelas prisões ocorridas naquele período, destroçando o partido, era aquele sujeito de nome estranho. O líder operário que tinha dado o codinome de *Mateus* a meu pai. Segundo esses ex-militantes, ele delatou diversos companheiros, entre eles meu pai, Marcelo, e minha mãe, Míriam, que também passara a atuar no partido. Para todos os que foram torturados, essa era a explicação. Um traidor que tinha um codinome bem simples: Zé. Enquanto foi o líder admirado por todos, foi apenas Zé. Após ser considerado delator, seria em geral chamado somente pelo nome de sonoridade esquisita.

Nunca entendi a razão de ele ser o ponto inicial do sofrimento dos meus pais. De uma ditadura, eu começava a aprender, podia se esperar tudo. Mas de um companheiro de luta? Tive raiva, passei mal, chorei sozinho no banho. E essa era uma reação frequente na minha adolescência. O tema me tomou o pensamento por anos. Não contava a ninguém — nem mesmo a meus pais — o quanto aquela história me interessava. Quando sentia uma brecha, voltava com o assunto. E, assim, viajava no tempo e retornava ao início dos anos 1970.

Perguntava tudo sobre o ex-companheiro de armas metamorfoseado em alcaguete. Como ele era? Alto, forte? Era moreno, baixo. Não chegava a ser gordo, mas não era magro. Era atarracado. Perguntava se era bonito. Não, não sobressaía pela beleza. A cor dos olhos, cabelos?

— Castanhos, sei lá. Por que quer saber? — questionavam eles.

As perguntas às vezes irritavam meu pai, que saía pela tangente. Tudo o que eu ficava sabendo sobre aquele sujeito era guardado na memória. Na minha imaginação, parecia um homem comum, na casa dos trinta anos, mais velho do que a média dos estudantes engajados do Espírito Santo. Onde estava o Zé? Ninguém sabia. Por que não o procuraram após a prisão? Ele havia sumido e ninguém, nem os amigos mais antigos, sabia do seu paradeiro. Será que foi um agente infiltrado? Será que ganhou benefícios pela delação? Será que sofreu como os outros no cárcere? A única certeza que meus pais diziam ter era a de que ele não aparentava ter sido torturado quando foi visto no 38º Batalhão de Infantaria, a instalação militar de Vitória onde Marcelo e Míriam começaram a sofrer os horrores da ditadura. O batalhão, apesar de se situar no município de Vila Velha, sempre foi considerado pelos capixabas como sendo de Vitória, por ficar a apenas poucos quilômetros da capital.

Não me esqueço de quando meu pai me contou pela primeira vez que chegou a pensar em matar o homem apontado por todos como dedo-duro. Foi marcante. Num ano sabático, em 2000, Marcelo, que já trabalhava como jornalista, havia alugado o apartamento do cineasta Arnaldo Jabor, em Nova York, para estudar inglês. Eu tinha vinte e três anos e fui passar três meses com ele. À época, meu pai estava sempre ouvindo as músicas do CD *Buena Vista Social Club*, de grande sucesso. Todas as manhãs. Todos os dias. Eu escutava com ele e gostava. Parecia uma brecha para voltarmos a 1971, 1972, mas eu não tinha certeza. Ele colocava o som no máximo. “*Mi alma muy triste y pesarosaaaa*”, gritavam as vozes cubanas.

Numa manhã, as notas suingadas foram interrompidas por um forte estrondo: “Pow!” A vibração provocada pelo som alto derrubou uma obra de arte com um tom ferrugem, provavelmente centenária, que devia custar centenas de dólares. Era uma cruz feita de cerâmica com um gancho de ferro na ponta superior. Aquele crucifixo, do tamanho de um *tablet*, rachou ao meio. Lembro-me da cara de espanto do meu pai, com os olhos arregalados. Parecia o menino travesso que de fato foi. Não que ele saiba, mas é a cara que ainda faz às vezes. Naquele dia, por conta da cruz, ficamos mais

próximos. A canção cubana, ironicamente chamada “Silêncio”, abriu as portas para um capítulo novo na nossa relação, de mais intimidade. Seguimos, ele e eu, pelas ruas de Nova York, em busca de uma cola específica para cerâmicas antigas e obras de arte.

Lembro-me, depois de muito caminhar, de vermos a cola na estante do vendedor, mas não de como chegamos em casa. Meu pai estava apreensivo, porém feliz. Usou a cola minuciosamente, tentando ocultar a rachadura ao juntar os dois pedaços da cruz. Mesmo assim, nada escondia o rachado. Até que recorremos a um pó de *cappuccino* — daqueles que quase não se misturam à água quente e dificilmente lembram o gosto de café, de tão artificiais. Jogado por cima, ideia que tive de supetão, o pó deixava uma cor meio ferrugem e cobria a “cicatriz”, justamente o que precisávamos.

“Poft.” “Tim-tim.” Abrimos uma garrafa de vinho para comemorar e Marcelo contou um pouco mais da sua história.

— Quando saí da prisão, queria matar o Zé. Era justo. Fomos presos, torturados. Alguns morreram — disse.

Ao falar em morte, meu pai se referia aos comunistas históricos Lincoln Cordeiro Oest, que atuava no Rio de Janeiro, e Carlos Nicolau Danielli, que agia em São Paulo, comandantes nacionais do PCDOB. Para o meu pai e seus ex-companheiros, os dois haviam morrido em consequência da delação do sujeito de nome esquisito.

Noite adentro, meu pai falou sobre sua paixão por minha mãe à época e a preparação que recebeu de Oest e Danielli, ainda em 1971, para poder combater na Guerrilha do Araguaia, aquela incursão do PCDOB pela selva amazônica que havia se tornado a principal resistência contra a ditadura brasileira. Oest e Danielli tratavam Marcelo com carinho. Inicialmente, a missão de Marcelo seria ajudar a reorganizar simultaneamente duas entidades clandestinas: o partido, no estado, e a UNE, em todo o país. Os estudos universitários não seriam a sua prioridade. O problema é que os planos se cruzaram por vários motivos. Um deles ocorreu no show de Sérgio Ricardo, durante a Semana Cultural: minha mãe estava lá, perto do palco, e meu pai a viu. Foi paixão arrebatadora.

Os dois se encontraram mais tarde no bar frequentado pelos jovens da cidade, o Britz Bar, na rua Gama Rosa, a alguns passos da

famosa rua Sete. Britz era o *point*. O bar boêmio e esquerdista é até hoje lembrado pelas noitadas alegres e rebeldes no Centro de Vitória. Meus pais decidiram assumir o namoro em janeiro de 1972, em meio às provas de vestibular que ela fazia para entrar no curso de História da Universidade Federal. Namoravam até tarde, e ela ia às provas de manhã, quase sem ter dormido. Passou em primeiro lugar. Onze meses depois, os dois estariam presos, temendo a morte.

As ordens enviadas à capital capixaba por Danielli e Oest mudaram seguidamente depois que meu pai se entregou à Polícia Federal para soltar os colegas no episódio da greve na faculdade. Marcelo ficou “queimado” nos órgãos da repressão. Com isso, o PCDOB decidiu por sua ida imediata para a guerrilha. Pouco depois, ele recebeu outra orientação: dedicar-se aos estudos na Ufes, principalmente nas disciplinas ligadas à Medicina de Urgência, para que, posteriormente, exercesse a função de médico no Araguaia, uma espécie de assistente de João Carlos Hass Sobrinho, o conhecido *Dr. Juca* do combate, já embrenhado no mato, de onde não sairia com vida. Assim, meu pai passou a frequentar o Pronto-Socorro para aprender a fazer atendimentos de urgência, como suturas, pequenas cirurgias, e a Maternidade, para estudo de obstetrícia, ou seja, para fazer partos. Eram esses os “planos perigosos” que ele tinha em mente durante as aulas práticas na Ufes.

Carlos Nicolau Danielli, um homem moreno, magro mas não esquelético, já que os músculos eram concisos e proeminentes pelo corpo — conforme descrição dos jornalistas Eumano Silva e Taís Moraes no livro *Operação Araguaia* —, tinha quarenta e dois anos. Ele ouviu a história de amor nascida em um show de Sérgio Ricardo e deu mais tempo a Marcelo para que pensasse bem antes de ingressar na luta armada. Uma informação que, pelo menos nesta história, derruba o mito de que os militantes que recuavam de uma decisão eram punidos pelos comandantes das organizações de esquerda que defendiam a luta armada.

O ex-deputado federal Lincoln Cordeiro Oest, chamado na intimidade de “O Velho”, falava sobre os valores do marxismo. Tinha

cerca de sessenta e cinco anos. Atuara como ala esquerda do Flamengo em dois jogos em 1927, mas não se acostumava com o calor do Rio de Janeiro, apesar de ser carioca. Depois de deixar o futebol, já como membro do Partido Comunista, participou da Intentona¹ de 1935. De fato, ele preferia a leitura das obras de Karl Marx aos treinamentos de cruzamento na área ou cobranças de falta. Quando meu pai o conheceu, ele costumava discorrer sobre as ideias filosóficas, econômicas, políticas e sociais do materialismo e da dialética em um aparelho no Rio de Janeiro. Meu pai ia até o Rio para ouvi-lo atentamente. Eram aulas informais, ensinamentos que se estendiam madrugada adentro. Ficou claro, para mim, o afeto sincero que ele sentia por Oest e Danielli, mesmo tendo encontrado os dois somente em pontos e aparelhos.

Oest e Danielli foram mortos pela repressão após a delação do homem de nome estranho, cujo apelido era Zé. Por isso Marcelo defendeu, poucas semanas após ser libertado, o seu justicamento em uma reunião em Vitória, nas areias da praia do Canto, à noite, com Jorge Luiz, Gustavo do Vale e, talvez, não se lembra mais, Adriano Sisternas. Foi a primeira e única reunião daquele grupo após o período de prisão. O tempo e as dificuldades do dia a dia afastaram os ex-companheiros, que passaram a se ver raramente. O assunto "morte do antigo líder" foi esquecido.

Quando o vinho acabou em Nova York, também chegou ao fim a nossa viagem, minha e de meu pai, aos anos 1970. Ele sempre terminava abruptamente as conversas sobre o período. Dessa vez, antes de encerrar, reiterou que considerava correto o "justicamento" de Zé. A sentença era a morte.

¹ Os comunistas chamavam a tentativa de golpe contra Getúlio Vargas realizada em 1935 por militares na praia Vermelha, na Urca, no Rio de Janeiro, de Revolta Comunista e não de "Intentona Comunista", conforme o movimento ficou conhecido. Seus ideais na época eram combater as oligarquias, o imperialismo e o autoritarismo. Lincoln Cordeiro Oest pertencia, então, aos quadros do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922 e cuja sigla era PCB. O PCB era reconhecido pela Internacional Comunista e pelos partidos comunistas que se alinhavam à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em 1960, no seu V

Congresso, o partido trocou o nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla mas alterando algumas orientações políticas, na expectativa de obter a legalização. Abriu-se uma dissidência, liderada por Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar. Derrotados nesse congresso, eles fundaram em 1962 um novo grupo, adotando o nome anterior, de Partido Comunista do Brasil, mas com a sigla PC do B, que, depois, passou a ser usada unida: PCdoB.

6.

O AMOR EM TEMPOS DE GUERRILHA

Na época em que era líder estudantil, meu pai viveu um dilema. Enquanto presidiu o Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, como já contei, foi gradativamente carimbado pelo regime militar e pela cúpula da universidade. Tornou-se um quadro da esquerda vigiado de perto. Como membro do PCDOB, crescia também em importância. Já integrava o Diretório Regional do partido e tinha que se virar para participar das reuniões, muitas vezes fora do estado, e das decisões partidárias. A direção nacional do PCDOB via com esperança e entusiasmo a agitação no Espírito Santo. Todo o Comitê Regional capixaba estava em alta perante a direção nacional. Principalmente o companheiro *Mateus*. Os relatos dos avanços naquele pequeno estado eram propagandeados pelo partido nos jornais clandestinos e anunciados pela Rádio Pequim em programas especiais para o Brasil, falados em português.

Meu pai viajava ao Rio de Janeiro e a Minas Gerais com certa frequência, de ônibus, na tentativa de montar células de apoio à organização. Foi colocado em contato com Ronald Rocha, então diretor da UNE, e seus encontros ocorriam no Rio e no próprio Espírito Santo, até Ronald ser preso, em 1972, e intensamente torturado. Até a produção deste livro, meu pai não sabia dizer se a prisão de Ronald, um dos poucos líderes estudantis que haviam sobrevivido na clandestinidade naquele tenebroso período, teve ou não a ver com a queda do PCDOB em Vitória. Não teve. Em entrevista, Ronald me contou que caiu em agosto de 1972, ao visitar a casa de um irmão. Não sabia que o local estava sendo monitorado pelo regime.

No Rio, meu pai encontrava-se no Leme com Ronald, que o orientava a olhar para os pés enquanto andavam e conversavam, seguindo por vários quarteirões de Copacabana. Era uma maneira de não memorizar o nome das ruas nem o endereço do ponto. Até que entravam num dos prédios e se enfurnavam em um pequeno apartamento, onde as diretrizes eram discutidas, as tarefas, distribuídas, e o material de propaganda esquerdista, trocado de mãos.

A organização de células da UNE era essencial para a cooptação de quadros para o PCDOB e, em última instância, para a luta armada. Ou seja, a UNE se tornou um braço de agitação de massa do partido. O seu lema — “A UNE somos nós” — circulava com certa desenvoltura entre os estudantes mais engajados, mas o que sobrara da entidade vivia sob violenta repressão. Qualquer simples encontro com seu presidente era tratado pela ditadura como um atentado à segurança nacional.

Qual a estratégia do PCDOB? A guerrilha que estava sendo preparada no sul do Pará foi descoberta pelos militares, e eles montaram uma grande operação para derrotá-la; esse foco de resistência ao regime durou meses. Como a censura impedia que se falasse sobre a guerra travada na floresta, era papel do partido urbano divulgá-la. E a orientação foi nesse sentido. Assim, os estudantes capixabas começaram a pichar os muros da capital e do interior com frases sobre a existência e os êxitos da guerrilha. Panfletagens eram também organizadas. Muitos deles, porém, temiam ser presos e meu pai se via na perigosa situação de comandar ações a olhos vistos dos militares, enquanto, paralelamente, organizava e participava da luta clandestina.

Marcelo, nesse período, virou o que os militares chamavam de “estudante profissional”. De dedicado aluno de Medicina nas cadeiras básicas de Anatomia, Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia e outras, passou a militante radical contra o regime, cada vez se afastando mais da grade curricular, à exceção daquelas atividades que poderiam ajudar na guerrilha. Discutiu abertamente com o partido seu desligamento da cidade e a ida definitiva para a luta armada. A guerrilha precisava de novos soldados e Marcelo estava disposto a ir,

ainda que o fato de ter conhecido minha mãe o deixasse hesitante. Sua presença na faculdade e na cidade parecia inviável, já que estava marcado pelos militares.

Foi nesses meses de intensas conspirações que meu pai fez viagens ao Rio de Janeiro e a São Paulo para entrevistas preparatórias para a luta armada com Oest e Danielli. Eram viagens difíceis. Chegar ao aparelho, onde encontrava Oest, na Zona Norte da capital carioca, era uma aventura, e as normas de segurança eram severas. Pegava o ônibus em Vitória e amanhecia na rodoviária do Rio. As rodoviárias eram ponto obrigatório de vigilância dos militares. Ele passava discretamente pelos cartazes de “Procura-se Terroristas” (*sic*), com fotos de perseguidos políticos, e pegava um ônibus para o Méier, onde ficava circulando até a hora do encontro.

O ponto era numa rua discreta do bairro. Uma Kombi se aproximava na hora acertada de um dia comum, marcado com semanas de antecedência. Os cuidados eram redobrados nessa aproximação. O motorista se apresentava com uma senha — uma frase da qual meu pai não se lembra mais. Marcelo embarcava. A primeira providência era colocar um capuz. Não havia necessidade de os passageiros daquela Kombi saberem onde ficava o aparelho do comandante do PCDOB na cidade. Era um percurso longo; eram dadas voltas e mais voltas no trânsito para confundi-los. Ele lembra que esse motorista tinha um cacoete facilmente reconhecível de puxar o catarro do nariz. Era barulhento. Um bom tempo depois, a Kombi entrava numa garagem em descida que mais parecia o cômodo de um pequeno sítio.

Nessas ocasiões, Marcelo era guiado até um quarto, onde recebia autorização para tirar o capuz. O aparelho não era pequeno. Reuniões se realizavam em outros cômodos e meu pai podia ouvir murmúrios de outras discussões. Não havia, porém, interesse em saber o que se passava neles. As normas de segurança eram claras: quanto menos se soubesse, melhor. A ameaça de prisões e torturas era real.

Nas reuniões com Lincoln Oest, ele relatava o avanço das lutas específicas controladas por eles. Contava como essas ações cresciam no Espírito Santo e como o partido se ampliava. Descrevia as formas

de resistência e as tarefas. Lincoln Oest ouvia com atenção, dava novas orientações. Explicava inicialmente como deveria se desenvolver a guerrilha e, depois, quando o conflito estourou, contava o que sabia do confronto. O velho líder comunista era um dos principais apoios no centro urbano dos guerrilheiros que estavam na mata.

As conversas ocorriam num espaço que, em situações normais, seria um quarto. Ali, porém, as condições precárias da luta clandestina impunham um ambiente austero. Uns poucos bancos para sentar e camas de campanha. Em volta, nas paredes, pequenas prateleiras continham armas e bananas de dinamite. Eram reuniões focadas e produtivas. Não demoravam mais do que um dia. O uso do banheiro era organizado por uma mulher que, ao ser avisada da necessidade, controlava o tráfego da casa para que ninguém visse ninguém nos outros cômodos. As pessoas que iam ao banheiro tinham de andar olhando para o chão. Meu pai nunca viu o rosto da mulher que comandava aquele vaivém.

Normalmente, meu pai dormia no cômodo cheio de armas e bananas de dinamite, com Lincoln Oest, cada um em sua cama de campanha. As conversas e discussões entravam madrugada adentro. Com o calor da Zona Norte, dormiam de cueca. Meu pai lembra-se do velho comunista de cabelos brancos, sentado na cama, de samba-canção, antes de dormir. Oest gostava de contar histórias de quando fora jogador de futebol e deputado. Era amigo de Mao Tse-tung e Chu Enlai, líderes comunistas mundiais, de quem se aproximou na época em que esteve na China, antes do golpe de 1964.

— O Mao me disse uma vez... — falava ele, com naturalidade.

Os encontros com Danielli se davam em São Paulo. As discussões com ele eram mais objetivas. O assunto era um só: a preparação da ida para o Araguaia. Como Oest, Danielli era um dos mais importantes apoios dos guerrilheiros. Ele organizava o envio de dinheiro, armas, remédios e comida, além de militantes dispostos a combater os militares.

Marcelo saía de ônibus de Vitória, viajava à noite e amanhecia na capital paulista. Assim como no Rio, um ponto acertado com

semanas de antecedência era marcado fora da rodoviária paulista, também cheia de cartazes com as fotos em preto e branco dos “terroristas” procurados. Aqueles cartazes mostravam bem o clima em que se vivia. Cada um dos militantes clandestinos sabia que poderia estar, um dia, com a foto num cartaz daqueles.

Danielli questionava a segurança psicológica de meu pai e falava sobre os sofrimentos impostos pela luta armada. Era um militar no jeito de agir. Falava sem rodeios, com mensagens claras, em encontros rápidos cercados de cuidados. Ele era um dos militantes mais perseguidos pelos militares. Andava armado e não brincava. Caminhava forte, enquanto conduzia a reunião — falava e ouvia — pelas ruas de São Paulo, normalmente na região central.

Contudo, demonstrou aquela sensibilidade inesperada. Entendeu quando meu pai falou que havia conhecido minha mãe e estava angustiado com a decisão de viajar definitivamente para o Araguaia. Foi objetivo quanto à necessidade de parar para pensar, já que a decisão era séria e extremamente perigosa. Nas primeiras conversas, a guerrilha era uma hipótese no futuro, mas, naquele começo de 1972, os combates já aconteciam na mata. O último encontro com Danielli ocorreu poucos meses antes da prisão dos membros do partido no Espírito Santo.

Eu soube depois o outro lado da história. Em Vitória, minha mãe, que fora morar com Marcelo em julho daquele ano, via-o sumir de vez em quando. Ela nunca lhe perguntava aonde ia. Era assim aquele tempo — de poucas perguntas. Míriam sabia que ele estava em posto de comando e se não explicava o sumiço é porque não podia falar. Quando reaparecia, tudo a fazer era dar um abraço longo, de alívio. E a vida continuava.

Uma vez ele demorou mais. Em um domingo, ela considerou que ele não voltaria. Andou horas pelas ruas de Vitória, chorando a despedida silenciosa. Estava com fome. O dinheiro que ganhava trabalhando era contado. E os almoços no domingo, na casa dos pais de Marcelo, eram, além de agradáveis pela presença sempre alegre da mãe dele, uma ótima economia. Peixe era o mais comum no cardápio. A moqueca de cação era divina. No domingo não havia

restaurante universitário, mas Míriam não poderia ir à casa dos pais dele sem ele, já que toda a família perguntaria por Marcelo.

A longa demora podia significar que ele fora para a guerrilha. Não voltaria mais? Não se veriam nunca mais? Que preço aquele cobrado pela luta contra o odioso regime! De repente, ela encontrou, nessa caminhada chorosa, um dos irmãos mais velhos de Marcelo, Mário.

— Míriam, onde está Marcelo?

— Não sei.

— Vocês brigaram?

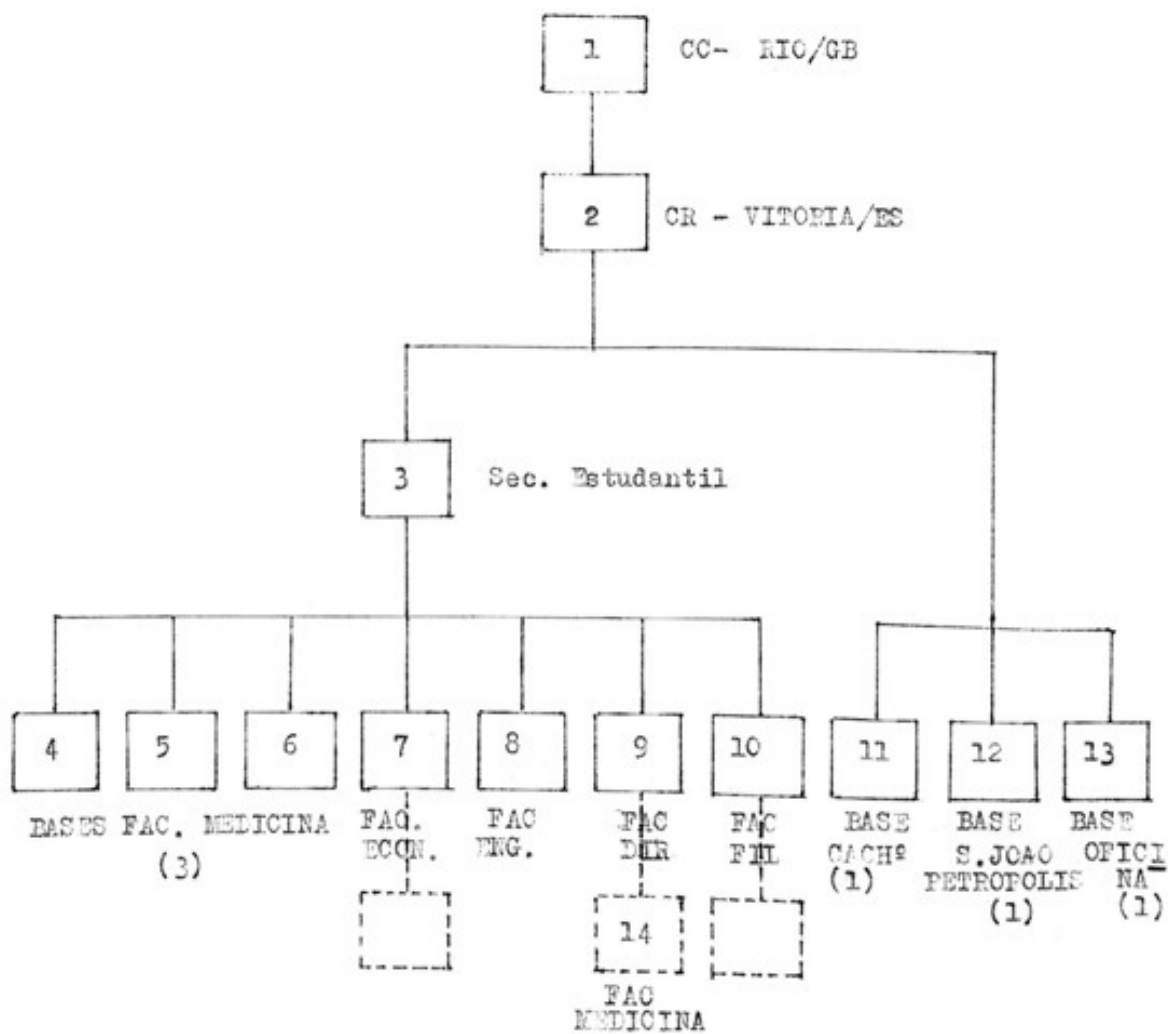
— Não, acho que ele viajou para algum trabalho do Diretório Acadêmico.

— Não foi almoçar lá em casa? Foi cação.

— Tinha outros compromissos — mentiu.

Seu dinheiro dava para comprar dois pães, sem manteiga. Foi seu almoço.

Um dia Marcelo reapareceu. O abraço foi mais demorado, o beijo mais longo. Mas nada se falou. Só depois ela soube que um líder do PCDOB tinha entendido que o amor, naquele momento, podia adiar o encontro com a guerra na selva do Pará.



7.

SEGUINDO RASTROS NO ARAGUAIA

Voltei da viagem de três meses feita em 2000 aos Estados Unidos — onde meu pai revelou que já havia pensado até em matar o delator de nome esquisito — com a certeza ainda mais firme de que deveria ir atrás de todo aquele passado. Sem avisar meus pais, tomei a decisão de começar a procurar pelos arquivos referentes à prisão e ao julgamento deles. Não havia ainda a Lei de Acesso à Informação, que só entraria em vigor em maio de 2012, no governo de Dilma Rousseff — uma militante clandestina, como meus pais, que, vinte e cinco anos após o fim da ditadura, chegaria ao mais alto cargo da República.

Em 1970, Dilma tinha outra vida. Carregava um código de acesso ao arsenal da VAR-Palmares, outra organização de esquerda que defendia a luta armada. O depósito tinha cinquenta e oito fuzis Mauser, quatro submetralhadoras INA, dois revólveres, três carabinas, três latas de pólvora, dez bombas de efeito moral, quatro latas de dinamite granulada, entre outros itens, como frascos com ácido nítrico. Publiquei essa informação em uma reportagem em novembro de 2010, na *Folha de S.Paulo*, onde trabalhava como repórter. O texto foi definido por Melchiades Filho, meu editor à época, como a primeira peça documental sobre o envolvimento de Dilma com armas na ditadura.

No início de 2004, as portas eram fechadas na cara do cidadão que tentava acessar quaisquer documentos históricos relativos ao período militar, mesmo que não contivessem o carimbo de “sigiloso”. Minha primeira ida a um arquivo que eu considerava importante, no Superior Tribunal Militar, em Brasília, terminou em dois minutos. Foi o tempo de ouvir que as informações que eu buscava eram pessoais.

— Sim — respondi —, informações sobre os meus pais, as quais eu tenho o direito de saber, ler, reler e até copiar, se for o caso. Não?

Não. O estranho no Brasil é que às vezes o tempo não passa. A ditadura já acabara, era o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e eu ainda não tinha acesso a documentos sobre pessoas da minha família. Consegui alguns na minha carreira como repórter sobre outras pessoas, mas não aqueles referentes a meus pais. Documentos que embasaram a reportagem que fiz em 2003 com os jornalistas Eumano Silva e Thiago Vitale Jayme, por exemplo, trouxeram pistas sobre o paradeiro dos restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira, líder comunista morto em 1971 pelo regime. Dados desses documentos foram registrados no livro *Direito à memória e à verdade*, organizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em 2014, já no fim do primeiro governo Dilma, eu estava cobrindo como repórter uma reunião da Comissão Nacional da Verdade quando foi anunciada a descoberta do local de sepultamento de Epaminondas. Coincidentemente, por estar presente no momento do anúncio e por ter participado da reportagem onze anos antes, acabei citado pelo colegiado em audiência aberta ao público. Fiquei emocionado e pensei que ajudara a esclarecer um pouco do muito que não se sabe sobre os crimes da ditadura.

A verdade é que, entre uma matéria e outra sobre o tema, inclusive sobre a Guerrilha do Araguaia, parecia, para mim mesmo, que eu estava sempre à procura do passado dos meus pais. Era como se a linha presa ao anzol ficasse ainda mais tensa. Como se me puxasse ao local de onde eu não deveria sair. Mesmo quando não buscava histórias sobre o regime, elas surgiam à minha frente. Tanto que passei a ser uma espécie de setorista da área no *Correio Braziliense*.

Ainda em 2004, após uma série de reportagens da qual havia participado sobre o combate ocorrido entre 1972 e 1974 próximo a Xambioá, na região do Bico do Papagaio, fui escalado para cobrir uma escavação em busca de corpos de desaparecidos da guerrilha. Fiquei quinze dias atrás de restos mortais, acompanhando o trabalho

de uma respeitada equipe argentina que integrara projetos forenses importantes, como o que achou o corpo do guerrilheiro Ernesto Guevara, o Che, na Bolívia.

Na região amazônica, apesar de a equipe não ter encontrado nenhum resto mortal, as marcas de uma luta desigual ainda estavam à flor da terra. Em um dos pontos da escavação, foram achadas balas de metralhadora usadas por cerca de cinco mil militares enviados ao local para enfrentar aproximadamente setenta guerrilheiros que agiam inspirados nas vitoriosas revoluções cubana e chinesa, iniciadas no campo.

Dessa viagem a Xambioá, eu trouxe na bagagem uma bala de metralhadora e a lembrança do choro de Diva, irmã da guerrilheira desaparecida Dinaelza Santana Coqueiro, após uma fracassada busca de seu corpo. O choro me doeu mais porque encontrei um antigo morador da região que disse ter visto parte do corpo de *Mariadina*, como ela era conhecida na militância, em uma cova rasa trinta anos antes.

Essa informação, publicada no *Correio Braziliense*, gerou irritação na equipe argentina e no governo brasileiro porque eles foram pegos de surpresa, com a reportagem já publicada. Por conta da matéria, tiveram que estender sua estada e mudar o local da escavação para a área apontada pelo morador. A tarde foi caindo e nenhum resto mortal aparecia. Brotava água do solo após um metro cavado. Diva chorou, mais uma vez.

— Você poderia ter dividido com o grupo [de pesquisadores] a sua informação para não pegar Diva de surpresa — disse Crimeia Schmidt, a *Alice*, guerrilheira retirada grávida da região do conflito na década de 1970.

Enquanto Diva chorava, eu pensava nos meus pais. Refletia, naquele entardecer em Xambioá, sobre a estranha história do repórter em busca de restos mortais que poderiam ter sido os do seu pai. E, se fossem, o repórter não existiria.

Lembrei que entre os militantes capixabas de esquerda, contemporâneos dos meus pais, havia José Maurílio Patrício, o *Manoel do B* (uma referência ao Destacamento B), hoje mais um desaparecido político. Ele deixou o Espírito Santo no início dos anos

1970 e seguiu para a guerrilha. Foi morto pelo Exército provavelmente perto do Natal de 1973, quando foi visto pela última vez pelos companheiros, na região do Araguaia, mas os documentos militares registram sua morte como tendo ocorrido em agosto de 1974. Pensei na dor daqueles que perderam entes queridos, vítimas de crimes impunes cometidos pelos assassinos da ditadura.

O choro de Diva carrego até hoje, mas a bala de metralhadora eu não quis guardar. Entreguei-a a meu pai para que se lembrasse de que estava vivo, enquanto tantos outros tombaram. Duas semanas depois, em visita rápida a ele, vi a bala acomodada em sua mesinha de cabeceira feita de madeira amarelada, ao lado da cama. A luz que vinha de um abajur parecia estar cuidadosamente mirada naquela recordação do Araguaia.

No dia seguinte à visita ao meu pai, retomei a busca por documentos. Os arquivos perdidos do grupo de militantes do Espírito Santo enquadrados na Lei de Segurança Nacional por subversão, incluindo José Maurílio Patrício, eram preciosos registros sobre a ditadura. Minha mãe havia me relatado que se lembrava de ter sido fotografada após ser presa. Pensei que poderia encontrar as fotos de meus pais — retratos em preto e branco que eu ficava imaginando como seriam. Ou as fotos de seus antigos companheiros, dos quais eles falavam com carinho, como Jorge Luiz de Souza, que, assim como meu pai, ficou cerca de nove meses em uma solitária, ou a brilhante médica Magdalena Frechiani, a *Mariana*, que foi presa e torturada grávida, como minha mãe. Magdalena chamou de Mariana a sua segunda filha. Como eu, ela tem como nome um codinome.

Não demorou muito para que me desse conta de que também poderia encontrar documentos sobre o delator de nome esquisito. O que estaria escrito em seu depoimento? Qual seu sobrenome? As perguntas martelavam na minha cabeça. Os documentos confirmariam que ele delatara os companheiros capixabas e lideranças do Comitê Central, como Lincoln Oest? E a morte de Carlos Danielli? Seria uma consequência de sua delação? Por que entregara seus camaradas?

Com o conhecimento que obtivera como repórter, cobrindo os temas de direitos humanos e ditadura militar, eu sabia que a queda

do PCDOB no Espírito Santo era um "x" a ser desvendado. O fato tinha importância histórica, além da relevância pessoal. Aquela "delação" havia isolado e enfraquecido os guerrilheiros do Araguaia. O soturno fim da guerrilha fora apressado sem o apoio estratégico de Oest e, principalmente, de Danielli, assassinados na mesma época da prisão dos meus pais. O anzol que me fisgara carregava também uma parte da História do Brasil.

DESPACHO
Junt. - se aos autos
Em 29 de *ago* de 1972
ma
Enc. IPM *Enc IPM*

8.

PESADELO

Acordei suado após um terrível pesadelo com minha mãe presa. Jovem, no meu sonho, ela não aguentava ficar imóvel em um auditório escuro, sozinha com uma jiboia. Sentada e com as mãos apoiadas no chão, ela se arrastava para trás na sala de trinta metros quadrados, olhando para um lado e para outro, sem saber onde o animal estava. No breu, a serpente vinha agressivamente em sua direção e a atacava na altura do dorso.

Levantei-me rapidamente. Meu corpo estava molhado e dolorido. A forte cena me fez perder o sono. Como era possível aguentar aquilo? O pesadelo não era real — mas a cobra e o auditório tinham sido reais, sim. Em uma das sessões de tortura no 38º Batalhão de Infantaria, em Vila Velha, minha mãe foi colocada, completamente nua, num auditório escuro com uma serpente de quase três metros de comprimento que podia chegar a trinta quilos. Essa sessão foi comandada por um militar do qual ela guardou a lembrança dos abundantes cabelos pretos e do nome, *Dr. Pablo*.

Minha mãe tinha dezenove anos e estava grávida havia um mês do meu irmão mais velho, Vladimir. Ela não sabe quanto tempo ficou ali naquele auditório. Horas? Um dia? O importante é que ficou tempo suficiente para que a cobra pudesse abocanhá-la, como no meu pesadelo — o que, graças a Deus, não aconteceu. Míriam ficou imóvel, estática, pois lembrou que o animal é atraído pelo movimento. Seu corpo doía, o suor escorria, ela tremia por dentro e repetia para si mesma: “Eu não posso me mexer.” No escuro não via o réptil, mas sabia que ali estavam apenas as duas: ela e a cobra, que fora posta a pouca distância dos seus pés, antes que o grupo do *Dr. Pablo* saísse às gargalhadas daquela sala sinistra. Até hoje não se sabe o motivo exato das risadas. Uma possibilidade é o nome da

cobra, o que se descobriu muitos anos depois. A jiboia também se chamava Míriam.

Essa não foi a única tortura pela qual minha mãe passou. Antes da serpente, naquela mesma sala, foi colocada nua em frente a pelo menos dez militares, sob a ameaça de que eles abusariam dela. E, antes das ameaças de estupro, dos socos que levou, dos chutes, do avanço dos cachorros ferozes sob os gritos de “terrorista”, bateram com a cabeça dela na parede com tanta força que o sangue escorreu até a nuca.

Certa noite, minha mãe foi avisada de que aquela poderia ser a sua última. Viu sua sombra projetada na parede branca do Forte São Francisco Xavier da Barra, construído em meados do século XVII, parte do 38º Batalhão de Infantaria. A sombra revelava um corpo mirrado, incapaz de enfrentar cães e fuzis, enquanto pensava no filho que carregava no ventre e em Marcelo, que ela temia estar morto.

“Eu pensei: eu sou muito nova para morrer”, Míriam relatou ao jornalista Luiz Cláudio Cunha, do site Observatório da Imprensa, na única entrevista que deu sobre o assunto, em 2014, e que foi reproduzida por diversos veículos no Brasil todo.

Logo no primeiro dia de prisão, foi deixada sem qualquer alimentação — ela ficaria dias sem comer. Na única oportunidade que teve de se alimentar, a bofetada de um capitão chamado Guilherme fez voar o suco de laranja que lhe haviam dado. Ele era magro. Nem baixo nem alto, tinha um olhar frio. O capitão Guilherme — esse o seu nome de guerra — era o verdadeiro responsável pelo batalhão. Os prisioneiros conseguiam identificar essa hierarquia porque era sempre a ele que todos prestavam contas. Ele era o chefe.

Em outra sala do mesmo batalhão, meu pai vivia o começo do seu inferno particular, que duraria longos treze meses — cerca de três meses ali, na Região Metropolitana de Vitória, e quase dez no Regimento Escola de Infantaria e em outros estabelecimentos da Vila Militar, em Deodoro, no Rio de Janeiro. Porradas, tapas na cara, chutes nas costelas, proibição de dormir por dias seguidos — se

adormecia, o terror recomeçava. Técnicas consideradas desumanas, quando seu uso pelos americanos foi revelado em 2014, eram prática comum no Brasil autoritário de Emílio Garrastazu Médici, que durou de 1969 a 1974.

Um pastor-alemão era colocado perto de meu pai para tentar morder seu nariz. “Terrorista!”, gritavam os militares enfurecidos, irritando ainda mais o animal, que avançava para ele. Uma roleta-russa quase lhe tirou a vida. Feita com o revólver encostado em sua têmpora, ele pensava no pior enquanto o dedo apertava o gatilho uma vez, duas vezes... Foi levado, ainda, para uma simulação de fuzilamento. Essa foi uma tortura psicológica que também impuseram à minha mãe, a da sensação da morte iminente.

Na sala em que foi deixado ao chegar ao 38º Batalhão de Infantaria não havia nada — a não ser o terror, por dias, a cadeira na qual ele se sentava e o quadro com a representação do Duque de Caxias, uma dessas pinturas de baixa qualidade do herói e patrono do Exército brasileiro.

— Não gosto de falar nesse assunto — esquivou-se meu pai mais de uma vez, após contar alguns detalhes.

Aos poucos fui recuperando retalhos daqueles dias e, com eles, refazendo as cenas e os cenários. Na pequena sala, sendo esmurrado aqui e ali para responder às perguntas, meu pai começou a mudar. Descobri, após as entrevistas que fiz com antigos amigos dele, que nunca mais foi o mesmo depois da prisão. As agressões, que se repetiam sempre com a mesma violência de como se estivessem sendo desferidas pela primeira vez, transformaram um querido líder estudantil, carinhoso e amável, conhecido por “Marcelinho”, em um homem introvertido.

9.

ARQUIVO Nº 40.640

Eu também não fui mais o mesmo após acordar do pesadelo com minha mãe e a cobra. Fiquei mais decidido ainda a buscar aquele passado. Tomando um banho gelado de madrugada, lembrei que conseguiria ter acesso ao *habeas data* dos meus pais, espécie de resumo das informações que haviam sido arquivadas sobre eles durante a ditadura. O *habeas data* continha o número da autuação (nº 3.253) e o do processo final (nº 40.640). Embora o processo tenha estado no Rio de Janeiro, devido a recursos encontrava-se em Brasília quando o localizei. E o que me chamou imediatamente a atenção foi a sigla STM, de Superior Tribunal Militar. Afinal, eu morava em Brasília, onde fica a Corte.

Naqueles registros processuais, estavam anotados a autuação, no dia 6 de julho de 1977 — exatos quatro meses antes de eu nascer —, e o arquivamento do caso, em 28 de maio de 1979. Quando eu tinha apenas um ano e meio, o processo no qual constavam os nomes dos meus pais foi extinto. Aos vinte e seis anos, me senti meio estúpido, ao perceber que, durante todo aquele tempo, os documentos estavam guardados em alguma gaveta a menos de dez minutos de carro de onde eu morava. Para ser exato, a seis quilômetros e cem metros da minha casa.

O Superior Tribunal Militar fica num prédio imponente na região central de Brasília. Com treze andares, mais o térreo, em uma cidade onde a maioria dos prédios não passa de seis, destaca-se facilmente. Chego bem perto dele e olho para cima. É um gigante, cheio de empáfia, como Golias. Os militares sempre gostaram de simbolismos, penso. Conto vinte e seis janelas apenas no primeiro andar.

Respiro e imagino que o tal processo, provavelmente amarelado, com fotos em preto e branco, está dentro de uma daquelas salas

desse primeiro andar. Estou errado. Logo ao entrar, sou informado de que os arquivos ficam no subsolo. Após os trâmites burocráticos de praxe para entrar em um prédio militar, desço um andar de escadas, chego a uma garagem com paredes recém-pintadas de branco e vejo uma porta no extremo oposto. “Porões militares” não era apenas uma expressão, eles ainda eram reais em 2004.

O lugar denota a típica burocracia brasileira. Mais de um funcionário para guardar um mundo de papel que, na prática, não poderia ser visto por ninguém. Esse é o lugar em que meu pedido foi negado sob a alegação de que se tratava de “informações pessoais”. Uma mulher baixa e sem farda diz isso e informa que, para eu conseguir o que desejo, será preciso uma autorização dos meus pais referendada em cartório e endereçada a mim, que deverá ser anexada a um pedido que, somente então, será analisado. Saio de lá sabendo que terei de convencer meus pais.

Vou direto ao ponto: digo a eles que quero ter acesso aos documentos sobre a prisão e o julgamento para que nossa família possa guardá-los como recordação de tempos difíceis que marcaram nossa história. Eles aceitam. Mas não falo nada a respeito do meu plano mais amplo, que é ir atrás do homem responsável por entregá-los aos horrores da repressão.

Duas semanas mais tarde, consigo as cartas dos meus pais, assinadas e reconhecidas em cartório, como mandava o figurino militar. Entro com o pedido e recebo um número, registrado acima da data e da hora do protocolo. Seriam necessários três meses para eu receber uma resposta.guardo os três meses.

— Sim — diz a moça ao telefone na manhã em que recebo a confirmação de que poderei ver os arquivos.

A ligação não demora mais do que vinte segundos, mas representa o final de uma longa batalha para poder pôr a mão em documentos referentes à minha própria família. Minha ideia é ir logo para o STM. Então vou. Demoro como nunca para encontrar uma vaga num estacionamento. Paro o carro e corro para dentro do tribunal, dessa vez sem olhar para cima, sem pensar em suas janelas.

Quando chego ao subsolo, o processo, com uma capa creme e um pequeno símbolo do Exército, já está separado em uma estante. Ele é retirado por um militar fardado e colocado numa mesa. É composto de cinco volumes amarrados cuidadosamente por barbantes brancos. O primeiro começa com um número no alto: 1977, ano em que nasci. Meses antes do meu nascimento, haviam chegado a Brasília, saídas do Rio de Janeiro, cópias do Inquérito Policial-Militar (IPM) que começara a tramitar no Espírito Santo em 1972.

O militar me informa que eu poderei ler, ver, folhear, mas não tirar cópias. Para xerocar aqueles documentos seria necessário protocolar um segundo pedido. Não quero me irritar. Estou diante do que sempre quis. Pelo menos, acho que sim. Tenho certeza, ao virar a segunda página do primeiro volume. Uma folha escrita a mão registra “1977 — apelação 40.640 — 1ª Auditoria Aeronáutica — 5 volumes — DL 898/69” e traz uma lista com trinta nomes (vários sem os respectivos acentos ou com a grafia errada), entre eles, os dos meus pais:

Antonio Walter Moreschi, Antonio Carlos de Campos, Adriano Sisternas, Angela Milanez Caetano, Carlos Alberto Ozorio de Aguiar, Dines Brozeghini Braga, Elizabeth Santos Madeira, Foedes dos Santos, Gustavo Pereira do Vale Netto, Guilherme Lara Leite, Herminio Angelo Natali, Iran Caetano, Jorge Luiz de Souza, Juvenilho Ubaldo Bonfim, José Alerta Francischeto, José William Sarandy, José Maurílio Patrício, José Antonio Lani, José Felício de Lima, João Calatroni, Joaquim Patricio Filho, Luiz Carlos Garcia Genelhu, Luzimar Nogueira Dias, Marcelo Amorim Netto, Maria Auxiliadora Pereira Gama, Míriam Azevedo de Almeida Leitão, Maria Magdalena Frechiani, Marcus Lira Brandão, Maria Gilma Erlacher, Olnei Campanha Rozeira.

A maioria desses trinta nomes é de estudantes da Ufes. Alguns foram julgados e até condenados à revelia porque estavam desaparecidos após serem mortos pelos próprios militares. Não consta nessa primeira lista o nome de um professor, o médico Vitor

Buaiz, que, anos após sair da prisão, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores e elegeu-se governador do Espírito Santo em 1994. Há uma explicação para isso nos arquivos. Esses listados, somados a alguns outros, entre eles Buaiz, foram investigados e alguns foram inocentados. Apenas vinte e oito pessoas (do grupo do Espírito Santo) foram julgadas pelo tribunal.

Já governador, Buaiz ligou para a minha mãe, certo dia, e perguntou:

— Sabe o que estou indo fazer agora? Dar posse ao novo comandante do 38º Batalhão de Infantaria.

Os dois sabiam do simbolismo daquele momento. Após serem presos na década de 1970 no 38º Batalhão de Infantaria, aqueles ex-militantes de Vitória viram seu antigo professor chegar ao poder estadual. O professor que protegeu muitos dos alunos, a ponto de acabar encarcerado com eles.

No segundo volume do processo, surgem as fichas de qualificação. Em ordem alfabética — e não por importância partidária —, estão listados e descritos os integrantes do “Grupo Vitória” do PCDOB. Todos aparecem em fotos preto e branco, incluindo Vitor Buaiz. Não resisto e vou direto para a letra M, onde sei que encontrarei Marcelo e Míriam.

Finalmente me deparo com elas, as fotos. Meu pai tem o rosto desafiador. Está muito jovem, bem cabeludo e com um ralo bigode. Há dois retratos. Um de frente e outro de perfil. Seu olhar é o de alguém que não teme aquilo que enfrentará depois de fichado. Um tempo que a História designou como “anos de chumbo”. Abaixo da foto, um registro típico de presidiário, com as digitais dos dez dedos das mãos. O nome, Marcelo Amorim Neto, está escrito de forma errada, com um t só. Filiação: Wolghano Neto e Maria da Natividade Neto. Data de nascimento, naturalidade, estado civil, residência, profissão. Codinome: *Mateus*. Paro. Olho para o militar no porão do arquivo do STM. Ele também me olha. Continuo a leitura: “Integrante do Comando Regional do PCDOB e militante da Faculdade de Medicina.”

Minha mãe, linda, é apenas uma menina vestida com uma camisa social branca de homem. Os cabelos cacheados e o rosto sério, sem temor, parecendo também firme o suficiente para enfrentar os duros meses seguintes. No registro dela, leio o nome dos meus avós Uriel de Almeida Leitão e Mariana Azevedo de Almeida Leitão. As lágrimas escorrem quando leio uma das últimas linhas escritas na ficha de minha mãe: “vive maritalmente com Marcelo Amorim Neto — ‘Mateus’.”

Imagino a dor de meu avô Uriel — pastor presbiteriano, que nascera pobre, um mulato nordestino que fizera uma corajosa trajetória de vida até chegar ao sucesso como educador no interior de Minas Gerais —, sem saber onde estava a sexta dos seus doze filhos. Minha avó Mariana, descendente de ingleses e alemães, olhos azuis, virava noites em oração pela filha. Familiares se lembram dela de joelhos antes das cinco da manhã. Era o clamor de uma mãe aflita.

Sou interrompido pelo militar, que pergunta se estou me sentindo bem. Ele é o único na sala, e o relógio beira as dez da manhã. Eu já deveria estar no jornal. Pergunto se posso ficar um pouco sozinho, já que estou emocionado por ver as fotos dos meus pais. Jogo limpo, e ele sai. Imediatamente me transformo no repórter e jogo sujo. Tiro uma pequena máquina fotográfica do bolso da frente da calça, desligo o flash, tiro quatro fotos da ficha da minha mãe, quatro da ficha do meu pai. Respiro fundo, soltando o ar que segurei para registrar os fotogramas, e vou até a página de Jorge Luiz de Souza. Fotografo-a. Sigo para a de Magdalena, de quem tiro outra foto rapidamente, antes de guardar de novo a câmera na calça jeans.

Quando o militar volta à sala, já estou olhando a foto de *Zé* ou *Edson*, o homem de nome esquisito, o líder operário que deu o codinome de *Mateus* a meu pai. O seu depoimento, registrado naquele documento em minha mão, pode ser a prova cabal de que, sim, ele foi o delator responsável pela prisão de tantas pessoas. Já o codinome *Edson* é informação nova. Eu não sabia daquele detalhe e, pelo jeito, nem meus pais, visto que nunca haviam comentado sobre esse outro nome de guerra.

É a primeira vez que olho seu rosto. Dou tempo para esse momento. Um pouco mais velho que os outros estudantes quando foi preso, tinha trinta e um anos. Com pele morena e cabelo crespo penteado para trás, tem os olhos castanhos cerrados e a barba por fazer, uma imagem um pouco diferente da que eu havia imaginado. Parece homem-feito, mas simples, em meio a jovens estudantes em formação. Ex-funcionário da prefeitura de Colatina, no Espírito Santo, ele exercia em tempo integral a função de primeiro-secretário do PCDOB no Espírito Santo. Era o dirigente mais importante no estado.

O seu nome é Foedes dos Santos.

Respiro pausadamente cada vez que leio aquele estranho nome que ouvi da boca do meu pai pela primeira vez aos doze anos. Foedes dos Santos. Percebo que a ficha de Foedes informa também que ele é natural de Alegre e que morava, à época, em uma casa sem número no bairro de Canaã, município de Viana, no Espírito Santo. Lembro-me da história de Canaã da Bíblia, a Terra Prometida ao povo hebreu, de onde jorrariam leite e mel. A terra foi conquistada após escravidão, prisão e tortura, quarenta anos de deserto e alguns dias de batalha, segundo pregava meu avô, aos domingos, na igreja presbiteriana de Caratinga. Uma geração a buscou, caso do líder Moisés, mas não pisou nela; outra a conquistou, como Josué. Parece a história daquela geração de estudantes. Alguns morreram tentando, outros viram a terra tão sonhada e pisaram nela.

O preto e branco que imaginara se torna real à frente dos meus olhos. Vejo no processo as dores de um tempo duro, mesclado a alguns expedientes jurídicos usuais de defensores de perseguidos pela ditadura. Cartas de familiares, amigos e ex-chefes estão espalhadas pelos cinco volumes numa estratégia que visava tentar melhorar a imagem dos presos. Nelas se diz que não há nada que desabone aqueles jovens estudantes, agora encarcerados.

As missivas revelam ainda facetas que nunca soube dos meus pais, como suas vidas no magistério. O Ginásio Martim Lutero declara que meu pai foi "contratado para lecionar biologia para as turmas do primeiro e do segundo ano do Segundo Grau em fins de

1972”, justamente a época em que foi preso. “A sua contratação se efetivou depois que o colégio obteve informações sobre a sua capacidade e sua vida familiar, principalmente.” Na carta afirma-se que “durante todo o tempo que estive conosco soube manter excelente relacionamento com os estudantes, colegas e direção do colégio”. Datada de 13 de abril de 1973, a declaração dá conta de que meu pai “sempre se conduziu comedido, angariando a simpatia de todos [...], caracterizando-se por sua sobriedade, obtendo ótimos resultados no seu trabalho sempre executado com esmero”.

São cartas de ex-professores e amigos dos meus avós — “declaro que conheço o progenitor”. Eles atestam o bom comportamento e a “conduta ilibada” de pessoas que haviam conhecido quando crianças ou, como é dito em uma das cartas, “desde a mais tenra idade”. São testemunhos recolhidos pelos pais dos meus pais na tentativa aflita de salvar os filhos da condenação. Alguns autores das cartas, aparentemente com medo de retaliação da ditadura, deixam claro que as escrevem a pedido de familiares. “Atesto, em virtude de solicitação formulada por seu genitor Wolghano Netto [...], que não tenho conhecimento de qualquer ato que o desabone”, declara o médico Lucilo Borges Sant’Anna em 5 de abril de 1973.

Com certificados, o estudante de Medicina tenta comprovar que participou de congressos de gastroenterologia, da Jornada Médica da Ufes, do XII Congresso Estadual da Associação Médica do Espírito Santo e de cursos como Cultura Médica, em outubro de 1969, ou Introdução ao Estudo da Reprodução Humana, ministrado pelo professor Jean-Claude Nahoum em fevereiro de 1970.

Folheando com cuidado, acho cartas de familiares que nunca conheci, mas de quem sempre ouvi falar, como o tio de minha mãe Boanerges de Almeida Leitão, irmão de meu avô Uriel. “Atesto que a professora Míriam Azevedo de Almeida Leitão, de quem fui professor das disciplinas de psicologia, sociologia e educação moral e cívica no Curso Normal do Colégio Caratinga, [...] sabendo tratar-se de pessoa de boa conduta, não conhecendo qualquer coisa que desabone o seu caráter e formação, seja como estudante, professora ou cidadã.”

Minha mãe também tinha sido professora. Dera aula de alfabetização tardia numa classe de crianças maiores.

Para o líder do PCDOB, no entanto, não há registro de defesa. Foedes seria de fato o traidor que eu tanto procuro? Tudo indica que sim. Pela primeira vez, seu nome surge em um documento militar, oficial, amarelado pelo tempo, mas ainda intacto e cheio de informações. Na terceira página, aparece a primeira ligação com meu pai, que era então um dos quatro integrantes do comando do PCDOB no Espírito Santo, formado numa espécie de secretariado. "Foedes dos Santos, condenado a um ano e dez meses de reclusão; Marcelo Amorim Netto, Jorge Luiz de Souza, Gustavo Pereira do Vale Neto, Adriano Sisternas condenados a um ano de reclusão." Eles e mais vinte e três foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Eram "subversivos".

Alguém que lê a história de dor, luta e paixão dos próprios pais, retratada assim com tanta formalidade, se emociona. Tenho absoluta certeza de que aquele arquivo nunca foi folheado de forma tão cuidadosa. Parece um tesouro meu. Um tesouro de um tempo com regras obscuras. Um militar assina o mandado de prisão, demandando à Polícia Federal, hoje tão celebrada por seus serviços republicanos, que cumpra e registre as buscas e apreensões. Passo folha por folha, procurando por mais pistas. Encontro depoimentos. Acho os dos meus pais, o de Foedes. Mas não leio tudo.

Nos dias seguintes, revelo as fotos que tirei das fichas de qualificação. Em 2004, fotografia digital era algo tão distante, ao menos para mim, quanto a Lei de Acesso à Informação. Eu ainda tinha máquinas analógicas. Emolduro a ficha do meu pai e a da minha mãe e as entrego a cada um, pessoalmente. Minha mãe me abraça com carinho, me dá um beijo na testa e agradece o meu esforço. Ela sempre tem palavras de incentivo. Meu pai também se emociona. É o dia do seu aniversário de cinquenta e quatro anos, e a ficha está embrulhada para presente. Não imagina o que tem dentro. Quando abre, a surpresa atinge o seu rosto. Os olhos ficam molhados. O jornalista Kennedy Alencar, um dos poucos amigos naquele aniversário, faz um sinal de positivo para mim. Ao meu ouvido, diz:

— Vai ser difícil você superar esse presente nos próximos aniversários.

ABAIXO POLITICO
DEMAGOGO

10.

XADREZ IMAGINÁRIO

Nos dias seguintes à entrega a meus pais de suas fichas de qualificação, ainda emocionado, lembrei-me de que devia enviar as de Jorge Luiz e Magdalena para eles. Escrevi no computador uma carta para cada um e imprimi. A de Jorge Luiz comecei assim:

Caro Jorge, este é um presente pelas horas de solidariedade e apoio que deu ao meu pai nos longos meses de cadeia, especialmente naqueles meses das solitárias. Mas tenho outros obrigados a te dar. Por exemplo: por me receber em sua casa, em Brasília, quando eu ainda estava na barriga de minha mãe. Ou por ter ajudado a minha mãe a conseguir um emprego na *Gazeta Mercantil*. Meu pai e minha mãe me contam desde pequeno a sua história. Então, aí vai uma lembrança do Matheus, que, filho do outro *Mateus*, ajudará a eternizar as suas histórias. Abraço.

Entreguei ao meu pai a ficha de *Onofre* e ele prometeu enviá-la ao antigo companheiro pelo correio. Anos mais tarde, revi a carta, que continha a seguinte anotação de meu pai:

P.S.: Este meu filho é um conquistador, não? Vive fazendo charme com todo mundo. Um grande abraço, do Mateus antigo.

Marcelo Netto

Jorge Luiz enfrentou com meu pai o pior período da vida de ambos. Ficaram cerca de nove meses, cada um em uma solitária, no Regimento Escola de Infantaria, no Rio de Janeiro. Para passar o tempo, jogavam xadrez imaginário, cada qual em sua cela, sem se ver, gritando as movimentações das peças. As vozes dos dois estudantes presos atravessavam o frio corredor militar. Muitas vezes

eles se perdiam nas jogadas, e a partida terminava de repente. Só conseguiram ser transferidos para uma cela maior, na qual ficaram juntos, após uma greve de fome de quatro dias. Foi quando passaram a ter acesso ao Caderno B do *Jornal do Brasil* e ao radinho portátil, que não tinha potência para captar emissoras do exterior e no qual ouviam a Rádio JB noite adentro, mas apenas a FM, que na época não dava notícias.

Em 3 de dezembro de 1972, quando chegou preso ao 38º Batalhão de Infantaria, no mesmo dia em que meus pais, Jorge Luiz foi recebido pelos militares com um forte soco no peito. O agressor era o homem a quem chamavam de *Dr. Pablo*, que andava com uma equipe treinada e uma jiboia enrolada dentro de um isopor, a mesma usada para torturar minha mãe. Queria obter informações do franzino jovem de um metro e setenta e quatro centímetros de altura.

O martírio de Jorge Luiz apenas começava. Colocado de pé, sem roupa, sofreu uma interminável sessão de choques elétricos que quase o mataram. Enquanto meus pais enfrentavam o seu tormento, o mesmo quartel recebia Jorge Luiz em uma ampla sala com cobertores pendurados em varais improvisados pelos militares. Aquela alegoria tinha um objetivo sombrio. Estavam ali para que Jorge Luiz não visse quem estava por trás. E o sentimento era o de que havia alguém. Quem? Foedes? Posto nu, Jorge Luiz começou a receber as descargas elétricas. Primeiro, nas orelhas. Em seguida, no peito. Depois, no pênis.

O jovem de Cachoeiro de Itapemirim, com cabelos nos ombros e bigode, que três anos antes havia recebido de Foedes o codinome *Onofre*, enfrentava com vigor os seus algozes. Mas o brutal espancamento, seguido dos choques, levou-o a uma primeira parada cardíaca. A equipe do *Dr. Pablo* o ressuscitou. Novos choques o fizeram urrar e urinar. Nova parada no coração o derrubou. A massagem cardíaca que recebeu dos militares foi tão forte que o esterno, osso do peito, quebrou. Jorge Luiz, milagrosamente, sobreviveu, para logo encarar outras sessões de tortura.

Em 2010, fiquei surpreso ao ser informado por Leila Coimbra, colega na *Folha de S.Paulo*, que ela era filha de Jorge Luiz. Após uma reunião de pauta de toda a sucursal de Brasília, Leila chegou, mansa, para me dar a informação inesperada. Como Jorge Luiz era uma figura extremamente querida em minha família, senti um forte aconchego naquele ambiente de trabalho. Chegamos a participar de uma apuração de reportagem juntos. Eu soube que quando ela estava com apenas um ano e oito meses de idade, foi usada pelos militares para pressionar Jorge Luiz. Deixaram que ela entrasse no quartel com a mãe e, nesse momento, disseram ao militante que estava na hora de ele assinar o depoimento. Temendo pela segurança da filha, ele assinou.

Em 2012, num furo jornalístico de grande repercussão, os repórteres de *O Globo* Chico Otavio, Juliana Dal Piva e Marcelo Remígio foram os responsáveis por descobrir a verdadeira identidade do *Dr. Pablo* — era o coronel Paulo Malhães. Ele próprio, em entrevista aos repórteres, confirmou que usava cobras e jacarés em interrogatórios. Revelou ainda como funcionava o aparelho montado pelo Centro de Informações do Exército em Petrópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, que servia de local clandestino de tortura e extermínio de opositores do regime e foi chamado, posteriormente, de “Casa da Morte”. A reportagem trazia relatos de presos que haviam sido torturados com uma jiboia e jacarés na época da ditadura.

Minha mãe, ao ler a reportagem, teve uma crise de choro. Meu padrasto, Sérgio Abranches, ao acordar, encontrou-a com o rosto marcado pelas lágrimas e perguntou o que era.

— Este foi o meu torturador — disse ela, mostrando a edição do dia 25 de junho de 2012, após ler que ele usava animais em seus interrogatórios e que seu nome de guerra era *Dr. Pablo*, do qual ela se lembrava bem.

Contudo, nada quis comentar sobre o assunto com o resto da família, nem falou ao jornal em que trabalha, o próprio *O Globo*, que também ela havia sido torturada com uma cobra. Na entrevista não aparece foto de Malhães. Sua imagem, no entanto, seria amplamente reproduzida dois anos depois, em 2014, quando ele

novamente admitiu participação em torturas, dessa vez perante a Comissão Nacional da Verdade. Ao envelhecer, ele mantivera os cabelos fartos dos quais minha mãe se recordava e adquirira uma bizarra semelhança física com o ditador iraquiano Saddam Hussein. Menos de trinta dias após falar na Comissão, Malhães foi encontrado morto.

Naquele mesmo ano minha mãe publicava o livro de ficção *Tempos extremos*, sobre a luta pela liberdade durante a escravidão e a ditadura militar. Na história, um personagem torturador reconhece, em entrevista à imprensa, que houve torturas nas prisões brasileiras, e essas revelações são parte fundamental da trama. Mas o torturador é assassinado logo depois de falar. Os originais de seu livro foram entregues à editora antes da confissão de Malhães à Comissão e de sua morte. Quando aconteceu o assassinato — numa estranha coincidência com a trama imaginada por minha mãe em seu livro — sua editora ligou para ela, espantada com aquela espécie de “premonição”:

— Míriam, que forças você andou conectando?

E a editora nem sabia que, por ironia trágica, Malhães vinha a ser o torturador da minha mãe. Ele esteve na direção dos atos de sofrimento imposto àquele grupo de jovens em Vitória. Aos trinta e dois anos, viajara da capital fluminense para a capixaba a fim de reforçar as sessões de tortura. Jorge Luiz o reconheceu ao ver a foto que circulou pela imprensa, mesmo ele estando com as diferenças que a idade traz. Gustavo do Vale também. Uma fonte militar me disse que havia apenas um militar com o codinome *Dr. Pablo* entre os que atuaram na repressão. Ele também era o único a usar animais nos interrogatórios, sua marca registrada, digamos assim.

Todavia, eu queria mais provas, de preferência documentais, e, para saber o que ele estava fazendo naquele final de 1972, procurei sua Folha de Alterações. Este é o nome dado a um precioso documento que registra, semestral e detalhadamente, as atividades de um militar. O Exército às vezes alega não tê-lo porque o militar, ao ir para a reserva, retira o original dos quartéis. Mas tenho informações de que as Forças Armadas guardam cópias.

Depois de muitos meses de insistência, uma fonte me entregou as Alterações de Malhães. Na página 65 das 143 do documento, encontrei a resposta à pergunta sobre por onde ele andava no segundo semestre de 1972. O Exército registra que, entre 4 de outubro e 31 de dezembro de 1972, Malhães desempenhou funções “na 2ª Seção do I Exército” e estava “à disposição do DOI/I Exército”. Soube depois que a Comissão Nacional da Verdade conseguira o mesmo documento, e o Arquivo Nacional me concedeu uma cópia, na qual conferi os dados com a versão que a fonte me dera. Estava tudo ok. O Espírito Santo está dentro da área do I Exército, e o que os superiores do então capitão Malhães registraram é que ele trabalhou por dois meses e vinte e nove dias na 2ª Seção e no DOI. Exatamente nesse período meus pais foram presos e torturados na 2ª Seção de um batalhão do I Exército. Há registros também de outros trabalhos dele para os órgãos repressivos. Só o paciente tempo de investigação me levou a essa prova documental que confirmou que, de fato, Malhães atuou no batalhão de Vila Velha na época em que o grupo de Vitória esteve preso.

Eu estava no começo dessa busca quando escrevi a carta para Jorge Luiz e a enviei com a foto de sua ficha de qualificação no STM. Também escrevi um texto carinhoso a Magdalena, *Mariana*, no qual dizia ter um presente-surpresa para ela: sua ficha. Anos antes, em 3 de dezembro de 1972, Magdalena, aplicada estudante de Medicina, estava na casa da também militante do PCDOB Beth Madeira, que não tinha codinome. Lá, elas souberam da prisão de três companheiros do partido: além de Míriam e Jorge Luiz, Marcelo, o líder que elas admiravam na faculdade.

Magdalena fugiu com Beth para a casa de amigos em Cariacica, município vizinho a Vitória. Uma colega mais velha, Maria das Graças Ruy, já médica, buscou-as e as levou para outra casa, na Barra do Jucu, balneário no município de Vila Velha, onde ganharam novas roupas e ficaram escondidas até 20 de dezembro. Nesse dia, deram de cara, por descuido, com estudantes conhecidas na rua. Caçadas pelos militares nos bairros de Vitória, temeram uma delação e seguiram para Cachoeiro de Itapemirim, no sul do estado. De lá, um

amigo as levou de carro até Campos, já no estado do Rio, de onde seguiram, de ônibus, para a Cidade Maravilhosa.

— Queríamos fugir, sair do país — lembra Magdalena, contando que no meio da fuga elas se separaram.

Beth seguiu para a casa de parentes. Magdalena viajou com o também militante do grupo de Vitória Guilherme Lara Leite, seu namorado, para o sítio de um parente no sul de Minas. Importante funcionário do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, o tio de Guilherme aconselhou-os a se entregar. Apaixonados, ainda não havia dois meses Magdalena e Guilherme tinham dormido juntos pela primeira vez. A noite de amor começou em um fim de tarde na praia, ao ar livre, e terminou em um quarto escuro de uma república de estudantes. Magdalena perdeu a virgindade e engravidou ali.

Beth, Magdalena e Guilherme Lara Leite se apresentaram ao Centro de Informações da Marinha, o Cenimar, no Rio de Janeiro, onde foram interrogados num lugar sombrio, mas não houve violência. Os três foram liberados com a promessa do tio do BID aos militares de que eles se entregariam no 38º Batalhão de Infantaria, no Espírito Santo. Dias depois, eles se apresentaram no quartel. A equipe do *Dr. Pablo* já tinha ido embora, mas lá estava, para recebê-los, a turma do capitão Guilherme. Beth foi empurrada com força de um canto a outro numa sala. Guilherme Lara Leite sofreu sufocamento. Magdalena foi levada para junto dos cães que latiam perto de seu rosto sob o comando de “terrorista”. Dia após dia respondiam às mesmas perguntas e recebiam as mesmas ameaças. “Está grávida”, registram os militares no final da ficha de qualificação de Magdalena.

Quando finalmente Magdalena e Beth entraram na cela coletiva, Míriam contou, em meio aos abraços, que estava grávida.

— Eu também — disse Magdalena, abraçando mais demoradamente minha mãe.

Com Janaína na barriga, Magdalena é exemplo de uma geração que enfrentou os militares, tornando possível o retorno à democracia. Todavia, sofreu a violência do regime. Magdalena acabou vivendo pânico semelhante ao de minha mãe, que esperava

por Vladimir atrás das grades. Eram jovens demais para enfrentar aquela covardia.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO DO I EXÉRCITO

10101



(nº de ordem)

FOLHA DE
GUARDA
FOLHA



NOME: PAULO MALHES
POSTO (ou GRADUAÇÃO): CAPITÃO
ARMA (SERVIÇO ou QUALIFICAÇÃO): CAVALARIA
IDENTIDADE: 16-911.262
CP: 66.379

29. SEMESTRE DE 1972
PERÍODO: de 07. Ago. a 31. Dez

1ª PARTE:

INCLUSÃO: Classificado conforme ^{HI nº 170} HI nº 148 de 07 Ago 72. Com
ajudado não apresentado, a contar de 09 Ago conforme HI nº 150.
ENTRADA: A 25 Out o HI nº 202 publicou ter se apresentado no dia
04 Out 72, pronto para o exercício das funções.
EXCLUSÃO: Sem alteração.

SAÍDA: Sem alteração.

2ª PARTE:

TEMPO COMPLETADO DE EFETIVO SERVIÇO (TC)
at. em função

- de 04 Out a 31 Dez - Desempenhando função na 2ª Sec EM/I Ex e
a disposição do DOI/I Ex.

00. 02m 27 d
00. 02m 27 d

11.

O DEDO-DURO ESTAVA TRANQUILO

Após ver as fichas naquele porão do Superior Tribunal Militar, os dias demoraram a passar. Esperei dois meses até receber uma resposta positiva ao meu pedido para xerocar os cinco volumes que me haviam sido apresentados. Somente quando consegui pegar a cópia dos documentos pude ler que o inquérito fora conduzido por um major chamado José Maria Alves Pereira. Foi para ele que Foedes dos Santos deu seu depoimento devastador, no dia 7 de dezembro de 1972, formalizando informações dadas nos dias anteriores, logo após ser preso.

É um registro histórico. Nele, o ex-dirigente do PCDOB delata meu pai e vários outros camaradas do partido no Espírito Santo. Em alguns casos, dando os nomes verdadeiros deles. Em outros, codinomes. Está lá no depoimento de Foedes: "Lembra ainda o depoente que o responsável inicialmente pelos três bancos [células comunistas] da Faculdade de Medicina era Amorim (*Mateus*)."

Leio essas declarações pela primeira vez em casa, no meu quarto. Por várias vezes tenho que parar, recuperar o fôlego e segurar a raiva, que começa a se acumular no estômago, juntando-se a anos e anos de indagações sobre aquele sujeito. A cada trecho de sua delação, sinto aquela bola aumentar dentro de mim e chegar perto de um estouro.

As informações prestadas por Foedes desmantelaram o partido no Espírito Santo e forneceram pistas para o Serviço de Informação militar sobre o Comitê Central do partido no Rio de Janeiro. Em doze páginas de depoimento, ele conta, ainda, que indicou ao menos um estudante para o Comitê Central levar para a Guerrilha do Araguaia: João Calatrone. José Maurílio Patrício, o *Manoel do B*, também é

citado no depoimento. Ambos combatiam na mata, mas o depoente diz não saber onde. Não saíram de lá com vida.

Foedes não escondeu que outros militantes estavam sendo preparados para se incorporar à guerrilha. O próprio Gustavo do Vale, preso em uma república de estudantes em 2 de dezembro de 1972, um dia antes dos meus pais, declara em seu depoimento que “Zé lhe formulou convite para partir para o campo”, mas que declinou “do mesmo por não se sentir preparado”. Os arquivos também revelam que Joaquim Patrício Filho e seu irmão mais velho, José Maurílio Patrício, viam igualmente em Foedes a liderança a ser seguida.

Em seu depoimento, Joaquim diz que foi Foedes quem o convidou a entrar no partido. Encontravam-se uma vez por mês. Ele admite que enviou uma carta ao irmão pelas mãos de Foedes no início de 1972, na qual respondia a uma missiva de José Maurílio, de quinze dias antes, quando foram tratados “assuntos de interesse familiar”. O envelope tinha carimbo de São Paulo; saía da guerrilha para lá; e, finalmente, repousara nas suas mãos. Tudo via PCDOB. Ainda segundo relato de Joaquim, Foedes o convidou a seguir para o campo com o intuito de “receber treinamento de guerrilha”, mas ele não aceitou. No depoimento, Joaquim diz que suspeita que seu irmão “esteja realizando o dito treinamento, tendo em vista informações de Foedes”. Uma contradição com o depoimento de Zé: aos militares, o líder capixaba do PCDOB diz que soube que José Maurílio estava no Araguaia pelo irmão dele, Joaquim.

Um efeito colateral fica claro. A delação de Foedes impediu o envio de reforços de militantes para o PCDOB no Araguaia, entre eles, meu pai — ainda que ele não tivesse a intenção de ir imediatamente para lá. A morte quase certa esperava Marcelo, ou *Mateus*, se ele fosse para o combate, já que cerca de 80% dos guerrilheiros foram executados. A delação impediu a ida de *Mateus* para a selva amazônica, mas proporcionou a possibilidade do nascimento de outro Matheus, cinco anos depois. Eu enlouqueço nesse redemoinho, enquanto leio o depoimento de Foedes dos Santos.

Ele revela aos militares que tem um encontro na Zona Norte do Rio de Janeiro, na rua Cupertino, em Quintino, no dia 20 de

dezembro de 1972, às sete da noite. Foedes não diz o nome da pessoa que vai encontrar, mas trata-se de Lincoln Cordeiro Oest. Assim, “O Velho” não sabia que já estava no vale da sombra da morte naquele dia. Meu pai me contaria da sua angústia nos primeiros dias de prisão, isolado, no 38º Batalhão de Infantaria. Embora não houvesse provas, os militantes achavam que Foedes era o delator. E meu pai temeu justamente que, depois de ter entregado todos os companheiros no Espírito Santo, o dirigente comunista fosse terminar o trabalho delatando gente do Comitê Central, a começar por Lincoln Oest. Marcelo sabia que um contato com o Comitê Central, no Rio de Janeiro, fora marcado, porque havia, antes da prisão, a possibilidade de também ele ir ao encontro de Lincoln Oest. Como líder, Foedes com certeza iria.

Quando saiu da solitária, meu pai foi levado para a cela coletiva. Quase duas dezenas de presos se amontoavam ali em camas de campanha, num xadrez com apenas uma privada e um chuveiro. Foi de lá que Marcelo viu Foedes ser levado para entregar parte do Comitê Central. O que se contaria depois nas prisões do Rio de Janeiro, por meio de informações trocadas entre guardas e prisioneiros, era que Foedes fora ao ponto que havia sido marcado anteriormente para o dia 20. A Kombi com o motorista que fungava de maneira estranha apareceu. E assim os militares chegaram até Lincoln Oest.

Os temores de meu pai se confirmaram muito tempo depois.

Com Lincoln Cordeiro Oest tombaria também João Muniz de Araújo, o *César*. Os órgãos de segurança divulgaram uma versão falsa de que Oest foi morto em tiroteio ao tentar fugir, no Rio — informação publicada, em janeiro de 1973, no jornal *O Globo* e em outros matutinos. Na verdade, a morte foi sob tortura. “O Velho” não resistiu ao mesmo tratamento dispensado a companheiros mais jovens. Meu pai soube na prisão, quase um ano depois, que Lincoln Oest foi barbaramente torturado até sofrer uma parada cardíaca definitiva. Os militares encheram seu corpo de balas, simularam reação e fuga. A reportagem, com informações incorretas, registrou

também que Foedes tinha ajudado os militares a chegar ao Comitê Central.

meiro contato com elementos do Comitê Central do Partido, foi feito por intermédio de ALBERTO, no final de mil novecentos e sessenta e oito, na GUANABARA, contato êsse realizado entre o depoente, ALBERTO e "CARLOS", sendo que êste ultimo apresenta as seguintes características: alto, forte, branco, sem bigode, calvo, braços cabeludos e uma coroa de platina na arcada superior dentária; neste contato foi acertado o seguinte: que o depoente continuaria em MANTENÓPOLIS pelo tempo que fosse necessário, receberia uma ajuda de cem cruzeiros, a título de manutenção da família, através de ALBERTO, além da verba destinada a deslocamentos, em torno de cem a cento e vinte cruzeiros; e finalmente lembra o depoente ter incia, digo, indicação para o Comitê Central o elemento de nome JOÃO CALATRONE, estudante de Contabilidade em NOVA VENEZIA e contato do depoente de NOVA VENEZIA, contato êste recebido de "PEDRO", em fins de mil novecentos e sessenta e oito, essa indicação, digo, essa indicação se deu no início de mil novecentos e setenta e um, quando o referido elemento já se encontrava em VITÓRIA. A finalidade da indicação era para que JOÃO CALATRONE integrasse o grupo que se destinava à ação armada; sua indicação foi feita tendo sua disposição para ir para o campo, digo, sua indicação foi feita tendo em vista sua disposição em partir para o campo para pegar em armas. JOÃO CALATRONE foi levado pelo depoente ao RIO-GRANDE para ser apresentado a um elemento do Comitê Central do PC do B, onde após manter entrevista com o // Comitê Central do Partido, retornou a VITÓRIA com o depoente; pagado um mês CALATRONE regressou ao RIO, sozinho, com contato anteriormente estabelecido com o Comitê Central, retornando mais uma vez a VITÓRIA após o referido contato; cinco ou seis dias depois viajou novamente, não sabendo o depoente para onde. Lembra finalmente o depoente que JOSÉ MAURILIO, de Barracão de Petrópolis e estudante do Quarto Ano de Ciências Agrícolas do Quilometro Quarenta e sete, foi para esse, digo, a mesma tarefa de JOÃO CALATRONE, segundo declarações feitas ao depoente por JOAQUIM PATRÍCIO, irmão de JOSÉ MAURILIO. Lembra ainda o depoente ter sido portador

Daniel
 João Calatrone
 João Calatrone

Oito dias após o ponto do líder comunista capixaba com Lincoln Oest, Carlos Danielli foi preso quando seguia para outro ponto, levado por César Augusto Teles e Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, irmã da guerrilheira Crimeia Schmidt, que eu conheceria na ida ao Araguaia em 2004. Os dois também foram presos depois de deixarem Danielli nas proximidades do encontro. Na prisão, meu pai ouviu a versão de que Danielli caiu em função da tortura sofrida pelo motorista da Kombi que transportava militantes na Zona Norte do Rio.

Conforme registrado no já citado livro *Operação Araguaia*, Danielli foi recebido a socos e pontapés pela equipe do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o temido comandante do Destacamento de Operações de Informação, o DOI, na rua Tutoia, em São Paulo, o mais conhecido centro de torturas do regime. Era 28 de dezembro de 1972. No segundo dia de tortura, Danielli gritou: "Eu sei como chegar à guerrilha. Sei também onde estão Maurício Grabois e João Amazonas [militantes históricos do PCDOB], mas não vou dizer. Podem continuar." Danielli enfrentou ainda uma noite desalmada no último dia do ano. A dedicação à causa comunista lhe custou a vida. Morreu sem entregar seus companheiros.

Amelinha, presa com Danielli, levava na bolsa um recibo da compra de uma máquina de lavar. Ela me contou não saber ao certo, mas acredita que nele constava o endereço onde Crimeia, gestante, dormiria naquela noite. Grávida de sete meses, ela foi encarcerada no dia seguinte. Viveria dias de terror.

No depoimento de Foedes, os militares registraram dúvidas do militante sobre os objetivos do PCDOB. Calculava que a luta armada levaria mais sofrimento aos brasileiros. "[O depoente] acha, por exemplo, que a guerra revolucionária armada traria maiores sofrimentos ao povo que os atuais sob o desenvolvimento econômico mais lento." E acrescentou que tinha "uma imagem diferente da que tem agora dos militares". Os documentos são inegáveis, irrefutáveis. Segundo os arquivos, Foedes entregou, sim, meus pais, gerou o indiciamento de quase três dezenas de militantes do partido no Espírito Santo e a morte de Oest. Como num efeito

dominó, levou à prisão de Danielli, César Augusto Telles, Amelinha e Crimeia. Tudo o que tinham me contado sobre ele, após minhas insistentes perguntas, estava confirmado no processo.

Entretanto, uma informação não batia. Consta em seu depoimento, segundo declaração do próprio Foedes, que ele fora recebido a “socos e tapas” pelos militares das Forças Armadas. A informação vai de encontro à convicção unânime de seus ex-liderados. Marcelo mesmo conta que viu Foedes nos primeiros dias de prisão e que, imediatamente, teve a sensação de que ele entregara os liderados sem tortura. Jorge Luiz confirma a impressão. Meu pai me disse:

— Ele estava bem, absolutamente tranquilo e arrumado. Ele passou a ser um pária para nós, o dedo-duro que fez a gente sofrer. O comandante que traiu.

Naquele quartel, no verão de 1972, quase todos chegavam arrastados. Todos viviam suados e tinham cara de sofrimento. Os estudantes de Vitória, no entanto, o viam bem.

Respirei e pensei sobre o que fazer com os documentos dos quais emergiam tantas informações. Lembrei que, coincidentemente, meu antigo chefe, o jornalista Eumano Silva, estava de licença para escrever *Operação Araguaia*. Sabia que ele procurava pelos dados que eu tinha. Eu poderia escrever uma reportagem sobre aquilo e publicar no jornal em que trabalhava. Mas Eumano era um chefe generoso. Todo jovem jornalista deveria ter a oportunidade de encontrar um editor assim. Compartilhava descobertas, ensinava como tratar as notícias e, principalmente, como escrevê-las com precisão. Enquanto me lembrava dele, pensei se eu não estaria impedido de fazer a matéria, devido à óbvia ligação afetiva com meus pais. Concluí que sim e que o melhor seria ceder o material a quem soubesse dar o tratamento exigido em um livro. Assim, entreguei as doze páginas do depoimento de Foedes a Eumano. Também cedi reproduções de pichações feitas corajosamente pelos jovens que desafiavam a ditadura nas ruas de Vitória escrevendo em letras garrafais dizeres como “Viva a Guerrilha no Sul do Pará”.

Eumano sabia a importância do documento e marcou uma entrevista com meu pai. Na ocasião, vi Marcelo dizer que Danielli e

Eumano eram parecidos fisicamente. Entendi o apelido de Danielli, de "Mosquito Elétrico". Os dois eram morenos, magros, mas fortes. Eumano seguiu adiante com sua apuração e publicou o livro em 2005. As páginas 375 a 381 abordam em detalhes o depoimento de Foedes. Ao ler o agradecimento que meu antigo chefe me fez no final do livro por ter lhe entregado documentos e fotos em primeira mão, senti, pela primeira vez, um pequeno alívio naquele anzol que me prendia à história dos meus pais.

Mas o que Foedes teria a dizer ao verdadeiro camarada *Mateus*? À companheira *Amélia*, codinome de minha mãe? Foedes estaria vivo para enfrentar os familiares daqueles que entregou? Aquelas perguntas ainda me pesavam na noite em que li *Operação Araguaia* até dormir.

NOME: FOEDES DOS SANTOS
CODINOME: "ZÉ"
FILIAÇÃO: Antonio dos Santos
Luiza Rosa dos Santos
DATA NASCIMENTO: 30 de abril de 1941
NATURALIDADE: ALEGRE/E E SANTO
PROFISSÃO: Não tem
RESIDÊNCIA: Casa sem número, Bairro Canaã - Município de VIANA/ES
Outros dados: 1º Secretário do PC do B, no ESP SANTO

12.

“TORTURADO ANTES DE NASCER”

O retorno ao combate na selva amazônica pelas linhas de *Operação Araguaia* acalmou meu desejo por resposta, ao menos por alguns anos. Meus pais estavam registrados no livro como haviam me contado na pré-adolescência: após serem entregues pelo líder máximo do PCDOB no Espírito Santo. Com efeito, havia ao menos o conforto de um registro para a posteridade.

Contratado pela revista *Época*, onde trabalhei de 2005 a 2009, concentrei-me no trabalho de jornalismo investigativo que exercia para a editoria de Política, inclusive com reportagens sobre o período do regime militar. Uma delas contou a história do filho de Crimeia Schmidt, João Carlos Grabois, o Joca. Neto de Maurício Grabois e filho de André Grabois, mortos pelos militares no Araguaia, João fugiu da guerrilha de carona na barriga da mãe e acabou preso e torturado antes de nascer, em São Paulo. Levou choques, murros e pontapés.

Considerado o primeiro preso político brasileiro na vida intrauterina, João Carlos nasceu em um hospital militar e era privado do conforto do relacionamento com a mãe. Recebeu trinta e nove mil reais de indenização do Estado em 13 de fevereiro de 2007. João Carlos, numa entrevista que me concedeu para uma reportagem no mesmo ano, disse que o fato de ter sobrevivido fazia dele um homem feliz. O título da reportagem acabou sendo uma referência involuntária ao que aconteceu na minha família: “Torturado antes de nascer”. Era impossível não me lembrar do meu irmão, Vladimir, e não pensar que ele também estava em gestação no corpo de minha mãe quando ela foi torturada em um quartel. Enquanto escrevia a história de luta de Crimeia e Joca, pensei nos dois e sofri pela geração da minha mãe. E pela minha também. As reportagens que fazia me devolviam à história dos meus pais.

Num certo dia de 2008, entrei na casa do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, no Lago Norte, em Brasília. Passara dias rondando o lugar, visitando a igreja frequentada pelo militar, até que, de repente, simplesmente bati na sua porta e pedi uma entrevista. Ao ser presa, Crimeia fora levada para o centro de torturas comandado por ele, no DOI de São Paulo. Foi ali que Carlos Danielli tombou, após três dias de brutalidades. A ditadura brasileira ainda tem um manancial de perguntas a serem respondidas. Muitos segredos continuam guardados porque os militares da reserva não querem falar, os da ativa os protegem e o país tomou, há décadas, a decisão de não enfrentá-los. E lá estava eu, na sala de estar do mais notório dos torturadores do Brasil, em busca de algumas dessas respostas.

Perguntei a Ustra o que acontecera no DOI em São Paulo, onde tantos morreram. Ele negou participação em torturas e me mostrou a sua Medalha do Pacificador, condecoração militar criada para distinguir os que prestam bons serviços ao Exército. Mas disse que Romeu Tuma, então delegado do Departamento de Ordem Política e Social, o temível Dops, “acompanhou e viveu a situação de violência da época e o trabalho do DOI”. E, para minha surpresa, me entregou em mãos uma declaração por escrito de trinta e uma páginas. Não sei há quanto tempo o texto estava pronto. Era uma defesa inédita confeccionada para responder a processos civis abertos sobre o período. Ao sair de sua casa, a caminho da redação, pedi ao motorista da revista, Sérgio Edvar, que encostasse o carro. Vomitei.

A reportagem que fiz, publicada também na revista *Época*, repercutiu em diversos jornais do país. Era a primeira vez que Ustra se colocava publicamente debaixo do guarda-chuva do então senador Romeu Tuma, que morreu dois anos depois, em outubro de 2010, sem explicar o significado da declaração do colega. Ustra morreria em outubro de 2015. Na seção Carta da Redação da mesma edição, o diretor da revista, Helio Gurovitz, escreveu:

[...] para o repórter Matheus Leitão, da sucursal de Brasília, esse capítulo da História brasileira tem um significado especial. Seus pais foram ambos presos políticos. Seu pai foi torturado e passou nove meses numa solitária. Sua mãe foi submetida a torturas

grávida do irmão de Matheus. Matheus, naturalmente, desde cedo se interessou pelo assunto. “Eu era o único da família que não havia sofrido as marcas da tortura na própria pele”, ele registra no texto. “Mas li tudo o que havia sobre o tema desde a adolescência.”

Helio foi generoso comigo no restante do texto. Mas, quando me perguntou sobre Ustra, respondi que o militar parecia distante da figura do regime.

Em resposta à reportagem, a mulher de Ustra, Joseita, me criticou fortemente no site Ternuma, criado pelos militares para se defenderem de acusações em relação à ditadura. Em seu texto ela insinua que eu os enganei com um discurso de “menino pidão”. Eu sabia que ela queria justificar publicamente, aos colegas militares do marido, a decisão dele de entregar a defesa a mim, um jornalista cujos pais tinham sido “esquerdistas” contrários ao regime. Joseita fez isso depois de me ligar. Ao telefone ela disse que, embora a linha da reportagem a desagradasse bastante, ela entendia minha posição, e soluçou ao dizer que sentia muito pelo que fizeram com minha mãe, especialmente no episódio da cobra.

Fiquei mexido nos dias seguintes à publicação da reportagem. Abalado com tudo o que envolve a ditadura militar brasileira e a forma como o Brasil lida com ela. E nunca esqueci o título da carta escrita por Helio Gurovitz sobre o texto: “Um pesadelo do qual não conseguimos acordar”. O título remetia a uma fala de um personagem do escritor James Joyce em *Ulisses*. Helio parecia ler meus pensamentos.

13.

ERA TEMPO DE ACORDAR

À medida que eu avançava nas apurações sobre o regime, crescia meu sentimento de que Foedes precisava ser confrontado pelo depoimento dado em 7 de dezembro de 1972 aos militares. Eu tinha que ir atrás dele. Resolvi entrar em um sistema *on-line* de cadastro de clientes feito para lojistas e acessado por repórteres que querem localizar pessoas. Era a minha primeira tentativa de encontrá-lo. Antes, porém, precisava conseguir o número do seu título de eleitor e o do seu CPF com uma fonte do Tribunal Superior Eleitoral. Ela me respondeu em vinte e quatro horas. Título: 00097... O CPF veio depois, e com ele descobri em 2008, no cadastro da Receita, que o número estava válido. Daí para achar um endereço — caso Foedes tivesse feito alguma compra numa loja que usasse o tal cadastro — seria uma questão de tempo.

No dia 28 de junho de 2008, fiz a pesquisa. Digitei 8-2-6 seguido do restante dos números. O resultado foi positivo. Emocionei-me em frente à tela ao ver que Foedes dos Santos morava em Cariacica, mesma cidade para onde Magdalena e Beth fugiram após serem delatadas por ele. Foedes ainda estava pelo Espírito Santo e dirigia um Kadett GL cinza, em seu nome, placa final 3966. Mandeí um e-mail para os meus pais com o título "Encontrei ele". A mensagem era a seguinte:

Achei o Foedes. Preciso fazer a matéria "O homem que rachou a ponte com a guerrilha". Rosto na capa. Vou atrás dele no Espírito Santo. Ele tem sessenta e sete anos e mora em Cariacica. CPF ativo, de acordo com a investigação. Preciso de tudo que vocês sabem sobre ele. Mesmo ele entregando vocês, acho que existe espaço para eu mesmo fazer a matéria, principalmente depois da carta do Helio Gurovitz [a respeito da matéria que fiz sobre o

Ustra]. Do mesmo jeito, sem revanche. O torturador e, agora..., o delator. Os dois lados da ditadura. Também preciso, mãe, que você me mande por correio — o mais rápido possível — o processo do Espírito Santo [eu tinha emprestado a ela o processo encontrado no STM]. Não falem sobre isso ao telefone. Principalmente o nome dele. O mundo de hoje também é surtado. Só conversaremos por e-mail sobre o tema ou, em códigos, ao telefone.

Em seguida, comecei a redigir a proposta de reportagem que apresentaria aos editores:

Foedes dos Santos foi o traidor que tornou possíveis a desarticulação do PCDOB e o isolamento da Guerrilha do Araguaia, em 1972. Enquanto o partido se dividia entre o campo e a cidade no combate à ditadura, as Forças Armadas usaram Foedes, um importante quadro do PCDOB, como seu principal informante para prender, torturar e matar outros importantes dirigentes do PCDOB no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em São Paulo. Dois deles, Lincoln Cordeiro Oest e Carlos Nicolau Danielli, sucumbiram após a delação. Meus pais foram presos pelas informações passadas por ele.

Minha mãe respondeu:

Na prisão eu o vi duas vezes. Logo que cheguei, presa, achava que estava ali por engano. Pensei que o Marcelo tinha sido preso por ter liderado a única greve estudantil no Espírito Santo naquele ano. No carro, indo para o batalhão, algemados, o Marcelo tinha feito um gesto bem sutil, que ninguém percebeu, mas eu entendi que ele estava dizendo: “Fique calma, estamos sendo presos por minha causa.” Fiquei, portanto, fazendo o personagem “namorada” do presidente do Diretório Acadêmico da Medicina. Mas, ao chegar lá, depois de um certo tempo, cinco pessoas me cercaram e começaram a cantar:

— Amélia que era a mulher de verdade!

E pediram que eu olhasse numa direção. Ele estava lá.

— Conhece esse cara?

— Nunca vi na vida — disse.

Era o Foedes. E ele estava bem. Não parecia torturado. Cruzei com ele uma vez no batalhão, depois que já sabia de tudo. Que ele tinha entregado todos nós. Vi de longe e senti que iríamos nos cruzar. Ele estava cercado e algemado. E eu também. Quando os dois grupos se cruzaram, gritei:

— Viu o que você fez? Viu o que você fez, filho da puta? Covarde!!!

Um dos militares me deu um safanão que quase me derrubou.

Diante desse relato, terminei a minha pauta para a *Época* assim: “Sabemos onde Foedes está, em Cariacica, Grande Vitória, e podemos contar sua história.” Todavia, hesitei. Naquela época ainda me sentia um intruso. Era a busca de um passado que não era meu, e sim de outra geração. Era a busca do passado dos meus pais e de seus companheiros de partido, entre os quais um outro militante que eles nunca conheceram e sobre o qual também pesava a acusação de uma possível colaboração com os militares — até hoje não comprovada. Essa história surgiu em 2009, após grande esforço de apuração para fazer uma reportagem. Tratava-se de um desaparecido político da década de 1970, filho de militar e combatente da guerrilha, com CPF válido ainda em 2005 e que declarara Imposto de Renda até 2004: Hélio Luiz Navarro de Magalhães, o *Edinho*.

Publicada, a reportagem gerou, mais tarde, uma investigação federal porque se suspeitava de que Hélio Luiz estivesse vivo. Em 2004, um imóvel da família fora vendido. Embora já existisse um atestado de óbito por Hélio Luiz estar há trinta anos desaparecido, na escritura de compra e venda do imóvel ele é identificado não como morto, mas como “ausente”, sendo representado pela mãe, Carmen. Em sua última declaração de renda, em 2004, Hélio tinha bens avaliados em duzentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos, herdados depois pela mãe.

O que descobri nessa investigação foi a dor de Carmen, que dizia esperar pela volta do filho para casa havia mais de quarenta anos. E também o ceticismo de uma irmã, Aglaé, que me disse que os relatos envolvendo a ditadura eram tão cheios de mistério que ela já não acreditava em nada: nem que Hélio estava vivo nem que estava morto. Também pude perceber que as suspeitas em torno de uma possível delação por parte de Hélio nasciam justamente por falta de informações precisas. Muitas perguntas, poucas respostas, mas uma certeza eu tinha e escrevi na reportagem:

[...] personagens de natureza tão fugidia só podem sair das sombras e ganhar a luz dos fatos históricos quando um país perde o receio de examinar as feridas do passado. [...] Os arquivos da Guerrilha do Araguaia permanecem até hoje longe dos olhos da nação, o que só contribui para a permanência de lendas e fantasmas. Não há razão legítima que justifique um segredo tão duradouro.

À medida que fazia reportagens sobre o tema, crescia a minha convicção de que era hora de eu mesmo enfrentar o passado, sem hesitações. Um último questionamento perdurava na minha cabeça: se meus pais não haviam falado publicamente da própria história, por que eu deveria fazê-lo? Isso foi resolvido quando Míriam deu o depoimento para o Observatório da Imprensa, em 2014. Nele, minha mãe contou que estivera presa e sofrera torturas. E que havia feito em 2011, sozinha, uma visita ao velho forte militar do Espírito Santo no qual ficara encarcerada.

Mas por que ficou tanto tempo em silêncio, por que nunca pediu indenização e, de repente, concedeu a entrevista ao colega? Ela me explicou que era preciso entender o contexto. Naquele ano, a Comissão Nacional da Verdade fazia seu trabalho e recebeu uma nota desaforada dos comandantes militares, dizendo que não houve “desvio de função” nas Forças Armadas. Era mentira. Apenas mais uma, mas aquela Míriam considerou a gota d’água. “Eu fui torturada na frente de um quadro do Duque de Caxias, em um batalhão do Exército. Eu sou testemunha do desvio de função”, ela disse na

entrevista, que trazia aquela sua ficha de qualificação que encontrei no STM. A ficha foi divulgada em sites, jornais e revistas dos mais diversos do país para ilustrar o depoimento sobre as mazelas que sofreu grávida.

Lembrei-me novamente do personagem de James Joyce, em *Ulisses*, que diz em determinado momento do romance: "A História é um pesadelo do qual eu estou tentando acordar." Era tempo de acordar do nosso.

14.

A FOGUEIRA NA NOITE DO MORRO

Pousei em Vitória no dia 2 de dezembro de 2014 para o capítulo mais importante de uma busca que iniciara muito tempo antes. Como ponto de partida, eu usaria aquele endereço de Foedes que conseguira em 2008. O plano era bater em sua porta no dia seguinte. Não tinha planejado, mas a data cairia exatamente quarenta e dois anos após a prisão dos meus pais. Eles foram levados pela repressão num domingo ensolarado, em 3 de dezembro de 1972, enquanto desciam da favela do Morro da Fonte Grande, no Centro, onde moravam, em direção à praia. O barraco em que viviam era bem pequeno e tinha vista panorâmica para outro morro, o da Piedade.

Dois dias antes de serem presos, Míriam subira a favela sozinha, no começo da noite, preocupada. Ela voltava do trabalho na Rádio Espírito Santo. Na véspera, Marcelo havia tentado se encontrar com o novo presidente do diretório da Faculdade de Medicina, Sebastião Lima Nascimento, o Tião, mas não conseguira.

— Estranho ele não estar no ponto, não, Marcelo? — ela havia comentado.

— Ele estava muito resfriado na última vez que nos vimos — Marcelo justificara. — Acho que deve ter piorado. Como combinado, voltarei amanhã no mesmo horário.

Enquanto ela subia o morro, pensava que naquele momento seu namorado devia estar tentando novamente se encontrar com o companheiro, seguindo uma regra de diversas organizações clandestinas. Caso um dos militantes não comparecesse ao ponto, deveria ir ao mesmo local no dia seguinte, no mesmo horário. No PCDOB, as instruções eram precisas a esse respeito. Se a pessoa não

estivesse, esperar por não mais que cinco minutos. Após uma hora, voltar e olhar de longe. Por último, voltar vinte e quatro horas depois. Se o companheiro não aparecesse, dar o alerta geral para os contatos do partido.

Fonte Grande era uma favela com casas modestas de alvenaria. Parecia mais um bairro popular. O barraco de meus pais tinha uma pequena varanda, dois quartos, duas salas e uma cozinha. O banheiro era externo. Transformaram um dos quartos num depósito de roupa, porque não possuíam armário. Uma das salas virou uma biblioteca improvisada. Os livros e papéis eram colocados no chão. Muitos eram de medicina, de Marcelo. Alguns outros, de literatura, de Míriam: *Grande sertão: veredas*, seu favorito, a distopia *1984*. Poesias de Drummond. E *Vidas secas*, lido e relido na adolescência.

No quarto de dormir, havia uma cama de casal com um colchão de solteiro em cima. O estrado fora presente do meu tio Uriel Junior, falecido em 2016 durante a produção deste livro. Um cobertor e colchas completavam o espaço. A roupa de cama e banho, mínima, fora conseguida por Marcelo na casa dos pais, meus avós, que moravam ali perto, na Escadaria da Piedade, região de classe média baixa. Na sala de estar do barraco sentava-se no chão, pois não havia sofá. Nenhum móvel, aliás. Eles sonhavam guardar algum dinheiro para um dia comprar a mobília.

Na cozinha, um fogão e poucas vasilhas. O fogão fora comprado numa situação de emergência. Um dia Míriam adoeceu, com uma forte infecção de garganta. Sozinha em casa, tomando antibiótico, teve fome. Desceu o morro ardendo em febre, comprou o fogão, comidas enlatadas, pão e alguns legumes para fazer uma sopa. Prometeram na loja que entregariam o fogão no dia seguinte. Ela recomendou que assim o fizessem. Era urgente. Confiou. Esperou uma semana até o fogão chegar.

Mas aquela casa com mobiliário escasso e precário era o lar dos dois. Lá viveram o seu amor jovem. De noite, chegavam à varanda para olhar a cidade. Era bonito o morro com as luzes acesas. Sonhavam com um Brasil diferente daquele em que viviam, sem liberdade.

Naquele início de noite ela subia o morro apreensiva. De repente, parou, o coração bateu mais rápido. Dois homens estavam dentro da sua varanda e mexiam em alguma coisa na parede externa. Eles a viram. Ela decidiu não recuar. Marcelo deveria estar agora no encontro com Tião. Anoitecia sobre Vitória e dois homens estranhos estavam em sua varanda. Avançou.

— O que vocês estão fazendo na minha casa?

— Somos da Escelsa.

Eles pareciam bem-vestidos demais para serem funcionários da companhia de eletricidade.

— E o que estão fazendo aqui?

— A conta de luz não foi paga, estamos cortando.

— Eu não recebi a conta. Como podia pagar? Vocês poderiam deixar a luz ligada e eu vou na segunda-feira acertar isso.

Eles cortaram a luz e foram embora. Ela suspeitou que os homens fossem, na verdade, agentes da área de informação da ditadura. Imaginava que estivessem rondando. Entrou na casa escura e não teve dúvidas: foi para a biblioteca improvisada e pegou todo o seu material do partido comunista — panfletos, textos teóricos e edições de *A Classe Operária*. Ficava tudo em um canto. Em outro canto ficava o material de Marcelo, mais volumoso. Parou em frente aos papéis dele sem saber se tinha autorização para dar a eles o mesmo destino que daria aos seus. Preferiu deixar lá. Foi com a tralha dela para o quintal. Levou uma caixa de fósforos e fez uma fogueira.

De noite, no quintal de uma casa de favela sem luz, uma jovem jornalista e estudante, de dezenove anos, queima papéis que falam de revolução, de uma guerrilha travada no Araguaia, de tortura em presos políticos, de crises políticas e econômicas no Brasil, sobre as quais a imprensa, censurada, nada informava aos brasileiros.

Meu pai havia saído da casa dos pais dele para morar com minha mãe naquele barraco fazia menos de cinco meses. Perseguidos e vigiados de perto, como ele já percebia, tomavam cuidados adicionais para subir o morro, usando, a cada dia, um caminho diferente. Como passavam os dias fora — ele assistindo a aulas ou conspirando, ela estudando na Ufes ou trabalhando na rádio —, o

banheiro, que era externo, servia de coletivo para o morro. Meu pai cansou de ter de lavá-lo quando chegava, cansado.

Um dia, ele acordou com uns barulhos estranhos no quintal entre o barraco e o banheiro. Cuidadoso, foi espreitar e viu uma mangueira passando pelas ripas da cerca, subindo até a caixa-d'água, que ficava suspensa sobre o banheiro. A água estava sendo roubada por alguém do morro, vizinhos que enchiam latas na outra extremidade da mangueira. Ele a pegou, deu um nó numa das ripas e foi ao encontro de quem estava na outra extremidade. Era um menino — filho de um dos vizinhos. Esse menino apareceria na vida de meus pais outra vez, duas ou três semanas depois, num momento crucial.

Meu pai conta que viviam de maneira austera e sob pressão. Faltava dinheiro, faltava comida e sobrava trabalho, tensão, agitação. Marcelo gostava da vista do barraco. Dava para ver até o porto, na baía de Vitória. Ele sempre gostou de ver os navios. Aquela região era a "praia" dele. Ali nasceu e foi criado. Havia crescido nas matas daqueles morros. Morara na casa alugada da Escadaria da Piedade. Perambulava durante a infância e a juventude por ruas que levavam até o porto. Moleque, pegava carona nos estribos dos bondes sem pagar passagem. Viu amigo de infância trocar tiro e morrer por causa de disputa de ponto de tráfico de drogas. Pescava, nadava entre os barcos de catraieiros e os grandes navios estrangeiros que aportavam na baía. Subia neles para contrabandear calças Lee. Descia "gordo" das embarcações, vestido com duas ou três de uma vez.

Minha mãe vinha de Minas Gerais, das montanhas, sem intimidade com o mar, apenas com a paixão que todo mineiro tem por aquilo que Minas nunca terá. Ela se deslumbrava com aquela área da cidade, a visão dos navios. Costumava cantar naquela caminhada, em direção ao porto, "Vapor barato", sucesso na voz cristalina de Gal Costa e que virou um clássico.

Oh, sim, eu estou tão cansado
Mas não pra dizer
Que eu não acredito mais em você.

Com minhas calças vermelhas,
Meu casaco de general,
Cheio de anéis,
Vou descendo por todas as ruas
E vou tomar aquele velho navio.

O Brasil crescia a mais de 10% ao ano. Em 1970, quando se sagrou tricampeão do mundo no futebol, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) atingira 10,4%. Em 1971, 11,3%. Naquele ano da graça de 1972, quando viviam no barraco do morro, 11,9%. No ano seguinte, cresceria espantosos 14%. Era o "milagre econômico". Euforia nas bolsas. E aqueles jovens falavam em distribuição de renda, em mudar o governo, em socialismo, em perseguição política, em liberdade. Eram poucos. Pareciam alienígenas. O regime estava no auge da sua força.

Míriam queimou um por um os papéis e olhou em volta para ver se a vizinhança havia notado. No escuro nada viu. Talvez a luz da fogueira a denunciasse, pensou. Acabou de queimar tudo. Voltou e se sentou no chão da sala, à espera de Marcelo. Ele demorou. Nada a fazer. Apenas esperar. O barulho do portão abrindo. Ela se encolheu no canto escuro. Era ele. Ela explicou o corte da luz, mas Marcelo não ligou um fato ao outro.

— E aí? — ela quis saber, referindo-se ao encontro com Tião.
— Ele não apareceu.
— Você demorou...
— Fiquei esperando e voltei uma hora depois.
— Correu riscos. É o segundo dia.
— Vai ver... Não é nada. Eu não te falei que ele estava muito gripado?

Ela temeu o pior. Mas foram dormir abraçados, quase nus, sem saber que o inferno os esperava. Ela guardava um segredo, um segredo de outra ordem. Todas as contas feitas, suspeitava estar grávida. Queria fazer um exame na segunda-feira, antes de contar a Marcelo. Não teria tempo para exames.

15.

PRISÃO A CAMINHO DO MAR

Era 3 de dezembro de 1972. O dia amanheceu lindo, e nada havia para fazer, nada havia sido marcado. Míriam fizera quatro plantões seguidos, aquele era o primeiro domingo de folga em um mês. Marcelo acordou cedo, foi ao banheiro, do lado de fora do barraco, ficou um tempo olhando a paisagem de cima do morro, o porto e o mar da baía, e pensou que poderiam ir... à praia. Deixou minha mãe descansar mais um pouco, leu enquanto esperava, preparou um lanche e, quando ela acordou e concordou com a ida à praia, eles desceram o morro em direção ao mar, animados, sem saber que estavam cercados.

Havia pelo menos dois dias e duas noites que agentes do regime militar faziam campanas e batidas por ali, preparando-se para prendê-los, soube-se depois. Mesmo com os contatos do partido sendo marcados com antecedência, meus pais não sabiam que, nas últimas quarenta e oito horas, os membros do PCDOB estavam caindo no Espírito Santo. A prisão mais importante e a primeira delas, a que gerou todas as outras, já ocorrera: a do secretário regional do partido, Foedes dos Santos. Tião, presidente do Diretório da Faculdade de Medicina, já estava preso desde o dia anterior.

Na noite anterior, agentes bateram na casa de meus avós Wolghano e Native, relativamente perto. Não conseguiram entrar. Meus avós ficaram sabendo que a prisão dos meus pais seria iminente, mas não tinham como localizá-los. Marcelo estava praticamente na clandestinidade, aparecia na faculdade e desaparecia cumprindo tarefas partidárias. Havia algum tempo não iam mais almoçar aos domingos com a família. Marcelo não deu seu endereço nem aos pais, por segurança. Às vezes, tamanha disciplina podia ser maléfica. Não houve como avisá-los.

Ao amanhecer daquele domingo, a região que abrangia os morros e as favelas do Centro, incluindo as ruas que levavam ao porto e à Cidade Alta, onde ficavam o palácio Anchieta, sede do governo, a Assembleia Legislativa e o Poder Judiciário, estava repleta de agentes da repressão. Meus pais desceram o morro e seguiram pela rua Graciano Neves, em direção ao porto, onde pegariam um ônibus para a praia Comprida, a preferida de Marcelo. A casa de meus avós estava sob a vigilância de militares à paisana num dos bares próximos. Meus pais foram vistos quase em frente ao prédio Jeanne Darc e tudo aconteceu de maneira tumultuada e rápida. Um grito atravessou a rua:

— Marcelo!

Os dois olharam imediatamente para trás, na direção de onde vinha a voz.

— É a Polícia Federal! — disse minha mãe.

Uma Veraneio militar disfarçada de veículo civil freou forte na descida da Graciano Neves, na contramão. Homens vinham descendo a pé, armados. As portas do veículo foram abertas e mais homens armados saltaram e correram em direção a meus pais, que se viraram numa tentativa desesperada de fuga, mas um rapaz negro alto e forte já estava na frente de Marcelo com o revólver junto a seu peito. Minha mãe lembra que perguntou pelo mandado de prisão e um deles encostou a metralhadora no peito dela, respondendo:

— Isso serve?

Meu pai diz que, a partir daí, tudo fica confuso em sua memória, e de alguns acontecimentos ele não se recorda. Não se lembra, por exemplo, de ter sido jogado na Veraneio, mas não se esqueceu de que ficou algemado ao pé do morro e de que viu minha mãe sendo agredida para dizer onde eles moravam e levá-los até lá. A repressão imaginava, foi o que se concluiu depois, que a casa deles funcionava como um “aparelho comunista” que precisava ser estourado. Mas minha mãe pensava apenas em uma coisa: prisões sem testemunhas eram um risco. Era necessário mostrar espanto, surpresa. Marcelo já estava dentro do veículo e ela pensava que, se

mais pessoas vissem a prisão, mais chance teriam de sair vivos daquela história.

Sentou-se na calçada, algemada, e começou a gritar por socorro. Dizia que era uma estudante e estava sendo presa sem motivo. Levou bofetadas, tapas na cabeça, e continuava chamando a atenção. Formou-se um pequeno grupo de curiosos. Entre eles, reconheceu o menino que havia sido pego roubando água, no alto do morro. Ele disse aos militares:

— Eu sei onde eles moram...

Os militares se dividiram: um pequeno comboio levaria meus pais para a prisão, no 38º Batalhão de Infantaria, enquanto outro seguiria as orientações do garoto. Meus pais acreditam que, embora os militares já tivessem ido à casa deles, disfarçados de técnicos da empresa de energia, precisavam de guia naquele momento porque a favela era um labirinto. Provavelmente era uma nova equipe querendo chegar ao local, por isso a informação que o menino lhes passava seria preciosa para eles.

Antes de meu pai e minha mãe partirem na Veraneio, meu pai trocou olhares e sinais de cabeça quase imperceptíveis com um morador de rua conhecido nas redondezas. Ele vivia praticamente bêbado e apareceu na hora da confusão. Muitas vezes minha avó Native o alimentara com um prato de comida. Já outro transeunte que fez menção de falar com meu pai foi cercado pelos policiais e teve de provar que tinha saído de casa apenas para comprar pão. Meu pai viu o morador de rua se afastar discretamente e ficou agradecido. Ele havia entendido tudo e correu à casa de minha avó para informar que seu filho e a namorada estavam sendo presos. Esse aviso foi providencial, já que foi a partir daí que meus avós passaram a procurá-los em todas as instâncias possíveis, iniciando um jogo de pressão para a divulgação das prisões no Espírito Santo.

Na descida do morro, minha mãe vestia uma camisa social branca e larga, de homem, sobre um biquíni vermelho. Meu pai, uma camisa da mesma cor e bermuda marrom. Estava com a edição 221 da revista *Veja* debaixo do braço, de 29 de novembro, que trazia a seguinte chamada na capa: "Ibrahim, o caviar conquistado". A

reportagem especial festejava o sucesso do colunista social Ibrahim Sued, que lançava o livro *20 anos de caviar*. “O ex-ministro da Justiça do governo Castello Branco, redator do Ato Institucional nº 1, Carlos Medeiros Silva, esperou duas horas para avançar dois metros na fila até a grande mesa de pano verde”, relatava a matéria, referindo-se à noite de autógrafos da publicação.

A contracapa da revista estampava uma propaganda do Ford Corcel: “Mas além da potência, ele oferece outras coisas para você.” A Ford, aliás, tinha mais duas páginas de propaganda, a 12 e a 13, celebrando o momento de acelerado crescimento. “A Philco Ford lançou este ano seu TV a cores. E está ao nosso lado fazendo investimentos de 120 milhões de cruzeiros.” Na página 35, a Petrobras alardeava, com a foto de uma plataforma: “O Brasil explora suas riquezas onde quer que elas estejam.” A revista estava recheada de anúncios que, vistos hoje, mostram o clima de euforia econômica da época.

Somente um mês depois da prisão meus pais foram constrangidos a assinar, com data retroativa, os mandados de prisão e de busca e apreensão sobre os quais minha mãe perguntara ao ser presa. Encontrei os mandados em 2004, quando tive acesso aos papéis do STM, e sabia como aquelas assinaturas tinham sido rabiscadas — após tortura. Eles responderam a Inquérito Policial-Militar e foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Os mandados eram assinados também pelo encarregado do inquérito, major José Maria Alves Pereira, e pelo escrivão, o segundo-sargento Danilo Junger Goulart. Meus pais foram processados pela Justiça Militar e julgados pela 1ª Auditoria da Aeronáutica.

No pedido de busca com data retroativa, os militares afirmavam que havia necessidade de “apreensão de documentos subversivos que aí se acham escondidos”. Também determinavam que, para tanto, se empregassem todos os meios disponíveis, como “arrombamento de portas e móveis” ou “prisão em flagrante de quem oferecer resistência”. A ordem é datada de 30 de novembro de 1972, três dias antes daquela manhã ensolarada, quando Marcelo e Míriam foram cercados e levados, e traz o endereço dos meus avós,

já que eles tinham ido inicialmente à casa deles, na Escadaria da Piedade, e não ao barraco no morro.

Eles chegaram à noite. Wolghano, meu avô, um funcionário público municipal aposentado, não os deixou entrar. Argumentou que a lei não permitia a entrada na casa de um cidadão no meio da noite sem mandado judicial. O AI-5 eliminara essa prerrogativa do estado de direito, mas Wolghano a fez valer. Os policiais não entraram. Não conheci meu avô, que morreu em 1975, antes do meu nascimento, mas essa sua atitude diz muito sobre ele. Eis o mandado de busca e apreensão feito depois da prisão:

MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO

JOSÉ MARIA ALVES PEREIRA, Major, Encarregado do IPM instaurado por determinação do Senhor Tenente-Coronel Comandante do 3º Batalhão de Caçadores, conforme Portaria nº 01/72, nos termos do Art 59 e seus parágrafos do Dec-Lei nº 898, de 29 Set 69 — LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, combinado com o Art 225, do Código de Processo Penal Militar,

MANDA à Divisão de Polícia Federal a quem este for apresentado, indo por mim assinado, que em seu cumprimento se dirija à Escadaria da Piedade, 39, Vitória, ES, onde reside MARCELO AMORIM NETTO, para que êste [*sic*] depois de lhe ser lido e mostrado o presente mandado, e feita na forma da lei a devida intimação, facilite a entrada na referida casa, a fim de que se possa proceder a busca e apreensão de documentos subversivos que aí se acham escondidos; e bem assim mando que se procedam a tôdas [*sic*] as diligências necessárias e se empreguem os meios indispensáveis, como sejam: arrombamentos de portas e móveis, a fim de que possa ser feita a apreensão do referido material, usando de todos os meios permitidos em Lei para a execução do referido mandado, inclusive a prisão em flagrante de quem oferecer resistência ou quiser impedir o cumprimento do mesmo; de tudo será lavrado por um dos encarregados da diligência o competente auto, na presença de duas testemunhas que tenham

assistido a diligência desde o seu início, na forma da legislação vigente. O que se cumpra. Dado e passado nesta cidade de Vila Velha, ES, em 30 de novembro de 1972. EU, DANILO JUNGER GOULART, 2º Sargento, servindo de Escrivão, que o escrevi.

JOSÉ MARIA ALVES PEREIRA — MAJOR

Com a ajuda do menino, a repressão acabou chegando ao barraco. E como o material de Marcelo considerado subversivo não havia sido queimado, conforme minha mãe fizera com quase todo o seu na noite escura de Vitória, os militares o recolheram e registraram como prova de culpa a apreensão dos seguintes documentos:

- 1 – Três exemplares do panfleto denominado: A CLASSE OPERÁRIA, mimeografados, sendo um referente ao mês de agosto de 1972
- 2 – 28 panfletos, mimeografados, denominados: A LUTA DO POVO, sendo 12 referentes ao mês de agosto/setembro de 1972 e os demais referentes ao mês de outubro de 1972
- 3 – Sete exemplares de O ESCULÁPIO, sendo um referente ao mês de setembro de 1971 e os demais referentes aos meses de agosto e setembro de 1972
- 4 – Seis panfletos, mimeografados, intitulados: CARTA A UM DEPUTADO FEDERAL
- 5 – Um livreto de capa grená, intitulado: GUERRA POPULAR, CAMINHO DA LUTA ARMADA NO BRASIL, contendo 52 páginas
- 6 – Dois livretos intitulados: SOBRE A CONTRADIÇÃO, contendo 43 páginas
- 7 – Um exemplar, mimeografado, do panfleto: IMPULSIONAR E ELEVAR O NÍVEL DAS AÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL, numerado, de um a dez
- 8 – um exemplar do panfleto, mimeografado, com o título: SOBRE A DITADURA DEMOCRÁTICA POPULAR
- 9 – um exemplar do panfleto, mimeografado, intitulado: PLATAFORMA REVOLUCIONÁRIA E ESTATUTOS DO PARTIDO, contendo vinte e três páginas

10 – um livreto com o seguinte título: UNIÃO DOS BRASILEIROS PARA LIVRAR O PAÍS DA CRISE, DA DITADURA E DA AMEAÇA NEOCOLONIALISTA, datado de junho de 1966, contendo 73 páginas

11 – um exemplar do panfleto: ESTUDAR EM MEMÓRIA DE NORMAN BETHUNE [Bethune é o nome correto]

12 – um panfleto subversivo (cópia a carbono), intitulado: “O que Dom Estevão, o bispo de Marabá, tem a dizer ao ministro Buzaid”

Após a invasão do barraco — que, afinal, não era um “aparelho comunista” e só guardava alguns livros e documentos ideológicos do PCDOB —, o local ficou em situação deplorável. Minha avó Native contou depois a meu pai que precisou consertar muita coisa para entregá-lo de volta aos proprietários, pois era alugado.

Em 2016 fui até lá. Era noite quando subi as enormes escadarias que levam à casinha em que meus pais moraram. Estava acompanhado de um amigo de meu pai, Ciro, que mora na favela. Apesar de ser uma subida íngreme, eu avançava aos pulos, alegre como uma criança prestes a ver algo que sempre atiçou sua curiosidade.

A casinha ainda está de pé, ampliada em alvenaria. É cercada por um muro baixo e passou por melhorias. Encostei meu rosto na parte de cima de um portão prateado e olhei-a durante longo tempo. Com um sorriso, sentia como se, de repente, pudesse ver os jovens Marcelo e Míriam vivendo aquele tempo de paixão e perigo. Uma luz estava acesa e eu bati palmas para chamar os moradores. Ninguém apareceu. Achei inoportuno insistir. Mas permaneci ali, parado, admirando, sem saber por quanto tempo.

-SIM-
000235

~~Escritório~~
ESCRIVÃO

(Continuação do depoimento de MIRIAM AZEVEDO DE ALMEIDA LEITAO...
... Fls. 6)

-SIM-
CO ~~000235~~

Jose Maria Alves Pereira

JOSÉ MARIA ALVES PEREIRA - Lajota Enc 194
Enc do IFL. -

16.

RONDA NOTURNA PELO PASSADO

Quarenta e dois anos após as prisões, eu seguiria em busca do homem de nome esquisito, o Foedes. Ele não sabia que eu estava indo. Não sabia sequer que eu existia. Não sabia que um novo Matheus, que recebera como nome o codinome dado por ele a Marcelo, tentaria cruzar o seu caminho. Eu não tinha certeza de que ele estava vivo, mas, pelas contas, se estivesse, teria setenta e três anos.

Cheguei a Vitória na hora do almoço e fui direto para o restaurante d’Bem, perto da casa de uma prima querida, Ivana, onde ficaria hospedado por alguns dias. Uma carne com saboroso molho de mostarda acompanhada de batata assada foi minha companhia, enquanto pensava em como abordaria o delator de meus pais no dia seguinte.

A um quarteirão dali, num quarto de hotel, ajeitava suas malas o documentarista Eduardo Gomes. Contratado pelo site Brio para produzir as imagens, as fotos e os vídeos para a reportagem que faríamos — e que foi publicada nessa plataforma digital em 2015 —, Dudu era um jovem produtor de Brasília. Olhos verdes, um metro e oitenta e sete centímetros de altura, cabelos com fios já grisalhos que escondiam um futuro certo de calvície, ele chamava a atenção na rua. Dudu me acompanharia em todo o processo de busca pelo passado dos meus pais.

Depois, já na casa de Ivana, a noite chegava aos poucos enquanto ela cozinhava um *penne* ao molho de limão-siciliano com uma carne assada no forno. Tomamos uma garrafa de vinho. Presente ao jantar, Dudu riu com a simplicidade da receita do molho que deixava a massa deliciosa. Dois limões espremidos e misturados com azeite e um pote cheio de queijo parmesão ralado. Lascas da casca dos limões davam um toque final ao molho.

Eu conhecia Eduardo havia apenas dois meses, mas nossas famílias já se conheciam, o que era uma grande coincidência. Os pais dele, também jornalistas, trabalharam com os meus pais e meu irmão Vladimir por anos a fio. O pai de Eduardo, o cinegrafista Luiz Gonzaga Pinto, conhecido como “Carequinha”, era sempre gentil comigo em diversas pautas pelos meandros dos Poderes de Brasília. E a mãe, Fátima Gomes, foi amiga de toda a família até falecer, aos cinquenta e oito anos, em 2012. Enquanto descobríamos as coincidências, decidimos — Dudu e eu — passar diante da porta da casa de Foedes, em Cariacica, só para checar o endereço.

Pegamos o carro de Ivana emprestado, um Aircross azul da Citroën, e seguimos por trinta quilômetros até a cidade, na Região Metropolitana de Vitória. No trajeto, que durou trinta e cinco minutos, Foedes não foi o assunto principal. Não foi nem assunto. Conversamos sobre a mãe de Dudu. Recordamos que Fátima era uma mulher de riso fácil, que amava editar reportagens na Rede Globo. Era um tempo de aprender sobre a falta de uma mãe, mesmo na vida adulta de um filho. Lembrei-me de meu pai, Marcelo, falando carinhosamente de Fátima e “Carequinha”, e de Vladimir chorando no funeral dela.

No carro, enquanto eu buscava o passado dos meus pais, não pude deixar de perguntar a Dudu sobre o presente.

— O que mais você aprendeu com a partida de sua mãe?

Ele respondeu sem demora:

— Aprendi que temos que ter paciência com os nossos sentimentos. Foi isso que aprendi com a morte. Ela estava lá e um dia, puft, sumiu.

A frase soou como resultado de um profundo conhecimento. Ela ainda ecoava em mim quando avançamos um sinal vermelho. Vitória é uma cidade violenta. À noite, no breu, e com poucas pessoas na rua, não arriscaríamos parar nos semáforos. Eduardo também queria falar sobre o presente. Enquanto nos perdíamos na procura da rua em que Foedes supostamente morava, ele queria saber como era casar, o que era preciso saber para tomar a decisão. Lembrei-me de que, no meu caso, foi preciso voltar ao início.

Nascido em uma família cristã, sou, por parte de mãe, sobrinho-bisneto, sobrinho-neto, neto, sobrinho e primo de pastores. Voltei, inconscientemente, à raiz para encontrar a pessoa amada. Flávia, minha mulher, é bisneta, neta, sobrinha e prima de pastores. Quando me apaixonei, senti que era um convite — não uma imposição — para também voltar àqueles fundamentos. Aceitei. Nossa aproximação, em 2004, foi o primeiro passo para eu voltar a crer na existência de Deus, o que já havia acontecido na infância.

— É preciso voltar à raiz na hora de casar — resumi.

O curioso foi que, antes de embarcar em busca de Foedes, Flávia me disse que Deus abriria uma porta. Não era usual ela dizer aquilo, uma fala que as igrejas às vezes banalizam. Contudo, ao ouvi-la, não achei que se tratasse da porta material da casa daquele que era apontado como o delator de meus pais. Mas, sim, de uma mais importante, que simbolizaria a do conhecimento real do passado.

O Google Maps do celular de Dudu apontava que estávamos perto. Enquanto entrávamos numa contramão, vi que um homem numa bicicleta nos seguia com o olhar. A contramão nos levou a uma bifurcação com uma placa. Encontramos, finalmente, a rua de Foedes. Apesar de o endereço que tínhamos apontar o bairro de Santa Bárbara, estávamos na região de São Vicente. A confusão entre o endereço do papel e o indicado pelo mapa só fazia aumentar a ansiedade. Encontramos também o prédio que achávamos ser o dele. Um sobrado, com um terraço em cima, que parecia simples e despretensioso naquela região modesta. Era bem cuidado e de esquina, o que ali o valorizava.

O “apartamento 1”, em nome de Foedes, ficava acima de um pequeno comércio, no térreo, com portões amarelos de dobradiças. Havia uma varanda que sobressaía. Passamos cinco vezes em frente a ela, indo e voltando, para ver se havia algum movimento nas janelas. Nenhum. Todas as cortinas creme estavam fechadas. Estranhei. Parecia um apartamento deixado por pessoas que viajaram; ou habitado por alguém metuculoso o suficiente para colocar todas elas simetricamente iguais antes de dormir. Decidimos ir embora para não chamar a atenção dos vizinhos. Era tarde e sabíamos que o dia seguinte seria longo. Começamos a voltar para

Vitória com a certeza de que o prédio estava correto. O endereço que buscávamos era aquele. Mas se Foedes morava ali não sabíamos.

Na volta, retomamos a conversa do trajeto de ida enquanto atravessávamos a ponte Florentino Avidos, pré-fabricada em aço na Alemanha e que chegara a Vitória em 1927. Curiosamente, aquele ano continha os mesmos números do ano de 1972, que marcara a vida dos meus pais para sempre. Apelidada de Cinco Pontes, foi a primeira ligação da ilha de Vitória ao continente. Rimos. Será que estávamos sob o efeito colateral de quem, como nos filmes de ficção científica, viaja no tempo? O ano de 1972 parecia estar logo ali, depois de uma ponte velha, de aço. Eduardo definiu assim a nossa conversa:

— Foi algo.

Algo ainda maior nos surpreenderia no dia seguinte, o meu 3 de dezembro, este em 2014.

A U T U A Ç Ã O

17.

“LIBERDADE, ONDE TÁ OCÊ, LIBERDADE?”

A casa de Ivana estava em silêncio quando entrei pela porta da frente. Com exceção de Francisco, *poodle* branco desganhado que me espreitava de rabo de olho, parecia que todos dormiam. Olhei meus e-mails e um, da minha mãe, me esperava.

Você está aí? Espero que não, que esteja dormindo ressonando. Vou ler mais um pouco. Boa noite, meu filho. Ele é um homem estranho, esse que você procura. Seu pai disse: “Vaidoso.” Eu digo: “Dissimulado.” Ele envelheceu com o segredo: por que entregou todo mundo? O que sentiu quando soube que levou pessoas para a morte? Eu nunca gostei dele. Cisma. Ele nunca gostou de mim. Peço a Deus que você consiga contar sua história. Segue seu instinto.

Respondi que a amava e lembrei-me, na resposta, de Fátima, mãe de Eduardo. Apesar de ser um homem bem-resolvido, super de bem com a vida, era latente a falta que ele sentia dela. Eu precisava descansar. Ao entrar na cozinha para pegar um copo de água, no entanto, encontrei tia Jane, mãe de Ivana e mulher do meu tio Cláudio Leitão, lavando a louça do jantar. Tia Jane não queria acordar a filha, que estava no início da gravidez de um menino, o Antônio. Chamou-me para dentro e fechou a porta.

Era outra coincidência a presença dela ali. Acabara de voltar de um período de descanso no exterior. Eu não havia combinado aquele encontro, mas tia Jane acompanhara de perto a dor dos meus pais nos anos 1970. Então seria importante entrevistá-la e aquela era uma boa oportunidade. Ela e tio Cláudio foram morar com minha

mãe após o nascimento de Vladimir, para Míriam poder retomar o trabalho em Vitória. Moravam na praia do Canto, no terreno de outra casa, em uma pequena construção de fundo de quintal que minha mãe havia alugado. Eram dois quartos, mas conjugados. Bem pequenos. Meu pai ainda estava preso.

Aquela altura, tia Jane já sabia por que eu estava ali na casa de Ivana. Intrigada com nossa ida a Cariacica, perguntou como havia sido a “viagem”. Detalhei. Ela não rodeou muito.

— É preciso se colocar no lugar do outro, Matheus. Sempre faço isso — disse tia Jane, emocionada, ao lembrar-se do passado. — Aquele tempo foi muito difícil. Quando seu pai saiu da prisão, da solitária, estava acabado. Encontrou sua mãe tentando se reerguer da tortura com um filho recém-nascido.

Tia Jane e tio Cláudio tinham um filho da idade de Vladimir. Pedro nascera quinze dias antes do meu irmão e hoje é um grande amigo meu. Após a saída do meu pai da cadeia, os dois casais se apertaram na casa por um tempo. Meus pais dormiam em um cômodo, e para ir ao banheiro tinham de passar pelo quarto em que ficavam tio Cláudio, tia Jane e Pedro. Meses depois, meus tios se mudaram. A renda da família era curta. Só melhorou um pouco quando Marcelo conseguiu um emprego como diagramador de jornal. Raras pessoas davam emprego a “terrorista”.

Enquanto tia Jane e eu conversávamos, ela me lembrou da época em que eu era adolescente e todos os parentes da minha mãe se encontravam nas férias de verão em Guarapari, no Espírito Santo mesmo, a cinquenta quilômetros da capital, onde meu avô tinha um “refúgio” conquistado após uma vida de doação à Igreja presbiteriana. As noites eram sempre acompanhadas de cantorias, e tio Cláudio nos emocionava com seu violão marrom-escuro.

Todos — eu, meus muitos primos e tios — tínhamos uma música preferida. A minha era “Maninha”, composta em 1977 por Chico Buarque para Miúcha. Parecendo ser apenas uma canção para a irmã, era uma metáfora sobre a ditadura. Anos depois, em entrevista ao documentário *Vai passar*, Chico confirmaria que o pronome “ele” usado na letra se referia ao regime militar. “É uma canção zangada disfarçada de delicadeza, falando de uma infância imaginária”, disse.

A infância imaginária de Chico era bem real na família Leitão. Cláudio cantava essa música lembrando-se da época em que a irmã estava presa. Ao tomar consciência da prisão de meus pais, pedia a meu tio que a tocasse. E ele entoava a sua — sem exagero — linda voz. Normalmente era noite, e meu corpo estava queimado do sol que a brisa sempre aliviava, quando ouvia meu tio e seu violão.

[...]
Se lembra quando toda modinha
Falava de amor
Pois nunca mais cantei, ó maninha
Depois que ele chegou

[...]
Se lembra do jardim, ó maninha
Coberto de flor
Pois hoje só dá erva daninha
No chão que ele pisou

Se lembra do futuro
Que a gente combinou
[...]
Mas não me deixe assim, tão sozinho
A me torturar
Que um dia ele vai embora, maninha
Pra nunca mais voltar

A letra parecia falar dos dois. Das brincadeiras deles na casa assombrada no fundo do quintal, em Caratinga. Da aflição que ele sentiu, sozinho, sabendo que Míriam estava presa nas mãos do regime. Do desejo da geração de Míriam, Marcelo, tio Cláudio e tia Jane de que “ele” fosse embora. Pedi tantas vezes a tio Cláudio que tocasse aquela canção durante anos que um dia ele me disse, com um sorriso no rosto, que “Maninha” havia se tornado não só a música de Mirinha, como minha mãe é chamada na intimidade, mas

também a minha. Eu gostava muito desse sentimento de estar dentro da história, mas não revelava.

Nos meses em que viveu com meus tios, muitos anos antes desses verões em Guarapari, meu pai ficara responsável por ajudar tia Jane, que, até então, cuidava sozinha dos dois bebês. Tio Cláudio fazia sapatos e os vendia numa feira. Minha mãe trabalhava como repórter em dois empregos: além da rádio, no jornal *A Tribuna*. Tio Cláudio ingressaria mais tarde no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), organização de esquerda que até certa época defendera a luta armada contra a ditadura. Tinham vidas parecidas, ele e a irmã.

Nesse meu encontro com tia Jane, ela mencionou também as cartas escritas por meu pai na prisão que faziam minha mãe chorar. Elas chegavam em papéis dobradinhos parecendo uma sanfona após serem levadas, escondidas, para fora da cadeia pela família de Marcelo. Houve uma em que tia Jane viu minha mãe soluçar ao ler. Era uma coisa que Marcelo gostava de fazer na prisão: escrever. As cartas se perderam em alguma das várias mudanças de minha mãe. Recuperei duas com a amiga Beth Madeira. Como líder estudantil da universidade, o companheiro *Mateus* escrevia para os seus liderados.

Pessoal, num adianta, vocês vão ver quando a gente se ver. Não adianta a distância, o tempo, tudo isso não apaga o amor da gente. Não adianta não, já falei... Não adianta. Olha, um dia eles [os militares] vão cansar e vão dar um chute na bunda da gente e vou dar um abraço, sem choro, no Tião, no Guilherme, e bater na barriga e falar "é isso aí". Naquelas coisas fofas que são essas amigas da gente. Eu não sei não. Ô desgrama, a Beth, a Magdalena, Sandra. Adoro ocês. É uma ruindade da peste isso tudo, mas não tem nada. A bruxa teve aqui hoje, me levou e me trouxe. Tô junto com ocês sempre e já nem ligo mais disso tudo. Tive a oportunidade de olhar o mar, a cidade, e pensei: sou forte, jovem, num tô doente, e pensei por que isso tudo? E tive uma pena grande e chorei pela nossa geração. Liberdade, onde tá ocê, liberdade? Pessoal que amo, onde estão? Um dia a gente vai sair daqui e, eu não sei, vai dar muita gente diferente. Não sei se vão

me deixar mais estudar Medicina e tenho medo de não poder mais curar as dores como o mozinho [referindo-se à minha mãe] gosta. Mas não tem nada e vai ver a gente faz outra coisa. Arranja trabalho, um barraco e deixa o barco andar? Dizem que é difícil remar contra a maré? Pois é, pois é...

A carta, profética sobre o futuro daquele grupo de Vitória, era acompanhada de um desenho muito bem delineado de Charlie Brown encostado com a cabeça em uma palmeira — um dos personagens de quadrinho do cartunista Charles Schulz, da série *Peanuts*, os preferidos de meu pai até hoje. Num outro texto que sobreviveu ao tempo, Marcelo também se dirigia ao “pessoal” com um afeto tão grande que mostra que eles eram, no fundo, apenas um grupo de amigos.

Olhem, é um pau no caminho, uma pedra, um prego, um preso vivo, outras pessoas soltas. “Uma palavra cortada, outro verso preso”, “Nós somos o céu para a tempestade deles.” Aqui, tamos em montanha-russa interna. Crises incríveis de melancolias, tristeza, dor, saudades.

Meu pai pergunta por todos, diz que espera que estejam juntos, conta que ele, Gustavo do Vale e Jorge Luiz ficavam falando sobre os que saíam da cadeia, e que souberam que as duas grávidas estavam lindas. Pede que Beth não vá embora do Espírito Santo. Pergunta pelos “meninos grandes”, como ele se referia aos estudantes mais jovens e bem altos Marcus, Genelhu e Luzimar, que também eram do partido e também foram presos. Diz que não vai querer ir embora quando sair da prisão. “Quero ficar em Vitória, perto d’ocês, que amo demais.” Pede que encontrem Tião, deem nele “um abraço dos fortes”. Diz que sente por todos um “carinho danado de grande”. E termina assim:

Hoje eu escutei “Tropicália” e dizia: “Eu organizo um movimento, eu oriento o carnaval”, não adianta chutar as costelas da gente, não adianta, não adianta, não adianta, não adianta...

Morro de saudades,
Marcelo

Em outra carta escrita por ele da cadeia, já no Regimento Escola de Infantaria, no Rio de Janeiro, Marcelo informa à família que iniciaria a greve de fome. Era um último recurso, desesperado, para livrar-se da solitária que o enlouquecia. Era difícil para Míriam ir visitá-lo naquele quartel, no subúrbio carioca. Por causa da situação política, porque estava grávida, porque era longe de Vitória e porque era caro ir até lá. Meu pai a descreve nessas visitas como magra e pálida, com os cabelos encaracolados. Ela o descreve como pálido e triste. Controlada, a visita durava meia hora. As condições da cadeia estavam cada vez piores. Certa vez, hospitalizado por distúrbios emocionais, meu pai, num momento de fúria, quebrou parte do ambulatório do Hospital da Aeronáutica, para onde havia sido levado.

Meses depois, quando o companheiro *Mateus* saiu da prisão, encontrou a mulher e os cunhados, conforme contou tia Jane, tentando seguir com a vida. Marcelo havia cumprido mais de um ano de cadeia e a ideia era concluir o quarto ano de Medicina. Mas, tachado de subversivo, foi punido pela ditadura mais uma vez, agora por meio do Decreto-Lei nº 477, que o baniou do sistema de ensino do país. Quando a pena, assinada por Máximo Borgo, o reitor da Ufes, expirou três anos depois, Marcelo foi informado de que teria que voltar ao segundo ano. A ditadura matou o sonho do meu pai de ser médico. No dia em que um colega levou a ele o convite da formatura de sua classe, ele ficou numa tristeza imensa.

Reportagem do jornal *A Gazeta*, recortada e apensada sem data ao processo, registrou o caso da suspensão na universidade em uma matéria intitulada "Universidade do E. Santo suspende alunos subversivos".

Rio (AJB/AG) — A Universidade Federal do Espírito Santo suspendeu ontem por três anos da atividade estudantil os alunos Iran Caetano, Marcelo Amorim Netto, Gustavo Pereira do Vale Neto, Adriano Sisternas, Ângela Milanez Caetano, José William

Sarandy e Jorge Luiz de Souza. A medida foi tomada por indicação do setor de Segurança da Ufes.

O inquérito regional foi aberto depois que a Auditoria da Aeronáutica iniciou o processamento do IPM do 38º Batalhão de Infantaria do Espírito Santo, que manteve presos os estudantes, ao encontrar a casa de suas reuniões. Todos os alunos agora afastados da vida estudantil pertenciam ao Partido Comunista do Brasil.

Na mesma medida de suspensão dos estudantes comunistas, a Universidade Federal do Espírito Santo considerou inocentes no inquérito Elizabeth Santos Madeira, Luiz Carlos Garcia Genelhu, Luzimar Nogueira Dias, Marcus Lira Brandão, Maria Auxiliadora Pereira Gama, Sebastião Lima Nascimento, Míriam Leitão Netto, Maria Gilma Erlacher, Guilherme Lara Leite, Maria Magdalena Frechiani Lara Leite e o professor Vitor Buaiz, da Faculdade de Medicina, envolvido com os alunos no processo militar. Apesar da medida da Ufes, os estudantes continuam implicados no IPM que está na Auditoria da Aeronáutica.

A reportagem não conta, mas o caso de Jorge Luiz foi mais complexo. E ilustrativo de atos de bravura e covardia. Quando ele foi preso, faltavam apenas três dias para a sua colação de grau como economista. Só precisava registrar a nota de uma prova que ainda não tinha feito. O professor foi corajosamente até o quartel, deu a prova e pegou sua assinatura. O reitor fez tudo para punir os estudantes, mas enfrentou reação de pedagogos em defesa de Jorge Luiz. Um colega da Ufes conseguiu uma cópia do histórico escolar do militante. Houve pressão de funcionários em favor dele. Assim, ele conseguiu concluir a faculdade, mas só colaria grau em 1974.

Após a saída da prisão, Marcelo teve que procurar outro caminho, fora da Medicina. Enquanto procurava trabalho, dedicava-se ao filho e ao sobrinho. Passava a maior parte do tempo com as crianças. Até hoje brinca com meu irmão e meu primo, dizendo:

— Limpei muito vocês, cagavam pra cacete. Davam muito trabalho.

Nos primeiros meses de vida, sem saber, Pedro e Vladimir fizeram muito bem àquela cabeça.



18.

O MEU 3 DE DEZEMBRO

Acordei mais tarde que o habitual no dia seguinte, às nove horas. Dormi pouco, mas foi aquele sono profundo, que verdadeiramente descansa. A casa estava vazia. Nem Francisco, o cão, estava lá para me fazer companhia. Sobrou um bilhete no qual minha prima e minha tia explicavam que tinham ido a Caratinga. Foi para lá que minha mãe seguiu, grávida, após deixar a prisão, pois precisava se recuperar em sua cidade natal por alguns dias. Apesar da fraqueza e da magreza, logo voltou para Vitória e retomou o trabalho na rádio.

O nome de Vladimir é uma homenagem a dois ídolos da Revolução Russa de 1917: Vladimir Maiakovski, o poeta, e Vladimir Lenin, o líder — disseminadores do comunismo mundo afora. No Brasil, os nomes dos filhos de esquerdistas às vezes eram uma forma de marcar posição política contra a ditadura militar. “Dizem que em algum lugar, talvez no Brasil, existe um homem feliz”, escreveu Maiakovski em sua vasta obra, certamente não sobre aquele 3 de dezembro de 1972 de Marcelo.

No meu dia 3 de dezembro de 2014, continuaríamos nossa busca de táxi. Eduardo e eu saímos atrás de Foedes, dessa vez sem nos preocuparmos com o Google Maps. O taxista, Mauro Ângelo Costa, ouvia atentamente a nossa conversa sobre 1972 e nossa ida, no dia anterior, à casa do ex-militante. Eu dizia:

— São muitas as coincidências. Parece que realmente eu tenho que ir atrás dessa história. Me sinto até empurrado para ela agora. Não armei de fazer uma entrevista com a minha tia, não sabia que o documentarista que me acompanharia seria você, Eduardo, alguém cuja família é amiga da minha. Parece que tem algo no controle.

Definitivamente, aquele anzol, que me fisgara ainda menino, tinha me puxado até ali, a menos de quatro quilômetros da casa de Foedes.

— Será que esse cara está vivo? — perguntei a Eduardo.

— Espero que sim. Você acha que não?

— Acho que sim.

Eduardo tinha uma estratégia: pedir a Mauro que parasse a uma certa distância da casa de Foedes, enquanto eu bateria sozinho na sua porta.

— Espero que não seja para bater em uma porta vazia — comentei, enquanto o táxi se aproximava devagar da rua.

Uma porca bem grande, com pelo marrom e tetas penduradas como as de um animal que houvesse parido recentemente, passou devagar, despreocupada com o movimento dos carros e tirando a nossa atenção. Era gigante a porca. Mauro encostou distante o suficiente para sermos discretos, mas em um ponto de onde podíamos ver o sobrado. As cortinas continuavam fechadas e na mesma posição.

— Meu irmão, não é possível — disse a Eduardo. — Não tem ninguém na casa. Ele não mexeu nas cortinas.

Eram mais de dez da manhã. O sol, já forte, não deixava dúvidas: ou o dono daquele sobrado ainda dormia ou estava em viagem. Mauro não aguentou e se meteu na conversa:

— Vocês já perguntaram para os vizinhos se essa pessoa mora aí?

— Não. Era muito tarde ontem. O plano é fazermos isso hoje se ele não atender.

Os passarinhos cantavam alto quando olhei a uma distância de cinquenta metros da porta. O que não havia notado de noite era fácil ver de dia. O portão amarelo de dobradiça do comércio no térreo, que permanecia fechado até aquela hora, tinha sido recém-pintado. Em uma placa meio improvisada lia-se “Aluga-se”.

— E aí, está nervoso? — quis saber Eduardo.

— Um pouco — respondi, sentindo meu coração mais acelerado que o normal. — Acho que vou lá.

— Vai. Boa sorte.

Dei quarenta e nove passos até a porta de Foedes, com um microfone sem fio preso à roupa. Passei por uma obra no meio da rua, onde homens trabalhavam com britadeiras. Toquei o interfone

pausadamente uma, duas, três, quatro, cinco vezes... Ninguém atendeu.

Antes, enquanto andava até o prédio, percebi uma oficina mecânica.

— Onde será melhor perguntar? — indaguei a Eduardo pelo microfone. — Tem uma oficina. Aquela outra casa ali...

— Em todas elas — devolveu ele, já se aproximando.

A oficina foi o primeiro lugar.

— Fala, amigão, bom dia! O senhor conhece a pessoa que mora naquela casa ali? — perguntei, apontando para o suposto prédio de Foedes.

— Qual? Naquele pequeno prédio? — devolveu o dono da mecânica, um homem de aproximadamente trinta e cinco anos que vestia um macacão azul sujo de graxa e se chamava Wanderson. — Rapaz, eu não conheço. Quase não vejo ninguém ali. Na realidade, acho que nunca vi ninguém nessa varanda.

Perguntei sobre o comércio.

— Olha, já funcionou. Mas tem uns cinco meses que não funciona mais nada. [Era] um negócio lá. Uma lanchonete, Cantinho da Roça.

Sáímos em direção a uma casa vizinha e, decepcionado, perguntei em voz alta:

— Será que nunca vou encontrar esse cara?

Bati palmas em frente a um portão branco enferrujado, ao lado do prédio de Foedes, mas na outra banda da rua. Não tinha muita esperança. Tirei os óculos escuros do rosto para ficar mais amigável. O número de motos que passava era grande naquele horário. Uma atrás da outra.

— Bom dia. Desculpe incomodar. Qual o nome da senhora?

— Isabel — respondeu a mulher, de mais de cinquenta anos, que usava óculos de grau e tinha os cabelos pintados de ruivo presos por uma liga.

— Podemos conversar rapidinho? A senhora conhece a pessoa que já morou ali? — indaguei, olhando e apontando novamente o prédio.

— Conheço. Eles estão lá em Santa Maria de Jetibá. Eles têm um sítio pra lá. Como é o nome do lugar, meu Deus... Garrafão.

— Garrafão? É aqui no Espírito Santo?

— É, é.

— É perto daqui?

— Pertinho, pertinho, não é não. É lá para cima, para as terras frias.

— Nós estamos falando daquela casa? — perguntei, apontando mais uma vez.

— É, esse prédio aí. Seu Edson... Foedson é o nome dele.

— Ah, é Foedson?

Lembrei imediatamente que os arquivos militares que conseguira ver registravam alguns codinomes para Foedes. Edson era um deles. Mas Foedson era a mistura do nome com um dos codinomes. Perguntei a Isabel se ela conhecia Foedson. Não só o conhecia, como o elogiou.

— Nós não pode reclamar deles, não — declarou, contando que o homem que eu procurava era casado com uma mulher chamada Virgínia e tinha um filho, Cláudio, que morava no tal sítio do Garrafão.

— O Cantinho da Roça era dele?

— Era alugado — explicou Isabel, antes de outra moto rasgar a rua com um barulho ensurdecador.

Tentei obter um telefone de contato, mas sem sucesso. Continuei:

— Meus pais conheceram ele há muitos anos, na década de 1970. Por isso estou procurando por ele. A senhora sabe de alguém aqui perto que teria mais informações sobre o sítio? Ou a senhora é a pessoa mais...

— Não. Não acho que tenha mais alguém. Ele é um homem meio trancado. Não é de se abrir muito, não. Ele é um senhor de idade. Meio isolado. E está doente também. Está fazendo tratamento. Ele custou muito a fazer amizade com a gente porque ele é na dele, sabe? Com umas duas horas de carro, mais ou menos, você chega lá.

— Desculpe incomodar a senhora. Deve ser chato esse tanto de pergunta.

— É, a gente fica meio assim. Não sei o que ele fez no passado. Só de uns vinte anos para cá. Tenho ele como um bom vizinho.

Tentei desconversar e me despedi dizendo que ele teria interesse em me encontrar. Ela disse:

— Se for coisa boa, sim. Agora, se ele aprontou no passado...

Foedes estava vivo. Era uma certeza, não mais uma suposição.

Andei até o outro lado da rua. Atrás do terreno do ex-dirigente do PCDOB havia uma casa de apenas um andar. O muro tinha uma parte forrada de azulejos marrons e outra pintada de verde. Uma grade estava cravada na parte de cima do paredão. O portão de entrada, cinza e alto, fazia divisa com outra casa. Passei os minutos seguintes batendo palma, gritando “Bom dia!” ou “Tem alguém em casa?”. Tentava falar mais alto para ser ouvido além do ronco das motos e dos passarinhos que cantavam nas árvores... Até que um Ford Fiesta preto encostou. Dele saiu um homem magro, alto, cabelo cortado no estilo moicano, que se apresentou como Franklin Erlacher.

— Fala, amigão — disse.

— Você mora aqui? — perguntei.

— Moro.

— Ô, rapaz, desculpe incomodar.

— Não esquenta a cabeça, não. O que você manda para nós aí?

Perguntei se ele conhecia o pessoal da casa ao lado.

— Rapaz, eu conheço, mas não tenho intimidade, não. Faz muitos anos tivemos umas desavenças com ele.

— É mesmo? O que houve?

— Discussão de vizinho. Tínhamos um pé de abacate que dava muita [fruta]. Ele colocou um negócio de óleo queimado lá em cima e matou o pé de abacate. Tem mais de vinte anos já.

— Desde o abacate vocês ficaram distantes... Ele matou o pé de abacate?

— Matou. Cachorro meu ficava aí do lado, ele jogava chumbinho. Covarde.

Fiquei espantado com a informação. Perguntei se ele tinha certeza daquilo.

— O do abacate eu tenho certeza. O do cachorro... Era de raça, ficava latindo no quintal. Amanheceu duro do dia para a noite... Mas não sei...

— Você está falando de um senhor, Foedes? Foedson?

— Todo mundo chama ele de Edson. Mas não tenho intimidade. Conheço o Cláudio, filho dele. Muito gente boa. Jogava bola com ele num campinho aqui perto.

— Você sabe onde é o sítio do Cláudio?

— Não. Uma colega da minha esposa tentou alugar esse comércio deles e o Edson foi muito grosso com ela. Disse que salão [de beleza] não dá certo, não. Você tá alugando e quer escolher o que vai colocar lá dentro? A colega disse: “Quero mais não. Nem de graça.”

Como ele disse que conhecia bem o Cláudio, filho de Foedes, perguntei se sabia o número do telefone de alguém da família. De novo, recebi resposta negativa. Franklin apontou para uma casa azul ao lado da do ex-comunista. Disse que nela morava Alcântara, que comprara uma casa de Foedes. Seguimos para lá.

A casa não tinha campainha, então voltei a bater palmas. Alcântara apareceu logo, mas não queria muita conversa. Parecia bem desconfiado. Era forte e tinha mais de quarenta anos. Perguntei sobre Edson. Ele respondeu:

— É ele lá... Eu aqui. A gente não se conversa, não. Problemas de divisa.

— Você é brigado com ele? — perguntou Eduardo.

— Rapaz, é ruim de lidar com ele, bem complicado.

— Você acha que ele vai me tratar mal? — indaguei.

— Não sei o que você quer falar com ele...

Alcântara contou que Virgínia, mulher de Foedes, às vezes trabalhava para o vizinho da frente. Decidimos bater lá. Mas era o último que eu abordaria. Se não conseguisse mais informações, iria para a região do Garrafão tentar encontrá-lo. Toquei o interfone, mas fui interrompido por outro vizinho, que vinha andando pela rua, curioso com a nossa presença. José Geraldo chegou e explicou que conhecia Edson, mas que não mantinha relação com ele.

— Eu briguei com ele. Ou ele brigou comigo. Não sei. Faz tantos anos.

Perguntei se sabia onde ele estava.

— Não sei, mas se soubesse entregava. A minha consciência está tranquila. A dele, não sei. O cara é meio esquisito.

José Geraldo era baixo, atarracado, sessenta anos, usava bermuda marrom, camiseta branca e chinelo. Carregava uma sacola. Por um momento, pensei ser o Foedes passando-se por um vizinho para saber o que queríamos. Ele disse que se alguém soubesse o endereço do sítio seria Agenor, dono da casa onde a mulher de Foedes trabalhava. Bati lá. Esperei mais de dez minutos. Um senhor simpático, grisalho, de olhos azuis e bigode abriu a porta. Era Agenor. Perguntei por Virgínia e se ele sabia o telefone dela.

- Ela tá na roça, lá para os lados do Garrafão. Você conhece lá?
- O senhor conhece o marido dela?
- O seu Edson, sim. Há mais de vinte anos.
- Estou procurando ele.
- Vou ver se tenho o telefone dele.

Todos estavam cabreiros. Agenor voltou cinco minutos depois com um número de telefone fixo. Pedi um número de celular. Ele disse que não tinha. Tive a impressão, mas só a impressão, de que, nesse ínterim, Agenor ligou para Foedes avisando que o procurávamos. De qualquer forma, decidi que não tentaria falar com o ex-militante do PCDOB por telefone. Queria pegá-lo de surpresa. Retomei a conversa:

- Talvez você não queira dar o telefone. Chega um doido na sua porta e pede o telefone de um vizinho...
- Não é que eu não queira dar. Ele é sistemático — argumentou, explicando que gostava dele.

Voltamos caminhando para o táxi e percebemos que os vizinhos estavam na porta de suas casas. A maioria olhava para nós. A rua de Foedes virou um furdução por nossa causa. Mauro, o taxista, confirmou que a região do Garrafão ficava a mais ou menos duas horas de carro de onde estávamos, subindo a serra, conforme tinha dito a vizinha Isabel.

- A gente pode voltar aqui amanhã, e se ele não estiver, vamos para o Garrafão — ponderou Eduardo.
 - Não, respondi. Esse pessoal vai avisar. Melhor a gente ir logo. Vamos resolver esse trem de uma vez.
- Não era mais tempo de hesitar.

19.

A OVELHA SEGUE O PASTOR

Voltamos no táxi de Mauro para Vitória. Almoçamos e seguimos viagem à tarde, já no carro de Ivana. Pouco mais de cento e cinquenta quilômetros nos separavam de São João do Garrafão, distrito do município de Santa Maria de Jetibá, cravado a quase mil metros de altitude, na Região Serrana do estado. O sítio da família de Foedes dos Santos estava escondido em algum lugar daquela cercania, grande o bastante para nos despistar. Teríamos que bater de porta em porta para encontrá-lo. Todavia, esse não era o maior obstáculo, e sim a estrada, deveras sinuosa. Curvas fechadas impediam o carro de ultrapassar a velocidade de sessenta quilômetros por hora. Em alguns momentos, a rodovia beirava o rio Santa Maria da Vitória, que nasce justamente na serra do Garrafão. Sua bacia, de mil e seiscentos quilômetros quadrados, é uma das principais fontes de energia e abastecimento de água da localidade. A natureza faz o trabalho em duas barragens construídas pelo homem.

Não me sentia bem. Com a sinuosidade da estrada me recostei como pude no banco do carona, enjoado. Precisava parar um pouco. Assim, ainda no início da viagem estacionamos em um posto de gasolina com uma pequena loja de conveniência, às margens do rio. Molhei o rosto, o cabelo, tomei refrigerante, engoli um Dramin e fui olhar suas águas. Sentei-me e vi que eram turvas, em um tom marrom-claro, e desciam da serra antes de virar à esquerda e sumir em direção à foz, na baía de Vitória.

Décadas atrás, na capital capixaba, Foedes chamara minha mãe para perguntar se era verdade que na reunião do seu grupo ela defendera o "revisionista" Luís Carlos Prestes, o mais famoso comunista brasileiro, que havia passado nove anos na prisão durante a ditadura de Getúlio Vargas. Na opinião de Foedes, Prestes, que era

contra a luta armada — adotada por boa parte das organizações de esquerda, tal como o PCdoB —, estava enganado sobre a estratégia de luta contra o regime militar. Minha mãe explicou sua posição: achava que naquele momento havia outros inimigos a combater, os quais, aliás, eram os mesmos de Prestes, e considerava uma bobagem a esquerda perder tanto tempo brigando entre si. Foedes propôs então a expulsão de minha mãe do partido. Na votação do secretariado, ele perdeu. Qual seria a posição do líder comunista estadual tantos anos depois?

A estrada passava devagar e meu enjoo estava encruado. Assim que melhorasse um pouco, eu dirigiria, o melhor remédio para estancar esse tipo de mal-estar. Dito e feito. Já ao volante, entramos na cidade de Santa Leopoldina, distante ainda sessenta e um quilômetros do Garrafão. A partir dali começamos a perguntar a funcionários de postos e lanchonetes se eles conheciam um senhor chamado Foedes, ou Edson, com uma esposa de nome Virgínia e um filho de nome Cláudio. Eles mostravam surpresa ao ver dois homens procurando por um sítio sem nenhum endereço.

— O Garrafão ainda fica longe. Sigam adiante — diziam.

Cheia de caminhões, a estrada ficou perigosa. Uma carreta descendo a serra na contramão por pouco não nos atingiu. O susto rompeu o silêncio no interior do carro. Entramos em Santa Maria de Jetibá, uma das raras cidades bilíngues do Brasil. O pomerano, variação da língua alemã, é tão falado quanto o português nas ruas da pequena cidade de trinta e oito mil habitantes. Os alemães chegaram à região em 1872, exatamente cem anos antes do começo da história que eu reconstituía.

Em busca do delator de meus pais, abordamos pessoas nas ruas, no comércio e até na agência dos Correios, que estava fechando com o aproximar das seis da tarde. Ninguém ouvira falar de Foedes, Virgínia ou Cláudio. Todos nos aconselharam a seguir para o Garrafão, pois se era lá que estava localizado o sítio seria mais fácil alguém saber deles ali mesmo.

Àquela altura já havíamos improvisado bandagens terapêuticas, utilizadas por atletas no alívio de dores musculares, para pregar o aparelho de celular de Eduardo no painel do carro. Com o Google

Maps na tela, ele virou nosso GPS. Como não sabia se mais adiante haveria sinal para celular, enviei um e-mail às seis horas e quatro minutos para meu pai, minha mãe e Vladimir:

Estou em Santa Maria de Jetibá, perto do sítio do Foedes, que está vivo. Só para vocês saberem onde estou. Vou entrar no mato agora, em busca do sítio. Celular pode ficar fora. Amo vocês.

O horário era o que mais me preocupava naquele momento. Não queria encontrar Foedes à noite, quarenta e dois anos depois do ocorrido, sem sinal de celular, com perguntas que, digamos, não seriam exatamente agradáveis. Faltavam sete minutos para chegarmos ao Garrafão, mostrava o GPS, quando minha mãe enviou a resposta: “Vai com Deus. Tome cuidado. Esse homem não tem limites.”

— Esse homem não tem limites? — repetiu Eduardo, um tanto nervoso. — Caralho!

Assustei-me com sua reação, enquanto prestava atenção à rodovia, cada vez mais campesina. A pista recém-asfaltada transformou-se em uma descida íngreme, com mão e contramão. À esquerda, uma plantação de eucaliptos escondia as pequenas estradas de terra que nasciam do asfalto principal. O sol começava a ficar tapado por algumas nuvens baixas no horizonte, quando vimos, do lado direito, uma igreja luterana.

— Pastores conhecem todo mundo — afirmei.

Dei a seta e encostei o carro na primeira vaga que encontramos. Mais de dez veículos ocupavam o pequeno estacionamento. Muitos membros da igreja estavam na porta e não dentro do templo. O cansaço, após mais de três horas na estrada tortuosa, tomava nosso corpo.

O primeiro movimento foi usar o banheiro da igreja, lavar o rosto e tentar melhorar a aparência, marcada pela ansiedade. Um homem nos explicou que já estávamos em Garrafão e que o nome do pastor era Geraldo. Sobre Foedes, ou Edson, nada. Não conhecia. Quando saímos, percebemos que o culto tinha acabado e uma fiel nos

indicou o Gol branco do pastor, que já manobrava para deixar o terreno da igreja. Virei para Eduardo e propus:

— Vamos atrás dele?

Corremos de volta para o carro e partimos em busca do pastor Geraldo. Entramos numa estrada de terra pela qual achávamos que o Gol branco havia seguido. Estávamos enganados. Encontramos um morador da região, um homem simples, grisalho e gordo. Ao perguntarmos sobre o pastor ele disse para voltarmos “à BR” e seguirmos nela, porque o religioso orientava outra igreja mais à frente, na estrada, “a uns dez minutos daqui”. Perguntamos sobre Foedes ou Edson e o sítio de seu filho, Cláudio.

— A gente não conhece todo mundo aqui na região, não — desculpou-se.

Enquanto o sol baixava mais um pouco, Eduardo brincou:

— Qual foi a última vez que você correu atrás de um pastor?

— Já corri muito atrás de pastor nesta vida — respondi, arrancando risos de Eduardo, que ainda buscava disfarçar a tensão.

Eu só pensava que, se não tivéssemos entrado no banheiro, teríamos encontrado o tal pastor. Rodamos mais dez minutos e vimos uma placa: “Bem-vindo a São João do Garrafão”. Paramos. Enquanto Eduardo foi a um boteco pedir direções, gravei um vídeo de agradecimento por sua presença ali comigo, em busca de um passado que definitivamente não era o dele. Após sua volta, cruzamos com duas mulheres que tinham um jeito bem pomerano e estavam em um Gol branco, como o do pastor. Não sabiam nada sobre o pastor Geraldo.

— A igreja luterana é mais à frente — informaram.

Depois que elas saíram, Eduardo perguntou:

— E se não acharmos o Foedes? Qual é o plano?

— Tô sem plano agora — respondi.

Seguimos adiante. De repente vimos uma farmácia e pensamos que poderíamos obter alguma informação por lá. Em vão. Quando acelerei o carro para sair dali, o Gol branco com as mulheres encostou ao nosso lado novamente:

— A igreja é ali, ó — disse uma delas, apontando para o morro.

Já sem esperança, depois de abordar mais de trinta pessoas, resolvi fazer a mesma pergunta às duas moças:

— Vocês não conhecem nenhum Cláudio que tem um sítio aqui perto? Filho da Virgínia e do seu Edson...

Uma delas respondeu:

— Ah, sim, conheço. Cláudio... Conheço, sim.

Ajeitei o corpo na cadeira do motorista e perguntei, incrédulo:

— Filho da Virgínia e do Edson?

— Sim. Um senhor baixo. O Cláudio mora aqui. O pai dele também está com ele na cidade.

Espantado por finalmente ouvir uma resposta positiva, indaguei:

— E onde é que o Cláudio mora?

A resposta veio em forma de uma indicação mais confusa que GPS perdido. Eduardo riu da minha respiração pausada por ter, finalmente, encontrado uma luz.

— Se você quiser me seguir, estou indo para casa agora. Aí, de lá, te mostro onde é.

As moças saíram e Eduardo soltou mais um “Caralho!”.

— A ovelha que segue o pastor... — disse a ele, completando em pensamento: ...encontra o caminho.

Eu estava nervoso.

— Inacreditável! Inacreditável! Inacreditável! — exclamei. — Não podem existir dois Cláudios, filhos de um Edson e de uma Virgínia, em um só São João do Garrafão. Encontramos as pomeranas duas vezes. Quando ela falou que conhecia, não acreditei. Sério. Já estava cabreiro. Esse cara se entoca, não conversa com ninguém. Não tem como encontrá-lo.

Dirigi mais cinco minutos atrás do carro delas. A mulher loira que dirigia abriu a janela.

— Eu paro aqui agora. Você vai pegar a estrada de chão, subir o morro e descer. Na descida tem uma ponte e uma escola, a do rio Taquara. Aí você vai entrar e chegar numa casa perto de uma lagoa onde tem um monte de lâmpada acesa. Aí — ela riu —, é bem complicado chegar lá, mas você pergunta. Logo ali ele mora. Uns dois, três quilômetros daqui. Você vai achar.

— Qual o seu nome? — perguntei.

— Maria Helena.

— Obrigado, Maria Helena.

Passei a contar a distância pelo marcador de quilometragem. Um avermelhado aparecia no horizonte enquanto avançávamos pela estrada que cortava a paisagem lindíssima. A beleza, no entanto, servia de contraste para o cenário, muito mais próximo do de um filme de suspense. O sinal do meu celular desapareceu.

— Vamos chegar lá à noite — falei em voz alta.

— É... — respondeu Eduardo. — É aqui a porra da escola?

Não era. Tínhamos andado apenas quinhentos metros. Eduardo riu. Estávamos tensos, mas seguimos em frente. Ao virarmos uma curva na estrada de terra, uma cena inesperada nos chamou a atenção. Uma parte da floresta estava pegando fogo: o sol começava a se pôr.

— Caralho! Estamos chegando a Mordor — declarou meu companheiro de viagem, numa alusão ao filme *O Senhor dos Anéis*.

Avistei a Escola Pluridocente Rio Taquara. Algumas vacas em pé e outras deitadas, com o fogo ao fundo, tornavam o cenário ainda mais cinematográfico. Paramos por mais de dois minutos para admirá-lo.

— Aventura — disse Eduardo.

— É uma “viagem” chegar na casa do cara à noite — comentei. — Imagina se você está em casa a essa hora, numa quarta-feira, e chega uma pessoa com o papo brabo que eu vou chegar.

Não demorou muito e Eduardo avistou uma casinha com umas lâmpadas e uma lagoa.

— Está muito *creepy* isso aqui — avaliou.

Pedimos informações a dois jovens, os únicos na estrada. Sim, a casa de Foedes era logo ali.

— E aí, tá nervoso? — perguntou Dudu.

— Estou — respondi.

E comentei a história da passagem bíblica em que Jesus, mais perto da cruz, disse a Deus: “Pai, se possível, afasta de mim esse cálice, contudo, que seja feita a Sua vontade, não a minha.”

— Esta é a minha oração agora — declarei ao documentarista.

Eduardo soltou novamente um “Caralho!”. A oração parecia deixá-lo mais aflito.

Enfim, chegamos a um sítio com uma casa de dois andares pintada de verde. Um carro estava estacionado na frente. Eduardo iluminou com a lanterna do celular a placa, que registrava “Cariacica”. Era ali.

20.

FRENTE A FRENTE COM O DELATOR

O coração batia forte. Imediatamente, um homem de uns quarenta anos, branco, de olhos verdes, saiu para a já escurecida varanda. Vestia uma camisa verde-escura, com dizeres em branco e azul — *The original trademark* — e bermuda verde-clara. Barba bem-feita, traços leves e olhar firme.

Dois caras chegando àquela hora a um terreno de um sítio isolado, quase no breu, não passariam despercebidos. Mas ele parecia menos amedrontador do que se revelaria mais adiante, em alguns momentos de nossa conversa. Sem pensar, gritei:

— Oba, amigo, bão? É o Cláudio?

— Sim.

— Posso encostar o carro para a gente conversar rapidinho?

— Pode.

Fechamos a janela e pude ouvir um “Vou contigo, tá?” do Eduardo. Saí do carro.

— Desculpe incomodar a essa hora. Já vou te pedindo desculpas. O seu pai é o Foedes e a sua mãe, Virgínia?

— Por quê? Qual o problema? — respondeu Cláudio, em tom desafiador, a cerca de três passos de mim, ainda na varanda.

— Não tem problema, não. Sou um pesquisador da ditadura. Queria dar uma palavrinha com Foedes sobre o período.

Surpreso, ele perguntou como descobri que ele estava ali, naquele refúgio na serra. Expliquei brevemente nossa incursão em sua rua, em Cariacica, e, como resposta, recebi um aviso:

— Não sei se ele vai gostar muito de falar dessa época. Como é o nome do senhor?

— Matheus.

— Só Matheus?

— Matheus.

— Só Matheus? — insistiu.

— Matheus Leitão Netto.

— Você tem um rosto familiar.

— É mesmo? Pareço com alguém?

— Parece. Não estou conseguindo atinar — respondeu e pediu licença para pegar uma sandália, a fim de chamar o pai na outra casa do terreno, mais abaixo, construída num declive.

A sinfonia de sapos, mosquitos e cigarras tocava alto. Era a trilha sonora da nossa tensão. A pouca luz e o escuro da roça complementavam o ambiente. Cláudio voltou de sandálias, ainda desconfiado.

— Qual a finalidade dessa conversa? — perguntou, ignorando o que eu havia dito sobre o regime militar.

— Sou um pesquisador da ditadura, e os meus pais conheceram o seu.

Não deu tempo de ele dizer mais nada. Naquele instante, Foedes dos Santos surgiu do escuro. Com barba e cabelos brancos espessos, ele vestia um conjunto de moletom azul-escuro e chinelos. Tinha o jeito de um avô. Aos setenta e três anos, chegou de cabeça baixa, olhando cuidadosamente onde pisava, mas andando sem maiores dificuldades. Parecia calmo, sem medo, embora também desconfiado. A metro e meio de mim, tossiu duas vezes e levantou a cabeça. Olhou nos meus olhos fixamente. Era ele. Reconheci pela foto de sua ficha de qualificação da década de 1970. Cláudio interrompeu para explicar a tosse do pai:

— Tá todo mundo ruim. Minha mãe deu pneumonia, meu filho de um aninho também.

Só consegui dizer uma palavra:

— Foedes?

— Sim — respondeu.

— Como é que vai? Será que a gente pode conversar rapidinho?
— indaguei, enquanto Eduardo, um pouco mais atrás, filmava quase tudo secretamente.

Fui até ele sem apertar sua mão. Cláudio ofereceu a casa maior, onde morava com a esposa e o filho, Gabriel, neto de Foedes. A varanda verde foi se transformando em uma pequena sala azul, à medida que entrávamos.

Gabriel estava deitado em um colchão no chão, em frente a uma tv. Era loiro, bonito e risonho. Fiz uma brincadeira com ele. A esposa de Cláudio explicou que o menino estava jantando e por isso tinha a boca cheia de feijão. Ele não reclamou quando o tiraram da sala, que se transformou no tão esperado local da entrevista.

Dois sofás vermelhos compunham o ambiente, mas com a parte dos assentos estranhamente virada para a parede. Foedes fez um movimento como se fosse desvirar um dos sofás, mas Cláudio imediatamente o interrompeu:

— Pode deixar, pai — disse, tentando, assim, proteger aquele senhor de idade.

O homem que eu procurava havia tanto tempo puxou uma cadeira de ferro branca com encosto azul e sentou-se. A porta aberta de um quarto servia de varal para uma toalha branca molhada.

— Cláudio — chamei —, obrigado por nos receber a esta hora.

Ele respondeu, cordial:

— Não, que é isso? Fica à vontade.

Foedes entrou na conversa.

— Mas e aí? — indagou, novamente olhando nos meus olhos.

Apesar de debilitado por problemas de saúde, um câncer, vim a saber depois, mostrava-se forte.

— Sou um pesquisador do período da ditadura. O senhor militou no Partido Comunista, não é isso?

Foedes fez que sim com a cabeça.

A entrevista, conversa ou acerto de contas começava.

— Como é que foi que o senhor entrou para o partido? Eu estou contando uma história da época e queria saber como entrou para o PCdOB.

— O senhor é o quê? Jornalista?

— Sou. Jornalista e pesquisador...

Cláudio cortou a conversa, com uma lembrança que poderia me colocar em apuros:

— Atinei quem o seu rosto me lembra. Míriam Leitão. Você é parente dela, né? Filho dela, né?

— Sou.

— Eu acho que já vi uma foto sua.

Foedes voltou à conversa, mostrando-se surpreso, e declarou:

— Eu li uma entrevista dela recente na *Gazeta*.

— Quando? Sobre o período da ditadura?

— Sim — disse ele.

— O senhor conheceu ela?

— Conheci.

— E o meu pai? Marcelo, codinome *Mateus*?

— Também.

— Meu nome é Matheus por causa desse codinome, como o senhor sabe... É uma longa história.



21.

“EU JÁ ESTAVA TE ESPERANDO”

O clima era de muita tensão. Resolvi ser o jornalista, e não apenas o filho. Resumo, a partir daqui, a entrevista:

— Eu estava querendo entender algumas coisas. Como é que foi aquele período da prisão? — perguntei.

— Foi uma consequência natural. A ditadura escondia até a vida pregressa que a gente tinha. Não tinha força contra a ditadura, principalmente se não tivesse amparo social. Eles faziam tudo pra lançar o cara na sarjeta, e foi o que eles fizeram comigo. Você vê que na minha história não consta minha origem.

— Como assim?

— Assim, a minha origem, como eu cheguei ao partido, o que eu fazia antes. Me colocaram como lúmpen, como um desocupado, um marginal, mas eu era funcionário público.

— De onde?

— Da prefeitura de Colatina, nomeado, inclusive. Ali, se não me engano, passei oito anos como funcionário. Cheguei até a requerer minha estabilidade porque, de acordo com a Constituição da própria ditadura, eram considerados estáveis todos os funcionários que contassem cinco anos até aquela data da promulgação da Constituição. E eu tinha mais de cinco anos, né? Quando fui preso, eles me apresentaram como um desocupado, sem profissão, pegaram minha carteira de trabalho e rasgaram. Todos os meus documentos foram destruídos.

— Como é que foi o dia da prisão? Você lembra o dia exato?

— Lembro. Eu tinha transferido a imprensa do partido [mimeógrafo e material para fazer panfletos], porque aparelho nós não tínhamos. A gente se reunia no mato mesmo, era mais seguro do que se reunir em apartamento de simpatizante.

— O senhor era do comando regional, não era?

- É, eu era o responsável maior no Espírito Santo.
- E como é que o senhor conheceu o pessoal do PCdOB?
- Eu fui procurado por elementos do partido, à medida que apresentei combatividade e luta. Isso é uma coisa que acontece naturalmente.
- O senhor já criticava o regime?
- Quando ficam sabendo que uma pessoa tem possibilidade de ingressar no partido, tem combatividade, tem ideias corretas, ela é trabalhada nesse objetivo de integrar o partido. Então, em Colatina, organizei duas células e recebi assistência, até que fui cooptado para o Comitê Regional. Mas Comitê Regional era conversa, né? Não tinha nada. Não existia Comitê Regional. Só existiam no Espírito Santo alguns simpatizantes e um ou dois membros do partido.
- Quando o senhor diz que foi procurado, só pra entender, foi pelo Lincoln Cordeiro Oest?
- Não. O pessoal do Comitê Central não descia a esse nível. Eles mandavam alguém fazer, naturalmente. Quem me dava assistência era um quadro profissional do partido, um nordestino chamado Roberto Carlos que se tornou muito meu amigo. Roberto Carlos teve um desaparecimento inexplicável, nem o Comitê Central conseguia explicar o desaparecimento dele nem a ditadura publicou qualquer coisa a respeito, e até mesmo aquele livro, *Guerrilha no Araguaia*, não sabe.
- *Operação Araguaia?*
- *Operação Araguaia.*
- Esse senhor é um desaparecido político?
- É. Ele simplesmente não foi preso, não consta que ele foi preso, não consta que ele pediu desligamento do partido. Simplesmente ele não apareceu mais no Comitê Central e ninguém mais ficou sabendo dele. Na guerrilha ele não esteve. E ele era treinado em Pequim para fazer curso de guerra. Desapareceu. Ele me dava assistência no partido, até quando fui guindado à posição de dirigente regional. Se você pegar o livro *Operação Araguaia* você vai encontrar referência a ele. Simplesmente desapareceu do mapa. O que a gente pensa é que ele pode ter abandonado a luta e

regressado para a terra dele, já que lá ele não era “queimado”. Nos últimos tempos estava insatisfeito.

— E esse ano em que o senhor começa a entrar no partido, que ano era?

— Foi 66. Eu fui elevado à posição de dirigente em 67.

— Posso te mostrar umas fotos? Conhece esse senhor aí?

Entreguei sua ficha de qualificação, na qual ele aparecia em fotos, de frente e de lado. As mesmas que eu tinha visto no STM.

— Era só isso que você queria me mostrar? Por quê?

— É o senhor?

— Você queria me mostrar por quê? — perguntou de novo, aumentando o tom de voz.

— Eu quero te mostrar o processo todo. Posso te mostrar?

— Não precisa.

— Não precisa?

— Não, não há necessidade. Pode perguntar que eu te respondo.

— Enfim, eu estava querendo te mostrar pra tentar te levar ao dia da prisão. Como é que foi a prisão em 72?

— Como dirigente regional, quem imprimia *A Classe Operária* era eu. Nós tínhamos muitas carências, uma delas era a imprensa. Pra conseguir o mimeógrafo tivemos que roubar um do colégio de Alto Laje.

Curioso é que, embora ele dissesse Alto Laje, lembrei que no indiciamento constava Grupo Escolar Nações Unidas. Mas não disse nada e perguntei:

— Nós quem?

— Naquele dia fui eu e o Iran Caetano. Ninguém mais do partido ficou sabendo. Não era do interesse de ninguém. A imprensa, inicialmente, ficou na casa do Iran. O Iran alugou uma casa com um cômodo em separado, com sanitário, pia e uma saleta. Muito bem-feito, com laje e tudo. Estava a nossa imprensa ali. Aí, depois, com as desconfianças em que a gente sempre vivia... A Ângela [mulher do Iran] militava lá na Faculdade de Filosofia, e ele, na de Medicina. [Tive medo de eles serem] seguidos e descobrirem a imprensa. Aí cometi um erro e levei a imprensa pra minha casa, que não passava da moradia de um proletário, porque naquele tempo um salário

mínimo era [o equivalente a] cem reais. Era o que o partido me dava todo mês. E eu estava por conta do partido. O dinheiro que a gente recolhia era muito pouco. Era mais pra rodar imprensa, pagar passagem de ônibus para lá e para cá, aquele negócio todo. A minha casa era um barraco de tábuas, calafetado com reguinhas, num loteamento recém-começado no bairro Canaã. Luz elétrica não existia lá, mas como o mimeógrafo era manual eu rodava ele. Não comuniquei a ninguém que o transferi. Só o Iran ficou sabendo.

— Mas qual erro você cometeu?

— Então, o erro foi esse. Porque lá na casa do Iran a imprensa estava mais segura. Acontece que um cara que trabalhou na minha formação política, o Arlindo Sperandio, tinha sido condenado a três anos de prisão à revelia, assim que a ditadura assumiu o poder. Mas ele tinha contato comigo, aquele “contato amigo”, contato político e de amigo. E isso é que foi o mal. Porque ele arranjou uma mulher para morar com ele e um dia me convidou pra almoçar. Eu fui almoçar e ela ficou me conhecendo. Conseguiram passar a mão no Arlindo, levaram ele ao 38º Batalhão de Infantaria, e a cana durante a ditadura não era mole, não. Quando ele viu, segundo palavras dele, que ia morrer, resolveu me entregar. Mas ele não tinha o meu endereço. Ele sabia que eu tomava o ônibus de Viana, mas não sabia onde eu saltava nem para onde eu ia. Acho que eles não queriam deixar ele à vontade junto com o agente à paisana, sem algemas. Preferiram coagir a mulher dele. Botaram ela pra andar com um cara da 2ª Seção dentro do ônibus, para lá e para cá. Até que um dia eles me flagraram dentro do ônibus. Eu não sabia de nada. Tomei o ônibus. A mulher do Arlindo estava junto de um cara. Falei: “Oi, você por aqui? Como é que vai?” Aí ela olhou pra mim e fez assim [Foedes colocou o dedo indicador em frente à boca indicando sinal de silêncio]. Logo no ponto seguinte, ela saltou e foi embora. Mas o cara ficou me conhecendo a partir daquele momento. Eu saltei no meu ponto, que até a minha casa era pouco mais de quinhentos metros, região mais ou menos espaçada, um barraco aqui, outro ali. Quando eu vi, um cara saltou atrás de mim e foi me seguindo. Pensei: “Para onde vai esse cara?” Parei num barranco

daqueles, abri a braguilha e comecei a urinar pra ver o que acontecia. Ele passou mais um pedaço e fez o mesmo. Passei, continuei e não vi mais ele. Cheguei, almocei, faltou gás. Peguei uma carrocinha de mão e fui ao posto, na beira do asfalto, buscar o botijão. A minha mulher saiu não sei para quê. Fechamos a casa e colocamos a chave no lugar combinado. Quando voltei, não estava no lugar. Tive que arrombar a porta pra entrar. Eu, dentro de casa, o cara já foi chegando com uma bolsinha daquelas de mão assim, com uma arma dentro, que dava para a gente ver que tava pesada. Já foi entrando no quintal. Eu vi ele entrando e falei: "É polícia." Voltei para o meu quarto para ver se encontrava um facão, que eu tinha sempre. O facão não tava no lugar, não sei por quê. Ele já meteu a mão no meu peito, me jogou sentado em cima de uma cama. O outro quarto era usado só com o aparelho para rodar. "Não se mexe, não, que eu estou com o dedo no gatilho aqui." Me algemou e me levou. Me pegou com a boca na botija.

— O senhor foi levado pra onde quando foi preso nesse dia?

— Fui levado pra um lugar subterrâneo no 38º Batalhão de Infantaria.

— E como é que foi a recepção lá?

— Como é que foi a de todo mundo? Dois em cima, tapa, choque elétrico, porrada. O mesmo que fizeram com os outros. Inclusive o Jorge Luiz sofreu muito com choques elétricos no pênis. Chegou a um ponto em que eles me botaram junto com o Jorge Luiz porque eu já tava falando que não tinha mais jeito. Para ver se eu [convencia] o Jorge Luiz. Eu falei: "Olha, isso aí é uma questão de consciência dele."

— Tinha passado um tempo que você estava preso quando encontrou o Jorge Luiz ou foi no primeiro dia?

— Não, o Jorge Luiz foi preso acho que no terceiro dia.

— Que você já estava lá?

— É, que eu já tava lá.

Meu coração batia forte quando decidi que era hora de confrontá-lo. Sabia, pela postura dele na cadeira, que não seria fácil.

— Me diga uma coisa, Foedes: você entregou seus companheiros?

— Claro. Entreguei todos os que eu não tinha como deixar de entregar.

Àquela altura, não havia mais o que fazer, a não ser perguntar sem rodeios.

— Você entregou meus pais?

— Oh, quando eu caí... Eu sei qual o teu problema aqui... Eu já estava te esperando. Quando eu caí, eu caí com a imprensa completa. Não tinha como dizer "eu não sou do partido". Essa é a primeira coisa.

Foedes interrompeu, incomodado, e fez um barulho como se quisesse cuspir no chão. Cláudio, seu filho, entrou com duas xícaras:

— Se não estiver bom, deixa aí no canto porque é café [simples].

Olhei Eduardo, que segurou seu café e não tomou. Olhei para a minha xícara e tomei um gole com gosto. Precisava tentar rebater o efeito de letargia do Dramin. Foedes continuou:

— Havia anotações que, apesar de sigilosas, estavam ali, como a anotação [sobre] o Comitê Central, anotação [dos] companheiros do Regional. Eu tinha essas anotações, tudo com codinome, é claro, mas, na hora do pau lá, [se] a coisa não confere o pau volta a comer. Foi o que aconteceu constantemente. Eu fui torturado praticamente até um mês depois da minha prisão. Me pegaram de madrugada, me levaram para o interior, córrego do Limão, no meio do mato, dizendo assim: "Você sabe, né, você não tem emprego, não tem recomendação, nós estamos aqui no mato, não comunicamos a sua prisão no Rio, você não é ninguém." Essa era uma das ameaças.

Era hora de insistir.

— Mas você entregou meus pais?

— Não, seus pais... Quem? O Marcelo? Era parte do Comitê Regional.

— Mas você entregou o nome dele para os militares?

— Eu tinha que confirmar o que estava escrito.

— Mas não era só o codinome? Como é que eles iam saber que *Mateus* era o Marcelo?

— Aaaaahhh... Porque chega um momento que eu abri, né? A história não fecha... O que eles iam fazer? Baixar o cacete um dia

atrás do outro.

— Então o senhor entregou meus pais?

— Claro...

Dentro de mim ressoou um “ufa” em forma de alívio. Finalmente Foedes admitiu. Os presos diziam que ele era o delator, eu tinha lido o depoimento dele. Mas eu precisava confrontá-lo, ouvir de sua boca. E saber o que ele sentiu, como foi. Eu precisaria de mais tempo para processar aquela informação, meus batimentos cardíacos estavam acelerados. Mas dei apenas um intervalo de segundos e continuei a entrevista, que, nesse ponto, já estava muito mais próxima de uma conversa.

— Entregou meus pais?

— Entreguei nessas condições — Foedes respondeu. — Então, eu estava te contando o problema por que eu caí e não terminei.

— É que essa parte para mim é muito importante...

— Mas essa parte também é muito importante para mim, porque senão o resto também não me interessa. Por que eu caí? Eu caí porque o Arlindo Sperandio abriu quem era eu, sabia onde eu trabalhava, meu nome, meus antecedentes todos. Botaram essa mulher dentro do ônibus...

Tomei mais dois goles de café. Olhei para Eduardo, que permanecia imóvel, segurando a xícara totalmente cheia. Senti uma forte dor na barriga. Parecia emocional. Foedes continuou:

— ...E aí conseguiram me identificar e eu fui preso. Ele mesmo, o Arlindo, e eu nem sei se ele está vivo ainda, me confessou pessoalmente: “Eu tive que te entregar porque senão eu morria.” O super-herói aqui é só eu?

— O senhor é o super-herói?

— Não, o super-herói que todo mundo está querendo é só eu? Os outros todos entregaram...

— Mas o senhor falou que entregou. Não estou entendendo.

— Pois é, o super-herói, meu querido... — falou, elevando a voz.

— O super-herói que todo mundo estava querendo que eu [fosse]. O super-herói é só eu, os outros todos entregaram e eles têm toda razão... Eu não? Uma ditadura te baixa o cacete, igual fizeram com Rubens Paiva, com tantos outros, com o Cordeiro Oest, com o Carlos

Danielli. Carlos Danielli militava lá em São Paulo, só aparecia no Comitê Central uma vez ou outra. Eu nunca estive em São Paulo. É atribuição minha que eu entreguei o Carlos Danielli. Ora, tenha paciência!

— O senhor entregou o Carlos Danielli?

— Todo mundo sabia que o Carlos Danielli era membro do partido comunista. A ditadura sabia.

— O senhor entregou o Carlos Danielli?

— Não, como é que eu ia entregar o Carlos Danielli, se eu nem conheço o cara? Eu nem sabia do nome dele e nem conhecia onde ele morava, nem sabia onde ele atuava. Como é que eu ia entregar Carlos Danielli?

— Mas foi bom o senhor ter falado do Lincoln Cordeiro Oest, porque essa é uma dúvida que paira sobre a vida do senhor. E eu tenho que te fazer esta pergunta: aqui no seu depoimento o senhor fala que tinha um ponto, um encontro, na rua Cupertino, no Rio de Janeiro, com um membro do Comitê Central. Está escrito no seu depoimento. Esse membro é o Lincoln Cordeiro Oest? As pessoas atribuem ao senhor a entrega do nome do Lincoln Cordeiro Oest à ditadura e a morte dele. Como é que o senhor se sente em relação a isso?

— Ah, eu não me sinto bem, né?

— Mas foi o senhor?

— Foi. Eu não me sinto bem. Ninguém que entrega se sente bem. Até hoje eu não me sinto bem.

— O senhor carrega isso?

— Carrego esse estigma comigo. Carrego, não só dele, de qualquer outro. O Lincoln Cordeiro Oest era um membro do Comitê Central, da alta direção. Mas mesmo que fosse o Marcelo, seu pai, ou a Míriam, ou qualquer outro, é a mesma coisa. É duro pra gente. Tanto é que você vê que eu, até hoje, não entrei mais em nenhum tipo de política. Nem na política burguesa nem na política de esquerda.

O fato de Foedes reconhecer que entregara Lincoln à morte era uma revelação importante para o resgate de um momento histórico do PCDOB. Pela primeira vez, o ex-líder capixaba reconhecia algo de

que se suspeitava havia anos. No processo, quando se cita um ponto, não é dito que era com Lincoln. Deduzi isso quando chequei a data da morte de Lincoln. Os próprios militantes fizeram essa conexão na época, quando Lincoln apareceu morto. O forte indício se confirmava agora. "O Velho" é um comunista admirado até hoje por seus liderados, pesquisadores do período militar e amigos naqueles tempos extremos.

— Por que você não procurou ninguém depois?

— Porque eu não queria mais pertencer a nenhuma organização, eu não queria discutir isso. Eu estou discutindo aqui com você porque está me procurando. É um fato, não se pode negar o que realmente aconteceu.

— O que é não se sentir bem? Você pode descrever pra mim? Porque o Cordeiro Oest morreu sob tortura.

— Eu soube que ele morreu sob tortura.

— O que é esse "não se sentir bem"? Eu quero entender. Eu quero saber o que o Foedes sente. É possível você descrever pra mim?

— Rapaz, eu sinto... Não propriamente arrependimento. Porque arrependimento é aquilo que você declara "eu tô arrependido, não faço mais isso". Eu não sei se eu não faria isso [de novo] se estivesse lá, você está entendendo? Por isso me afastei da organização. Eu não aguentaria o que o Carlos Danielli aguentou. O que o Lincoln Cordeiro Oest aguentou.

— O senhor não é responsável pela morte do Carlos Danielli?

— De jeito nenhum. É uma conta indébita. O Carlos Danielli vivia lá em São Paulo, militava lá em São Paulo. Era o dirigente militar da organização. E eu vi o Carlos Danielli algumas vezes no Comitê Central. Ele, de certa forma, deu assistência pra gente, junto com o Cordeiro Oest, mas eu não sabia absolutamente o nome dele, nem onde ele atuava.

— Mas o senhor admite que entregou o Lincoln Cordeiro Oest à ditadura?

— Sim.

— E o senhor pode me falar o que é não se sentir bem? Aquela coisa...

— Outra vez, meu filho?

— É.

— O que eu posso dizer para te convencer?

— Não sei o que você sente quando fala que não se sente bem.

— A gente sente remorso, uma atitude de quem... Uma dor no coração por tudo que aconteceu. Até hoje eu sinto isso, se isso explica alguma coisa... E eu vou carregar esse negócio comigo até a minha morte. A delação é muito dura nesse sentido. Mas há a delação espontânea, voluntária, que não foi o caso. Essa foi uma delação da qual eu não tinha como fugir. Ou eu delatava, ou acontecia comigo o que aconteceu com ele, o Carlos Danielli, o Lincoln Cordeiro Oest.

— Mas ele não entregou os companheiros dele...

— Pois é, e o que aconteceu? Morreu. É exatamente isso que eu não aguentaria.

— Você sabe que o Carlos Danielli falou “Eu sei onde é que está o João Amazonas, onde está o Maurício Grabois... Pode começar...”?

Nesse instante, Foedes levantou a voz pela segunda vez na entrevista. Com o dedo em riste, afirmou:

— Eu sei. E isso é uma burrice da parte dele. O Comitê Central do PCDOB não era realista, não sabia fingir, não sabia fazer jogo político. Ele não tinha nada que falar isso.

— Mas ele é um herói.

— Sim, ele é um herói e está lá dentro da cova. Para nós, ele seria um herói muito mais apetecível se estivesse aqui, na luta do povo brasileiro. Isso são afirmações temerárias. Como dirigente responsável, ele não devia dizer isso porque, simplesmente, ia aguçar a luta dos algozes da ditadura contra ele... Até a morte.

Foi a primeira vez que senti uma raiva incontável dentro de mim na entrevista. Mais ainda do que quando ele disse ter entregado meu pai e minha mãe à tortura ou o admirado Lincoln à morte. A pergunta então saiu com a força de uma erupção que havia muito tempo estava presa:

— Então o senhor escolheu ser o delator em vez do herói?

Firme, em tom alto, Foedes falou:

— Você está botando palavras na minha boca. Eu vou acabar encerrando a entrevista.

O filho, Cláudio, o acompanhou, ríspido:

— Eu tô sentindo a conversa como uma acusação.

Foedes retomou sua fala:

— Você está botando palavras na minha boca. Eu acabei de dizer que fui delatado, tem muita gente que foi presa porque foi delatada por outros companheiros, que eu nem sabia onde moravam nem quem eram. Eu não escolhi ser delator. Eu escolhi a vida, porque sabia que ia morrer se não fizesse isso, se não entregasse. Não porque tivesse escolhido, mas porque a exigência deles era neste sentido: ou fala ou morre.

Emocionado, com lágrimas nos olhos e voz embargada, Cláudio interveio:

— Você tá pedindo um sentimento do meu pai? Tenho quase quarenta e eu, desde novinho, conheço essa história, conheço as queixas do meu pai, esse livro que saiu ali todinho, do Araguaia, eu li todinho, a história que conta lá, ele ficou muito aborrecido, porque não é toda a história, entendeu? Ele delatou porque foi delatado. Então, você quer entrevistar, você entrevista, mas ver o cara passar o que ele passou tantos anos atrás sofrendo... Esse sentimento que ele escondeu [ele] botou num canto para não sofrer mais. Você está querendo reavivar demais.

Achei que a entrevista terminaria ali. Mas uma inexplicável calma tomou conta subitamente da casa de paredes azuis e brancas como o céu. E Foedes quebrou o silêncio:

— No Araguaia, nós tivemos guerrilheiros presos que nem chegaram a dar um tiro. Foram presos, ficaram lá bombeando água para o quartel, porque não tinha energia elétrica, com as pernas cheias de leishmaniose, entendeu? Tinham entregado tudo o que os militares queriam e depois foi um agente da ditadura lá, porque o quartel não fazia o serviço sujo, pegou, levou para o mato, deu um tiro na cabeça e largou lá no mato. Quer dizer, a lógica da ditadura, no final, principalmente, era matar, matar e matar. O cara podia entregar quem ele entregasse. Não foi o meu caso, mas da

guerrilha. Eles matavam simplesmente por querer matar. O Geisel chegou a dizer: "Pois é, não tem outro jeito, tem que matar."²

— O senhor sabia que os seus ex-companheiros, inclusive meus pais, dizem que o senhor não sofreu? Quando eles chegaram ao quartel, eles não viram no senhor nenhuma marca de maus-tratos. O senhor sabe disso?

— [Os militares] eram especialistas em torturar sem deixar marcas, não é? A única marca visível que eles deixavam era a morte. Eles matavam o cara e, minutos antes do cara morrer, não tinha marca. Tortura não deixa marcas. Sufocação por sacola plástica não deixa marca.

— Eles dizem que o senhor não sofreu tortura. O que o senhor diria para eles?

— Eu diria pra eles que durante todo o tempo em que eu estava sendo interrogado eles estavam do lado. Só pode ser isso, porque eles não viram. Como é que eles iam ver? Na hora da tortura, eles não colocam o cara numa praça pública e [dizem] "venham assistir à tortura". Eles levam pra um lugar bastante isolado, se possível onde ninguém ouça o som. É o que ocorria, por exemplo, na [rua] Barão de Mesquita [Tijuca, no Rio de Janeiro]. Os caras eram torturados no subterrâneo.

— Quais torturas o senhor sofreu?

— Muito choque elétrico. Choque elétrico na orelha, no pênis, pescoço, tortura psicológica, porque aquele negócio dos cachorros, por exemplo, é uma tortura psicológica. Eles jamais deixavam o cachorro — a sua mãe relatou esse fato também — morder o cara, mas é uma tortura muito violenta.

— Então o senhor foi torturado?

— Fui torturado. Afogamento... Inclusive nessa viagem que nós fizemos, saímos de madrugada...

— Socos e tapas? Violência física também? Violência, além do choque, que também é uma violência? Eles bateram no senhor?

— Tapas, principalmente no ouvido. Choque elétrico eles não me aplicaram, não — disse, aparentemente esquecido de que antes havia dito que aplicaram "muito choque elétrico". — Mas pescoço e

tapa no ouvido foram as primeiras coisas que recebi quando cheguei ao quartel. Em seguida, veio o cão.

— O choque você tinha dito que tomou...

— Choques foram no dia seguinte. Como eu resisti, eles me levaram lá pro quartel. Curiosamente, porque fui levado para o Rio quase um mês depois. No Rio não fui torturado. Mas veio uma equipe do Rio me torturar [no Espírito Santo].

— Quem te torturou?

— Hoje, mesmo que eu tivesse gravado, eu não saberia dizer. Eu já tenho falhas de memória. Nome de torturador assim... Nem mesmo vendo ele fisicamente eu saberia identificar.

— Capitão Guilherme, você lembra?

— Lembro.

— Ele participou da tortura?

— Participou. O capitão Guilherme era um bandido.

— Ele participou da sua tortura?

— O capitão Guilherme, um sargento e um cabo... Esse cabo eu não tô lembrando o nome dele.

— Mas todos eles participaram da tortura?

— Participaram. Tinha um soldado também. Eu sei que o quartel era dirigido pelo coronel Sequeira [tenente-coronel Geraldo Cândido Sequeira].

— O senhor disse, em determinado momento, que o Carlos Danielli não foi muito inteligente.

— Não, ele foi temerário. Não é que ele não foi muito inteligente. Ele era um cara muito inteligente, mas ele foi temerário. O cara que está numa luta política, ele tem que fazer o possível e enganar o seu adversário. Se não for possível enganar, não fazer provocação. Porque ele está nas mãos dos caras, preso... E fica fazendo provocação? O que vai querer? Cada vez mais [vão] torturar ele.

— Mas, no caso, o senhor disse que ele foi temerário e que ele poderia estar aqui ajudando na luta política ainda hoje. O senhor faz algum tipo de luta política hoje? Porque o senhor sobreviveu.

— Não, eu hoje tenho as minhas convicções políticas e basta. Nem mesmo a nível burguês eu tenho qualquer contato político. Não tenho. Aliás, para seu governo, sou liberado até de votar, porque

tenho mais de setenta anos. Nas últimas eleições nem votei. A política que a esquerda brasileira está pondo em execução é uma barbaridade. Só se justifica do ponto de vista de “vamos tirar dinheiro dos burgueses pra fazer a luta proletária”. É o que o [ex-ministro da Casa Civil do ex-presidente Lula] José Dirceu e outros devem estar falando, porque é uma esquerda, do ponto de vista legal, uma esquerda bandida mesmo. E eu não concordo com isso, naturalmente. O PCDOB atual é um revisionista. Não li nenhum documento dele, mas não resta a menor dúvida. O PT, o que ele está fazendo, é um crime contra a nação brasileira.

— O senhor não acha contraditório o fato de falar que “ele foi temerário”? E que se ele tivesse sobrevivido poderia ter uma atuação política hoje? Ele não sobreviveu. O senhor sobreviveu, mas não faz uma atuação política.

— Eu não estou fazendo essa comparação, de que eu sobrevivi e ele não sobreviveu. Essa comparação é você que está fazendo. Eu não faço essa comparação. Eu acabei de me penitenciar, [dizendo] que me incomoda muito o fato de ter entregado alguns companheiros. Mas, se eu estivesse no lugar do Carlos Danielli, eu não faria essa provocação.

— Para finalizar, o que o senhor diria para os seus companheiros se os encontrasse hoje? Eu carrego um nome que eu acredito que foi o senhor que deu pro meu pai. Matheus...

Ele respondeu, impaciente:

— Que para mim foi impossível deixar de entregar os companheiros, principalmente os do Comitê Regional. Eu tive um papel na entrega de um companheiro [o Joaquim], o irmão do José Maurílio Patrício [morto na Guerrilha do Araguaia]. O Maurílio é outro caso que eu queria que constasse que não fui eu que entreguei. Você não é jornalista coisa nenhuma, né? Você tem gravador aí, você tá gravando? Porque o Maurílio é outro caso. Colocaram naquele livro da Guerrilha do Araguaia que fui eu que entreguei o Maurílio. Eu nunca vi o Maurílio mais gordo. Maurílio foi pra região do conflito, e não fui eu que encaminhei ele pra lá, entendeu? — perguntou Foedes. — Solenemente, a identificação que ele dá na guerrilha consta naquele livro como tendo sido obra minha. Eu não

estive lá na guerrilha. O único que conheceu o Maurílio muito bem e que pode ter entregado ele é o próprio irmão.

— E se o senhor encontrasse hoje a minha mãe, o meu pai, o Jorge Luiz de Souza, o Lincoln Cordeiro Oest... Haveria um pedido de desculpas pela entrega do nome deles?

— Pedido de desculpas é pouco, eu pediria perdão mesmo. Eu tenho realmente muita tristeza de ter entregado esses companheiros. É aquilo que eu te disse: eu me afastei da organização porque, mesmo que eu conseguisse ficar de pé no [PCdoB] e fosse perdoado, eu tenho certeza de que não aguentaria passar pelo que passei sem ter feito o que fiz. Não nasci pra isso. Se soubesse antes que isso poderia acontecer exatamente desse jeito, não teria nem militado. A gente pensava que ia aguentar, mas na hora do pau lá, meu filho, não depende só de você querer aguentar, não, depende de você ter estrutura.

— O senhor não tinha?

— Não tinha essa estrutura.

2 Segundo o jornalista Elio Gaspari, em conversa gravada em 1974, quando se preparava para assumir a Presidência, Geisel disse: "Esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser" (*A ditadura derrotada*, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2^a ed., rev. e ampl., p. 317).

22.

MATERIALISMO E FÉ

Foedes interrompeu a entrevista me convidando para jantar, mas não aceitei. Depois continuou o relato:

— Eu venho de uma família camponesa desestruturada, a maioria analfabeta. Na minha família, fui o que mais conseguiu estudar. Não cheguei a fazer curso superior, mas me preparei pra isso, cheguei a completar o chamado curso médio. Todos tiveram advogado particular, inclusive o seu pessoal. A solidariedade de me arranjar um advogado particular não existiu. Eu tive que responder ao meu processo com um advogado apresentado pela ditadura que nada fez pra me livrar, simplesmente cumpriu a obrigação pra poder receber o dinheiro dele. É verdade ou não? Você ouviu falar que qualquer um daqueles que foram presos na minha época se mobilizou pra arranjar um advogado pra mim? Não, não ouviu porque não existiu. Na verdade, o único desamparado ali era eu frente à ditadura. Eles podiam sumir comigo...

— Eles iam sumir com os outros também, não?

— Não, com uma diferença. Eles podiam sumir comigo e eu nunca ia nem aparecer nos jornais nem nas revistas. Eu poderia ser simplesmente descartado como uma carta de baralho porque, simplesmente, eu não tinha uma família pra cuidar de mim, eu não tinha um pai, minha mãe é morta.

— Eles morreram quando o senhor tinha quantos anos?

— Meu pai morreu logo depois que saí da prisão. A minha mãe morreu quando eu tinha nove anos. Eles achavam que eu ia ser mais um para a vala comum, para cair no esquecimento.

— O senhor recebeu indenização?

— Não e nem quero esse tipo de indenização. Naquela viagem, quando me tiraram de madrugada e me devolveram ao xadrez às onze horas da noite, se eles me matassem no caminho

desapareciam comigo, simplesmente. Não constava minha prisão, só assinei a minha prisão preventiva com vinte e sete dias de preso. Durante esse tempo estava no xadrez como um sequestrado, não tinha prisão nenhuma registrada, o que também aconteceu com todos os outros presos do grupo. Eu quero que você pense sobre isso. Não estou justificando nada. Continuo com esse peso na consciência, porque era uma coisa que eu prezava muito, a luta que eu tinha no partido. Prezava tanto que abandonei minha própria família. Os meus três filhos com outra mulher viraram marginais, porque não pude dar a eles uma assistência. Dois deles [viraram] assaltantes à mão armada e foram mortos pela polícia. Quer dizer: essa é a mazela que herdei. O Lincoln Cordeiro Oest, por exemplo, abandonou a família pra se dedicar ao partido. No partido, naquela época, a coisa também era muito dura.

— Por quê?

— Já tinha os três filhos. Durante aquele período na prisão, os militares manipularam a minha mulher, dizendo que eu não voltava mais. Ela arranjou outro homem. Me confessou depois que recebeu todas as minhas cartas e que não respondeu porque não interessava. Então, depois que comecei a reconstruir a minha vida, o único filho que ainda me procurou algumas vezes, o mais velho, não deixou de ser um marginal. Só pra você ter uma ideia, ele era caminhoneiro, mas pedia demissão, reflexo da perturbação mental que sofria, causada pela falta de assistência de um pai, pelo desnorreamento que recebeu do padrasto e da mãe.

— Deixa eu te falar uma coisa, Foedes. Tem muito tempo que procuro pelo senhor. Como filho, a gente se torna espectador da vida dos pais. E eu sou um espectador da vida dos meus pais. O Cláudio é um espectador da sua vida. O senhor sabia que a minha mãe estava grávida quando foi presa?

— Não. Não sabia. A vida particular dos membros do partido era deles. A minha assistência era através do Comitê Regional. Ninguém ia aparecer pra mim pra relatar a gravidez da Míriam, coisa que não tem nada a ver com política.

Eu sentia a força de outra erupção a caminho. Era a hora de algo que nem eu esperava.

— Eu sempre ouvi as histórias dos meus pais e eu não quero vir aqui só pra falar que, enfim, o senhor é delator. Eu quero dizer também que a vida inteira procurei o senhor, sabia? Na verdade, a gente é e não é parte dessa história. De certa forma, teve uma influência sobre a minha vida aquilo que aconteceu. E eu quero te dizer que, da minha parte, apesar de tudo, está perdoado. Eu sei que você não está me pedindo nada, enfim, eu só queria que você soubesse disso antes de eu ir embora.

Ele respondeu de pronto:

— Eu queria que você levasse um forte abraço a todos eles e pedisse que esqueçam esse passado [por] que passamos, porque tenho certeza, com toda a convicção, que eles não sofreram mais do que eu. Isso eu posso te garantir. Não só na mão da ditadura, como a herança daquele passado que foi [o regime] para todos os brasileiros, não apenas para o partido. Era muito duro viver sob a ditadura, mesmo para quem não era militante de um partido. Você tinha que calar a boca. Mulher não podia jogar futebol. Eu queria que você dissesse pra eles, se for possível, que eles me perdoem. Eu não aguentaria passar pelo que o Lincoln Cordeiro Oest e o Carlos Danielli passaram. Por isso é que me afastei definitivamente quando saí da prisão. Mas sinto por eles até hoje porque, além de membros do partido, todos eram meus amigos. Jorge Luiz era formidável. Se eu encontrar o Jorge Luiz... Poxa, o Jorge Luiz é inigualável! Um cara fora de série. O Jorge Luiz recebia o salário dele como jornalista na *Gazeta* e às vezes me dava a metade do que ganhava para o partido. E quem era o Jorge Luiz? O único que eu fui buscar lá, num quatinho de república, como contato para erguer o partido no Espírito Santo. O partido não tinha mais nada. E eu ia lá, chegava lá dez, onze horas do dia, e o Jorge estava dormindo ainda. Eu acho que ele trabalhava à noite. E eu engatava uma discussão política, deixava com ele o material e saía. Ele foi saindo daquela letargia, começou a se movimentar, organizou uma base partidária na escola dele e, dali, conseguiu pegar contatos de outras faculdades.

Foedes fez uma pausa nostálgica mostrando orgulho de ter participado da construção de um partido clandestino na ditadura.

Não interrompi aquele momento, até que ele mudou de assunto com uma pergunta.

— Como é que vocês conseguiram me localizar aqui? Porque eu sou conhecido como Edson.

— Jornalista, meu filho — disse Cláudio.

— O senhor se escondia, Foedes?

— Não, rapaz. Foedes foi o nome que meu pai me deu, por influência de um turco que ele conheceu lá em Alegre, quando nasci. Depois ele se arrependeu do nome, porque era motivo de chacota. Aí, começou a me chamar de Edson. Eu falei: “Quer saber de uma coisa? Foedes é ímpar, não tem homônimo. Jamais alguém vai me acusar de um crime que eu não cometi, pelo menos tem essa vantagem.”

A acusação da delação era só dele e de mais ninguém, pensei.

Dudu já tinha se livrado da xícara, que segurou por mais de hora, sem beber o café. Falou pela primeira vez, após ficar calado e apreensivo.

— O senhor sabe o que significa Foedes?

— Não sei. Você sabe?

— “Aliança”, em latim.

Após uns segundos de silêncio, retomei minhas perguntas:

— O senhor tem alguma fé?

— Não. O meu materialismo se solidificou. Hoje sou agnóstico.

Materialista.

— E o Cláudio tem alguma?

— O Cláudio é filiado a uma igreja aqui.

— Cláudio, você é cristão?

— Sou.

— Você é de qual igreja?

— Sou da Casa de Oração.

Conhecia a denominação. Tenho uma prima que foi pastora de uma igreja com a mesma doutrina, em outro estado. Continuei a conversa com o filho de Foedes, perguntando se já haviam pregado para o pai dele. Ele me respondeu:

— Já. Amigos e irmãos já pregaram, mas ele é consistentemente ateu. Nunca abriu mão.

Foedes interrompeu o filho:

— Mas tem uma correção. Eu não sou ateu, eu sou agnóstico, materialista, uma diferença muito grande.

Retomei o fio da meada:

— O assunto acabou indo pra esse lado por minha causa, inclusive. E eu queria dizer que sou cristão também.

— Para explicar o perdão — Cláudio interveio.

— Não. Se ele fosse materialista, perdoava — disse Foedes.

— Você acha? — perguntei.

— Depende da sua convicção, cada um tem a sua. O pensamento das pessoas é muito complexo.

A parte mais estranha da minha experiência como cristão é justamente essa. Às vezes, a gente sente o ímpeto de fazer coisas que não compreende. Era o que eu sentia naquele momento.

— Eu não posso perder esta oportunidade, não sei se você se sente assim, Cláudio. Nessa história, a gente é muito parecido, porque eu também já falei sobre isso com o meu pai, mas sou um cristão que respeita as convicções dos outros. Eu até carrego uma Bíblia, presente do meu avô, que era pastor.

Foedes me cortou:

— Eu te digo o seguinte: eu respeito todas as convicções, inclusive a religiosa. A Bíblia é uma fonte histórica da Antiguidade. Há algumas coisas distorcidas nela, mas os fatos principais são verdadeiros. Cristo existiu realmente. Em vez de Ele ser um pregador, deveria ter sido um político, um chefe militar. Porque o que Ele propunha era o mesmo que o Danielli estava propondo: futucando o diabo com vara curta. Ele ia lá para o templo, provocava todo o *establishment* religioso e depois não queria levar as consequências?

Cláudio interrompeu o pai:

— Não queria, não. Você verifica muito o materialismo, você quer a prova a + b, na matemática dois mais dois é igual a quatro. Se você fosse um estudioso... Isaías, setecentos anos antes, descreveu tudo o que ia acontecer com Jesus. Agora, você não pense que não é difícil pra minha cabeça imaginar como é que Deus criou tudo. Mesmo lendo, eu sou homem, eu tenho minhas dúvidas. Só que é o

seguinte: a minha fé supera essas dúvidas. Eu sei que no final tudo vai acontecer como a Bíblia está apontando, independente do que consigo entender.

Conversamos bastante sobre a existência de Deus, a fé e as experiências espirituais. Cláudio se emocionou. Com a voz embargada e os olhos com lágrimas, disse:

— Isso é resposta de oração. — E, apontando para mim e olhando o pai, acrescentou: — Quantas vezes já pedi pra vir alguém de fora para pregar para você? Pai, se você não acredita que isso aqui é resposta de oração... Eu sei que é. Não é à toa que ele está vindo aqui.

Senti um imenso quebrantamento e me emocionei também. Foedes prosseguiu:

— Na verdade, eu gostaria de ter essa certeza que todo religioso tem. Diz que fé tem quem tem. Fé não se pede. Eu não tenho. O que vou fazer? Eu estou reparando aqui... O seu cabelo é tão parecido com o do seu pai...

— Você me acha parecido com ele?

— Pelo menos o cabelo. Seu pai usava ele assim.

— Espero, sinceramente, que o senhor encontre isso que eu encontrei, a fé.

— É, eu sou muito cético. Não sei...

— Meu nome é Matheus Leitão Netto, está bem?

Falei isso já me movimentando para me levantar. Foedes me interrompeu o gesto, dizendo:

— Só queria te fazer uma pergunta. Agora o entrevistador sou eu.

— Por favor, fique à vontade.

— Seu pai é médico? Se formou?

— Ele não conseguiu se formar. Quando saiu, entrou no 477 e perdeu os direitos de estudo dele.

— Me lembro que na prisão ele tinha taquicardia.

— Ele ficou muito mal e, enfim, perdeu os direitos. Aí, virou jornalista.

— Continua materialista ou é religioso?

Aquela pergunta me intrigou por algo que eu não sabia se era uma nova coincidência. Meu pai é materialista e defende o mesmo

discurso da matéria que Foedes me relatava.

— Confesso que estranhei um pouco porque ele fala a mesma coisa que você. Diz que é materialista. Fiquei pensando: “Será que não foi o Foedes?”

— Porque ele estudou o materialismo dialético.

— Através do senhor?

— Eu não sou um agente de transformação.

— Não tem problema se aconteceu isso. O senhor era o chefe do partido no estado, ele estava dentro do comando regional.

— A gente só tinha encontro quinzenal e, geralmente, não passava de uma hora. Era um encontro do secretariado para discutir os problemas de cada um na sua área e o que fazer para o partido avançar.

— Mas o senhor falou com o meu pai sobre isso?

— Naquele tempo a gente era extremista, da linha chinesa, acreditava em tudo aquilo. Mas, pouco a pouco, você viu o que aconteceu: a União Soviética caiu, todos os países-satélites caíram, a China está caminhando para o capitalismo e Cuba também. É só passar aquela geração de Fidel Castro [morto em 25 de novembro de 2016, após esta entrevista] que Cuba também entra para o capitalismo. Isso mostra o quê? Em primeiro lugar, a força do capitalismo. Em segundo lugar, que aquela teoria de “cada um de acordo com a sua capacidade, para cada um de acordo com as suas necessidades” não representa a aspiração do homem. O homem quer aceitar desafios, o homem quer inventar, o homem quer progredir. E o comunismo podava tudo isso. A gente vê, no dia a dia, que o comunismo não representa os interesses da população. Em grande parte também porque a população é eminentemente religiosa. E o comunismo instiga sempre a puxar para o lado do materialismo. Eu tenho que pensar do jeito que eu penso, porque essa é a minha liberdade de expressão.

— Claro, é o livre-arbítrio — disse eu.

Foedes acrescentou:

— Mas, se for muito devagar, daqui a dois ou três anos eu posso embarcar. O curioso é que eu sempre desejei ter uma religião.

Cláudio falou então algo em que também acredito:

— Religião é furada. A religião dele — disse, novamente olhando o pai e apontando para mim —, se você for seguir, é furada. A minha é furada. Não se segue religião. Você vai se reunir em um local onde mais pessoas pensam [a mesma coisa]. Mas religião não salva.

— É estilo de vida — emendei, para ajudar Cláudio.

— Estilo de vida. Jesus não deixou nenhuma religião — completou o filho de Foedes.

Não consegui me conter e acrescentei:

— Se eu fosse corajoso, até pediria pra orar por você, Foedes...

Cláudio respondeu:

— Mas a casa é minha. Agora eu peguei ele.

O pai deu o aval, olhando-me já sem desconfiança.

— Pode orar, eu me sinto honrado por você fazer uma oração por mim.

Cláudio e eu nos entreolhamos. Nós nos entendemos bem, apesar das circunstâncias difíceis. Tínhamos convicções semelhantes. Outra coincidência que me inspirava na viagem. Segurei a mão de Cláudio. Eduardo, a mão de Foedes. Outros familiares chegaram à sala, entre eles a esposa do filho do antigo chefe comunista de meus pais. Ela me pareceu emocionada. Fechei os olhos e orei:

— Nosso Deus, nós te bendizemos por este dia, por tudo o que aconteceu hoje. Pai, nesta noite, eu queria pedir que o Senhor abençoasse o Foedes, o Cláudio, toda esta família. Eu quero Te pedir, na simplicidade, se for o desejo do Teu coração, que Foedes possa Te encontrar. Assim como o apóstolo Paulo teve um encontro e aquilo transformou a vida dele, que assim seja na vida do Foedes...

-STM-
000447

000446

Flu. *[Handwritten signature]*



Máquinas de Escrever e Mimeógrafos do PC do B
(Apreendidos na residência-"aparêlho", de *[Handwritten name]* minhas
POEDES DOS SANTOS ("Zé")



[Handwritten signature]

23.

“JESUS WALKS”

Duas horas e meia depois de entrarmos na casa de Foedes, deixamos o local rumo a Vitória. Eram umas dez e meia da noite. Cansados, tínhamos mais cento e cinquenta quilômetros de curvas sinuosas pela frente. A estrada de terra e o escuro da roça não eram mais assustadores.

— Alívio — disse para Eduardo, enquanto dirigia devagar, olhando pelo retrovisor a poeira se levantar atrás do carro. — Alívio — repeti, sentindo que o anzol e a linha já não estavam tensos, tinham finalmente se soltado.

O sinal do celular estava de volta. Encostei em uma estrada afluyente da rodovia principal e liguei para minha mãe. O breu total só era cortado quando um caminhão passava, iluminando a estrada.

— Mãe, tá acordada?

— Você está bem? — devolveu ela.

— Estou.

— Deu certo?

— Deu.

— Você conseguiu encontrar ele?

— Encontrei.

— Mas ele falou?

— Falou. Admitiu tudo.

— Ah, é?

— Pediu perdão.

— Meu Deus. Que isso?!

— Muito forte, mãe. Só tive sinal de celular agora. Eu te amo.

— Também te amo, filho. Você vê com quem eu tive que lidar aos dezoito, dezenove anos.

— É. A conversa ficou difícil em alguns momentos. Mas ele se arrependeu.

A ligação para o meu pai caiu na secretária eletrônica. Deixei um recado: “Pai, só queria falar que encontrei o Foedes, depois desses anos todos. Ele admitiu que te entregou, que entregou a mãe, o Lincoln Cordeiro Oest. Pediu perdão. A conversa ficou tensa em alguns momentos, em outros, melhorou. Te amo. Só queria deixar este recado.”

Liguei para o meu irmão Vladimir.

— Oi, Vla!

— E aí? Saiu do mato?

— Encontrei o Foedes.

— Entrevistou?

— Uhum.

— O que ele falou?

— Ele admitiu que entregou nossos pais para a tortura e o Oest para a morte.

— Ele quase me matou, esse filho da puta...

Flávia, minha mulher, telefonou e desliguei a ligação com Vladimir. Contei a ela tudo o que tinha acontecido.

— Tava aqui preocupada. Você não atendia.

— Você não sabe: o filho do Foedes é cristão.

— Eu tinha te falado que Deus ia abrir a porta. Eu senti.

— Ele presenciou tudo e falou que eu era resposta de oração.

— Por que o pai dele precisava se liberar, tá vendo?

Começamos a descer a serra ao som do rapper americano Kanye West, que desabafava, na música “Jesus walks”, sobre sentimentos cristãos. O álbum era de Eduardo e eu não conhecia. O documentarista repetia, empolgado, o que a letra dizia:

— Não posso tocar sobre Jesus, sobre Deus, porque não toca no rádio.

Na música o compositor fala que o sonho dele é ver as pessoas cantando em boates a música “Jesus walks”. Ele planejou isso. E aconteceu. Isso é que é genial. A estratégia inteligente de West de pregar sem pregar me fez pensar em como os cristãos usam estratégias erradas para passar a mensagem em que acreditam.

— Eu sabia que você era cristão, mas não cristão do tipo de orar pelo cara — comentou Eduardo.

— Nem eu.

Rimos os dois. Eduardo disse ter ficado impressionado quando a conversa com Foedes ficou tensa e a entrevista quase acabou. Mas ficou ainda mais apreensivo quando o ex-militante afirmou que já me esperava e sabia o que eu tinha ido fazer lá. Para Eduardo, essa foi uma frase de vilão de James Bond do tipo: *"I've been expecting you, Mr. Bond."* Era uma e meia da manhã quando nos lembramos do café de boas-vindas que recebemos da família Santos.

— Tu ficou duas horas com aquele café na mão sem tomar — zombei.

— Fiquei segurando. Não vou tomar essa merda, não, pensei — lembrou Eduardo, rindo.

— Eu fiquei pensando: "O cara não deve estar tomando porque está achando que tem chumbinho."

— Quando você tomou eu pensei: "Não acredito que ele tomou essa porra. Vai morrer aqui no meio."

— Tu não sabe como eu achava engraçado você segurando o café aquele tempo todo sem tomar. Tu ficou uma hora parado na mesma posição, estático.

— Eu derramei café no chão, sem querer, uma hora. Eu ficava segurando. Onde que eu vou tomar aquilo envenenado? Eu fui palha, descrente na humanidade. Pensei: "Por que ele fez essa porra de xícara de café para nós dois e não fez para o velho? Algo está errado!"

Rimos muito. As risadas eram claramente uma descarga de estresse e felicidade por conseguirmos finalmente encontrar Foedes. E conversar com ele. Às três horas da manhã li um e-mail escrito por minha mãe. "Estou emocionada. Obrigada. Você foi buscar resposta a uma pergunta de antes de você nascer."

Eduardo calibrou o sentimento:

— Você acabou de passar por um dia muito cansativo. Vai demorar um tempão para processar isso. Você tem que ter sabe o quê? Paciência com os seus sentimentos.

Precisaria de ainda mais no dia seguinte.

3252

24.

“ISSO NÃO É CÂNCER”

Meu sono dura menos de quatro horas. Não consigo parar de pensar em Foedes, Cláudio e tudo o que vivemos na noite anterior, quer dizer, horas antes. O alívio daquele encontro me deixa animado. Logo cedo, marco conversas com ex-militantes do PCDOB no Espírito Santo. Meu pai tinha razão ao dizer numa das cartas escritas na prisão que, quando eles saíssem de lá, “ia dar muita gente diferente”. Era uma percepção do futuro.

Magdalena, por exemplo, transformou-se numa competente oncologista. Certa vez, em 2001, seguindo viagem com uma amiga, seu telefone tocou com uma chamada dos Estados Unidos. Do outro lado da linha, a voz do antigo líder estudantil: o companheiro *Mateus*, colega de cárcere.

— Magdalena, estou com câncer.

Assustada, ela perguntou:

— Marcelo? O que você está fazendo nos Estados Unidos?

— Depois eu te explico, mas estou com câncer.

— Calma, Marcelo. Quem te falou isso?

— Dois médicos daqui. Perguntaram se a minha vida financeira estava organizada, porque vou precisar. O câncer é muito agressivo. Tô todo ferrado, me separando — explicou ele, referindo-se a seu terceiro casamento. — Um frio desgraçado aqui. Minha vida está ruim e, agora, isso.

Magdalena temeu pelo velho amigo.

— Não, Marcelo. Me conta a história todinha. Vou parar o meu carro aqui e você vai me falar. Como surgiu isso?

— Eu estava treinando forte para uma maratona, levantando bastante peso, e aí apareceu uma coisa no meu pescoço. Eles tiraram e deram um diagnóstico de câncer de origem epitelial.

— Pera lá um pouquinho, Marcelo. É assim do lado do pescoço?

— É.

— Não. Isso não é câncer. Esse médico errou o diagnóstico.

Magdalena me disse depois que queria ganhar tempo. Estava em dúvida, mas já tinha visto erros semelhantes acontecerem.

— Eu acho o seguinte: você estava fazendo muito esforço físico, tinha algum resto branquial aí e inflamou. Como ele viu tecido epitelial em um lugar que não é para estar, o tecido embrionário que está aí, ele se confundiu e deu esse diagnóstico. Está errado. Você vai pegar o material e mandar para nós.

Agoniado, Marcelo não esperou e pegou um avião de Nova York para São Paulo, onde teria acesso a médicos importantes na área e excelentes hospitais. Lá, por incrível que pareça, recebeu o mesmo diagnóstico dado por Magdalena de supetão ao telefone: cisto branquial. Meu pai estava prestes a assinar o consentimento para a quimioterapia nos Estados Unidos quando fez a ligação para a antiga companheira. A médica em que ela havia se transformado salvou-lhe a vida.

Magdalena, especializada em tratamento de câncer em crianças e adolescentes, salvou em 2013 uma jovem com um diagnóstico errado de sarcoma no osso da perna. As lâminas mostraram que Magdalena estava certa e que a amputação, prescrita como inevitável, seria desnecessária.

Vejo Magdalena no dia seguinte ao da entrevista com Foedes. A bela *Mariana* se emociona quando entro em sua casa, na aconchegante região de Manguinhos. Mostro uma foto recente de Foedes. Ela olha, reconhece-o. Tem certeza de que foi ele quem a entregou para a tortura no 38º Batalhão de Infantaria. Chora.

— Eu perdoo. Mas não é uma pessoa com quem quero conviver — diz Magdalena, referindo-se a Foedes.

Percebo que essa é uma decisão a ser tomada por cada um daquela geração tão especial. Como Magdalena, Beth Madeira, que também mora em Vitória, perdoo de imediato:

— Olha, Matheus, quem nunca errou? Ainda mais naquele tempo difícil. Eu perdoo, sim.

Dias depois, seria a vez de ouvir Jorge Luiz, em São Paulo, para onde eu viajara a fim de lhe mostrar a gravação da conversa com o delator:

— Eu nunca pensei isso. Nunca pensei que ele pediria perdão. Não sou um coração de pedra, mas é muito difícil perdoar aquilo que ele fez. Eu saí vivo, tudo bem. No nosso grupo ninguém morreu. Mas morreu gente. E eu tenho a impressão de que ele contribuiu bastante para desmantelar o pessoal que estava no Araguaia, onde morreram três pessoas do meu convívio próximo. Então, realmente, não é fácil pensar em perdão, realmente é indesculpável o que ele fez. Ainda acho que ele está mentindo ao dizer que foi torturado. A impressão que tenho é que ele é aquele sujeito que se borrou. Eu já disse isso para pessoas de confiança, que acho que fui torturado para Foedes ouvir os meus gritos.

O ex-governador capixaba Vitor Buaiz tem a mesma opinião:

— Esse Foedes foi muito bandido. Denunciou tudo, entregou tudo. Um soldado me disse que ele não tinha sido torturado. Foi preso e abriu logo tudo além do que devia, como se fosse a delação premiada da época. Não tem perdão. Não pode ter.

Meu pai ainda está elaborando o pedido de perdão de Foedes. Minha mãe me disse que o perdoou, depois de muito pensar e refletir.

Enquanto ando pelas ruas de Vitória em busca daquele doloroso e intenso passado, tenho vontade de visitar o 38º Batalhão de Infantaria, que abriga o Forte São Francisco Xavier da Barra, onde minha mãe ficou presa. O complexo, na beira da baía de Vitória, tem mais de dez prédios e é protegido por cercas e muros. Militares fazem a guarda nos arredores. A noite chega e tento convencer Eduardo a irnos ao local. Ele argumenta que a visita parece fora de propósito, já que o alvo sempre foi Foedes. Mas eu sinto que falta alguma coisa. Desde a entrevista no dia anterior, um sentimento começava a mudar dentro de mim. A traição de Foedes sempre impulsionou a minha busca. Mas, a meu ver, ainda que com contradições, ele contou uma história com começo, meio e fim.

Como no dia seguinte cedo vamos embora de Vitória, Eduardo acaba topando ir comigo ao complexo militar de Vila Velha, mesmo sendo mais de dez da noite. Em 2011, em uma viagem para revisitar o passado, minha mãe tinha conseguido uma autorização do governador para entrar. Ligo para ela.

— Vocês não vão conseguir entrar. Mas vai lá no portão dar uma olhada — diz Míriam.

Ela me conta que na entrada há uma imagem de Nossa Senhora da Penha. Era ali que minha avó Native rezava por meu pai. Lá, Míriam chegou com o coração sobressaltado no fim de 1972. Saiu um fiapo de gente quase três meses depois. Não foi fácil para ela saber que o filho tentaria entrar no mesmo quartel em que esteve presa, por isso chorou com a alma cheia de marcas. Agradeceu o meu esforço de ir atrás daquela história. Eu agradeço à geração dela.

25.

UMA INESPERADA FESTA NO FORTE

Eu não tinha esperança de conseguir entrar no lugar em que, exatos quarenta e dois anos antes, no dia 4 de dezembro de 1972, meus pais enfrentavam o segundo dia de tortura — se pudesse voltar no tempo, eu os encontraria vivendo dor profunda. Mesmo assim, Eduardo e eu resolvemos tentar. Acabamos nos perdendo no caminho e, em vez de chegar à entrada principal do quartel, fomos dar num portão lateral. Não havia iluminação, com exceção de um poste distante. Liguei para minha mãe, descrevi o entorno, mas ela não soube dizer onde estávamos.

Saí do carro e atravessei uma ponte. Avistei uma guarita numa pequena torre que parecia vazia. Quando estava a dois metros do portão, ouvi o ruído de um *walkie-talkie*. Imediatamente, um soldado fardado apareceu diante de mim segurando uma metralhadora. Tomei um susto.

— Aqui é o 38º Batalhão de Infantaria? — perguntei.

— É, mas não é a entrada principal. Aqui só pode passar sargento e oficial. É restrito para quem está entrando e saindo do serviço. Siga aqui por fora, vire à esquerda, que você consegue chegar na porta. Mas, infelizmente, a essa hora não pode entrar. O horário de visita é durante o dia.

Eduardo se aproximou. Estava acompanhado de um cabo também armado. O soldado e o cabo faziam a segurança do batalhão.

— Esse não é o horário propício para visita. Isso aqui é tudo vigiado — explicou o soldado.

— Você acredita que os meus pais já ficaram aí? — perguntei.

— Acredito. Serviram aí?

— Não, não. Mas eu estava querendo entrar. Amanhã vou viajar.

— Infelizmente, não é possível — disse.

— Você não pode me ajudar a entrar?

— Não posso.

O rádio chamou. Era um superior pedindo explicações sobre o porquê de não termos ido embora ainda. O nosso carro permanecia com o farol aceso para iluminar a pequena ponte e chamava a atenção. O soldado respondeu:

— Eles estão perguntando como chegam ao portão principal. Já estou direcionando e eles vão sair.

— Brasil — respondeu o oficial no rádio.

Entendi que Brasil era a forma como eles declaravam ter entendido a informação repassada. Demos meia-volta, entramos no carro, viramos uma rua à direita e seguimos reto em outra de paralelepípedo. Cruzamos mais quatro e perguntamos a um motoboy que passava se deveríamos continuar por ali para chegar ao portão principal do forte. Ele deu novas indicações e dirigimos por quase dez minutos, sem parar, até atingirmos uma praia pequena — o que dá uma ideia do tamanho daquele complexo de segurança máxima. Num muro branco, à direita, estava escrito com tinta preta, em letras garrafais: 38^o Batalhão de Infantaria.

Eduardo parou o carro. Acendeu o farol alto e mirou o muro com sua câmera. Combinamos que eu iria andando até o portão, ele filmaria a negativa dos militares para a minha entrada e estaria terminada a gravação daquela noite. O documentarista ligou a câmera e deu o comando:

— Vai ali na guarita.

Eram uns quarenta metros de caminhada. Pensei no quanto estava cansado. Tinha dormido poucas horas e dividido a direção com ele por mais de trezentos quilômetros na serra, dirigindo muito devagar, na madrugada anterior. Quando me aproximei de uma cancela, outro soldado armado veio em minha direção. Subitamente, vindo da rua de onde saíramos, surgiu um carro que encostou a meu lado. Um homem que eu nunca tinha visto antes abriu a janela. Como estávamos os dois tentando entrar no forte e a minha história seria certamente mais longa e difícil de explicar, dei boa-noite ao

soldado e em seguida perguntei a ele, apontando para o homem no carro:

— Você não quer falar com ele primeiro?

Nesse instante, o motorista disse alguma coisa ao soldado, que o autorizou a entrar. Quando eu ia fazer o meu pedido ao soldado, o homem dentro do carro, inesperadamente, me ofereceu:

— Você quer uma carona, irmão?

Não pensei duas vezes e, já me encaminhando para o veículo, respondi:

— Pô, eu queria.

O soldado andou em minha direção e questionou:

— Você está indo para o forte?

Fiz que sim com a cabeça. Entrei no carro sem entender ainda como conseguira aquilo. O homem se chamava Alex Sandro Franscoviaki. Entregou-me um cartão:

— Aqui, ó. Na hora que você precisar de um táxi executivo, me liga.

O cartão era preto, tinha o nome de Alex e uma citação bíblica: “Agindo Deus, quem impedirá?” Meu coração bateu forte e senti uma agonia, o temor de ser descoberto dentro do quartel. A entrada clandestina podia ter consequências. Alex quebrou o silêncio:

— Cara, você ia andar um pedacinho bom aí.

Em pânico, pensei em como sairia de lá. Passei a sentir uma angústia enorme, enquanto Alex acelerava pelas ruas escuras do quartel. Perguntei se depois eu poderia ir embora com ele. Ele explicou que estava indo buscar um cliente. Insisti e ouvi que poderia ligar mais tarde para ele. Avistei um prédio branco no qual refletores verdes e amarelos deixavam a construção da cor da bandeira do Brasil. No rádio, um testemunho cristão. Era uma sintonia evangélica. Depois de virar uma rua à direita e outra à esquerda, meu celular tocou. Era Eduardo, que, preocupado, perguntava:

— O que aconteceu?

— Não sei, cara.

Ele insistiu:

— Você foi preso? Tá tudo bem?

— Por enquanto, sim. Já te ligo.

Eu não queria falar enquanto ainda estava no carro. De repente, Alex encostou o veículo e perguntou a uma mulher:

— O coquetel está sendo onde?

Ela apontou para a construção branca. Alex estacionou em frente a uma escadaria. Ouvi uma música alta e vi um grupo de quatro militares conversando nos degraus. Com o celular filmando, subi, passei por eles e me dei conta de que uma festa para mais de cinquenta pessoas acontecia em um grande salão. Vi crianças, adolescentes, famílias, militares — fardados e à paisana — festejando. Uma menina de vestido e meia-calça brincava por ali. Homens e mulheres se serviam em uma mesa central com água, salgados, cervejas e refrigerantes. Rodas de conversa pareciam me deixar invisível para a maioria. Alguns percebiam a minha presença. Ouvia-se “Índios”, da Legião Urbana, bem alto:

[...]

Quem me dera, ao menos uma vez
Acreditar por um instante em tudo que existe
E acreditar que o mundo é perfeito
E que todas as pessoas são felizes

Quem me dera, ao menos uma vez
Fazer com que o mundo saiba que Seu nome
Está em tudo e mesmo assim
Ninguém Lhe diz ao menos obrigado

Quem me dera, ao menos uma vez
Como a mais bela tribo, dos mais belos índios,
Não ser atacado por ser inocente

Eu quis o perigo e até sangrei sozinho

[...]

Angústia e temor. Pensei que podia ser detido. Li a placa: “Forte São Francisco Xavier da Barra”. Meus pais tinham ficado presos por

ali.

26.

“JAMAIS CEAREI NESTA MESA”

Telefonei para Eduardo e expliquei o que estava acontecendo: uma festa dentro do 38º Batalhão de Infantaria, e eu, por sorte ou não, tinha sido confundido com um dos convidados.

— Em cinco minutos estarei aí — respondeu ele.

A noite deixava a baía de Vitória mais bonita. Do lado de fora do forte, o barulho do mar, o vento balançando bandeiras verdes e amarelas e uma cabra com sininho barulhento pastando na grama, entre canhões, compunham a cena. Para me situar, li o que estava escrito em uma placa:

Este espaço, localizado nesse sítio histórico, que é um marco da ocupação e da defesa da Capitania do Espírito Santo, tem por finalidade a preservação da história e da memória, tanto do Exército Brasileiro como da formação da sociedade espírito-santense. Permitirá a irradiação da cultura e do conhecimento unindo cada vez mais o Exército e a população deste estado.
Exército Brasileiro: Braço Forte, Mão Amiga.

Revoltei-me com aquele infeliz texto imortalizado na parede. Na memória daquele lugar não estavam preservadas as torturas que o Exército praticara contra cidadãos desarmados, muitos deles jovens recém-chegados à vida adulta. Não havia o reconhecimento público daqueles fatos. Apenas relatos das vítimas, que sempre encontravam a parede da negação e do silêncio.

Eduardo simulou que ia buscar alguém na festa para conseguir entrar no forte e me encontrou desnortado. O cenário tão contraditório me nocauteou. Se voltasse no tempo, encontraria Marcelo, o *Mateus*, e Míriam, a *Amélia*, grávida de Vladimir, vivendo o pesadelo que os marcaria para sempre. A festa prosseguia

enquanto pensávamos no que fazer. Olhei a mesa com salgados diversos, como quibes e coxinhas, e pensei: jamais cearei nesta mesa. Ao contrário de Eduardo, que dessa vez comeu e bebeu. Não tomei nem água.

Os torturadores daquele tempo sombrio agiram nos quartéis. A covardia usava fardas. É uma conclusão talvez óbvia, mas, após essa viagem ao passado, afirmo isso por experiência própria e não só de ouvir falar de uma geração para outra. A frase do deputado Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição Federal de 1988 faz mais sentido do que nunca: “O Estado autoritário prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela, pela Anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram.” Mas é claro que a sociedade não é homogênea. Anos depois da ditadura, em 2014, uma minoria, revoltada com a condição política do país, pediu nas ruas a volta dos militares ao poder — e isso me embrulhava o estômago.

Em uma parede, li uma estranha linha do tempo que aumentou minha revolta. Ela marcava as conquistas militares dos últimos séculos.

1956 — autorizado pelo presidente o envio de um Batalhão a Suez para integrar a Força de Emergência; 1995 — missão de observadores militares do Equador e Peru; 2004 — início da missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti.

Faltou registrar:

1972 — aqui nós torturamos, colocamos uma jovem de dezenove anos com uma cobra numa sala escura. Chutamos o ventre de uma mulher grávida. Deixamos um jovem de vinte e dois anos ser torturado. Aqui nós machucamos, ferimos, seviciamos, marcamos e destruimos famílias.

Andei pelo batalhão procurando alguma coisa. Entrei por portas que não devia. Subi escadas e achei uma cela que, pela descrição de minha mãe, supus ser aquela na qual ela ficou trancafiada nos

primeiros dias. Encostei a boca na porta e disse, como se minha voz pudesse atravessar o tempo até 1972:

— Perdão por ter chegado tão tarde.

Sentia-me solidário a ela, a meu pai, ao meu irmão Vladimir, a Magdalena, a Beth Madeira, a Jorge Luiz, a Gustavo do Vale, a Ângela Milanez Caetano e a todos os outros. Na ditadura, pessoas foram torturadas, mortas dentro de quartéis como aquele. E não foi para isso que se criaram essas instalações. Elas existem para defender o Brasil, não para torturar e matar brasileiros. Lembrei-me de uma frase que minha mãe me disse ao telefone logo que contei que havia encontrado o Foedes:

— Agora falta o capitão Guilherme.

— Talvez — respondi.

Liguei de dentro do forte para ela, que me disse:

— Quando você me ligou há pouco e disse que ia para o batalhão, eu tive vontade de ficar sozinha, sabe? Aí, fui para um canto e fiquei cantando baixinho, falando que você tava aí, e cantei o “Assum preto”. Mas achei que você não ia conseguir entrar.

“Assum preto”, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, era a música que ela mais cantava enquanto estava presa. Cantava tanto que as companheiras de cela decoraram a canção. Virou quase um hino delas na cadeia. Ela quis saber:

— Como você entrou?

— Inacreditável. A gente foi filmar a tentativa de entrar e apareceu uma pessoa que me disse assim: “Você quer uma carona?” Eu entrei no carro e estou aqui dentro. Onde vocês ficaram presos?

— Tem uma construção reta, comprida, grande, virada para o mar. Foi aí que o seu pai ficou preso. Eu fiquei no forte do século XVII, o São Francisco Xavier, que tem uma prainha embaixo, assim...

— Eu já entrei lá. Está tendo uma festa. Inacreditável.

— Você subiu a escada?

— Subi.

— E tem a prainha, você viu?

— Tô olhando para ela.

— Uma pessoa que ia para a festa te deu carona? Sai daí. Esses militares vão descobrir que você taí. Melhor você ir embora.

- Inacreditável.
- E a festa é de quê? Um casamento?
- Não. É uma comemoração de formatura... Entrei, só tinha militar e me senti mal, muito mal, muito mal.
- É assim que era.
- Me senti muito desamparado.
- Eu sei o que é esse sentimento. Ele é um forte antigo e agora eles alugam para fazer festa porque o Exército não tem dinheiro. Ele, para festa, é bem menos sinistro, né?
- Não. Foi totalmente sinistro. Pode ter certeza.
- A minha cela ficava de lado, em um canto assim virado para o morro. Foi saindo de lá e passando aí pelo lado do forte que disseram que iam me matar.
- Baixei a cabeça, emocionado. Era por onde eu tinha acabado de andar. Minha mãe prosseguiu:
 - Tem o forte e uma parte nova, que é onde funciona a parte burocrática, onde há a sala do comandante do batalhão. Lá dentro tem um corredor, onde tinha tanto a sala do capitão Guilherme quanto um auditório, no fundo. Esse auditório, que na época não tinha cadeira, mesas, só tinha um palco bem baixinho, foi a sala da cobra. Era um tempo doido. Eles matavam por pouca coisa.
 - Ali dentro, diante daquele cenário de festa, a certeza era ululante. Foedes tinha os seus erros, que, para alguns, eram indesculpáveis. Mas não era ele o inimigo. Não para mim. Ditaduras produzem delatores.
 - Os militares eram os inimigos, mãe. Tenho certeza disso agora... Você tem razão: falta o capitão Guilherme.

PARTE 2

TEMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, no Quartel do Terceiro Batalhão de Caçadores, presente o Major JOSÉ MARIA ALVES FERREIRA, Encarregado deste Inquérito, comigo, DANILIO JUNGGER GOULIART, Segundo Sargento, servindo de Escrivão, compareceu FODES DOS SANTOS, a fim de ser interrogado sobre o constante da Portaria do Senhor Tenente Coronel Comandante do Terceiro Batalhão de Caçadores, de fls. (...^{Quarta}...) que lhe foi lida. Em seguida passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. / Respondeu que: FODES DOS SANTOS, com trinta e um anos de idade, / filho de Antonio dos Santos, vivo e de Luiza Rosa dos Santos, falecida, casado, natural de Alegre, Estado do Espírito Santo, sem profissão, residente à Rua Projetada, sem número, no Bairro Canaã, Município de Viana, Estado do Espírito Santo. Perguntado se é reservista, respondeu que é Reservista de Terceira Categoria; Perguntado quais as atividades político-estudantis que desenvolveu, digo, que desenvolvia, respondeu que, no período de final de mil novecentos e sessenta e sete ao final de mil novecentos e sessenta e oito, ocasião em que trabalhava em COLATINA, neste Estado, não exerceu atividades político-estudantis, não por falta de campo, mas sim pela sua pouca experiência como militante do Partido Comunista do Brasil, / que após a isso por orientação do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, transferiu-se para MANTENÓPOLIS, neste Estado, com a finalidade específica de aliciar camponeses no meio rural para a idéia da revolução armada contra o atual regime, não tendo por isso exercido atividades político-estudantis no período em que permaneceu naquela área, ou seja de final de mil novecentos e sessenta e oito a agosto, digo, agosto de mil novecentos e sessenta e nove; que após isso, face ao desânimo do depoente quanto a possibilidade do sucesso de sua missão, digo, sua missão no meio rural e face às condições do Partido em VITÓRIA, cujo orientador, ALBERTO /

-continua-...

Daniel Jungger Goulart

27.

TEATRO DE HORRORES

O capitão Guilherme era um homem de não esquecer. Pelo menos foi isso o que disseram os presos que o conheceram e com os quais conversei, incluindo o próprio Foedes. Ouvi a mesma descrição de familiares do grupo de Vitória que cruzaram com ele nas visitas aos prisioneiros do 38º Batalhão de Infantaria no início dos anos 1970. Em minha mente havia esse registro.

Ainda que Foedes fosse o nome que a minha lembrança trazia mais forte desde a infância e que impulsionara a minha busca, o nome desse capitão também tinha peso, pois era sempre mencionado nas conversas dos adultos que eu tentava acompanhar. Era igualmente uma sombra que cercava meus pais e seus amigos. A descrição que fazem de sua aparência física coincide. Guilherme era magro e não chegava a ser alto. Tinha um olhar frontal e frio. Nunca deixava dúvidas de que era o chefe, de fato, do batalhão. Ao chegarem ao forte, presos, meus pais deram de cara com ele bem na entrada do pavilhão em que funcionava a parte administrativa do quartel. Ele apenas olhava os dois serem retirados do camburão.

O pavilhão tinha um corredor largo e comprido. Ao fundo, havia uma grande porta. Era a do gabinete do coronel Geraldo Cândido Sequeira, comandante do quartel. Exatamente em frente, do outro lado do corredor, ficava uma porta pequena, encimada por uma inscrição: "Reservado". Ali, naquela sala, começavam os domínios do capitão Guilherme, pelos quais nem os militares podiam circular sem autorização. O espaço era conhecido como 2ª Seção, ou s2. Ao entrar, os presos se deparavam com uma sala de espera. Na parede, o quadro do Duque de Caxias, que está na lembrança de alguns ex-militantes, como meu pai e minha mãe.

Naquele primeiro dia, Míriam e Marcelo passaram pelo capitão Guilherme e foram sendo empurrados, ainda algemados, até o fim

daquele corredor. Eles estiveram separadamente na sala grande que, anos depois, seria transformada em anfiteatro e hoje guarda uma sequência de seis cadeiras em quinze fileiras viradas para uma lousa branca, dessas em que se escreve com canetas Pilot e não giz. Os militares já se referiam ao lugar como “auditório”, apesar de, à época, ele estar vazio. Naqueles dias serviu ao teatro de horrores. Lá, Jorge Luiz foi torturado com choques elétricos e teve a parada cardíaca. Lá, Míriam foi posta nua com a cobra. As janelas eram recobertas. Míriam lembra-se de plásticos pretos; Jorge Luiz descreve cobertores. O objetivo era vedar a luz, tornar a sala escura.

Conforme chegavam, os prisioneiros eram entregues a uma turma que viera do Rio de Janeiro especialmente para interrogá-los. A turma era liderada pelo homem a quem os comandados chamavam *Dr. Pablo* — aquele que, mais tarde, se revelaria como sendo o coronel Paulo Malhões. Eles interrogariam os presos usando principalmente a sala de espera do s2, onde havia o quadro de Caxias e o auditório. Guilherme, segundo relatos de presos, esteve em algumas dessas sessões. Ele permaneceu quando os torturadores vindos do Rio foram embora, o que era inevitável, pois era ali que trabalhava.

De acordo com sinais dados pelos interrogadores do Rio, o capitão Guilherme era sempre consultado antes das sessões. Faz sentido. Em seus domínios, os prisioneiros e os torturadores viviam aquele entra e sai de horror. O chefe do s2 cuidava de toda informação, contrainformação e segurança no batalhão. Mas, pelo menos para os presos, o capitão Guilherme sumia em algumas noites. Como um burocrata, saía ao fim do expediente, por volta das dezenove horas, e ia para casa, onde morava com a mulher e, na época, dois filhos. Enquanto isso, naqueles primeiros dias, o trabalho de arrancar dos prisioneiros informação à força continuava em longas jornadas noite adentro.



28.

FELICIDADE CONTRA TODAS AS PREVISÕES

— Eu estou grávida.

Eles foram os primeiros a saber. Foi numa das noites de interrogatório que minha mãe falou o que não era perguntado, nem esperado. Durante o dia, pensando sozinha em sua cela, concluiu que era o melhor a fazer: contar a eles. Apesar de saber intimamente da gravidez, pretendia fazer o exame de confirmação na segunda-feira e então revelar a Marcelo. Mas foi presa antes, no dia anterior. Entre um interrogatório e outro, ela consolidou a certeza de que esperava um filho. *Dr. Pablo* avisou:

— Isso não alivia a sua situação aqui.

Ela não vira mais meu pai desde que chegaram ao quartel, havia alguns dias. Numa manhã depois de uma daquelas noites terríveis, os policiais entraram dizendo que ela seria interrogada de novo. Exausta pela noite insone, ela foi esperando mais sofrimento, e o que viu foi o que mais queria. Marcelo estava sozinho na sala do Duque de Caxias. Ela ia falar, comemorando o reencontro, quando ele levou um dedo ao lábio, pedindo silêncio, e, com a outra mão, ergueu devagar o quadro. Atrás dele havia fios que ligavam um aparelho de escuta à sala contígua por um buraco na parede. Em seguida, ele disse que ela deveria assinar a confissão. Todos estavam fazendo isso, e ele mesmo fora convencido por *Jacy*, codinome de Ângela Milanez Caetano, que também estava presa. Não havia mais nada a esconder.

— O Zé contou tudo.

Era isso que os militares queriam, que os dois conversassem. De preferência sobre algo que, eventualmente, eles ainda não soubessem. Por isso tinham permitido o encontro. Logo depois os

policiais entraram e a levaram. No pouco tempo em que ficaram juntos, ela contou da gravidez. E antes de sair viu os olhos de Marcelo cheios de lágrimas e espanto.

Voltaram a falar do assunto em outro rápido encontro, na praia do quartel. Não era banho de sol. Eles se cruzaram e, em um raro gesto de generosidade, os militares os deixaram juntos por alguns segundos. Marcelo queria saber se ela tinha certeza da gravidez. Sim, tinha. A bonita prainha era o cenário perfeito, não fossem as circunstâncias.

Quase três meses depois, ao sair da prisão, a magreza de Míriam ainda escondia a barriga, mas seu corpo já começava a mudar. Foi levada para a Marinha para fazer exames antes de ser liberada. Recusou-se a fazer raios x, informando mais uma vez que esperava um filho. Ao ser pesada, o enfermeiro se espantou:

— Trinta e nove quilos?!

Antes de ser presa, minha mãe estava com cinquenta quilos. Ela não lembra exatamente quando foi libertada. Mas lembra que, naquele dia, seu pai a esperava no portão do quartel. Ele fora informado do relaxamento da prisão preventiva e saíra de Caratinga para buscá-la. Mas não pôde entrar. Quando o portão se abriu e ela saiu, eles se abraçaram longamente. Foi então que ela começou a chorar. Um choro que se prolongou por dias. Ao se aconchegar naquele abraço, Míriam pensou que ainda tinha que lhe contar da gravidez. Durante a viagem até Caratinga, no entanto, não falaram disso. Aliás, quase não falaram. Ela chorava apenas. Como a maioria dos pais naquela época, ele era conservador, ainda mais sendo pastor protestante numa cidade pequena.

No dia seguinte ao da chegada, já na sala do casarão em Caratinga, ela o chamou:

— Pai, sente aqui que eu tenho algo mais a lhe dizer.

E falou da gravidez, esperando ouvir uma recriminação.

— Então vamos tratar bem do neném. Essa criança já sofreu demais — disse Uriel mansamente.

Alguns dias depois, Míriam quis voltar para o Espírito Santo, a fim de retomar o trabalho e ficar mais perto de Marcelo. O reverendo chegou a dizer:

— Fique até o neném nascer.

Mas ela voltou para Vitória e imediatamente foi fazer os primeiros exames. Eles mostraram que ela estava no quarto mês de gestação e com uma forte anemia. Exibia aquela palidez de quem não tomava sol. Vivera o oposto de tudo o que se recomenda a uma gestante. Fora privada nos primeiros meses de paz, boa alimentação, nutrientes, como ferro e sais minerais, vitaminas, proteínas, exercícios, sono e sol. Ao fim de seu relato e com os exames na mão, o médico deu o diagnóstico: a criança não nasceria, ou nasceria com problemas. Não disse quais. Ela imaginou o pior: neurológicos, mentais, físicos.

— A má notícia eu já sei, doutor. Quero alguém que me fale das chances que eu tenho — respondeu, e foi procurar outro médico.

Encontrou no ginecologista e obstetra Estephan José Moana um amigo, além de excelente médico. Ele prescreveu tudo o que seria preciso fazer para aumentar as possibilidades de a criança nascer bem. Remédios, vitaminas, passeios ao sol da manhã na praia, distração. Doutor Estephan entendeu que sua doença era também emocional e disse:

— Sempre que quiser vir, mesmo que seja só para conversar, você pode.

Ele jamais cobrou pelo atendimento.

Em 3 agosto de 1973, em Caratinga, Vladimir abriu os grandes olhos verdes no meio do seu rosto quadrado. Meses depois, já exibia o sorriso fácil e aberto que repete muitas vezes até os dias de hoje. Adiantei-me de novo no tempo, agora no nascimento saudável do meu irmão, contra todos os prognósticos.

29.

A TORTURA, A ANGÚSTIA E AS AMEAÇAS DE MORTE

Como meu pai não gosta de comentar o seu sofrimento no cárcere, sempre que eu pedia ele falava por alto ou desconversava. Só ao fim da produção deste livro aceitou descrever certas cenas. Mais de um ano depois da prisão, quando foi solto, ainda sentia calafrios, tremedeiras e algo parecido com pânico, se precisasse abordar o assunto. À minha tia Elizabeth Leitão, psicóloga, irmã mais velha de minha mãe, Marcelo pedia que, caso ele enlouquecesse, não fosse internado em um hospício.

Os anos foram se passando e os temores — e tremores — foram diminuindo. Nunca cessaram completamente. Minha mãe também relata que sentia calafrios. Pareciam vir de dentro. Começava a contar algum fato relacionado àquela época e o frio interno voltava. Com o tempo, ela foi tornando-se capaz de falar sobre isso. Mas meu pai não dá detalhes. Ele ainda sofre e em determinadas ocasiões os tremores reaparecem.

Marcelo me contou um episódio recente em que, numa das campanhas políticas na qual trabalhou nas eleições de 2014, um publicitário da equipe ficou impressionado com a entrevista de minha mãe sobre a tortura que ela sofreu. O jovem veio chorando, emocionado, conversar com meu pai. Fazia perguntas, e isso foi constrangedor para Marcelo, pois, subitamente, a tremedeira e os calafrios voltaram e ele ficou com dificuldade para articular o raciocínio e as palavras.

Meu pai conta que uma espécie de bloqueio em torno de muitos daqueles momentos o acompanha até hoje. Lembra-se de modo difuso dos dias iniciais em que ficou confinado no 38º Batalhão de Infantaria sendo espancado, principalmente durante a noite, mas

muitas vezes também de dia. Quando Marcelo e Míriam chegaram lá, na Veraneio militar camuflada e com chapa fria, meu pai sabia que ia viver um período de sofrimento. O percurso até o batalhão, em Vila Velha, tem cerca de quinze quilômetros, mas ele de nada se lembra. Minha mãe se lembra bem. Ela diz que achava que iam para a Polícia Federal, em Vitória, na Reta da Penha. Por isso meu pai, quando entendeu o destino, fez um sinal para ela e falou baixo:

— 3º BC.

Ele se referia ao nome antigo do quartel: 3º Batalhão de Caçadores.

— Não conversem! — gritou um policial.

Foi quando ele fez um gesto sutil, e ela conseguiu entender que o problema poderia ser só com Marcelo. Que aqueles policiais provavelmente estavam interessados somente nele. Que o motivo da prisão deveria ser ainda a greve da Medicina. Ela então se preparou para falar o mínimo possível e só mostrar espanto. Houve um instante em que olhou para as mãos dele e viu que estavam ficando roxas por causa da algema. Elas eram feitas de plástico com um fio de metal por dentro, uma tecnologia nova. E os policiais tinham apertado demais. Ela se queixou disso e ouviu de um militar:

— Tá com pena dele? Então vai acontecer o mesmo com você — disse ele, apertando mais a algema dela.

Minha mãe até hoje não sabe o que deu nela. De repente começou a cantar baixinho. Como se fosse para reduzir o nervosismo.

— Ô cirandeiro, ô cirandeiro ó. A pedra do teu anel brilha mais do que o sol.

— Cala a boca! Para de cantar! — gritou um dos homens na Veraneio.

Ela acha que essa foi a ideia mais esquisita que teve na vida. Quando chegaram, foram levados por um longo corredor, onde, no meio, havia um busto do coronel Tibúrcio, personagem histórico que liderou um movimento emancipacionista em 1896. Marcelo e Míriam andavam um ao lado do outro, sabendo que a separação era

iminente. Minha mãe tocou suas mãos algemadas nas dele, como para se despedir.

— Despede mesmo, porque pode ser a última vez — disse um dos homens.

Aí vieram os cães. A memória do meu pai apagou tudo o que aconteceu entre a prisão e aquele momento. Sua lembrança vai direto ao ponto em que ele já está sentado, logo após a chegada, à frente de pastores-alemães raivosos que babavam com os caninos arranhando seu nariz. Ferozes, latindo, rosnando e tentando morder, estimulados por militares que comandavam a assustadora cena gritando: “Terrorista!”

Marcelo lembra que essa brutal recepção no quartel teve mais um detalhe que o deixou atônito. Foedes estava assistindo à violência, solto, descontraído, quieto, com roupas limpas e sem sinais de ter sido agredido nas últimas horas. Foedes, em colaboração com os militares, voluntária ou não, fez parte daquele choque inicial entre meu pai e seus torturadores. Marcelo não lembra quanto tempo durou essa recepção. A presença de seu líder no partido ali, daquele jeito, o baqueou.

A imagem seguinte já é ele dentro de uma sala pequena, vazia de tudo, sem móveis, mas com uma cadeira comum, simples. Apenas o quadro do Duque de Caxias na parede, que, ele ainda não sabia, camuflava o sistema de gravação. O patrono do Exército “assistiu” aos militares abusarem do meu pai, um preso vulnerável, sem ordem de prisão, sem direito a *habeas corpus*, durante quatro ou cinco dias. Na maior parte desse tempo ele ficou sentado na cadeira. Socos e pontapés no corpo inteiro. Não podia dormir, e as surras eram maiores na hora dos interrogatórios. Nos intervalos, apenas para manter o terror, apanhava também. A tortura maior era não poder dormir. Algumas vezes foi acordado no chão, com chutes nas costelas, porque havia adormecido e caído da cadeira. Não sabia dizer se era noite ou se era dia. Tinha de ficar sentado. O tempo todo. Não se lembra de ter feito alguma refeição. Não se lembra de como ia ao banheiro, na sala não havia.

Seus agressores eram militares comandados pelo capitão Guilherme, que não fazia questão de esconder sua identificação na

farda. Os outros colocavam uma fita sobre o nome. Uma noite, meu pai achou que tinha chegado a hora de morrer. O capitão Guilherme e um soldado entraram na sala. Comandado pelo oficial, o sargento colocou o revólver na cabeça de Marcelo, na altura da orelha, e apertou três vezes o gatilho. Roleta-russa.

Em outra noite, de luar, Marcelo foi tirado da sala e levado a caminhar pelas ruelas escuras e vazias do quartel. Em um determinado ponto, de onde se avistavam o mar, a praia e a luz da lua, formou-se um semicírculo de soldados com fuzis que simularam um fuzilamento.

Numa terceira vez, ele foi levado da sala com o quadro do Duque de Caxias para outra, maior. Súbito, surgiram militares desconhecidos. Após os dias de tortura, falou-se que eram do Rio de Janeiro. Ninguém sabia ainda, mas era uma turma barra-pesada. Desprevenido, meu pai levou uma porrada logo de saída, disparada por um militar à paisana de pele vermelha, parecendo meio ruivo, atarracado, baixo e muito forte. Os óculos voaram longe. Com seis graus de miopia, temeu pela vida na prisão sem eles. Foi espancado pelo mesmo sujeito e, em seguida, levado para o isolamento, onde foi colocado novamente na cadeira. De óculos.

Esses são alguns flashes da memória de Marcelo. E o que os militares queriam saber? Nomes, novos nomes. Endereços. Muitas vezes, nada. A prisão do secretário regional do PCDOB, o Foedes, ou Zé, tinha facilitado a vida deles e a maioria dos militantes do partido já estava encarcerada. Uns poucos do grupo conseguiram fugir, enquanto outros, que Foedes não conhecia e eram ligados, por exemplo, somente a meu pai ou a Jorge Luiz, escaparam.

Meu pai conta que se sentia fraco e aéreo. Apanhava somente para confirmar se conhecia ou não um militante. Procurava raciocinar e descobrir até que ponto os interrogadores sabiam das coisas. Isso poderia salvar sua vida durante os momentos de tortura. Ao longo dos interrogatórios, acabava deduzindo quem havia sido preso. Então a técnica era contar o que percebia que eles já sabiam.

Finalmente, ele aceitou dizer que conhecia uns poucos companheiros e no depoimento dado após a tortura limitou-se a admitir a acusação de que havia levado para o partido alguns

estudantes. Confirmou que Iran Caetano o havia cooptado. A essa altura, Iran já era conhecido dos militares por causa da delação de Foedes, mas conseguiu escapar, o que meu pai concluiu pelo tipo de perguntas que lhe faziam. Nas sete páginas de seu depoimento, prestado no dia 14 de dezembro de 1972, às oito e meia da manhã, Marcelo diz que Míriam era sua “noiva”. E que desejava ao país “maior justiça social, maior liberdade política, liberdade de informação e expressão”.

Numa noite, meu pai foi novamente retirado da sala em que ficava para fazer mais uma caminhada pelas ruelas do quartel. Dessa vez o trajeto era mais longo. Achou que seria submetido a outra “sessão de fuzilamento”, pois ia rodeado de homens armados. No final do quartel, porém, a porta de uma cadeia foi aberta. Barulho de correntes e cadeados. Ao passar por uma cela grande, viu rapidamente quase duas dezenas de companheiros presos. Alguns se levantaram para verificar o que estava acontecendo. Aqueles dias de sofrimento intenso haviam passado, mas outros ruins estavam por vir sob o comando do capitão Guilherme.

Meu pai foi jogado numa solitária, onde ficou por mais três dias. Depois foi encaminhado para a cela coletiva, onde também estava Foedes, isolado pelos colegas devido à maneira como se portara desde que fora preso. Todo o partido, ou o que importava dele no Espírito Santo, havia sido destruído.

Míriam conheceu de perto o capitão Guilherme. Ela se lembra de que todas as conversas com ele eram ríspidas. Ele agia diante dos estudantes como se estivesse na frente de um inimigo de guerra. Foi ele quem lhe desferiu a bofetada quando, após muitas horas sem alimento, ela recebeu um suco de laranja. Míriam estava parada em pé, perto da porta da cela, onde a haviam mandado ficar. Ele passou e lançou aquele olhar frontal. Ela sustentou o olhar. O militar voltou e a encarou. Como minha mãe devolveu a encarada, a batida veio forte, com a mão espalmada. O suco voou longe. Doeu por muito tempo.

— Nunca mais olhe para mim desse jeito — gritou.

Ela permaneceu em silêncio, mas continuou olhando.

Ao longo dos dias, ele infligia a cada um dos presos alguma maldade inesquecível. Impressiona tantos anos depois que (quase) todos os que passaram aqueles meses no 38º Batalhão de Infantaria tenham lembranças de maus-tratos aplicados pelo capitão Guilherme. Ele encarnava o Exército. Andava às vezes fardado, às vezes não. Queria saber de tudo. De repente entrava em alguma sala e ajudava a interrogar. Martelava as mesmas coisas, mas seu forte era ameaçar. Tanto os prisioneiros quanto os familiares deles. Criar um clima. Demolir psicologicamente.

30.

A FUGA NUM FUSCA AMARELO

— Tarzan, a Jane está na jaula.

Foi essa a frase que fez Iran Caetano iniciar uma longa fuga transformada em um período de clandestinidade perto da selva amazônica. Ele foi o único líder do PCDOB no Espírito Santo que não foi preso em 1972. Se fosse encarcerado naquele momento, por sua importância no partido, tempo de militância e ligações com o comando, seria muito torturado. Sua fuga o salvou.

Havia combinado um código com a sogra. Antes de chegar em casa, sempre ligaria. Se algo estranho tivesse acontecido, ela deveria dizer uma frase sobre a “Jane”. Quando Ângela Milanez Caetano, sua mulher, foi presa, ele estava em viagem a São Paulo. Na volta, seguiu todas as regras de segurança. Não desceu na rodoviária de Vitória, que, àquela altura, estava lotada de agentes. Ligou de um telefone público. Ao ouvir a frase dita pela sogra, soube que não podia voltar para a casa onde morava com a família da mulher.

Iran dormiu a primeira noite escondido na casa de um amigo que tinha sete filhos. No dia seguinte, primos o levaram em um Fusca amarelo para Piúma, no litoral sul do Espírito Santo, seguindo por uma estrada de terra que hoje se chama Rodovia do Sol. Na altura de Guarapari, para evitar passar diante de um posto da Polícia Militar dentro do carro, desceu e atravessou o trecho a pé sem ser percebido. Um quilômetro depois entrou novamente no veículo, que havia sofrido forte batida policial. De novo escapou por pouco.

Em Piúma ficou dias na casa de uma tia. Em seguida, foi para o município de Alegre. A viagem de cento e vinte e sete quilômetros foi feita no mesmo Fusca amarelo com os mesmos primos, mas com um agravante. Uma violenta tempestade desabou. Até hoje Iran a descreve como a maior que já viu. Em meio ao aguaceiro o carro

teve um problema mecânico. O limpador de para-brisa quebrou. Ele e os primos inventaram uma solução de emergência: amarraram dois barbantes nas palhetas. Iran puxava de um lado e a prima de outro, ao mesmo tempo. Assim viajaram pela estrada, também à noite. Chegaram encharcados.

Em Alegre, onde passou um mês em casa de parentes, contou com a ajuda dos contatos de seu pai na maçonaria para cortar a luz da cidade por dez minutos numa noite, por volta das nove horas — com a cidade no breu, ninguém viu o vulto que fugia. Era Iran indo para o Rio de Janeiro, onde ficou três meses. Depois o partido o aconselhou a ir para Belo Horizonte. Na capital mineira reencontrou Ângela, que, após ser solta do 38º Batalhão de Infantaria, conseguiu escapar da vigilância policial e fugiu para Minas. Depois de morar lá por um período o casal foi para o Norte, onde ambos trabalharam como profissionais da saúde.

Iran já havia terminado o sexto ano de Medicina. Só não havia colado grau. Quando, afinal, se entregou, em março de 1978, na Aeronáutica do Rio de Janeiro, apoiado pela Igreja católica e acompanhado de um representante da Anistia Internacional, aconteceu um fato curioso. O militar que o atendeu sugeriu que ele passasse o Carnaval com a família e se apresentasse depois. Ao se reapresentar, ele foi enviado para um presídio em Bangu, onde ficou até o fim do ano num Pavilhão de Presos Políticos que existia na época. Foi condenado a dez meses e recorreu da sentença. Absolvido por falta de provas, já tinha cumprido integralmente a pena. Conseguiu se formar médico em 1979.

31.

MINISTRO DO EVANGELHO

Na noite de 6 de dezembro de 1972, o telefone tocou no casarão da rua João Pinheiro, 168, em Caratinga. Todos da igreja estavam reunidos na casa do meu avô, reverendo Uriel, festejando seu aniversário de cinquenta e sete anos. Comemoravam como os presbiterianos fazem: com orações e louvores. Meu avô atendeu ao telefone e ficou pálido. Chamou minha avó a um canto e disse:

— Vou para Vitória. Neste telefonema alguém que não se identificou me disse que a Mirinha sumiu e não aparece há três dias no trabalho.

Um de seus amigos, o presbítero José Miranda, oficial da Polícia Rodoviária Federal, ouviu a conversa.

— Eu vou junto — disse. — Você não está em condições de dirigir.

Em Vitória, meu avô peregrinou pelas polícias Civil, Militar e Federal. Ninguém dava notícias. Minha mãe não contava à família muitos detalhes de sua nova vida em Vitória, era um tempo de poucos telefonemas, mas logo meu avô se lembrou de que havia conhecido um namorado dela, Marcelo. Procurou informações e acabou batendo na casa de minha avó Native, mãe de meu pai. Ela contou ao reverendo que eles estavam presos no Exército, só que ninguém conseguia vê-los. Numa das delegacias aonde foi, meu avô foi aconselhado até mesmo a desistir:

— Quando eles somem assim, não voltam mais.

Um dia, essa minha avó viu minha mãe por acaso. De tanto insistir, obteve permissão para entrar no quartel, e estava conversando com o oficial de dia quando ela passou, sendo levada para mais um interrogatório. Míriam fez um movimento para ir em direção à mãe de Marcelo, mas os fuzis se cruzaram na frente dela. Minha avó gritou que traria roupas.

Apenas quase um mês depois das prisões é que meu avô Uriel pôde visitar minha mãe, graças a contatos na maçonaria. Foi um alívio. Antes, no entanto, ele teve que passar pelo capitão Guilherme. Meu avô era o tipo da pessoa formal. Tinha sido muito pobre na infância e sua ascensão social se deveu aos estudos. Mantinha sempre o tom educado com a maioria das pessoas. Tinha aperto de mão forte. Voz firme. E cumprimentava olhando nos olhos da pessoa.

Fora uma longa espera até aquele dia. Como diz um versículo bíblico no livro de Mateus, ele vigiou e orou. Ou, na prática, orou e procurou. Um dia, depois do Natal, um amigo da maçonaria disse que conhecia razoavelmente o coronel Geraldo Cândido Sequeira, comandante do 38º Batalhão. Fez a aproximação e Uriel obteve autorização para ver Míriam. Seu filho mais velho, Uriel Junior, acompanhou a visita. Logo após falarem com o coronel Sequeira, foram levados para a sala do quadro do Duque de Caxias. O capitão Guilherme perguntou, de forma ríspida:

- Qual o seu nome?
- Uriel de Almeida Leitão.
- Qual a sua profissão?
- Sou ministro do Evangelho.
- Aqui o senhor não é ministro de merda nenhuma.
- Eu vim ver minha filha Míriam.

Os dois, meu avô e meu tio, este com um metro e noventa e três centímetros de altura, começaram a chorar quando Míriam chegou. Aquele primeiro mês deixara minha mãe mais magra, desfeita e pálida.

- Não chorem, eu estou bem — mentiu Míriam ao abraçá-los.

O choro aumentou. Aqueles dois homens chorando muito, e ela sem derramar uma lágrima. Havia prometido a si mesma nunca chorar na frente dos militares e estava conseguindo. A visita foi curta. Trocaram apenas algumas palavras. Meu avô contou à minha mãe, meses depois, que tinha o sentimento misto de estar feliz de ver a filha viva mas preocupado com seu notório abatimento. Quando os dois saíram, o capitão Guilherme determinou:

- Você fique, Míriam.
- O que mais você quer, capitão?
- Você é fria, não tem sentimentos.
- Como assim?
- Seu pai chorou, seu irmão, daquele tamanho, chorou como um menino... E você não chorou.
- Mais alguma coisa, capitão? Ou posso voltar para a minha cela?

Intimidar era o forte dele.

Após meu avô descobrir onde Míriam estava, foi a vez de minha avó Mariana visitá-la, acompanhada da melhor amiga, Ilda Ilhosa Khül, a pessoa mais doce que conheci na vida e que era chamada de tia em nossa família. Quando nasci, era Ilda quem estava ao lado da minha mãe. Naquela visita a Míriam no quartel, Ilda e minha avó foram acompanhadas de uma das irmãs de minha mãe, Ana Maria. Formada em Direito e fazendo o seu segundo curso superior, de História, Ana saiu de Belo Horizonte e foi até Vitória, mas esqueceu os documentos em outra bolsa, na capital mineira. Na ditadura, qualquer comportamento era suspeito. Ainda mais este de não ter identidade durante uma visita a um preso político.

— Eu troquei de bolsa na hora de sair e fiquei sem documento — lembra ela. — Quando você vai para um lugar desses sem registro, no meio do regime, dá um azar danado. Eles, a princípio, não queriam me deixar entrar.

Depois de alguma insistência, argumentando que tinha os traços fisionômicos da mãe, minha avó Mariana, Ana Maria percebeu que os militares passaram a não se importar muito. Na verdade, pareciam querer que ela entrasse mesmo no 38º Batalhão de Infantaria. Mariana, Ilda e Ana Maria aguardaram em uma sala a chegada de Míriam, que surgiu “assustadoramente magra”, diz minha tia. A aparição dela naquele estado gerou um novo choro coletivo em uma visita familiar. Vovó Mariana chorava mais que Ilda, que chorava mais que Ana Maria. Míriam chamou a irmã a um canto da sala e aproveitou para contar da gravidez sem que minha avó ouvisse. E pediu que guardasse segredo.

Nesse momento, o capitão Guilherme entrou na sala, com alguns subordinados. De acordo com Ana Maria, Guilherme, a quem ela viu fardado, com a identificação da patente e do nome na roupa, começou a dizer:

— Não precisam chorar. Não se preocupem, não. Ela está bem...

O tom foi entendido, ao menos por minha tia, como um deboche. Como se chorassem sem motivo e até de forma infantil. Ana retrucou:

— O que é isso, capitão? Desde quando é proibido chorar neste país? Chorar não pode?

Imediatamente, o capitão pediu que ela entrasse em outra sala. Ana Maria contou que o “convite” tinha soado como um “esteja presa”, por desacato. A condição emocional da minha avó Mariana piorou. Ela implorou, chorando:

— Não leva outra filha minha, não.

Ana Maria ficou sozinha por mais ou menos meia hora numa sala enorme. Quando o capitão Guilherme reapareceu, ficou claro que ele queria informações sobre a militância política dos capixabas esquerdistas.

À época, Ana Maria era professora da disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no Colégio Pitágoras, em Belo Horizonte. Ela respondeu a inúmeras perguntas sobre política e engajamento na luta da esquerda contra o regime no Brasil. Os militares mostraram até uma carta enviada por Ana à minha mãe, nada que fosse além da relação de irmã mais velha com irmã mais nova. Ana Maria tinha enviado alguns cruzeiros, moeda corrente na época, dentro do envelope. Eram para Míriam ter uma folguinha financeira no final do mês. Apreendida no barraco dos meus pais, a carta não trazia nada que pudesse ser considerado subversivo. Mas os militares registraram a apreensão do que chamaram de “material” em sua “perícia”: “Quatro envelopes aéreos com as respectivas cartas, dirigidas a Míriam e remetidas por Cindra, Senna e Valtair [amigos de Caratinga] e Ana Maria [irmã].” Havia também uma carta de outro tio querido, Rudi, e manuscritos assinados por meu pai e destinados a Mirinha. Nada mais do que a troca de carinho entre familiares e amigos.

Ainda assim, a missiva de Ana Maria, somada a outros fatores, fez com que os militares suspeitassem que minha tia pudesse ser, na verdade, a militante Inês Etienne Romeu, que integrava a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e usava principalmente o codinome *Olga*. Mineira que chegou a morar em Caratinga, Inês teve muito mais importância na militância política do que meus pais. O detalhe do esquecimento do documento, segundo Ana, alimentou a paranoia de Guilherme e de seus colegas de farda. Imaginaram que ela quisesse ocultar a “verdadeira” identidade.

Encarcerada em maio de 1971, Inês foi uma das presas políticas mais torturadas do Brasil. A única sobrevivente da “Casa da Morte”, o cárcere montado pelo Exército em Petrópolis, cidade fundada pelo imperador dom Pedro II para os seus momentos de lazer. Mais de um século depois, a temperatura na região beirava zero grau no inverno e ela era obrigada, por exemplo, a se deitar nua no cimento encharcado daquele centro de extermínio. Inês é uma das provas de que, apesar do martírio enfrentado por meus pais, outros brasileiros que lutaram contra a ditadura sofreram muito mais.

Após três meses sem que seus familiares soubessem do seu paradeiro, ela escapou da “Casa da Morte” enganando seus algozes com a falsa informação de que trabalharia como espiã dos militares entre os comunistas. Inês foi deixada na casa da irmã e posteriormente levada a um hospital. Com a ajuda de advogados, e após Inês redigir uma carta em que denunciava os suplícios por que passara, sua família conseguiu ao menos oficializar sua prisão em novembro daquele ano.

Entre as várias denúncias que fez, Inês contou que foi estuprada pelo menos duas vezes pelo ex-paraquedista Antônio Waneir Pinheiro Lima, o *Camarão*, soldado que fazia as vezes de caseiro nessa “Casa da Morte” e chegou à patente de sargento. *Camarão* integrava a equipe de Paulo Malhões, o *Dr. Pablo*. Foi também Inês quem, por ter memorizado certos detalhes, permitiu que se localizasse, uma década depois de sua prisão, a construção que servira de “Casa da Morte”.

Inês passou oito anos atrás das grades, tentou quatro vezes o suicídio, foi a única mulher na História do Brasil condenada à prisão

perpétua e a última presa política da ditadura militar a ser libertada. Quando morreu, em 27 de abril de 2015, minha mãe escreveu sobre ela na imprensa: “A mulher mais corajosa do Brasil.”

No momento em que minha tia Ana Maria estava sendo interrogada no 38º Batalhão de Infantaria, Inês já estava presa havia mais de um mês no Rio de Janeiro. Portanto, a suspeita de que Ana Maria pudesse ser Inês Etienne não fazia sentido. Não há explicação para o erro que durou algum tempo naquela tarde. Minha tia não foi torturada em nenhum momento, mas se impressionou ao ouvir os militares dizerem que era horrível interrogar a minha mãe:

— Míriam, sua irmã, tortura a gente com os olhos.

Entre os papéis mostrados a Ana Maria por militares, havia um monitoramento feito contra meu pai quando ele ainda estava solto e que acabou, involuntariamente, atingindo-a. Meses antes, minha tia havia programado uma viagem a Nova Almeida, um distrito de Serra, no Espírito Santo, e meu pai dera uma assistência a ela na rodoviária de Vitória. Era uma gentileza, apenas para ajudá-la na escolha do ônibus certo. Ela viajaria sozinha para se encontrar com amigos. Totalmente engajado na militância estudantil, Marcelo já era um dos principais alvos dos militares no estado. Enquanto aguardavam o ônibus, sentados no chão do terminal de embarque, minha tia e meu pai perceberam que policiais passavam algumas vezes por eles. Estranharam a movimentação mais intensa que o normal. No interrogatório a que submeteram Ana Maria, os militares lhe mostraram fotos dos dois na rodoviária tiradas naquele dia sem que eles percebessem.

Apesar do susto com o interrogatório de Ana Maria, Míriam lembra-se de como ficou feliz com a visita da irmã, da mãe e de Ilda. Em outra visita da minha avó Mariana, tia Beth, a psicóloga, foi junto. Era um fim de semana e elas foram barradas no portão. Disseram a elas que não era dia de visita e que só o capitão Guilherme poderia autorizar a entrada no batalhão. As duas insistiram tanto, que um civil passando por perto contou que o capitão morava próximo dali. Foram lá e bateram na porta errada. De novo, um transeunte ouviu a conversa e avisou:

— O capitão está na barbearia.

Elas seguiram até a barbearia, onde o capitão Guilherme aparava o já rente cabelo. Minha tia falou alto para constranger o militar:

— Capitão, minha irmã está presa no quartel e eu e minha mãe viemos visitar.

Ele respondeu que estava cortando o cabelo. E prolongou ao máximo aquele corte. As duas ficaram lá, paradas, em pé, no fundo da barbearia. Ele acabou levando-as até o quartel e fez várias perguntas. Mas, instruída por Beth, minha avó respondia sempre a mesma ladainha:

— Eu vim trazer um franguinho para a minha filha. Está tão gostoso o franguinho.

Finalmente, o capitão autorizou a visita.

Quando as visitas se tornaram possíveis, o pior já havia passado. Do período inicial, Míriam lembra que *Dr. Pablo* se fazia acompanhar de dois subordinados nas sessões de tortura: um homem com traços orientais, mais baixo; e outro meio ruivo, de estatura média, com a pele vermelha. Do primeiro, nunca se conseguiu nenhuma informação; mas a descrição física do segundo coincidia com a de Antônio Waneir Pinheiro Lima, o *Camarão*, denunciado por Inês Etienne.

Eu já havia procurado o *Camarão*, sem sucesso, por telefone. Encontrei um número de São Paulo ligado a seu nome. Era, na verdade, de uma ex-mulher que se apresentou como Mona. Desconfiada, quis saber como eu conseguira o telefone dela, antes de desligar com a seguinte frase:

— É meio complicado. Não tem como passar o número dele.

O procurador da República Antonio do Passo Cabral, coordenador do Grupo de Trabalho Justiça de Transição, que investiga crimes contra os direitos humanos durante a ditadura militar, seguia a pista de *Camarão* por outras vias quando bati na sua porta. Após descobrir o seu nome e a ligação dele com Paulo Malhões, o procurador o intimara em sete estados brasileiros a fim de tentar ouvi-lo. Por não conseguir encontrá-lo, requisitou autorização judicial para realizar interceptações telefônicas nos seus números. Só assim pôde achá-lo.

Com temor de ser trazido a depor na Comissão Nacional da Verdade, *Camarão* fugiu para o interior do Ceará, seu estado natal. Cabral o achou. Por videoconferência, Antônio Waneir esquivou-se das perguntas do Ministério Público Federal. De boné e camisa polo branca, tentava até esconder o rosto da câmera. Depois voltou para Araruama, cidade da Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, onde vive, já aposentado.

Minha vontade era ir atrás dele e perguntar se estava em Vitória em 1972 e se teve participação nas torturas de estudantes. Mas o procurador afirmou que não podia me passar o endereço de seus investigados. E ainda deu um aviso:

— Cuidado com esse povo. A gente também está mexendo com essa turma do Malhões e esse povo é barra-pesada.

32.

VOCÊ MATARÁ MEUS FILHOS?

Um dia bateram na porta da cela das moças. Naquele momento, as presas do grupo de Vitória estavam juntas, dividindo uma grande cela onde havia três camas de solteiro e um beliche. Os torturadores vindos do Rio tinham ido embora e todos os militantes já haviam respondido oficialmente aos interrogatórios para o Inquérito Policial-Militar, conduzido pelo major José Maria Alves Pereira. Nada mais acontecia. Era apenas aquela lenta e doída espera. Bateram na porta e a abriram em seguida. Era um grupo de soldados. Entraram e foram em direção a Míriam, cuja cama ficava perto do banheiro.

— O capitão quer falar com você.

As moças se entreolharam, apreensivas. Aquilo era meio extemporâneo. Míriam seguiu com os soldados até a sala do capitão.

— Fiquei sabendo que você disse que, quando sair daqui, matará meus filhos.

— Eu? Quem falou isso?

— Um soldado que montava a guarda escutou vocês conversando e ouviu claramente quando você disse isso.

— Eu não disse nada disso. Essa pessoa mentiu. Capitão, se eu tiver que matar alguém, eu vou saber exatamente a quem matar.

Ele fez um movimento em direção a ela. Parou no meio do caminho e a mandou de volta para a cela. Era assim o tempo todo. O ódio ficou entre eles. Décadas depois, quando, em 2014, foi divulgado o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, Míriam encontrou Marcelo casualmente na casa de um dos filhos, numa visita aos netos.

— Eu li o relatório da Comissão da Verdade e verifiquei todos os nomes dos torturadores — disse Míriam a Marcelo.

— O nome do capitão Guilherme está lá? — Ele quis saber.

— Não está.

— Aí é injustiça.

O nome do algoz apontado por muitos estudantes de Vitória como torturador na época da ditadura não consta do relatório que ficará para o futuro como tentativa de resgate histórico. Na lista falta ele. Falta o capitão Guilherme, que respondia a uma cadeia de comando no auge do poder militar no Brasil. Por ter durado vinte e um anos, a ditadura teve várias fases. Aquela foi a pior. Quando o grupo de militantes de Vitória começou a ser preso, em dezembro de 1972, os militares estavam no auge da repressão política, colhendo os louros de uma economia vitoriosa.

O “milagre econômico” produzia uma nova classe média que vivia a euforia nas bolsas. A metalurgia se desenvolvia fortemente e líderes operários começavam a conquistar uma posição nessa nova classe média, comprando os carros produzidos com o suor do próprio rosto. A força econômica nos primeiros anos da década de 1970 era motivada pelo supercrescimento. A força social, pela melhoria da qualidade de vida típica de períodos de expansão rápida do PIB. Delfim Netto, o ministro da Fazenda, defendia que o bolo deveria primeiro crescer para depois ser dividido. Assim, o modelo era transferir vultosos recursos públicos, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDE — a sigla ainda não tinha o s de Social que ganharia depois —, para algumas empresas familiares a fim de formar a poderosa elite brasileira, ou seja, aqueles que levariam o capitalismo e o desenvolvimento do país adiante.

O aparato repressivo tinha se profissionalizado e a comunidade de informação era grande, robusta e utilizava técnicas de perseguição adquiridas naqueles anos de poder iniciados em 1964. A repressão já havia criado seus líderes, suas regras, seus métodos. Servia para prender, torturar e matar.

Entre 1970 e 1974, o coronel Brillhante Ustra, o mesmo que em 2008 encontrei em sua casa, no Lago Norte de Brasília, chefiava o mais conhecido centro de torturas do regime. Ustra assumiu o comando do DOI paulista no apogeu da repressão. Em sua passagem pelo órgão, os mortos e desaparecidos chegaram a quarenta e sete. Uma soma considerável, já que cerca de quatrocentos brasileiros perderam a vida ao longo do regime militar.

Mesmo parecendo uma contradição, o “milagre econômico” e os anos de chumbo foram, na verdade, contemporâneos. Enquanto a maior parte do país estava anestesiada pelas conquistas econômicas, a imprensa, censurada, não podia noticiar a barbárie imposta às poucas vozes dissonantes. Eram vozes estranhas aquelas de 1972 e 1973. Elas atrapalhavam a festa do regime. E podiam ser sugadas pelo furacão da ditadura.

33.

NO AR RAREFEITO

Ao fim da tortura e da prisão, o sofrimento não acaba. Ele permanece em pequenos incidentes, sustos ou perseguições. A vida continua, mas, de certa forma, encurralada. Em alguns momentos, o ar fica rarefeito, relatam os ex-presos políticos com os quais conversei. No caso daqueles cuja pessoa amada ainda estava sob a “guarda” dos militares, a falta de informações era suficiente para produzir a certeza de que algo terrível podia ter ocorrido. Essa tortura remanescente de regimes ditatoriais às vezes vira rotina. Respira-se com pouco ar, vive-se a sensação física de asfixia. Foi o que inúmeros perseguidos políticos viveram. Foi o que viveram meus pais.

Ao mesmo tempo, alguns gestos fortalecem. Logo depois que a maioria dos jovens do grupo de Vitória foi libertada, o bispo auxiliar da cidade, dom Luís Gonzaga Fernandes, chamou os estudantes e seus pais para uma reunião na arquidiocese. Minha mãe foi com minha avó Native, sua sogra. Dom Luís os acolheu carinhosamente e disse aos pais, sentados em torno de uma grande mesa de madeira escura, que seus filhos nada haviam feito de errado. Se haviam sido presos é porque tinham sido os mais corajosos. Minha mãe se lembra da sensação de alívio que aquela frase provocou nela. Enfim, alguém a entendia. Deitou o rosto sobre o braço posto em cima da mesa e chorou baixinho. O bispo pediu que ficasse um pouco mais e perguntou se ela queria contar o que havia acontecido. Minha mãe falou em detalhes sobre o que ela e outros sofreram.

Outro momento marcante após a prisão foi a volta ao trabalho. Míriam foi à Rádio Espírito Santo sem esperanças de manter o emprego. Era um órgão do governo, afinal de contas. Assim que chegou foi avisada de que a diretora da Fundação Cultural, a professora Euzi de Moraes, queria conversar com ela. Foi para a sala

da chefe máxima certa de que seria demitida. Imaginava que a alegação seria abandono de emprego. Ao entrar, Euzi se levantou e antes de qualquer palavra abraçou-a. Pediu que ela assinasse um documento em que solicitava licença sem vencimento com data retroativa e deu um conselho:

— Não precisa pensar diferente, apenas tome mais cuidado antes de dizer o que pensa. A partir de hoje você vai fazer trabalho interno, como redatora. Não quero você circulando pela rua.

Era um gesto de extrema generosidade. Inesperado e corajoso.

Mas houve novamente razões para aflição. Num certo dia de março de 1973, minha mãe voltou a chorar muito, nem sabe por quanto tempo. Não tem lembranças sequer de como voltou para casa naquele dia em que chegou ao 38º Batalhão de Infantaria para visitar meu pai e um oficial lhe falou:

— Marcelo o quê? Ele nunca esteve aqui.

Foi um choque. Minha mãe sentiu-se prisioneira daqueles filmes de terror nos quais ao personagem é ocultado o fato da véspera para que ele se convença de que enlouqueceu. A falta de notícias sobre meu pai era um mau sinal, já que era assim que as pessoas desapareciam na ditadura brasileira. Em alguns casos nunca mais voltavam.

Tentando reconstruir a vida, minha mãe morava num cômodo de fundos em Vitória. A casa da mãe de Malu de Souza, mulher de Jorge Luiz, tinha dois andares, mas para aproveitar o declive do terreno os pais dela construíram um pequeno apartamento ali. Minha mãe o alugou ao voltar de Caratinga, onde passou uns dias após sair da prisão. Uma parte era a sala, depois o quarto, uma cozinha miúda e um banheiro. No quarto colocou uma cama de casal. Em um fogão, na cozinha, preparava a comida seguindo à risca a dieta para recuperar as vitaminas e proteínas perdidas nos meses de má alimentação.

Em uma mesinha encostada na parede, fazia as refeições para elevar a taxa de ferro no organismo e combater a condição anêmica. Fígado, peixe, couve, beterraba, feijão, espinafre. Na sala, duas camas de solteiro faziam o papel de sofás. Cercou-se de livros,

amigos e bem cedo costumava caminhar pela praia sozinha, porque sofria com a falta aguda de vitamina D. O ambiente do apartamento era úmido, com mofo, o que aumentava sua alergia e piorava as câimbras. Mas era seu aquele lugar, e ali ela ficou até o fim da gravidez, quando foi a Caratinga para dar à luz.

O ginecologista prescrevera também vinte injeções de ferro para combater a forte anemia. No primeiro dia em que tomou a medicação, quase desmaiou na farmácia. O farmacêutico fora descuidado, e como ela havia perdido muita massa muscular a injeção foi extremamente dolorosa. Chegou chorando à casa da sogra, que ficava perto da farmácia. Minha avó Native decidiu aplicar ela mesma as injeções. E o fazia com técnica e delicadeza.

Minha mãe trabalhava no turno da noite na rádio. Entrava à tarde e saía à meia-noite. Para voltar para casa tinha duas opções. Ir de ônibus até o Centro da cidade e esperar por outro que saía à uma da manhã e a deixaria em frente de casa; ou pegar outro ônibus perto do trabalho do qual, no entanto, teria de descer no meio do caminho, atravessar uma ponte e fazer uma boa caminhada a pé, passando por um trecho mal-iluminado e desabitado. Preferia sempre a segunda opção, porque, apesar de perigosa, permitia que chegasse mais rapidamente em casa. Algumas vezes sentia-se seguida no descampado. Não olhava para trás. Sabia quem tinha interesse em segui-la: não um ladrão qualquer, e sim o regime fardado. Andava firme para não demonstrar medo.

Um dia os passos chegaram bem perto. Apressou o ritmo. "Por que vim por aqui?", pensou. Os passos mais perto. Devia ter ido até a cidade pegar o outro ônibus, que saía à uma da manhã. O caminho ficou longo. Os passos. Ela, mais rápida. A mão protegendo a barriga. Seria delírio? Os passos eram fortes. Não era delírio. "Alguém está atrás de mim. Serão eles? Será fácil me matarem", imaginou. Morte no nada, sem ninguém para ver e responsabilizar. Andou mais depressa. Interminável tornou-se o caminho. Quem seria? Melhor não olhar. Minha mãe se odiou por se expor grávida a mais um risco. Quase correndo chegou em casa, contornou a parte da frente, enfrentou a lateral que vivia às escuras e alcançou a porta. Estava muito escuro e o medo aumentou. Não ouvia mais

nada. Suava. Abriu a porta, entrou e trancou-se. Respirou aliviada e prometeu a si mesma que no dia seguinte faria o trajeto mais longo, mais demorado e cansativo, mas o único razoável. Ainda esticou o ouvido para o silêncio noturno. A sensação desconfortável ficou e foi mais difícil dormir naquela noite. Ela nunca soube de quem eram aqueles passos.

Naquele dia do “desaparecimento” de Marcelo ela voltou para casa confusa, sem ação. A visita que havia tentado e não chegou a acontecer no 38º Batalhão tinha sido marcada para as nove horas. Deveria, ao retornar do batalhão, preparar o almoço, comer, ler os jornais e sair de casa à tarde para trabalhar. Não foi capaz. Desabou na primeira cama da sala. Chorou um choro baixo e longo. Sem desespero e sem consolo. Chorou por tanto tempo que foi se sentindo cada vez mais fraca. Apagou. Quanto tempo chorou, quanto tempo dormiu, nunca soube dizer. Acordou com batidas na porta. Abriu e tomou um susto: já tinha escurecido. Não viu o dia passar.

— O que aconteceu? Está tudo escuro aqui. Você está bem? Acende a luz.

Era Hesio Pessali, o diretor de Jornalismo da rádio, chefe imediato dela. Não lembra o que respondeu.

— Há quanto tempo você está dormindo?

— Não sei. Estou um pouco tonta.

— Aconteceu alguma coisa? Você não foi trabalhar e eu fiquei preocupado...

A amizade expressa naquele gesto era indescritível. Se minha mãe tivesse sido presa de novo, aquela visita o teria levado também para a cadeia. Olhou Hesio agradecida.

— Marcelo sumiu.

— Como assim, sumiu?

— Fui visitar e eles disseram que ele nunca esteve lá.

Hesio ficou em silêncio. Sabia o que podia significar.

— Você se alimentou hoje?

— Não. Eu não sei o que aconteceu, eu nunca falto ao trabalho, desculpe... Eu dormi.

— Desde que horas?
— Não sei. Cheguei de manhã e apaguei.
— Não almoçou nada? Ficou só aqui?
— Eles disseram no quartel que o Marcelo nunca esteve lá. Um cara que sempre nos viu, entende? Eles repetiram para mim que ninguém jamais esteve preso lá.

— Vamos, Míriam, vou te levar para comer alguma coisa.

Hesio a levou para jantar. Ela lembra que ele falou de vários assuntos. O chefe a alimentou, a distraiu e a deixou em casa, recomendando que tentasse voltar a dormir. Descansar. No dia seguinte Míriam acordou sentindo-se forte. Muito forte. Tomou duas decisões: não chorar mais e procurar Marcelo.

Seguiu para o quartel. A resposta era a mesma. Não havia Marcelo ali. Míriam procurou Native, que ligou para Marcos, o irmão mais velho do meu pai, que acionou o advogado Lino Machado Filho. Dias depois, Marcelo foi encontrado. Ele já havia sido transferido para a Vila Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro. Os militares nada tinham a ganhar com aquela maldade extra: deixar a família pensando o pior. Mas naquele tempo era assim.

Em 2011, minha mãe foi a Vitória lançar seu livro *Saga brasileira*, sobre a luta contra a inflação que o país, já na democracia, travou e venceu. Na fila, entre vários amigos, viu o rosto de Hesio Pessali. A cena atravessou sua mente. Ele foi acompanhado de alunos do curso de Jornalismo, que quiseram tirar foto com a já bem-sucedida jornalista e escritora. Minha mãe deu um abraço apertado nele e sussurrou um “obrigada”. Talvez ele nem se lembre daquela noite de março de 1973, mas ela, sim. Conversando sobre isso, ela me disse uma frase que pretendo não esquecer: “É mais forte e impactante o gesto da pessoa que te estendeu a mão no escuro do que o do outro que te colocou no escuro.”

O sentimento daqueles jovens após deixar a prisão era de que estavam proscritos no próprio país. A perseguição continuava, muita gente se afastava, conseguir emprego se tornava mais difícil, eles eram processados pelas universidades e, se condenados, banidos de todas as instituições de ensino. O medo os acompanhava, os traumas permaneciam sem tratamento. Às vezes bastava um

encontro inesperado com o algoz na rua, ou mesmo com alguém parecido, para se produzir uma crise de pânico. Nesses momentos a amizade era fundamental. E são muitos os gestos de carinho dos quais ela se lembra.

Lembra-se, por exemplo, dos amigos jornalistas Sandra Medeiros e Rubinho Gomes, que tentaram visitá-la na prisão correndo o risco de ficarem visados pelo regime; do carinho e da proteção oferecidos por Marien Calixte, seu primeiro tutor no jornalismo; da sua chefe na rádio, a professora Euzi de Moraes; do colega João Luiz Caser, na Rádio Espírito Santo; do professor e pastor Joaquim Beato, da Igreja Presbiteriana Unida, que sempre lhe deu conselhos. Foram tempos em que ela, jovem ainda, conheceu o lado obscuro mas também o lado brilhante do ser humano.

34.

NOVE MESES NUMA SOLITÁRIA DA VILA MILITAR

Aos poucos, à medida que a prisão preventiva dos militantes era revogada, aquela cela coletiva em que Marcelo passara a ficar, no 38º Batalhão de Infantaria, foi sendo esvaziada. A rotina se tornava mais confortável; havia banhos de sol e algumas sessões de exercícios comandadas pelos próprios militares. As famílias dos presos mandavam comida e cigarros semanalmente. Até banhos de mar chegaram a tomar na praia do batalhão. Cerca de três meses já haviam se passado e as restrições agora eram mais leves. Alguns livros foram permitidos e meu pai, pela primeira vez, fez uma leitura mais aprofundada da Bíblia. Jogavam xadrez, dama, batalha naval.

Enxames infernais de mosquitos apareciam ao entardecer, por causa dos manguezais nas redondezas. Os presos tinham o que fazer nessa hora: armavam-se de pedaços de pano e os enfrentavam. As paredes brancas eram pontilhadas de preto. Poucos episódios merecem destaque nessa época, segundo meu pai. Um deles diz respeito a uma noite de fim de semana, quando o barulho das correntes, com as portas sendo abertas, o acordou e ele ouviu alguém ser jogado na mesma solitária em que havia ficado por três dias quando chegara ao quartel.

Marcelo congelou ao identificar o novo "hóspede". Era Dion, namorado de sua irmã Martha, dono de uma lanchonete muito frequentada no Centro de Vitória. Haviam descoberto que ele era também líder de uma quadrilha de roubo de automóveis na Região Sudeste, em especial no Rio, e acabara sendo preso. Foi transferido para Vitória, mas, ao chegar num fim de semana com a pecha de preso perigoso, levaram-no para o batalhão e o colocaram na solitária em que Marcelo tinha estado.

Meu pai aguardou a madrugada chegar, quando todos dormiam e a sentinela se posicionava na frente do xadrez, do lado de fora. Entrou no banheiro e, pendurado nas grades da janela, bateu na parede comum à cela coletiva e à solitária. Dion acordou e meu pai chamou por ele. Depois do susto inicial, Dion reconheceu a voz do “cunhado” comunista e, pendurado cada um nas grades de sua cela, mesmo sem se ver, conseguiram se falar.

Combinaram rapidamente que em hipótese nenhuma admitiriam se conhecer. E meu pai ficou mais tranquilo ao saber que a prisão do “cunhado” nada tinha a ver com ele. Mas passou um fim de semana ansioso. Temia, claro, voltar a ser torturado até conseguir convencer os militares de que sua luta contra o regime não envolvia roubo de automóveis. A segunda-feira chegou e Dion foi transferido para a penitenciária de presos comuns.

Outro episódio de que ele se lembra, este com aparente orgulho, foi ter conseguido manter uma serra no xadrez sem que nem os companheiros de cela percebessem. Marcelo temia um recrudescimento militar e pensou num plano B: a fuga. Enquanto esteve lá, os militares fizeram algumas revistas de surpresa. Colchões eram revirados, tudo era vasculhado, mas a serra nunca foi encontrada.

Certo dia, sem aviso prévio, os homens chegaram fazendo barulho com suas botas, as correntes e os cadeados. Mandaram que todos arrumassem os pertences porque iam viajar. Nada mais foi dito. Embarcaram nas Veraneios de chapas frias, algemados em dois grupos, nos pés e nas mãos. O pé direito de um era ligado ao esquerdo do outro, e assim por diante. O mesmo procedimento em relação às mãos. Fuzis eram apontados para suas cabeças e, no banco da frente, militares à paisana portavam submetralhadoras. O comboio seguiu a toda a velocidade para o Rio de Janeiro. Era véspera de fim de semana.

Mais de doze horas depois foram separados — estavam nessa viagem meu pai, Adriano Sisternas, Foedes dos Santos, Gustavo do Vale e Jorge Luiz de Souza. Haviam chegado à Vila Militar, bairro planejado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Foi quando, assustados, cansados, desconfortáveis pelas necessidades fisiológicas e

machucados nos braços e nas pernas por causa das algemas, meu pai e Gustavo do Vale foram colocados na “geladeira”, a tal cela ladrilhada e sem borda do quartel da Polícia do Exército da Vila Militar. No Rio de Janeiro, ela só era menos temida do que a PE da Barão de Mesquita, na Tijuca, na Zona Norte, palco de barbaridades.

Meu pai e Gustavo do Vale, que já haviam se adaptado àquele cotidiano de prisão mais ameno após o período inicial de tortura no 38º Batalhão de Infantaria de Vila Velha, sentiram o impacto. O fim de semana foi um pesadelo. Dias de susto e terror. Depois, passado esse tempo, meu pai foi separado de Gustavo e transferido para outro quartel da Vila Militar, o Regimento Escola de Infantaria, o REI. E, surpresa, jogado numa nova solitária de onde só saíria cerca de nove meses depois. Ele afirma que esse foi o pior período de sua existência, superando, inclusive, os dias de tortura física.

A nova cadeia tinha um hall de entrada que separava uma cela maior, coletiva, vazia, de um corredor com cerca de meia dúzia de solitárias. Esse passadiço era blindado por uma porta maciça de metal. Nas celas incomunicáveis havia apenas um hóspede quando meu pai chegou — seu companheiro Jorge Luiz. Em frente à cela de meu pai, do outro lado do corredor, ficava um pequeno pátio cercado por muros altos que, possivelmente, fora construído para ser usado para banhos de sol de prisioneiros, coisa que nunca foi permitida nem a ele nem a Jorge Luiz. Quando foi libertado, meu pai estava com a pele tomada por espinhas, em péssimo estado. Esse pátio tinha como porta uma grade que dava para uma linha férrea fora do batalhão. Por isso meu pai ouvia de tempos em tempos, meio distante, barulho de trens se movendo nos trilhos.

A solitária de Marcelo tinha cerca de três metros de comprimento, em sua totalidade, por dois de largura, talvez um pouco menos. Havia uma cama-beliche que ocupava quase toda a cela. Marcelo dormia na parte de cima e colocava uns poucos pertences, como roupas, sapatos e objetos de higiene, na parte de baixo. Sobrava um espaço mínimo na lateral para ficar em pé.

Numa das extremidades do beliche existia um pequeno muro, com altura inferior à da cama e até a metade da largura da cela.

Esse pequeno muro delimitava o que se podia chamar de banheiro. A outra metade permitia a entrada no tal banheiro, que consistia em um “boi” e em um cano que saía da parede, por onde jorrava a água do “chuveiro”. Água fria, claro, que também era usada para beber. Não havia pia. A solitária terminava aí no “banheiro”, que media menos de um metro de largura.

A parede final, que dava para uma ruela interna do batalhão, tinha uma pequena janela gradeada, bem alta, por onde a luz do dia entrava quadrada. Meu pai acompanhava os sons do dia a dia no batalhão e das sentinelas armadas, do lado de fora. A luz da cela ficou acesa durante todos os nove meses, dia e noite, em mais um requinte de crueldade. Embora a solitária de Jorge Luiz fosse conjugada à de Marcelo, com os números três e quatro, os dois passaram todo esse tempo sem se ver. Conseguiram se comunicar ficando em pé nas grades das portas de suas celas, mas tinham de falar quase gritando. Essa porta gradeada possuía uma abertura embaixo por onde entrava a comida.

Nesse ambiente, o estado emocional de meu pai acabou muito abalado nos meses que se seguiram, quando pensou em tirar a própria vida. Jorge Luiz diz que o silêncio de Marcelo por dias o preocupava. Meu pai sentia o mesmo em relação ao companheiro. Como se pode imaginar, é difícil ocupar o tempo numa solitária. Sobretudo porque os militares proibiam a entrada de qualquer leitura — livros, revistas, nada era permitido. Então ele ficava deitado na cama superior do beliche. Cartas de familiares ajudaram a manter sua sanidade mental, mas não resolveram o problema. Tive acesso a duas que sobreviveram ao tempo. Uma delas era da minha avó Native, datada de 19 de setembro de 1973.

Querido Marcelo,

Aproveito a ida da Malu [mulher de Jorge Luiz] para lhe enviar algumas linhas. Desde que voltei daí que só faço rezar para que Deus lhe dê conforto, força e coragem para aguentar uma prisão tão prolongada.

Meu filho, lute. Pense sempre que logo você estará livre para recomeçar sua vida de novo junto da gente, de sua esposa, de

seu filho. Não se deixe enfraquecer. Vim daí preocupadíssima quando me disse que tem lutado para não enlouquecer aí dentro. Você, como quartanista de Medicina, deve procurar manter a sua mente ocupada com pensamentos otimistas, olhar para trás e lembrar de tudo de bom que já teve e que ainda poderá ter quando sair daí. Todos os seus irmãos e amigos não estão esperando outra coisa de você. Queremos que você saia daí gente e não um trapo humano, e só lutando é que você poderá vencer. Aqui fora todos nós confiamos na sua coragem e inteligência. Você foi um menino que nunca nos deu trabalho, que procurava sempre estudar e nos deu gosto. Por que agora está enfraquecendo?

Precisamos tanto de você, Marcelo. Mas precisamos do nosso Marcelo cheio de vida, de amor ao próximo, quem sabe, do nosso Marcelo médico servindo a nossa família e a todos que precisarem de você. Lute, Marcelo, não se deixe abater pela doença, procure se distrair aí dentro com qualquer coisa, por mais insignificante que seja, mas lute.

Levaram você ao psiquiatra como prometeram? Tem dormido melhor? E o banho de sol? Você prometeu que iria tomar. Está cumprindo a palavra?

Aqui em casa tudo continua no mesmo, as meninas estudando e Waleska fazendo arte e já dando os primeiros passinhos. Esta minha neta está uma graça, agora mesmo estou escrevendo com ela pintando o sete, pois a Martha saiu e estou tomando conta dela.

Telefonei para Caratinga, mas a Míriam estava em Belo Horizonte com o nenê, falei com dona Mariana e dei notícias suas. Ela me disse que seu filho está muito forte, pois a Míriam tem muito leite e o está amamentando.

Creio que, agora, só poderei visitá-lo lá para o dia 20 a 25 de outubro e desejo vê-lo outro, alegre, mais confiante e mais sereno.

Seu pai anda muito nervoso. Não tem coragem de ir ao Rio para ver você assim preso, lhe envia um grande abraço e manda

Ihe pedir que você tenha coragem e enfrente tudo com serenidade.

Para você, querido filho, um grande beijo e muita saudade de sua mãe, que o ama muito.

Native

Nessa carta, minha avó resumiu muito bem o drama que a minha família vivia. Eu me senti abençoado por ter esse papel em minhas mãos quando o li.

Após a prisão, meu pai teve crises de depressão que se repetiram de tempos em tempos ao longo dos anos. Sempre acho ser resultado desse interminável período de espera, com a luz ligada, na solitária. Como no Mito da Caverna, na *República* de Platão, ele passou a ter uma visão distorcida do mundo. Eu tinha estudado isso nas aulas de Filosofia, ainda no Segundo Grau. Jovem, pensava em meu pai preso, mas não contava a ninguém. Afinal, era o meu segredo.

A segunda carta que recuperei era de um dos irmãos de meu pai (todos os oito filhos de Native e Wolghano ganharam nome que homenageia o mar: Marcos, Mário, Márcio, Marcelo, Martha, Marcílio, Márcia e Marino). A carta era do tio Mário, mais amena do que a de minha avó por ter bem o jeitão de conselho de irmão mais velho. Foi escrita no dia 20 de junho de 1973, três meses antes da carta de Native.

Marcelo,

Tenho tido notícias de que você anda bastante deprimido com sua situação, isto é, quanto ao fato de ainda permanecer preso. Sei que para quem não se encontra na mesma posição é fácil dar conselhos para que não desanime, que aguente firme etc. Mas isto é realmente a única coisa que eu, nós, podemos fazer, além de tentarmos auxiliar na sua libertação, através do advogado. Por isso acho que você deve parar com isto. Não irá ajudá-lo em nada, pelo contrário, irá prejudicá-lo. Invente o diabo para sair deste estado; faça ginástica, sonhe, faça planos, invente qualquer coisa, mas lute. Nós precisamos de você. Às vezes fico pensando

que não tenho sentimentos porque faço um mundo de coisas e nem me lembro do que você está passando, onde você está, como você está. Creio que isto é um recurso próprio de nossa mente para poder proteger nossa "cuca" e não deixá-la "fundir". Ontem à noite mesmo, antes de dormir, pensei muito em você.

Desde que ocorreu o rompimento do meu noivado tenho andado muito "baratinado". Acho que nunca deu para conversarmos a respeito. Não é só você que tem problemas, está vendo? Acredito que somente agora estou encontrando o caminho novamente. Andei "desligado" um "porrão" de tempo, fazendo mil loucuras, mas novamente cheguei à conclusão de que não vale a pena, não é nada disso. Cheguei a ponto de matar aula em faculdade (os colegas até estranharam). Olhe que eu era considerado o maior CDF!! Este ano eu termino o curso. Não resolvi ainda o que farei. Deixarei para resolver no final do ano.

O pessoal está almoçando (a velha, Marino e Marcílio) e eu estou escrevendo. A velha ainda há pouco me chamou para comer (está esfriando, Mário). Adivinha o que é? Cação (esta é sacanagem! foi só para machucar).

Cheguei ainda há pouco da escola e soube que a Míriam iria ao Rio hoje. Ela irá passar aqui em casa para apanhar umas coisas para você, então resolvi lhe escrever alguma coisa. Vou terminando porque tenho de almoçar e ir trabalhar. Não se esqueça de que precisamos de você, portanto, lute para ficar bem.

Muita saudade.

Mário

P.S.: Vou comer o cação frio, ouviu!!

As refeições que serviam eram muito ruins. Marcelo quase não comia e emagreceu bastante. Conta que o leite o salvou na prisão. Os militares ofereciam sacos de leite à vontade e ele ia tomando durante o dia, renovando o estoque a cada manhã. O fornecimento da comida servia para que acumulasse coisas que o ajudavam a combater a solidão. A sobremesa, por exemplo, eram pedaços de

doces — marmeladas, mariolas. Pareciam feitos de petróleo de tão duros. Ele não os comia, mas aceitava. Como vinham cortados em finas fatias, eram enfiados na cela sobre pequenas tábuas de compensado, às vezes sobre pedaços de plásticos que os soldados deslizavam pelo cimento, na abertura da grade. Meu pai guardava essas pequenas tábuas, os plásticos, os sacos de leite, tudo com muito carinho. Limpava e deixava na parte de baixo do beliche. Os militares — diz — eram estranhos. Não deixavam entrar na cela cadarços de sapato porque poderiam ser usados para suicídio. Mas deixavam entrar giletes, porque insistiam que os presos deviam fazer a barba.

Juntar aqueles pequenos compensados, os plásticos e as giletes o distraía um bocado. Meu pai diz que o preso tem muito tempo para pensar, inclusive numa maneira de fugir. Durante todos aqueles meses, ele tentou abrir o cadeado de sua cela esculpindo “chaves” nos plásticos. Ficava horas “apalpando” a fechadura da cela com palitos finos de madeira ou plástico, tentando descobrir as combinações de espaço. É claro que não conseguiu. E mesmo que conseguisse, seria uma fuga praticamente impossível de concretizar, pois teria de fazer o mesmo com o cadeado da grade do pátio que ficava em frente à sua cela. Depois, teria de escalar os muros altos que davam para a provável linha de trem. Mas tentar abrir aquele cadeado ajudava meu pai a ir em frente.

Passava horas também fazendo pequenas esculturas de madeira com as tábuas de compensado. Na verdade, eram artesanatos grosseiros reproduzindo os personagens Charlie Brown, Lucy, Snoopy. Ele esculpiu também, com tábuas maiores, um palhaço que mexia a cabeça, as pernas e os braços, puxados por cordão. Pintava as “esculturas” com canetas de cor. Os fios dos pequenos bonecos, que muitas vezes viravam colares, eram feitos da seguinte maneira: ele desfiava demorada e cuidadosamente suas meias rasgadas, que eram transformadas em cordões. Marcelo fez centenas de crucifixos usando palitos de fósforo que ia guardando ou pedaços daqueles compensados tirados dos doces de “petróleo”. Eles eram enrolados e fixados com os fios das meias.

Um dia, um soldado foi preso por ter fugido do quartel e condenado como desertor na Justiça Militar. João — este era seu nome — ficou um período sozinho na cela maior, coletiva, do outro lado da porta de metal que a separava das solitárias. Às vezes era obrigado a varrer o corredor. Então, quando podia, conversava com meu pai e Jorge Luiz.

O chão do xadrez era limpo, encerado e liso. Típico de ambiente militar. Meu pai conseguiu fazer um cordão tão grande que, amarrado a um pedaço maior de compensado e jogado em múltiplas tentativas, chegava até a cela de João, como um disco que desliza, passando por baixo da porta de metal e pelo hall. Apenas por diversão. Coisa de preso que não tem nada para fazer o dia todo. Mas conseguiu com isso puxar, amarrados no cordão por João, alguns poucos livros de bolso que devorava com sofreguidão. Pequenas histórias de faroeste, FBI ou romance água com açúcar. E tinha ainda aquele “xadrez imaginário” com Jorge Luiz. Eles gritavam de uma cela para outra pouco mais de duas dezenas de lances. E paravam por aí.

Essa era a rotina. Mas, por mais que inventasse coisas para fazer, o corpo e o espírito de meu pai foram deteriorando. Ele achava que não escaparia vivo dali. Em cerca de nove meses de solitária, foi retirado da cela em apenas três ocasiões. Numa delas, para um interrogatório sem agressão física que, no entanto, o perturbou muito. Seu irmão Marcos era um alto funcionário do Ministério da Fazenda. Chegou a chefe da assessoria econômica quando Mario Henrique Simonsen assumiu o ministério no governo de Ernesto Geisel (1974-1979); e a secretário executivo do Planejamento no início do governo de João Figueiredo (1979-1985). Marcos era um dos “Simonsen Boys” desde os tempos da Fundação Getulio Vargas, onde fez doutorado.

Marcelo foi intensamente questionado sobre Marcos. Não queria de jeito nenhum prejudicar o irmão que mais amava. Meu pai acha que conseguiu convencer os militares de que ele não tinha nenhuma atuação política, pois nunca criaram obstáculos à carreira desse meu tio, morto precocemente, anos depois, vítima de infarto fulminante do miocárdio.

Marcelo foi interrogado sobre o irmão por um militar em trajes civis. Ele acredita que se tratava de um oficial superior muito bem preparado para as funções, porque o deixou arrasado e exausto. Marcelo depreendeu que seu irmão devia estar fazendo muita pressão na cúpula do governo, em Brasília, para tentar minorar o sofrimento de meus pais na cadeia. Não ajudou muito, o que era normal. Os presos políticos — inclusive os que eram parentes de membros ativos na ditadura militar ou de pessoas socialmente importantes — eram isolados, torturados e até assassinados, apesar dos esforços das famílias.

Depois Marcelo soube que, a pedido de Marcos, Simonsen — na época presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, um dos carros-chefe da agenda da ditadura — interferira de fato a favor deles. Daí o interrogatório na Vila Militar. E a angústia de meu pai, preocupado com a carreira do irmão. Outros dois episódios contribuíram para a piora de Marcelo.

Num dia de semana comum, ele percebeu uma movimentação agressiva no quartel, com barulho de botas, de rodas e metais na ruela em frente ao xadrez, acompanhada de gritos e ordens. Com dificuldade, conseguiu se pendurar nas grades da pequena e alta janela da cela, erguer o corpo e ver um soldado deitado com o dedo no gatilho de uma metralhadora de grande calibre apontada para a sua cela. Achou que ia ser metralhado. Nada aconteceu, mas o episódio aprofundou o seu processo de enfraquecimento. Dias depois, conseguiu saber o porquê da agitação inusitada. Devido a um incêndio, um avião da Varig — o voo RG 820 — precisara fazer um pouso de emergência próximo ao aeroporto de Orly, em Paris. No acidente morreram, entre outros passageiros ilustres, o militar e senador Filinto Müller, em decorrência da fumaça e do pouso forçado. Era julho de 1973. Os militares entraram em prontidão por causa da morte do parlamentar, um dos esteios do regime no Congresso Nacional. Ele fora chefe da Polícia Política na ditadura de Getúlio Vargas, sendo o responsável por entregar aos nazistas Olga Benário, companheira do comunista Luís Carlos Prestes. Olga foi executada na câmara de gás do campo de extermínio de Bernburg, na Alemanha.

As condições de segurança no Regimento Escola de Infantaria foram reforçadas por causa do acidente de avião. O delírio, portanto, era dos militares, por isso aquela metralhadora de grande calibre havia sido instalada e apontada para a sua janela. Mas o isolamento e o abandono na solitária também provocavam paranoia em Marcelo.

O outro episódio que o afetou foi a deposição e a morte do presidente do Chile, o socialista Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, durante um golpe de Estado deflagrado pelos militares. Marcelo só soube disso duas semanas depois, casualmente, numa conversa com o soldado desertor que varria o corredor das solitárias. Ficou profundamente abalado, já que o retrocesso político no Chile fortalecia os militares no Brasil. Por conta de episódios assim, de grande tensão, a alternativa do suicídio foi se tornando cada vez mais forte.

Num dia comum de semana, as portas do xadrez foram abertas com a barulheira de sempre. Militares entupiram o corredor das solitárias. Liderava o comboio o general Sylvio Couto Coelho da Frota, que tinha assumido o comando do 1 Exército havia mais de um ano e estava visitando os quartéis. Sylvio Frota parou em frente à cela de meu pai e perguntou a seus assessores, também militares, todos em farda de campanha, por que aqueles presos estavam na solitária. Foi informado sobre quem eram. Ele saiu e tudo continuou normal.

Devido a seu estado emocional nesse período em que viveu sob condições desumanas, meu pai não consegue identificar nenhum militar do Regimento Escola de Infantaria nem se lembrar de nome algum. Justamente por isso jamais procurei qualquer militar da Vila. Até porque, embora eu tenha solicitado algumas vezes ao Exército uma visita ao aquartelamento, jamais consegui autorização. Contudo, meu pai se recorda muito bem da súbita visita do general Sylvio Frota, a única pessoa vista no cárcere da Vila Militar que ele consegue identificar, mas que morreu em 1996.

Integrante da linha dura, Sylvio Frota era a favor da tortura e do combate feroz aos opositores do regime. Depois, como ministro do Exército, tentou liderar um movimento contra o presidente Ernesto Geisel por condenar a abertura política e por querer sucedê-lo no

cargo. Foi demitido. Mais importante pesquisador do regime, o brilhante jornalista Elio Gaspari tem convicção de que o fim da era militar foi selado com a exoneração de Sylvio Frota, em outubro de 1977. Essa história está registrada em seu livro *A ditadura acabada*. Conta meu pai que — vejam só a coincidência —, já como repórter da *Folha de S.Paulo*, cobriu o episódio da saída de Frota. Minha mãe também foi convocada para aquele plantão.

O abatimento de Marcelo na prisão chamou a atenção dos militares. A essa altura, não interessava mais ao regime a morte daquele preso político. O médico do quartel o visitou e deu alguns medicamentos. Meu pai não lembra quais, mas desconfia que eram vitaminas ou coisa parecida. Como estudante de Medicina, sabia que nada daquilo resolveria. Um dia foi encontrado desmaiado no chão da solitária e se suspeitou de tentativa de suicídio. Foi tirado dali, levado para o Hospital da Aeronáutica e colocado numa cela do estabelecimento — e essa foi sua segunda saída da solitária. A cela do hospital tinha um pouco mais de conforto, mas era prisão do mesmo jeito. Foi nesse momento que meu pai teve um ataque de fúria e quebrou tudo o que estava a seu alcance até ser dominado e sedado. Submeteram-no a eletroencefalogramas, mas nada foi diagnosticado. Logo voltou para a solitária.

A outra ocasião em que foi tirado temporariamente do confinamento lhe fez muito bem. Como inúmeros militares do 1º Exército faziam um exercício de treinamento de guerra em praias desertas do Espírito Santo, os dois prisioneiros considerados perigosos — meu pai e Jorge Luiz — foram transferidos, por segurança, para outro quartel por alguns dias. Era o histórico e respeitado 1º Batalhão de Infantaria Motorizada, modernamente conhecido como Regimento Sampaio, com serviços prestados à Colônia, ao Império e a todas as Repúblicas brasileiras, localizado também dentro da Vila Militar, a quinhentos e cinquenta metros do REI. Minha mãe se lembra de tê-lo visitado no local.

Gustavo do Vale estava nesse quartel desde que chegara ao Rio, em uma cela com outros presos políticos, mas Marcelo e Jorge Luiz não o viram. Souberam que Adriano Sisternas e Foedes também

estavam presos em outros dois quartéis da Vila Militar. Sisternas lembra de ter ficado preso em um batalhão de cavalaria dentro do aquartelamento. Já Foedes diz não lembrar o nome do seu. Marcelo e Jorge Luiz nunca descobriram por que foram mantidos em solitárias no REI, enquanto todos os outros presos de Vitória ficaram em celas coletivas.

No breve período no Regimento Sampaio, entretanto, Marcelo e Jorge Luiz ficaram, por sorte, numa cela coletiva com vários outros prisioneiros políticos de uma esquerda ainda mais radical. Eram militantes que haviam assaltado bancos, trocado tiros com militares. Todos haviam sobrevivido a violentas torturas. Um deles estava completamente ensandecido. Sua cama era grudada na parede, que estava manchada de esperma. Meu pai não viu, mas os outros companheiros contavam que às vezes ele jogava fezes nos militares pela grade da cela.

Ali estavam militantes da luta armada, alguns do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outros de uma pequena e destemida organização de cuja existência Marcelo só tomou conhecimento nessa prisão. Era a nanica Resistência Armada Nacionalista (RAN). Não se lembra mais do nome das pessoas. Uma pena, ele fala, já que gostaria de voltar a encontrá-las. Essa turma o ajudou bastante, ainda que o contato tenha sido rápido.

Marcelo gostava de conversar com um jovem de dezoito anos, da RAN, que era otimista e dizia ser parente próximo de Chico Buarque. Segundo meu pai, ele era de família tradicional do Rio de Janeiro. Passavam horas contando casos um para o outro e meu pai se recorda de um relato sobre um assalto a uma delegacia para roubar armas. O preso enlouquecido pela tortura havia salvado a todos. Os militantes da RAN entraram na delegacia, renderam os policiais e pediram ao delegado que abrisse o depósito de armas. O delegado se recusou e ninguém sabia o que fazer. Aquele preso espancou o delegado com um revólver, colocou o cano da arma na cara dele e disse que ia atirar. Foi o único a reagir. Ia atirar mesmo. O delegado pressentiu e abriu o depósito de armas. O militante era um representante comercial de remédios que nunca tinha lido um livro sobre marxismo e que, de um dia para outro, resolvera entrar na

luta armada e combater o regime. A bárbara tortura e o isolamento — a família o abandonou, não tinha advogado — enlouqueceram-no.

Nesses poucos dias, meu pai se recuperou bastante. Nas conversas com os integrantes da RAN — principalmente — discutiu algumas possíveis operações armadas contra o regime, entre elas uma midiática explosão das pontes da ilha de Vitória e a proclamação de uma república livre socialista, a República Livre de Vitória, por umas poucas horas.

Marcelo imaginou explodir a ponte Florentino Avidos — a mesma que eu, décadas depois, atravessaria com Eduardo na noite em que rodamos pelas cercanias da casa de Foedes. A ideia era destruir, na mesma operação, outra ponte menor, a de Camburi, e conquistar Vitória, como havia ocorrido nos idos de 1959 em Cuba, quando o ditador Fulgencio Batista foi deposto por revolucionários liderados por Fidel Castro e Che Guevara. Vitória, no entanto, era muito próxima do continente e muito menor que Cuba. Se as pontes capixabas fossem detonadas, os militares retomariam Vitória com barcos e lanchas e matariam aqueles jovens. Eram delírios de prisioneiros.

As conversas com os novos companheiros o animavam. Os membros da RAN argumentaram que ele e Jorge Luiz não deviam aceitar a volta à solitária. Muito mais agressivos contra o regime, eles cumpriam pena em cela coletiva. Influenciados por eles, Marcelo e Jorge Luiz decidiram reagir quando retornassem às suas celas.

Enquanto isso, no Espírito Santo, Míriam se afligia por Marcelo. Seus próprios dias eram pesados. Trabalhava muito, na rádio e em serviços como *freelancer*, com o objetivo de guardar dinheiro. Ela não podia visitá-lo com frequência. Levar os presos para o Rio havia sido mesmo mais uma maldade contra eles e suas famílias. Para encontrá-lo, Míriam tinha que cumprir uma longa preparação. Um de seus colegas, João Luiz Caser, trabalhava dois turnos fazendo o serviço dela. Depois, minha mãe dobrava a jornada para ele tirar folga.

Ela viajava na quarta-feira. Saía de Vitória às dez da noite e chegava por volta das cinco da manhã à rodoviária do Rio de

Janeiro. Pegava um ônibus e ia para a Central do Brasil, onde tomava um café e entrava no trem para a Vila Militar, um complexo gigantesco. Lá dentro, tomava um táxi para chegar ao Regimento Escola de Infantaria ou ao Regimento Sampaio. O tempo e o dinheiro eram contados. Tinha que chegar um pouco antes das nove da manhã, porque o dia e o horário de visita eram sempre rígidos: quinta-feira, das nove às nove e meia. Quem chegasse cinco minutos atrasado não entrava. Dentro do Regimento Escola de Infantaria, ela passava por uma revista humilhante. E desnecessária, já que não era possível ter contato físico com o preso.

Míriam se lembra de um lugar sombrio e frio, uma sala minúscula de paredes cinza que passavam a sensação de asfixia. Era levada para lá. Ficava de frente para uma grade de barras bem próximas e cruzadas, de tal forma que se assemelhavam a uma tela de ferro. Através dela, via-se o preso como se ele fosse uma sombra. Não dava para tocá-lo sequer com um dedo. Assim eles se viam. Próximos, mas totalmente separados. Do lado dela, quase encostado, ficava um policial vigiando-a com um fuzil. Míriam e Marcelo espalmavam a mão dos dois lados daquela espécie de tela de ferro. Era a forma mais íntima de contato. Se abaixavam a voz, ouviam gritos dos soldados.

— Não falem baixo!

Foi por isso que um dia, ao ouvir o grito de que falasse mais alto, ela levantou a voz com prazer.

— Nosso filho não poderá se chamar Ernesto. Será Vladimir.

Havia dúvida entre os dois nomes.

— Por quê? — perguntou Marcelo.

— Porque o novo ditador escolhido se chama Ernesto, general Ernesto Geisel.

O líder comunista Ernesto Che Guevara não pôde, assim, ser homenageado na minha família.

Às nove e meia em ponto, minha mãe era tirada dali e meu pai, levado de volta para a cela. Em sua masmorra ele esperaria não se sabia mais quanto tempo por outra visita de sua mãe, ou de seus irmãos, Márcio e Marcos, ou novamente de Míriam. Ela faria a viagem de volta até Vitória. Suas pernas inchavam após tantas horas

nos ônibus, em especial por causa da gravidez, suas olheiras afundavam pela noite insone. O pior era ver que, a cada visita, Marcelo parecia mais frágil e abatido. Via-se apenas uma sombra, e era possível notar que ele se tornava cada vez mais o fantasma de si mesmo.

20/11/72
VIVA GUERRILHAS
NO PARA: 8 MESES VITÓRIA

35.

GREVE DE FOME DE QUATRO DIAS

Marcelo e Jorge Luiz recebiam poucas visitas. Não só porque a Vila Militar era distante e contramão até para boa parte das pessoas que moravam no Rio de Janeiro, mas também porque os militares tinham normas que dificultavam a visitação. Por isso, após passar alguns dias na cela com o pessoal da RAN, os dois voltaram para as solitárias dispostos a fazer uma greve de fome em protesto contra a sua situação carcerária. Mas era preciso que os familiares e os advogados soubessem, divulgassem e pressionassem a Justiça Militar.

Eles estavam em “regime de prisão preventiva”, ainda não haviam sido julgados, e os advogados tentavam adiantar o julgamento ou conseguir o relaxamento da detenção. Os generais, porém, ignoravam as questões jurídicas e a Justiça Militar apenas referendava o que os comandantes decidiam. Naquele momento prevalecia a opinião linha-dura do regime, que combatia tanto a guerrilha rural no Norte do país quanto o resto da guerrilha urbana resistente.

Meu pai conheceu seu primeiro filho, Vladimir, na cadeia. Tia Ilda deu de presente à minha mãe a viagem sonhada. No dia combinado, acordaram de madrugada, minha mãe o acomodou dentro de um cesto moisés no Fusquinha da tia Ilda e saíram os três para uma viagem de dia inteiro entre Caratinga e o Rio de Janeiro. Meu irmão tinha dezenove dias.

Tia Ilda tinha aprendido a dirigir com mais idade e preferia ir bem devagar nas rodovias. Chegaram à noite à casa de tia Isabel, uma irmã de minha avó que morava no Rio perto da Vila Militar.

— Mirinha, fiz um macarrão cabelinho de anjo com carne moída que você gosta, e é uma comida carinhosa.

No dia seguinte, Vladimir foi colocado dentro do seu macacão mais bonitinho e embrulhado numa manta nova para o grande dia: conhecer o pai. Tia Ilda conseguiu entrar no quartel junto com Míriam e o bebê. Quando minha mãe se sentou naquele lugar lúgubre, em que podia apenas vislumbrar meu pai do outro lado, pediu:

— Por favor, deixem o Marcelo vir aqui pegar o filho nos braços. É a primeira vez.

Excepcionalmente, os militares mostraram alguma sensibilidade e deixaram. Marcelo se emocionou ao pegar no colo o lindo bebê que todos dizem que meu irmão foi. Aconchegou o filho ao peito sob a sombra das armas. Em certo momento, porém, fez um gesto rápido que só minha mãe notou. Ao entregar Vladimir, disse apenas “cuidado”. Ela entendeu que alguma coisa poderia estar na roupa da criança.

Na saída, ela passou por uma segunda revista. Nada foi encontrado porque nada havia. Aí, os soldados fizeram um movimento para revistar meu irmão.

— Não posso acreditar que vocês vão revistar um bebê de vinte dias!

Eles hesitaram. Vladimir dormia inocente, mas nas dobras do seu cobertor estava uma carta denunciando os maus-tratos sofridos na prisão.

— Tenha a santa paciência, o bebê está dormindo — insistiu minha mãe.

Eles não revistaram. E foi assim que, aos vinte dias, Vladimir levou para fora da rígida segurança do Regimento Escola de Infantaria o clamor dos presos políticos. Nele, meu pai e Jorge Luiz anunciavam a intenção de entrar em greve de fome. Eles pediam que o documento fosse levado aos advogados para que eles o mostrassem ao juiz auditor e à Anistia Internacional, uma das poucas entidades que conseguiam divulgar no exterior os excessos do regime.

Marcelo e os amigos eram defendidos pelo escritório de Lino Machado Filho, onde trabalhava a corajosa Dyrce Drach, uma combativa defensora dos direitos humanos que tentava de tudo para aliviar o sofrimento dos presos. Meu pai não sabe quando, mas um dia recebeu a visita de Dyrce para tratar do assunto. Marcaram a data para dar início ao protesto e ficou combinado que seria preciso marcar posição com um pequeno discurso todas as vezes que os militares lhes levassem comida. A hora das refeições passaria, então, a ser movimentada: eles se recusariam a comer, afirmariam que aquela era uma manifestação contra a ditadura militar, contra as condições carcerárias injustas, contra a tortura psicológica que sofriam havia meses. Em seguida, empurrariam para o corredor as refeições.

Quando a greve de fato estourou, algum tempo depois, os dois, que já estavam fracos, definharam. Meu pai conta que praticamente não se levantava mais da cama, ficando no colchão debaixo do beliche. Tonturas eram comuns.

A greve perturbou a rotina do quartel, e oficiais e sargentos da temida 2ª Seção começaram a aparecer com mais frequência no xadrez. Até que o bom senso prevaleceu e, no quarto dia, os dois foram retirados de suas solitárias e transferidos para uma cela coletiva. A greve foi suspensa. O tratamento mudou. Passaram a ter espaço para exercícios numa cela imensa somente para eles. O banheiro era mais confortável. Havia pia. Camas mais decentes. Espaço. E, o mais importante de tudo: um tinha a companhia do outro.

Meu pai ficou sensivelmente mais animado. Foi quando os militares liberaram a entrada de algumas partes de jornais, censurados e recortados. E um presente dos céus foi permitido: o rádio portátil. Meu pai se lembra das madrugadas ouvindo a programação musical da Rádio JB, de excelente qualidade. A vida melhorou substancialmente, se é que isso pode ser dito em relação a uma cadeia.

Marcelo se recorda de um episódio relevante nesse período. Uma forte crise de asma, como as que tive por muitos anos, abateu Jorge

Luiz durante uma madrugada. Os militares nada puderam fazer, já que o quartel não contava com enfermeiros e muito menos médico à noite. Meu pai improvisou um fogareiro e, com uma caneca militar de metal, ferveu água e ajudou Jorge Luiz a fazer uma espécie de nebulização com o vapor. Na manhã seguinte ele estava melhor.

Estavam chegando as festas de Natal e Ano-Novo daquele ano de 1973. No dia 21 de dezembro, uma sexta-feira, Marcelo e Jorge Luiz receberam um aviso de que a Auditoria Militar havia relaxado a prisão preventiva deles e de Gustavo do Vale, encarcerado no Regimento Sampaio, mas seria necessário um documento, o alvará de soltura, para que pudessem ser libertados. O sargento do s2 que cuidava deles avisou que era pouco provável que o alvará ficasse pronto antes do recesso de fim de ano, e que se preparassem para permanecer mais uns dias presos. Todavia, minha mãe e a mulher de Jorge Luiz, a Malu, já tinham ido para o Rio. Dyrce Drach as avisara de que o pedido de relaxamento seria julgado e poderia ser concedido. Foi uma correria em busca de cada assinatura e do carimbo necessários no último dia útil antes do Natal. Conseguiram, no limite do fechamento do expediente do quartel, na véspera do fim de semana prolongado pelo feriado. Assim, eles só puderam usufruir o “conforto” da cela coletiva por alguns dias...

Marcelo e Jorge Luiz foram colocados em um Fusca amarelo e levados até o portão da Vila Militar. Minha mãe e Malu esperavam do lado de fora. O momento era de expectativa. Cada minuto parecia uma eternidade para as duas. Finalmente, meu pai e Jorge Luiz apareceram, magros, pálidos. Míriam viu Marcelo se aproximar com um sorriso doce no rosto, mas extremamente abatido. Ela o achou lindo. Lembrava um herói trágico. O longo abraço foi silencioso. Havia muito a contar, mas nada a dizer naquele momento em que permaneciam próximos ao local do sofrimento. Fora tão difícil aquela espera do lado de dentro e do lado de fora das grades. Apesar de ser hora de extrema alegria, algo travava a emoção — um medo de ser apenas sonho. Eles tinham dificuldade de acreditar que o tormento chegara ao fim. Os rapazes saíram carregando amargura demais, mas aquela era uma grande vitória.

Sônia, irmã de Gustavo, fora buscá-lo em outro portão, pelo qual ele saiu. Adriano Sisternas deixou a Vila sozinho. Estavam soltos, afinal. O inferno começava a ficar para trás. O pai de Jorge Luiz mandara de Cachoeiro de Itapemirim um táxi modelo Corcel, da Ford, apanhar todo mundo, pois como era véspera de Natal não havia mais passagens de ônibus para o Espírito Santo. Gustavo e Sônia ficaram no Rio e os outros seguiram viagem no táxi, apertados porém felizes, ainda que temessem ser parados no meio do caminho por agentes da repressão. Nem cochilaram, conversando.

Já no fim de semana, bateram na porta da casa dos pais de Jorge Luiz, em Cachoeiro, na qual uma festa com músicos os esperava. Mais confortáveis no táxi, meus pais seguiram para Vitória, aonde chegaram com o dia claro. Foram direto para a casa de fundos na praia do Canto, na qual minha mãe morava com tio Cláudio e tia Jane. Meu pai ansiava por abraçar Vladimir, com quase cinco meses. Era a segunda vez que o via. Ele abriu o cortinado que cobria o berço e Vladimir sorriu. Marcelo e Míriam choraram e abraçaram o bebê, que continuou sorrindo. Uma nova vida começava. Ainda cheia de dificuldades por causa da perseguição do regime, o que persistiu por muitos anos. Mas agora em liberdade.

Cerca de ano e meio depois, com o novo governo no estado, comandado por Élcio Álvares a partir de março de 1975, minha mãe teve que deixar a rádio. Foi para o jornal *A Tribuna*, de onde, em 1976, seria demitida por ordem direta do governador. A pressão foi tão explícita que o Sindicato dos Jornalistas fez uma nota de protesto. Um ano depois, ela seria novamente demitida, dessa vez de *A Gazeta*, por desentendimento com o editor, José Costa. Eles decidiram então se mudar para Brasília.

Míriam ainda não havia terminado o curso de Jornalismo que iniciara após sair da prisão. Marcelo não havia conseguido voltar a estudar depois do fim da pena de três anos de afastamento das universidades imposta pelo Decreto nº 477. Desempregados e sem registro profissional, foram procurar trabalho. Nessa situação ela ficou grávida de mim. Ele conseguiu uma vaga na sucursal da *Folha de S.Paulo*. Ela, com a ajuda de Jorge Luiz, foi pedir emprego na

sucursal da *Gazeta Mercantil*. Foi contratada grávida por Sidnei Basile, que se tornou o mais importante orientador profissional de sua vida.

36.

O REENCONTRO ENTRE A VÍTIMA E O ALGOZ

Em Brasília, no final de 1977, um mês antes do meu nascimento e trinta e três anos antes de eu ser contratado como repórter do jornal *Folha de S.Paulo*, meu pai trabalhava nesse matutino. Ironicamente, para um ex-presos do regime ditatorial, Marcelo tinha se tornado setorista de tribunais, e isso incluía o Superior Tribunal Militar, a mesma Corte em que encontrei depois os amarelados papéis sobre ele e minha mãe. Tribunais militares rendiam muitos lides na época. Atualmente — sinal dos tempos — as notícias saem do Supremo Tribunal Federal.

Era 7 de outubro de 1977. A cerimônia de posse de um novo ministro do Superior Tribunal Militar, o general Carlos Alberto Cabral Ribeiro, contava com a presença até do vice-presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos. Cabral Ribeiro tinha um longo histórico no Exército. Segundo os arquivos militares, sentara praça em 18 de abril de 1932 e chegara a general de exército em 25 de novembro de 1976. Fora chefe do Estado-Maior do 1º Exército e comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife, no ano do chamado “Massacre da Chácara São Bento”, ocorrido em janeiro de 1973.

O episódio ficou conhecido como massacre porque não houve confronto, mas tortura e assassinato a sangue-frio de seis militantes da VPR em um casebre de Paulista, na Região Metropolitana de Recife. Entre eles, estava a guerrilheira paraguaia Soledad Barret Viedma, namorada do agente infiltrado que os delatou, José Anselmo dos Santos, ou apenas cabo Anselmo, agente duplo do regime, como informado no livro *A ditadura escancarada*, de Elio

Gaspari. Essa foi mais uma brutal operação promovida diretamente pela equipe do delegado do Dops Sérgio Fleury.

Por ser o comandante da 7ª Região Militar na época da chacina, Cabral Ribeiro foi apontado em 2014, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, como um dos trezentos e setenta e sete agentes de Estado responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura. Mesmo recomendando a responsabilização civil e criminal dos relacionados, o relatório não conseguiu mudar o histórico de impunidade dos militares brasileiros.

Enfim, voltando a 7 de outubro de 1977: meu pai tinha muita dificuldade de transitar pelos prédios oficiais por causa do seu passado, mas havia obtido uma autorização temporária no STM, onde ainda se arrastava o processo iniciado em 1972 contra os jovens de Vitória. O novo ministro da Corte, Cabral Ribeiro, havia levado para Brasília como assistente um militar capixaba que, naquele primeiro momento, os jornalistas setoristas pensaram ser seu chefe de gabinete.

Como em um roteiro dramático, dois personagens, *Mateus* e *Guilherme*, encontraram-se na posse. Olharam-se. Reconheceram-se em silêncio, em pleno STM. Um choque para ambos, que demonstraram isso apenas com os olhos. Um não era mais integrante do Comitê Regional do PCDOB no Espírito Santo, e sim o repórter Marcelo Netto. O outro, capitão Guilherme, já não participava diretamente da repressão aos esquerdistas. O susto do reencontro inesperado fez Marcelo passar mal. Tonto e pálido, quase desmaiou. Teve vontade de vomitar. Saiu da cerimônia imediatamente. Queria ir embora e abandonar a pauta, mesmo correndo o risco de perder o emprego, tão difícil de conseguir no regime. Outros setoristas do tribunal, que trabalhavam para jornais concorrentes, deram-lhe apoio, especialmente Márcia Brandão, de *O Globo*, Carmem Coaracy, de *O Estado de S. Paulo*, e Clara Favilla, à época no *Correio Braziliense*.

Márcia Brandão prestou o primeiro socorro, depois Carmem continuou ajudando a controlar a reação de meu pai. Na cabeça dele, voltava a cena da roleta-russa comandada pelo então capitão

Guilherme. Era uma óbvia crise de pânico causada por ter estado frente a frente com o antigo algoz. Ele chegou a urinar um pouco nas calças, o que só percebeu minutos depois. Decidiu não contar todos os detalhes do encontro à minha mãe, que estava no final da minha gestação. As amigas a informaram *en passant* do episódio.

Marcelo nunca se esqueceu da solidariedade de Márcia, Carmem e Clara naquele dia. As três fizeram o quase inimaginável para a minha geração: ajudar um colega de outro jornal a escrever sua reportagem. Pois, apesar do impacto do reencontro, ele teria que concluir a matéria para a *Folha*. Segundo elas, meu pai tremia demais para escrever, então, uma repórter de *O Globo* e outra do *Estadão* datilografaram letra por letra, na máquina de escrever da sala de imprensa, o texto que os leitores da *Folha* leriam no dia seguinte. Uma terceira, do *Correio*, se dedicou a tentar acalmar Marcelo.

Encontrei a reportagem no acervo do jornal e mostrei-a a meu pai, que confirmou ser aquele o texto escrito a seis mãos ou quase oito. O título era “Vivemos crise de crescimento”. Cabral Ribeiro aproveitara a sua posse para fazer um ato político. O chamado sutiã, frase colocada logo abaixo do título para complementar a informação e instigar a leitura, sintetizava: “Ao tomar posse no STM, Cabral Ribeiro prega a união pela lei”. Na época, o país ainda crescia, mas menos do que no auge do regime. O ritmo caíra de 10%, em 1976, para 4,9%, em 1977, porque a economia fora atingida pelo choque mundial do petróleo e se esgotaram as políticas para forçar a marcha do PIB. Começava a escalada inflacionária, o que também provocou o aumento da oposição ao governo. O início da reportagem já mostrava o clima da época:

BRASÍLIA (Sucursal) — “Chego a este tribunal com o sentimento de que vivemos no Brasil uma crise resultante, aqui dentro, da aceleração do nosso crescimento e, lá fora, de nossa dimensão internacional.” As afirmações são do general de exército Carlos Alberto Cabral Ribeiro, ao tomar posse ontem como ministro do Superior Tribunal Militar.

“Estou convencido — disse — de que, em vez de ajudar aos que tudo fazem para desestabilizar a situação nacional, a fim de alcançarem seus desígnios ideológicos ou econômicos, devemos colocar todas as nossas energias, e sobretudo a lei, a serviço de nossa paz, de nossa união, de nosso trabalho, para que, pela aglutinação da vontade coletiva, possamos, juntos, realizar o desenvolvimento integral da nação brasileira.”

“Vivemos crise de crescimento”

Ao tomar posse no STM, Cabral Ribeiro prega a união pela lei

BRASILIA (Socursal) — “Chego a este Tribunal com o sentimento de que vivemos no Brasil uma crise resultante, aqui dentro, da aceleração do nosso crescimento e, lá fora, de nossa dimensão internacional”. As afirmações são do general-de-Exército Carlos Alberto Cabral Ribeiro, ao tomar posse ontem como ministro do Superior Tribunal Militar.

“Estou convencido — disse — de que, em vez de ajudar aos que tudo fazem para desestabilizar a situação nacional, a fim de alcançarem seus desígnios ideológicos ou econômicos, devemos colocar todas as nossas energias, e sobretudo a lei, a serviço de nossa paz, de nossa união, de nosso trabalho, para que, pela aglutinação da vontade coletiva, possamos, juntos, realizar o desenvolvimento integral da nação brasileira”.

O general Cabral Ribeiro afirmou, ainda diante de inúmeras autoridades dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, estar “convencido de que um Estado, que busque na prática da democracia sua infra-estrutura política, terá sua segurança alicerçada na do cidadão que não pode por em perigo a segurança coletiva”.

ISENÇÃO

O novo ministro do STM foi saudado pelo general Reinaldo de Mello Almeida, pelo procurador-geral da Justiça Militar, Milton Meneses da Costa Filho, e pelo advogado José Ramalho Clerot. O general Reinaldo mostrou ao novo ministro a importância da composição do Tribunal, onde “temos o nosso foro especial e julgamos os feitos de nossa competência como veteranos da caserna ou juizes togados, mestres do Direito e da jurisprudência”.

Referindo-se à aplicação da Lei de Segurança Nacional, que mostrou como uma “legislação talvez severa, editada numa conjuntura grave”, afirmou que nem por este motivo se deteriora o conceito conquistado pela isenção com que julgamos: “Isto porque, embora nosso maior compromisso seja com a Justiça, desejamos que a pena aplicada sirva mais como instrumento de prevenção e de recuperação do que de um látigo de vingança”.

Para o general Reinaldo, já se formou no STM um espírito que sobrevive, inspirado pelos que se foram e mantido pelos que lá permanecem, de equilíbrio e independência: “A lei afirmou objetiva proteger a sociedade. Nenhum texto legal pode ser destituído dessa finalidade. Ora é o patrimônio, ora é a vida como o dom supremo do homem, ora é a honra com sua escala de princípios; ora é a segurança do estado, como base da segurança individual”.

CABRAL RIBEIRO

O novo ministro Cabral Ribeiro também distinguiu a ação do Superior Tribunal em seu discurso. Mostrou que seus ministros vêm oferecendo à nação o espetáculo de uma justiça sem asperezas emocionais: “Justiça inteligente e firme, não passional ou paternalista, Justiça baseada em leis flexíveis e abertas ao desenvolvimento e à evolução, e não com características de funcionamento eterno, esquecida da realidade dos fatos e da di-



Referendo que continua “candidato e candidato”, o senador Magalhães Pinto (esquerda) conversa e abraça o ministro Sílvio Frota, do Exército, na cerimônia de posse do novo ministro do STM, ontem em Brasília.

Um candidato muito procurado

BRASILIA (Socursal) — Chamou atenção a presença do senador Magalhães Pinto, ontem, na posse do general Carlos Alberto Cabral Ribeiro, no Superior Tribunal Militar. Com numerosas autoridades presentes, entre as quais o vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos, o ministro do Exército, Sílvio Frota, os presidentes das duas casas legislativas, o chanceler Azeredo da Silveira e o general Hugo Abreu, a entrada do candidato à Presidência, na sala de sessões, foi seguida de um verdadeiro batalhão de fotógrafos e cinegrafistas que, atropelando-se, queriam documentar os cumprimentos distribuídos entre os senadores e os vários generais presentes.

Magalhães, que na saída declarou aos repórteres, quando questionado, que “estamos perseguindo a Presidência”, não se abalou. No tumulto formado com sua chegada, tranquilamente arranjou um lugar entre os generais Ariel Pacca, Fritz de Azevedo Manso, César Montagna, Armando Calderari, José Mario de Andrade Serpa e outros oficiais superiores, fato que estimulou mais ainda a ação dos

profissionais de imprensa ali presentes. A movimentação foi tanta que preocupou os organizadores da cerimônia.

MOMENTO

Após os discursos de saudação ao novo ministro, e convidados os presentes para participarem de um coquetel em sua homenagem, a movimentação continuou, sendo o senador Magalhães Pinto a pessoa que mais chamava atenção dos presentes, pelo interesse da imprensa e pelas conversas que mantinha.

Foi visto e fotografado fartamente, abraçado ao ministro do Exército Sílvio Frota. Um dos profissionais presentes, de uma agência internacional, comentou que era este o momento que tinha esperado desde o início e para o qual tinha vindo à posse do novo ministro, que também pretendia documentar junto com o ministro do Exército. O senador, para maior agitação dos fotógrafos ali presentes, manteve ainda conversa animada com o brigadeiro Delio Jardim de Mattos, ministro do STM.

Falcão examina veto da censura a debate no Senado

BRASILIA (Socursal) — O presidente do Congresso, senador Petrólio Portela, levará ao exame do ministro Armando Falcão, da Justiça, o ato da censura que

Divórcio continua sendo debatido e votado no Senado

BRASILIA (Socursal) — Com 15 emendas, a maioria das quais apresentadas pelo senador José Sarney Arena-MA, o substitutivo do senador Heitor Dias

A contradição era tremenda naquela cerimônia de posse. Na visão dos militares, os que tentaram desestabilizar o país, com o intuito de alcançar seus desígnios ideológicos, foram os comunistas. A repressão seria apenas o uso de “todas as nossas energias”, conforme afirmou Cabral Ribeiro. O terceiro parágrafo da reportagem da *Folha*, escrita pelas repórteres do *Estadão* e de *O Globo*, ressaltava uma declaração do general. Em seu discurso, ele apontara que o Estado buscava “na prática da democracia” a sua infraestrutura. Lido hoje, o texto da *Folha* parece uma janela para um tempo estranho.

O novo ministro foi saudado, entre outros militares, pelo general Reynaldo Mello de Almeida, que defendeu a Lei de Segurança Nacional. Na sua avaliação, uma “legislação talvez severa, editada numa conjuntura grave”, mas que permitia que “veteranos da caserna” a usassem “mais como instrumento de prevenção e recuperação do que como látigo de vingança”.

Enquanto Reynaldo Mello de Almeida fazia esse raciocínio, tentando contemporizar com a violência da Lei de Segurança Nacional — e até justificá-la —, meu pai tremia num canto pelo susto do encontro inesperado com o capitão Guilherme, que encarcerara militantes e permitira a tortura resguardado pela mesma lei. Os generais apresentavam-se como democratas convictos, mas impunham o autoritarismo. O trauma dos ex-militantes provava que não havia “talvez” em relação àquela questão.

Em sua fala, Cabral Ribeiro definiu-se como um democrata por pendor, formação, convicção e filosofia. E disse ainda que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica eram as instituições “mais democráticas da Nação”. A frase de Ribeiro sobre sentimentos democráticos soa agora como uma ironia involuntária. A incoerência entre o que era dito e aquilo que o país vivia não era ressaltada na reportagem. Nem poderia. As colegas ajudavam meu pai a fazer o que era possível na época: transcrever, sem críticas, o que se passava na estranha cerimônia.

Também escrita de forma solidária, uma segunda reportagem, menor, relatava as movimentações políticas do então senador

Magalhães Pinto, que agia como candidato à Presidência da República e estava presente ao evento de posse. Como governador de Minas Gerais de 1961 a 1966, foi um dos políticos que lideraram a ampla coalizão civil que atuou pelo golpe de 1964 e, depois, buscou encobrir os crimes da ditadura. O título da matéria era “Um candidato muito procurado”. Um título perfeito, pois, embora aquele fosse um acontecimento prestigiado, com a presença de diversos generais, como o ministro do Exército, Sylvio Frota, e o chefe do Gabinete Militar, Hugo Abreu, entre outras autoridades, a pessoa que mais chamava a atenção era Magalhães Pinto. Segundo a reportagem, ele foi seguido por “um batalhão de repórteres e cinegrafistas que, atropelando-se, queriam documentar os cumprimentos distribuídos entre o senador e os vários generais presentes”.

Em resposta aos repórteres, Magalhães Pinto admitiu publicamente: “Estamos perseguindo a Presidência.” A imprensa tentava ler os sinais. Por isso houve uma agitação maior quando ele foi abraçado por Sylvio Frota. Um jornalista de uma agência internacional afirmou que fora à cerimônia justamente para observar aquele momento: o abraço dos líderes civil e militar. A matéria registra também que o senador manteve conversa animada com o brigadeiro Délio Jardim de Mattos, ministro do STM.

Entre os presentes no evento e citados na matéria, três, além de Cabral Ribeiro, constam da lista dos autores de violações de direitos humanos durante a ditadura: Sylvio Frota, Hugo Abreu e Délio Jardim de Mattos. Naquele ambiente em que meu pai vivia seu drama, falavam de democracia pessoas que tinham, na verdade, atentado contra ela. Os três – Frota, Abreu e Mattos – participaram ativamente do golpe de 1964, os dois primeiros no Exército e o terceiro na Aeronáutica. Ajudaram também na violenta repressão aos opositores do regime, como no combate à Guerrilha do Araguaia, caso do general Hugo Abreu, que comandou a Brigada de Infantaria de Paraquedistas na região amazônica em 1973.

Já o anticomunista extremado Sylvio Frota, aquele mesmo que esteve à porta da solitária de meu pai, chefou, entre 1969 e 1972, a

1ª Região Militar, que abrange o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, e, em fevereiro de 1972, assumiu o comando do I Exército. Em março de 1974, tornou-se chefe do Estado-Maior e, em maio, ministro do Exército. Frota conspirava para suceder a Geisel. Conforme já mencionado, Frota foi exonerado por Geisel em outubro de 1977 — no dia 12, cinco dias após a posse de Cabral Ribeiro —, na crise militar pela sucessão na Presidência.

O confronto entre o ministro do Exército e o general-presidente se agravara após a demissão do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, em razão da morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI, em São Paulo, com três meses de diferença entre elas. O argumento da repressão justificando a morte de dezenas de comunistas porque eles estariam envolvidos com a luta armada caiu por terra nos assassinatos de Herzog e Fiel Filho, que pregavam a resistência pacífica. Ambos foram mortos logo após serem presos e, nos dois casos, o Exército mentiu, contra todas as evidências, dizendo que eles haviam cometido suicídio.

Reynaldo Mello de Almeida, o militar que tentou minimizar a violência da Lei de Segurança Nacional na posse de Cabral Ribeiro, fizera um documento confidencial, divulgado posteriormente pelo jornalista Elio Gaspari, dizendo que era preciso “resguardar por todos os meios possíveis a figura do general Ednardo D'Ávila”, responsável direto pelas mortes. Na visão dele, o importante seria poupar o general e não combater os crimes.

Os presentes na posse faziam parte da linha dura, defendiam a violência do regime, mas também se digladiavam pelo poder. Frota acabou traído justamente pelo chefe do Gabinete Militar, Hugo Abreu, que articulou sua saída do Ministério do Exército dias depois da cerimônia. Para se entender a tensão que percorria a cena vivida naquela tarde — a do reencontro entre o ex-presos e seu algoz — basta dizer que dois candidatos não oficiais à Presidência desfilavam pelo salão: o senador Magalhães Pinto e o general Sylvio Frota. Os dois perderiam.

As articulações e conspirações dentro do regime se davam com esses personagens. Eles eram o poder e dividiam-se em alas que se enfrentavam. O STM era o tribunal maior daquela ordem, por isso apareciam tantos generais na posse de um novo ministro. Os jornalistas tinham que saber ler os pequenos sinais de prestígio, como o lugar onde Magalhães Pinto se sentara. Ele achava que, por ter participado do golpe, seria considerado um deles. Os militares, no entanto, nunca deixariam um civil comandar o país. O cargo máximo a que havia chegado o ex-governador mineiro fora o de ministro das Relações Exteriores, entre 1967 e 1969. Depois foi eleito senador e presidiu o Senado de 1975 a 1977. Com esse currículo, pensava que podia ser candidato à sucessão de Geisel. Mas os militares, da mesma forma que impediram a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo, após a doença que provocou o afastamento do presidente Costa e Silva em 1969, jamais permitiriam um não militar na Presidência. Os civis poderiam ajudá-los, todavia apenas fardados ocupavam o Palácio do Planalto. Assim, Magalhães Pinto jamais realizou seu sonho maior.

Prosseguindo com minhas investigações, entrei em contato com Márcia Brandão e Carmem Coaracy para saber mais sobre esse pequeno mas importante capítulo da vida de meu pai. Márcia contou que Marcelo era novato na cobertura da Corte Militar e só deu de cara com Guilherme porque fez um movimento ousado que os mais antigos já não faziam: buscar uma entrevista exclusiva com o general Cabral Ribeiro. De fato, em 1977, meu pai tinha acabado de chegar a Brasília. Segundo Márcia, Marcelo nem entrou no gabinete. À porta já topou com o capitão Guilherme. Ela relatou o estado em que o viu:

— Encontrei-me com ele já descendo as rampas que ligam um andar a outro. Ele estava branco, branco, branco, pálido, tremendo muito, sem voz, sem ar e não conseguia falar quase nada. Foi um negócio assim muito barra-pesada. E eu perguntando: “O que foi... tá passando mal?” Marcelo só falava assim: “Meu torturador, meu torturador.”

Márcia era jovem, estagiária em *O Globo*, porém teve a perspicácia de pegar Marcelo pelo braço e levá-lo para a sala de

imprensa, onde estavam Carmem e Clara.

— Uma preocupação nossa, de todo mundo, era não deixar seu pai ser visto pelos militares naquele estado — explicou Márcia. — Ainda mais ali dentro.

Assim como Márcia, Carmem demonstrou um carinho enorme ao me ouvir ao telefone. Chamando-me de “filhote”, termo que meu pai usava na minha infância, alegrou-se quando contei que ele tinha voltado a morar em Brasília após uma temporada em São Paulo.

— Aqui é o lugar dele mesmo — disse.

E aos poucos foi recordando a ajuda que deu a ele quando repórter do *Estadão*:

— O Marcelo estava sempre arriscando lá no STM. E acabou que deu de cara com o homem. Claro que nós protegemos. Eu ia protegê-lo de qualquer maneira. Principalmente ele, que era o amor das nossas vidas — disse, gargalhando.

Meu pai nunca mais viu Guilherme no tribunal. Sempre que era enviado ao STM, imaginava que ele estaria nos andares de cima do prédio, aos quais os jornalistas não tinham acesso. Teve outras crises de pânico. Ia trabalhar sabendo que uma sombra do seu passado o rondava. Em meio a esse clima, eu estava para nascer.

37.

EM BUSCA DO CAPITÃO GUILHERME

A informação sobre o encontro entre Marcelo e o capitão Guilherme, ocorrido quase quatro anos após meu pai sair da prisão, só chegou até mim muito tempo depois, quando eu tinha dezenove anos. Foi uma das peças do meu quebra-cabeça particular que guardei, esperando o momento certo de conectá-la a outras. Em julho de 2015, decidido a iniciar uma investigação sobre o capitão, extraí do fundo da memória o episódio. Ele poderia me levar até o paradeiro de Guilherme. E, mais uma vez, o STM seria o ponto de partida.

Minha ideia era usar a prerrogativa da Lei de Acesso à Informação para tentar descobrir o nome completo do então suposto chefe de gabinete do ex-ministro Cabral Ribeiro, este falecido em 1984. Chefe de gabinete era a lembrança que meu pai tinha do cargo do capitão. Já a jornalista Márcia Brandão, que acudiu meu pai no STM, lembrava-se do militar como ajudante de ordens.

Liguei para o STM e contei o meu dilema a Olinda, uma funcionária do setor de Recursos Humanos que atendeu ao telefone. Eu disse a verdade: os meus pais conheceram na década de 1970 aquele que fora provavelmente o chefe de gabinete do ministro Cabral Ribeiro. Sem dar detalhes, expliquei que precisava descobrir o nome dele, pois tinha interesse em encontrá-lo. Ela riu.

— Deixa eu te explicar: nessa época não existia um sistema informatizado como existe hoje. Passada uma porrada de tempo desenvolveu-se um programa, mas isso é de 1991 para cá. Pode ser que essas informações existam, mas em um depósito, arquivo físico do qual nem temos o endereço por uma questão de segurança.

Segundo Olinda, sua supervisora, Elza, coordenadora do setor de Folha de Pagamento no RH do tribunal, poderia dar uma solução para

o meu problema. Mas, com o expediente reduzido em julho, o STM funcionava apenas da uma às seis da tarde. Minha primeira tentativa de falar com ela falhou porque Elza estava ocupada em uma reunião. Todavia, fui muito bem atendido na segunda. Elza repetiu que os arquivos anteriores à década de 1990 não haviam migrado para o novo sistema digital e que o trabalho era todo manual.

— Nem consta o cadastro desse ministro — disse, causando-me estranheza, já que no site do STM eu havia encontrado dados sobre Cabral Ribeiro.

Elza informou que seria preciso entrar com um pedido na Diretoria de Documentação e Divulgação (Didoc) do tribunal para investigar informações sobre funcionários daquele gabinete específico e de um período tão distante. Orientou-me a escrever um e-mail para <didoc@stm.jus.br> explicando o porquê da minha pesquisa. Acrescentou, justificando:

— Eu não posso passar informações sobre um servidor sem saber o motivo da pesquisa, como explicado na Lei de Acesso à Informação.

Era uma alegria para mim a existência daquela legislação, mesmo que falha e muitas vezes inócua. Entretanto, fiquei com receio de ser identificado como jornalista se enviasse o e-mail de alguma conta com o nome de Matheus Leitão. Uma simples busca no Google confirmaria a minha identidade e, o mais importante, a profissão. Pela minha experiência, isso implicaria desconfiança, recuo de funcionários e, talvez, nenhuma informação. Já aconteceu em outros órgãos públicos, especialmente quando o pedido é enviado não por e-mail, mas por meio da conta cadastrada na Lei de Acesso, onde consta a profissão do requerente. Resolvi, então, criar uma conta de e-mail com outro sobrenome meu, o Almeida. No dia 10 de julho enviei a mensagem:

Prezados, boa tarde.

Motivado por um desejo de recuperação histórica, gostaria de pedir informações sobre o CHEFE DE GABINETE do ex-ministro Carlos Alberto Cabral Ribeiro, que tomou posse em 07/10/1977.

Desejo obter informações sobre o nome completo do CHEFE DE GABINETE do ex-ministro, que tomou posse com ele, e por quanto tempo ele esteve ao lado do ministro no STM.

Se possível, queria ter acesso aos arquivos sobre o trabalho realizado por ele na Corte.

Atenciosamente.

Antes de vencer o prazo de vinte dias determinado pela lei para uma resposta, fiz uma ligação para a Didoc. A explicação da telefonista não foi animadora. Os funcionários da Diretoria de Documentação haviam aderido a uma greve. Não adiantaria ligar. Nem ir lá pessoalmente, pois não conseguiria subir ao décimo andar.

Tornei a ligar dois dias depois. Durante cinco minutos, escutei uma progressão harmônica improvisada sem música preestabelecida, como aprendi com a irmã mais nova de minha mãe, Simone Leitão, pianista clássica. A melodia usada para entreter quem espera durante a transferência de ramal me fez pensar que a greve não acabara ainda. Mas, finalmente, no setor de Arquivo, fui atendido por Lucas. Como não encontrou nem o meu pedido nem o e-mail que eu havia enviado, ele checkou se a mensagem tinha virado processo. Nada.

Encaminhei o e-mail anterior para ele e contei, ainda por telefone, o motivo do meu pedido de busca do nome do suposto chefe de gabinete de um ex-ministro da década de 1970 para ouvir um...

— Ixe! Vou perguntar aos arquivistas. É um pedido inédito. Nunca atendi a esse tipo de demanda.

Normalmente, ele me falou, são guardadas as decisões dos ministros e não os nomes dos seus chefes de gabinete. Lucas não tapava o bocal do aparelho enquanto eu aguardava do outro lado da linha, por isso ouvi o diálogo que ele manteve com um dos arquivistas. A conversa variou da curiosidade sobre o “estranho” motivo da busca pelo nome até a confirmação de que de fato a Didoc não tinha convertido o e-mail em processo. Lucas disse então ao arquivista que ia agilizar o processo, mas recebeu um aviso do colega para não me informar nada além do nome e do período de trabalho na Corte. Ouvi que eu não teria acesso à pasta funcional

dele, o que me deixou apreensivo. Antes de reiniciar o papo comigo, Lucas respondeu algo ao outro arquivista, o que tentava barrar a minha pesquisa:

— Vou desarquivar e ligar lá para a Didoc para saber por que eles não mandaram. Era para ter mandado. Temos que acabar com a burocracia. Temos que ajudar o país a melhorar.

A declaração de Lucas me deixou bastante surpreso e animado. No dia seguinte, ele me explicou que o meu e-mail inicial tinha sido enviado para o local errado e ninguém o recebera. Também informou que, até aquele momento, não havia encontrado os dados do ex-ministro Cabral Ribeiro, nem a pensão recebida por ele, muito menos alguma informação sobre seu chefe de gabinete.

Uma fonte havia me encaminhado um perfil do ministro extraído da internet. Encaminhei-o a Lucas e aproveitei para passar o primeiro nome do suposto chefe de gabinete: Guilherme. Ele disse que esse dado ajudaria, mas não tanto. A forma mais usual de pesquisa seria oferecer o nome completo do funcionário e procurar as funções que exerceu. Nesse caso, no entanto, o nome completo era justamente o que eu procurava. Antes de desligar, Lucas perguntou se a minha pesquisa tinha finalidade jurídica. Respondi que não:

— Histórica. Apenas histórica.

Duas horas depois, começava assim uma nova conversa:

— Na realidade, o chefe de gabinete não tinha nada de Guilherme. Era Carlos Augusto de Oliveira Lima. O assistente dele é que se chamava Pedro Guilherme Ramos...

Pedro Guilherme Ramos. Finalmente estava revelada a identidade do chefe do s2 do 38º Batalhão de Infantaria, acusado de praticar tortura.

Anotei as datas de posse e de saída dos dois. Fazia sentido que aquele fosse o nome do temido capitão Guilherme que os militantes comunistas de Vitória conheceram. Normalmente, os nomes de guerra dos militares são sobrenomes. No caso dele, era o segundo prenome. Eu estava no quarto de casa, gelado por dentro. Enviei um e-mail a meus pais:

Trago novidades. Através da Lei de Acesso à Informação consegui alguns dados de dois funcionários que trabalharam com o ministro do STM Carlos Alberto Cabral Ribeiro.

O chefe de gabinete se chamava, na verdade, Carlos Augusto de Oliveira Lima e não Guilherme. Mas o seu assistente... Pedro Guilherme Ramos. Será esse o capitão?

Os dois foram designados pelo Ato nº 4.311, de 1977, publicado no Diário de Justiça 202, em 20 de outubro de 1977.

A exoneração do Pedro Guilherme aconteceu no Ato nº 4.383, de 1978, Diário 16, em 23/01/1978 — bem rápido. Já a exoneração do Carlos Augusto... no dia 07/11/1984.

O difícil é que Pedro Guilherme Ramos é um nome comum. Pode ter homônimos.

Em resposta, minha mãe lembrou que ninguém mais o vira na Corte após outubro de 1977 e concluiu: "Ficou pouco tempo no cargo. Apenas três meses no STM. Ao ver o Marcelo, acho que também se assustou e deve ter pedido para ser deslocado." Meu pai escreveu assim: "Está chegando lá, Teteu. No Almanaque do Exército deve ter foto dele, não? Agora que temos um nome..." Marcelo, até hoje, continua a me chamar pelo apelido de criança.

Com a resposta deles em mente, entrei mais uma vez no STM naquele segundo semestre de 2015. O fato de o capitão Guilherme ter trabalhado tão pouco tempo no gabinete de Cabral Ribeiro me intrigava. Conhecendo de cor alguns lugares no prédio, procurei o corredor que dava no plenário da Corte, no sexto andar. Queria conseguir uma versão digital do processo movido contra meus pais na década de 1970, mas acabei topando com uma foto do general Cabral Ribeiro. Baixinho, o ex-ministro usava uns óculos quadrados no rosto rechonchudo, mantendo o ralo cabelo penteado para trás com Gumex. Encarei-o como se quisesse tê-lo entrevistado. Nem meu pai conseguiu essa entrevista porque, quando tentou, deu de cara com o capitão Guilherme. Era difícil essa janela do tempo que não me deixava encará-los pessoalmente. De certa forma, frustrante.

Tinha marcado uma conversa com o assessor de imprensa do tribunal, Dinomar Miranda, que conheci quando era repórter da *Folha*. O jornalista, que me recebeu em uma saleta na apertada redação da assessoria, me deu uma boa notícia. Não só eu poderia apurar o que quisesse dentro do STM, como obter uma versão digital do processo era viável. No entanto, o tenente-brigadeiro William de Oliveira Barros, presidente do tribunal, queria me conhecer. Subi ao seu gabinete e fui educadamente recebido pelo militar de alta patente da Aeronáutica.

Barros queria saber mais sobre o meu projeto. Assim que dei algumas informações, ele me fez um panorama de sua gestão, que pretendia ser a mais transparente da história daquela Corte. Conversamos sobre tudo por quase uma hora, até a respeito do acervo de documentos militares sobre óvnis. O tenente-brigadeiro entendeu a importância dos documentos arquivados no processo de nº 40.640, sobre os meus pais. Fez apenas um pedido: que eu tratasse bem a Corte em meu trabalho, já que as portas estavam sendo abertas. Sorri com o seu pedido e segui de volta ao plenário. Lá, a equipe do Arquivo tinha separado o processo físico original para que eu desse mais uma olhada.

Era a segunda vez na vida que o manuseava. Era a segunda vez que me emocionava ao segurá-lo nas mãos. Se na primeira enganara os servidores da Corte para conseguir reproduzir algumas imagens, dessa vez o fiz sem a menor cerimônia, com a Corte me olhando. Sentei-me na cadeira dos advogados que defendiam os réus para folhear o material. Fechei o primeiro volume para abrir o segundo e tomei um susto. O nome do ministro revisor, que eu nunca havia percebido, estava à minha frente, escrito em uma espécie de esparadrapo branco, sobre a primeira página: general Carlos Alberto Cabral Ribeiro.

O ministro havia herdado o processo contra meus pais ao assumir o cargo no STM. Fiquei estático. É razoável a hipótese de que o capitão Guilherme, como assistente de Cabral Ribeiro, tenha manuseado aqueles volumes nos três meses em que esteve na Corte. As “provas” que ele ajudara a produzir contra os vinte e oito

jovens comunistas estavam então ao seu alcance. Pela ótica de hoje, à luz do estado democrático de direito, parece moralmente questionável que o ator responsável pela fase inquisitória assumia, na etapa seguinte, um papel tão próximo ao do julgador do caso. Não se tratava de uma colaboração testemunhal, de um investigador esclarecendo detalhes do inquérito. Mas desse mesmo investigador se tornando auxiliar direto do juiz, com a capacidade de influenciar na decisão final. Era 1977 e o caso só foi arquivado em 1979. Se, eventualmente, o nome e os abusos cometidos pelo capitão Guilherme tivessem sido citados pelos acusados, ele poderia muito bem retirá-los dos autos. Poderia simplesmente sumir com as pistas sobre sua atuação.

RANK
E

19 77

30 vol

CONTÉM: 5 volumes



Superior Tribunal Militar

N.º 40 640

CLASS. TRIBUNAL MIL.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DR MALDEMAR TORRES DA COSTA

Que fizesse parte do Livro 3253

A P E L A Ç Ã O

APELANTE: IRAN CASTANO, civil, condenado a dez meses de reclusão, incurso no artigo 14 do PL 893/69.

APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CPM, de 05 de agosto de 1974.

Adv: Dr Humberto Jansen Machado

3253

TRIBUNAL MILITAR
11V
EMP 03/5/77

1561

AUTUAÇÃO

dos 06 dias do mês de julho de 19 77

nessa Superior Tribunal Militar, Juço a presente autuação.

H. Jansen

Fz. Dr. Genl

Aquilo não me parecia uma coincidência. Era mais um indício do caráter discricionário da ditadura. Não havia regra jurídica. O regime podia tudo. Para mim, soava como uma violação de direitos fundamentais dos ex-militantes de Vitória. Isso aumentou minha certeza. Uma nova busca começava.

38.

“ESSA AVENTURA PODE SER ÚTIL PARA VOCÊ”

Era 1993, e o momento que se seguiria me prenderia ainda mais ao passado. Adolescente, morava no Rio de Janeiro com minha mãe, mas estava de férias na casa de meu pai, em Brasília. Angustiado, achei que havia perdido o meu exemplar de *1968, o ano que não terminou*, livro que o jornalista Zuenir Ventura lançara em 1988 ambientado na época da ditadura militar. Procurava no escritório de Marcelo. O livro era mais do que especial para mim.

Naquele 1988, Zuenir trabalhava com minha mãe no *Jornal do Brasil*, em um *dream team* do jornalismo montado pelo jornalista Marcos Sá Corrêa. Acompanhado de Vladimir, eu passava muitas tardes de sábado e domingo naquela redação, nos plantões de minha mãe. Brincávamos de fazer reportagens. Em frente às máquinas de escrever, fingíamos batucar em laudas do JB pequenas matérias que, de acordo com o nosso sonho, seriam publicadas no dia seguinte no impresso que repousava à porta de nossa casa todas as manhãs.

Eu havia enfrentado uma longa fila para conseguir um autógrafo de Zuenir no dia do lançamento. Ao lado de minha mãe e de Vladimir, lembro que estava ansioso para chegar a minha vez. Segurava o livro com orgulho, prestes a completar onze anos. Ele me recebeu com carinho, após eu subir um degrau e andar até a mesa onde ele apunha sua assinatura nos livros. Tínhamos uma relação que se estreitaria. Com uma caneta azul, Zuenir escreveu um conselho que, como nas cartas de meu pai a seus liderados, seria profético:

Amigo Matheus, agora é capaz de você achar meio chato, não sei. Dá uma provada. Se não gostar, não se grila: para e guarda para daqui a pouco, quando você for mais rapazinho. Aí, então, acho, essa aventura pode ser útil para você e sua geração.

Até lá, um abraço, Zu.

Rio, 18-10-88

O meu desespero, cinco anos mais tarde, era justamente imaginar que pudesse ter perdido aquela dedicatória. Naquele mesmo 1993 em que eu estava de férias, Zuenir tinha tirado um tempo para mim. Em mais de uma ocasião me levou para andar de bicicleta. Com faltas excessivas no colégio, eu tinha descoberto a maconha e seus efeitos. Durante as pedaladas, Zu conduzia as conversas de forma carinhosa. Sem julgamentos, me mostrava sutilmente o melhor caminho a seguir no futuro. Eram muito boas aquelas conversas. Se perdesse o livro — que considerava mais um presente do que um livro —, eu não me perdoaria. Quando fuçava as estantes de meu pai, achei um calhamaço de laudas parecidas com aquelas nas quais Vladimir e eu brincávamos no JB. Só que nessas laudas o logotipo não era preto e branco, e sim azul, e nele se lia Rede Globo.

Naquela época, meu pai trabalhava na TV, exercendo a função de pauteiro. Apesar do logo da empresa no canto esquerdo superior, percebi que não se tratava de uma reportagem do dia a dia. Por curiosidade, resolvi ler. A terceira página começava com um diálogo assim:

— Nós poderíamos, isto sim, é tomar Vitória, nem que fosse por umas poucas horas, e colocar o partido a reboque da operação. Ela seria somada aos pequenos êxitos da guerrilha, na selva do Norte do país, e, embora por pouco tempo, a ocupação da capital de um estado ajudaria a fazer a propaganda da luta contra os militares.

— Não temos condições de tomar de assalto a ilha de Vitória.

— Por algumas horas, temos. Se fizermos direito a operação, até podemos ocupar a ilha por mais tempo.

— Bobagem, Matheus. Acho que você está precisando tirar uma folga. Vou propor isto na primeira reunião do Comitê Regional. Você tem sido o mais sacrificado com a reorganização e o espetacular crescimento do partido nos últimos meses.

— Você sabe, tão bem quanto eu, que este crescimento é precário e não se sustenta. Vai desabar na primeira prisão séria. Antes que aconteça, poderíamos tirar algum proveito. Eles vão trucidar a gente, Antoine. Não vai nem mesmo sobrar pó. Vamos pelo menos surpreendê-los.

O nome Matheus, obviamente, chamou a minha atenção, ainda mais escrito com o *h* que não havia no codinome de meu pai. Sabia que o texto se reportava àquele tempo de luta e entendi que o Matheus em questão era o comunista Marcelo. A ação girava em torno daquele velho plano de explodir pontes e transformar Vitória numa República Livre *à la* Cuba, imaginada na prisão com os integrantes da RAN. A tresloucada ideia de meu pai, apesar de inviável, sempre me instigou.

A narrativa continuava assim:

Já havíamos percorrido todo o pequeno bairro da periferia de Vitória onde marcamos o encontro. Fazíamos sempre assim. Marcávamos um ponto na última parada do ônibus e vínhamos caminhando, discutindo os nossos problemas, parando aqui e ali para descansar, sempre atentos, evitando que fôssemos seguidos ou vigiados. Eu e Antoine ainda tínhamos vida legal e certamente estávamos sob suspeita. Principalmente eu.

Era um bairro de classe média baixa. Suas ruas e residências rodeavam um dos principais centros de ensino da universidade local, o biomédico, onde estudava Medicina há quatro anos.

— Não dá para ocupar a ilha, Matheus.

— Dá, sim. É só destruímos as duas pontes de acesso à cidade.

— Você enlouqueceu de vez. O partido não vai aceitar isso...

— O partido só vai saber quando as duas pontes já estiverem no fundo do mar e nós com o comando da capital do estado.

— Seria uma traição ao partido.

— É verdade, somos dirigentes. Mas o partido também vai nos trair quando chegar a hora, Antoine.

Caminhamos mais alguns metros. Estávamos chegando ao início do bairro e ao fim de nosso encontro. Um ônibus passava. Antoine subiu nele e eu segui para a faculdade, onde, por orientação do partido, tentava rapidamente aprender tudo o que podia sobre técnica operatória.

Meu pai tratava no texto de um dos comandos que recebera do ПСДОВ, aquele para mergulhar nos estudos. “Queimado” na luta urbana, preparava-se para ir à rural. Já a quarta página abordava a relação entre camaradas de armas:

Confiava em Antoine. Sempre segui determinados impulsos em relação a algumas pessoas e raramente me engano. Aprendera a conhecer aquele companheiro nos últimos meses. Ele iria pensar muito no assunto. Tinha de me preparar para o próximo encontro. A ideia fora plantada e só com o Antoine seria possível tentar.

Vitória é uma pequena ilha do litoral brasileiro, capital de um dos menores e mais pobres estados da Federação. É uma cidade frequentemente calorenta, poluída e com um trânsito extremamente engarrafado. Suas ruas estreitas desembocam em duas pontes de acesso à cidade. Uma menor na entrada Norte e uma grande e antiga, de ferro, bonita, na entrada Sul.

As duas pontes ligam a ilha às rodovias que cortam o estado de ponta a ponta e o unem a três outros estados mais adiantados e politicamente influentes. O estado do Espírito Santo sempre viveu ilhado e esquecido, entre poderosos vizinhos da Federação.

Sou íntimo da cidade. Suas praias foram aterradas para fortuna de políticos que enriqueceram com a especulação imobiliária durante o regime militar. No início da década de 70, já tinha sido enfeitada pelo desenvolvimento industrial dos governos estaduais indicados pelos militares. Não sei se eles estavam certos ou errados naquela época. Sei apenas que sinto falta da ilha onde tive uma infância feliz.

Tenho saudade dos bondes que cortavam toda a ilha sempre à beira-mar. Inúmeras vezes pulei do estribo dos bondes para a areia das praias de águas tranquilas e mar transparente. Não precisava me afastar muito de casa para fisgar lagostas em pesca submarina artesanal, armado de um arpão que eu mesmo fabricava.

Nunca vou esquecer a emoção do retorno à superfície empunhando uma velha lagosta se debatendo contra a morte, tentando fugir do arpão e provocando um estranho ruído dentro do mar. A pesca submarina de uma lagosta é bonita e emocionante.

Normalmente, ela se esconde nas locas de pedra, deixando apenas as duas antenas do lado de fora. É preciso ter uma boa visão para descobri-las e ser ágil para fisgá-las. Assim que a vemos, ainda na superfície, temos de descer e atirar o arpão entre as suas antenas; não podemos errar da primeira vez.

São ágeis nadadoras, ao contrário do que normalmente se imagina. Nadam empurrando para trás seu rabo carnudo e se escondem bem, entre a vegetação e as pedras do fundo do mar. Costumava mergulhar a dez metros de profundidade, sem oxigênio, a não ser o dos pulmões. Subia à superfície completamente extenuado, mas feliz.

A leitura chegava à quinta página:

Inúmeras vezes cruzei aquelas pontes por cima e por baixo. Eu as conhecia na intimidade. A menor delas não tinha segredos. De concreto armado, e de uma engenharia simples, não necessitava de muitos cuidados ou estudos especiais. A outra, não. Seria preciso ser examinada para ver se era sensível a qualquer tentativa de destruição.

Uma semana depois encontrei Antoine numa reunião de direção regional do partido. Marcamos um novo ponto para o dia seguinte. Ele queria conhecer melhor a ideia de tomar a ilha de Vitória. Não havia me enganado.

Passamos dois dias traçando um plano de ação. Inicialmente só nós dois participaríamos dos estudos. À medida que o trabalho fosse se ampliando convocaríamos outros companheiros do partido, entre aqueles de mais coragem e maior independência intelectual. O resto da direção regional ficaria de fora.

Primeiro faríamos um levantamento da situação das duas pontes. Eu entraria com o conhecimento da geografia da ilha, das suas ruas, praias e marés. Antoine, estudante de Engenharia, cuidaria da estrutura das pontes e orientaria a destruição.

Não conseguia parar de ler e virei para a sexta lauda acreditando que ele realmente estudara as pontes tendo em vista destruí-las.

O exame da primeira e menor das pontes confirmou o que já havia previsto. Era a mais simples de derrubar. Já a outra ponte, não. Exigiu semanas de estudos cansativos e perigosos. Eu e Antoine, ainda sozinhos, passamos noites em claro estudando a sua complicada e bem construída estrutura metálica.

A ponte, toda de ferro, muito provavelmente fora desenhada e construída por discípulos de Eiffel, o engenheiro que levantou a famosa torre de Paris. É muito semelhante também à ponte sobre o Douro, na cidade do Porto, em Portugal. Anos depois, comendo umas tripas à moda do Porto, sob a ponte na beira do Douro, arrependi-me por ter tentado destruir a ponte de Vitória.

Ela possui cinco belos arcos de metais pousados sobre bases fincadas solidamente no mar. Em nossas visitas noturnas, chegávamos à ponte a pé, pelo lado do continente, eu mais frequentemente pelo mar, simulando pescarias de peixes e de siris. Ela possuía em uma de suas cabeceiras um posto policial que, certamente, acharia estranha a frequente visita daqueles dois rapazes.

Gostávamos de subir na ponte pelo mar e Antoine admirava o perfeito conhecimento que tinha da região. Chegávamos de mansinho de barco, por baixo dela, e, aproveitando a sua sombra e a própria escuridão da noite, começávamos a escalá-la com cordas, em uma difícil operação. Difícil e demorada. Era uma

ponte alta. A queda lá de cima poderia matar tranquilamente uma pessoa.

Além disso, se fôssemos descobertos pelos guardas da cabeceira da ponte, ficaríamos em dificuldade e correríamos o risco de levar um tiro, desaparecer no mar e ter o corpo destroçado pelos siriaçus das ilhas das Caieiras. Era para os manguezais dessas pequenas ilhotas que abrigavam o leprosário da região que as correntes marinhas costumavam levar os corpos dos suicidas que marcaram, e ainda hoje devem marcar, de cruzes a estrutura da velha ponte de ferro.

Pendurados lá em cima, com o mar passando muito abaixo, sob o piso da velha ponte, conversávamos sobre a nossa vida e sobre a operação, enquanto Antoine, com um prazer cada vez maior, media e examinava as estruturas metálicas.

— É muito alto, Matheus. Nos machucaremos muito se cairmos daqui qualquer hora destas.

— Eu vou ensiná-lo a cair sem se machucar. Se por acaso você escorregar, não fique com medo, enfrente a queda no mar. Não deixe o mar chegar até você. Você é que deve entrar nele, compreendeu?

Antoine aprendia rápido tudo aquilo que dependia de maior sensibilidade. Sempre achei estranho que houvesse se dedicado a uma ciência exata. Cada vez gostava mais de trabalhar com ele. Filho de imigrantes pobres, nascido no interior da França, nunca foi um bom estudante, mas estava próximo de se formar em Engenharia. Discreto, só depois de algumas noites vim a descobrir a origem de sua rebeldia e inquietação.

Seu pai havia lutado na Resistência francesa e antes participara ativamente, ao lado dos anarquistas, da Guerra Civil Espanhola. Anos depois, decepcionado com o rumo medíocre de sua vida pós-guerra, trouxe a família para a América do Sul e foi parar num pequeno e tranquilo sítio da serra capixaba. Ali plantava café num dos melhores climas do mundo — dezoito graus permanentes — rodeado de belas e pouco conhecidas montanhas. Cuidou de educar seu filho único como pôde e se orgulhava de tê-lo agora quase um engenheiro.

Resolvi que queria estar por perto de Antoine quando estourássemos aquelas pontes. A coragem pode ser às vezes hereditária.

Em troca das histórias e aventuras de seu pai, eu ensinava tudo o que sabia sobre o mar a Antoine. Explicava as marés, relatava minhas pescarias submarinas e contava como eram as exibicionistas manhãs de saltos ornamentais na ponte que planejavamos destruir.

Frequentemente, aos domingos — quando o tráfego para as praias do continente era intenso pela manhã —, eu e mais alguns amigos que moravam nas várias favelas dos morros da cidade escalávamos o topo da ponte e oferecíamos, a quem quisesse, um belo espetáculo de saltos ornamentais no mar.

Era um exercício também arriscado. A escalada da ponte já oferecia muito perigo. Algumas vezes um guarda mais cuidadoso impedia a escalada. Mas, na maior parte das vezes, eles faziam vista grossa para também assistirem ao espetáculo.

As bravatas dos adolescentes faziam sucesso. O trânsito parava e o engarrafamento engordava a plateia. As pessoas podiam ver os saltos a distância, dentro do carro mesmo. Um imenso salto no vazio e depois o choque no mar, o segredo da aventura. Era preciso entrar no mar como se o pegássemos de surpresa. Como se a água não estivesse esperando pelo choque. A entrada no mar tinha de ser carinhosa. Entrar nele como se estivesse fazendo amor.

Virei rapidamente a página:

Demoramos três meses para concluir o estudo da velha ponte. Em determinados momentos quase chegamos a desistir. Os espaços entre as bases de apoio dos arcos eram muito grandes e difíceis para se ter acesso ao mar. No meio da ponte, o mar muito profundo e a correnteza forte tornavam impossível prender o barco um mínimo de tempo suficiente que nos permitisse jogar os ganchos no topo dos pilares e subir pelas cordas até as estruturas metálicas, como fazíamos no início dos trabalhos.

Tínhamos que chegar lá por terra e a operação tornava-se muito mais perigosa por causa do posto policial, que funcionava durante toda a noite.

A missão por terra tinha de ocorrer sempre na metade da madrugada, quando a vigilância sofria um natural relaxamento. Chegávamos por debaixo da ponte, de barco, na margem do continente. Subíamos a encosta até a entrada sul e, a partir daí, rastejávamos por uma passarela lateral até o ponto que desejávamos estudar. À medida que os estudos avançavam, a operação ficava mais perigosa, já que nos aproximávamos do lado oposto, onde a ponte tocava a ilha, cara a cara com o posto policial.

Foi nessa época que quase fomos descobertos. Íamos para nossa operação vestidos geralmente de calção e uma camisa leve, de cor escura. Levávamos pequenos embornais que carregavam os papéis e o material necessários para os mapas e as anotações de Antoine. Eram precisos roupas leves e pouco material para a necessidade de termos de pular no mar e passar horas nadando nas proximidades em busca de um esconderijo ou fugindo dos policiais.

Nessa noite tomamos todos os cuidados anteriores, mas o pequeno barco que usávamos e que havia ficado no outro lado da ponte chamou a atenção de um vigia da estrada de ferro que andava próximo dali. Nela, passavam trens com minério de ferro que seria exportado em grandes navios para os centros siderúrgicos do exterior.

Quando ainda rastejávamos em direção ao vão que nos interessava estudar, percebemos a descoberta do bote na outra extremidade da ponte. Logo em seguida, o vigia caminhou em nossa direção, certamente para avisar ao posto policial. Como a ponte possuía quase um quilômetro de extensão, ele demorou a chegar ao ponto em que estávamos, o que permitiu que nos escondêssemos sob o piso da ponte.

Mas, apesar de nossa agilidade nas estruturas metálicas — os meses de trabalho na ponte nos deram intimidade com ela —, a afobação fez com que Antoine escorregasse e se precipitasse no

vazio. Como estávamos amarrados, o impulso de sua queda me levou junto e ficamos pendurados no ar, ele mais embaixo, eu um pouco mais acima, sem podermos falar e com uma única alternativa a um ataque policial: eu cortaria a corda e despencaríamos no mar.

A nona e penúltima página começava emocionante:

Fiz sinal para Antoine no momento em que o vigia passava por cima de nós. Ele entendeu e teve medo. Eu já havia resolvido. No caso de perigo, cortaria primeiro a corda que me ligava a ele. Não seria bom cairmos amarrados. Sabia que Antoine não era um bom nadador e teria dificuldades naquela noite de correntezas fortes. Mas seria pior para ambos se caíssemos amarrados. Uma queda de mau jeito poderia colocar os dois em perigo.

O vigia passou e alguns metros depois entrou no posto policial. Chamou os guardas; nós o ouvimos conversando com os policiais sobre o barco na outra margem e sentimos a sua preocupação. Ele havia examinado o barco e descoberto as linhas de pesca e os puçás que deixávamos no seu fundo para disfarçar nossa atividade. O vigia achava que quem quer que estivesse pescando naquele barco poderia ter sofrido um acidente.

Os guardas resolveram ir lá ver e passaram por cima da nossa cabeça em direção à outra extremidade da ponte. Antoine, mesmo mais abaixo, escutou a conversa e percebeu a situação. Não havia muito mais a fazer. Olhei para ele e, apesar de sua angústia, cortei a corda. Logo em seguida, cortei a que me segurava à estrutura da ponte. Queria chegar ao mar junto com Antoine. Tinha medo de que ele não suportasse a queda, desmaiasse e fosse levado pelas correntezas para as ilhas das Caieiras.

Na escuridão da noite senti o baque de Antoine no mar segundos antes do meu. Tentei aparar a minha queda evitando ir muito ao fundo. Meio atordoado, subi à superfície procurando encontrá-lo. Vi algo se mexer ali perto e nadei vigorosamente em sua direção.

Antoine estava mesmo lá, tentando se manter à tona e quase sendo puxado para o meio da correnteza. Cheguei perto, segurei sua camisa e pedi-lhe que procurasse não me agarrar e mantivesse a cabeça levantada. Virei-o de costas, enfiei meu braço pela sua axila direita e segurei com mão firme o seu ombro esquerdo. Consegui puxá-lo para a margem e coloquei-o deitado sobre as pedras. Nesse momento os guardas e o vigia já estavam do outro lado. Era possível perceber pelo movimento das luzes de lanternas.

— O que está acontecendo, Matheus? — perguntou Antoine.

— Eles estão examinando o barco, parece. Como você está?

— Acho que está tudo no lugar. Apenas meio zozzo, creio que cheguei a desmaiar. Não gosto de fazer amor com o mar...

— Precisamos nos esconder por um determinado período, até os guardas esquecerem o barco e voltarem para o posto policial.

Deixei Antoine deitado nas pedras e fiz uma rápida investigação pelas redondezas. O melhor seria nos escondermos ali mesmo aonde a ponte chegava e se apoiava na ilha. Havia alguns buracos que dificilmente seriam examinados pelos guardas. Ninguém imaginaria que havia gente estudando a melhor maneira de dinamitar a ponte. Certamente, achariam que o barco pertencia a um pescador que estaria em algum lugar ali por perto pescando siris.

Imaginei aqueles dois jovens no escuro, tão sedentos para derrubar a ditadura, dispostos até a explodir pontes. A censura rigorosa, a falta de liberdade de expressão, os tinha levado ao extremo, de fato. Só percebi anos mais tarde, mas o "Antoine" era claramente uma homenagem ao companheiro do PCDob Adriano Sisternas, o *Bento*, que nasceu em Perpignan, na França. Sisternas era da direção do partido e estava entre aqueles que foram transferidos, no comboio do Exército, para a Vila Militar, no Rio. Cursava o terceiro ano de Engenharia. Os militares registraram em sua ficha que ele não se naturalizou brasileiro. Seu pai, que também se chamava Adriano, de fato lutou na guerra civil contra a ditadura de Francisco Franco, na Espanha. Depois, fugiu para a França, onde

o filho nasceu. Comecei a leitura da última página determinado a questionar meu pai sobre aquelas laudas.

Foi isso que aconteceu. Os guardas convenceram o vigia de que não poderiam fazer muita coisa até o dia amanhecer e voltaram para o posto policial. Na passagem pelo lugar onde nos escondemos, ainda conversavam sobre o barco e os pescadores de siris. Meia hora depois, a noite voltou a ficar calma e resolvemos retornar ao barco.

Subimos a encosta, rastejamos na ponte e, quando passamos pelo ponto onde havíamos ficado pendurados, pedi a Antoine que prosseguisse em direção ao barco, pois iria em seguida. Desci até as estruturas metálicas, retirei o resto de corda, tornei a subir e alcancei Antoine quando estava quase chegando à outra extremidade.

Entramos no barco conversando normalmente para a eventualidade de estarmos sendo vigiados, soltamos a amarra do bote e o deixamos deslizar sob os cuidados da maré. Sorte nossa, ela começava a puxar forte em direção aos pequenos ancoradouros de Santo Antônio, um bairro de pescadores, nos fundos da ilha de Vitória, onde o barco ficava ancorado em meio a muitos outros.

Quando lá chegamos, Antoine estava bem mais disposto e o dia clareava. Trocamos de roupa e pegamos o primeiro ônibus em direção ao Centro da cidade. Antoine fez no percurso um pequeno relato do andamento de nossos estudos. Já dava para elaborar um plano seguro de explosão da maior ponte de Vitória. Resolvemos que era hora, então, de ampliar a participação na operação. Ficamos de examinar a melhor maneira de fazer isso e marcamos um encontro para dois dias depois.

O relato me impressionou. Eu estava paralisado com os papéis nas mãos. Apesar de perceber um texto fantasioso, acreditei que pudesse ser verdade. Depois descobri que se tratava apenas de um romance inacabado.

Antes de sair do escritório, minutos depois, encontrei *O ano que não terminou* enfiado entre o encosto do sofá e uma almofada. Senti alívio por tê-lo de novo em minhas mãos. Zu tinha razão. A aventura daquela geração podia ser muito útil à minha.

39.

“TERRORISTA VAI CASAR NA PRISÃO”

Apesar de meus pais quase nunca abordarem o tema, um dos momentos mais emocionantes de sua luta contra a ditadura passou bem distante de uma ação armada, como os sequestros ou assaltos a banco realizados por integrantes, como eles, de organizações contrárias ao regime. Trata-se do contrário: uma sofisticada ação policial organizada pela ditadura para que Míriam e Marcelo pudessem, oficialmente, se casar. Real e perfeita para um roteiro de cinema, a cerimônia literalmente parou Vitória em 2 de março de 1973.

Como na romantizada tentativa de destruição da ponte de Vitória, a história tem ação, mas, sobretudo, um amor de juventude vivido nos anos de chumbo. Rendeu até um registro na véspera, no dia 1º de março, no jornal *O Globo*, com o seguinte título: “Terrorista vai casar na prisão”.

A Justiça Militar do Rio de Janeiro autorizou ontem o casamento de Marcelo Brasil [*sic*], preso do 3 BC, acusado de subversão, e de Míriam Azevedo de Almeida, em liberdade, mas também respondendo a processo. No Ceará, amanhã, será julgada toda a cúpula da ALN, desbaratada pela Polícia Federal.

Na nota do jornal, o 3 BC referia-se ao 3º Batalhão de Caçadores, a denominação antiga. Nesse caso, não havia erro. Mas o texto trazia duas incorreções: no nome de minha mãe faltava o “Leitão” e no de meu pai inventaram um “Brasil”. Bem, era o Brasil mesmo que eles tinham em mente quando buscavam derrubar a ditadura.

Meus pais se casaram logo após a saída dela da prisão, ainda grávida. Marcelo continuava encarcerado e Míriam não conseguia visitá-lo porque eles não eram formalmente casados. De fato, as fichas de qualificação que encontrei registram que viviam “maritalmente”. O próprio capitão Guilherme havia dito a Míriam que ela não poderia ver Marcelo. Uma maldade a mais no dia da saída dela do quartel, com a barriga começando a aparecer.

— E por que não?

— Porque só podem vir parentes de sangue ou esposa, e você é concubina.

O mesmo Exército que a expusera nua na frente de soldados e a ameaçara de estupro agora exigia papel passado. Um moralismo seletivo. O casamento seria, portanto, o cumprimento de uma formalidade para que minha mãe pudesse visitar meu pai.

De um livro que começou a escrever sobre esses tempos extremos, mas nunca terminou nem mostrou a ninguém, nem mesmo a mim, minha mãe extraiu e me entregou este pequeno relato:

Me lembro ainda daquela tarde do meu casamento, em março de 1973. Por que a memória registra de forma tão inapagável certos dias?

Antes da prisão havíamos dado entrada nos documentos para o casamento civil. Decidimos que não haveria casamento religioso.

Eu havia contado ao meu pai, quando pedi a ele que assinasse a autorização, providência obrigatória porque eu tinha menos de vinte e um anos.

— Você não vai querer a minha bênção? — perguntou, magoado, o meu pai.

Ele fizera o casamento religioso de todos os filhos, como pastor presbiteriano. Achava-se pessoalmente atingido por aquela decisão. Eu tive que explicar que não era pessoal, era algo mais profundo.

— Pai, tem aquela hora em que se diz para a noiva: “Mulher, seja submissa ao vosso marido.” Você sabe, eu não seria capaz de

ouvir isso em silêncio. Eu não serei submissa, pai, a ninguém. Não posso fazer de conta que não estou ouvindo.

Os proclamas rodaram, mas não nos casamos porque fomos presos. Quando veio o veto a que eu, depois de libertada, visitasse Marcelo, lembrei-me dos proclamas rodados. No cartório me avisaram que, dado que o noivo estava preso, era preciso autorização do comandante do 1 Exército. E foi assim que o general Sylvio Frota, famoso integrante da linha dura do Exército, entrou na história do meu casamento.

Frota comandava o 1 Exército, com jurisdição sobre os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. A advogada Dyrce Drach fora à Justiça Militar pedir a autorização para o casório. Lá, determinaram que o pedido fosse feito ao 1 Exército. Ela fez uma solicitação de urgência para que o noivo prisioneiro pudesse se casar antes que os proclamas perdessem a validade.

Na sua cela, Marcelo não sabia o que Míriam e a advogada planejavam. Minha mãe não conseguia falar com ele e, portanto, tocava as providências confiante de que meu pai aceitaria o pedido de casamento. A advogada foi rápida, a autorização chegou e tudo teve que ser corrido. Faltavam poucos dias para o fim da validade dos papéis. Era casar ou reiniciar todos os trâmites.

No segundo livro inacabado de minha família sobre os anos de chumbo — o da minha mãe e não o do meu pai —, Míriam ainda conta que avisou o juiz de paz sobre a prisão do noivo. Ele foi taxativo e o trecho começa com a resposta do juiz:

— Não posso realizar o casamento dentro do quartel, do contrário o noivo poderá pedir a anulação do casamento alegando “coação irresistível”.

Fui com o papel ao quartel. Pedi para falar com o comandante, entreguei a autorização do 1 Exército conseguida pela advogada.

Ele já sabia dela e colocou sobre a mesa, descuidado. Eu disse:

— Comandante, o casamento terá que ser feito no Palácio da Justiça por decisão do juiz de paz.

Enquanto o papel era levado para o noivo assinar, concordando com o casamento, eu explicava o detalhe da “coação irresistível” ao tenente-coronel Sequeira, o comandante do batalhão.

Na cela, Marcelo foi informado de que chegara um papel que ele teria de assinar. Ele leu e foi assim que ficou sabendo que se casaria. A data era a do dia seguinte.

— Jorge, eu vou me casar! — disse ao seu companheiro de cela.

— Quando, Marcelo?

— Amanhã.

Sequeira se aborreceu com a ordem do juiz de paz.

— Como posso tirar o prisioneiro daqui? É risco à segurança nacional!

— Ordem do juiz.

— Eu vou levar, mas ele vai com um grande aparato. Não chegue atrasada como qualquer noivinha, senão não tem casamento, entendeu? — disse o capitão Guilherme, que acompanhava, contrariado, a conversa.

— Entendi.

— Outra coisa: nada de fotografias. Esse casamento não será documentado — explicou o chefe do s2.

Saí de lá e fui correndo ao cartório. Entreguei os papéis e expliquei ao escrivão:

— Não quero trocar o nome.

— Não?

— Não.

— Por quê?

— Sou contra. Sou feminista.

— É o quê?

— Eu acho que mulheres não devem trocar de nome quando se casam.

— E por que não?

— Porque seria como receber uma marca de novo dono, entendeu?

Ele não entendeu. Apenas balançou a cabeça.

— E como você quer se chamar?

— Ora, diga que a noiva manterá seu nome.

Fui de lá direto para a casa da costureira experimentar um vestido. Marcos, irmão do Marcelo, assim que tudo começou a acontecer me disse que me daria o vestido de noiva.

E eu:

— Obrigada, sou contra vestido de noiva.

— Seja como for, uma roupa nova, pode mandar fazer — respondeu Marcos já acostumado ao meu “sou contra”.

Minha avó Native sabia de uma costureira que fazia roupas da noite para o dia. Minha mãe pediu um vestido branco, curto, com apliques. Queria morangos. *Strawberry fields forever*. Uma casa. Árvores. A costureira virou a noite e fez a tempo. Segundo relatos de pessoas presentes, dava um ar espantosamente infantil para quem afrontava um regime de força aos dezenove anos.

Minha mãe continua em seu relato:

Lembrei-me de ligar na tarde daquele dia para o meu pai. Os telefones da época exigiam tudo das cordas vocais nos interurbanos. Fiquei meia hora tentando fazer a ligação. No casarão de Caratinga o telefone tocou.

— Papai, eu vou me casar! — gritei ao telefone.

— É mesmo? E quando será?

— Amanhã, às quatro da tarde!

— Minha filha, essa ligação está horrível. Eu ouvi, veja você, que você vai se casar amanhã às quatro.

— Papai, ouviu bem. Será amanhã mesmo, tá? Amanhã.

Foi assim que o reverendo Uriel soube que sua filha, a de número seis, que ele havia ninado tanto por ser magra demais na infância, acometida de febres frequentes, algumas tonturas, fraquezas, iria se casar em algumas horas. Inapetente, eu me recusava a almoçar, e por isso ele prolongou o carinho de me dar as colheradas até os sete anos. Depois, ele se orgulhara pelo apego obsessivo à leitura. Isso foi antes de eu surpreender a todos com uma tormentosa adolescência. Depois vieram o susto

da prisão, a gravidez e, agora, vinha a novidade de um casamento expresso.

Enquanto isso, os amigos de Marcelo começaram a espalhar a informação de que ele poderia ser visto no dia seguinte, às quatro, no Palácio da Justiça. A notícia foi de boca em boca num tempo sem celular. Nada havia. Um tempo primitivo.

Eu aguardava o ônibus no ponto, quando, de um outro ônibus, alguém que eu não conhecia colocou a cabeça para fora e gritou para uma pessoa a meu lado, que eu também não conhecia:

— Amanhã, às quatro da tarde, no Palácio da Justiça, o Marcelo estará lá.

— O quê?

O ônibus arrancou e a pessoa berrou:

— Ele vai se casar.

Era o convite do meu casamento.

Enquanto lia o texto de minha mãe, eu resgatava na memória o que sabia sobre aquele dia.

Muitos anos depois daquele março de 1973, meu pai me contou que assim que assinou o documento mandou pedir à minha avó Native que lhe levasse uma camisa azul de manga curta da qual ele gostava demais. Na data marcada, ela chegou bem passadinha. Ele vestiu, sentou-se e aguardou. Logo após as quinze horas, os militares o buscaram e os companheiros de cela tiveram um misto de alegria e inveja pelo momento do companheiro. Marcelo ia dar um passeio de carro. Ainda atrás das grades, ele foi algemado. Depois, colocado no banco traseiro de uma Veraneio chapa fria. A seu lado, dois militares à paisana, armados com metralhadoras e fuzis. Um deles encostou o cano frio de seu fuzil no pescoço do camarada *Mateus*.

À frente da Veraneio, um carro com sirene abria caminho, do 38º Batalhão de Infantaria, em Vila Velha, até Vitória. O comboio era formado por caminhões “espinha de peixe” do Exército, aqueles que carregam duas fileiras de soldados armados, de costas um para o outro, e três picapes. Parecia uma operação de guerra, como havia prometido o coronel Sequeira à minha mãe. Quando entraram na

chamada Cidade Alta, onde funcionava o cartório da tradicional família capixaba Sarlo, tudo parou, tamanho o aparato militar para transportar meu pai a seu casamento. As sirenes chamavam a atenção e as ruas estreitas ficaram engarrafadas.

Nesse momento, o evento de enredo inesperado troca de personagem principal na minha cabeça. Com o cabelo desalinhado, apenas batom como maquiagem, uma barriga que aparecia discretamente sob o vestido de apliques, minha mãe pegou um táxi. Único luxo em seu matrimônio. Míriam relata, no texto inédito, uma conversa hilária com o motorista do carro que a levava para a cerimônia.

— Quantas horas moço?

— Não sei, perto de quatro.

Ouvi então o barulho de sirenes no Centro de Vitória.

— Corre, motorista, essa é a minha marcha nupcial.

— Como?

— Eu vou me casar hoje, o noivo está preso e esse é o barulho que mostra que ele está chegando.

Aconteceu, então, um fato bizarro. O motorista diminuiu a marcha e passou a fazer um apelo:

— Não case, moça, não case. Você é muito nova.

— Depois a gente conversa, moço, preciso chegar na hora, o senhor não entende...

— Casamento é horrível.

— Bom, eu mesma já tive esse sentimento contra, mas agora é uma emergência.

— Ainda há tempo, não case, o casamento é uma instituição falida — dizia o motorista, reduzindo cada vez mais a marcha.

E o som da sirene ficando mais forte.

— Moço, eu não posso chegar atrasada...

— Eu preciso te explicar...

— É tarde para essa conversa...

— Veja o meu caso...

— Por favor, eu não posso chegar atrasada.

A contragosto e repetindo ainda seu discurso antimatrimonial, o motorista me fez desembarcar no local mais próximo possível. A rua estava fechada.

A operação de guerra estava montada porque o noivo havia chegado! Minha mãe correu ao Palácio da Justiça. Os cabelos se desorganizaram ainda mais na correria. A escadaria estava lotada. Olhou para cima e viu, no meio de muita gente, o reverendo Uriel, a tia Ilda, aquela que estava presente quando nasci em Brasília, em 1977, e o tio Boanerges, aquele mesmo que escrevera para os militares a carta em favor da sobrinha. Minha mãe comemorou. Eles tinham conseguido chegar. O pai de Marcelo chorava, consolado pelo pai de Míriam.

Wolghano, o avô que nunca conheci, havia se recusado a ir à prisão dizendo que não toleraria ver Marcelo preso, mas agora via a cena, que capturava todos os olhares: o filho subia algemado as escadarias do Palácio da Justiça. Os estudantes faziam muito barulho, abraçavam e cercavam o líder estudantil.

— Me dê licença, eu sou a noiva — disse minha mãe, abrindo caminho até o abraço longo que deu em meu pai.

Marcelo tinha metralhadoras apontadas em sua direção. Mesmo os transeuntes, que não conheciam aqueles jovens noivos, paravam para ver o perigoso terrorista que ia se casar. Com os punhos algemados, Marcelo se aproximou do pai, Wolghano, que o abraçou. Choraram juntos. Até hoje meu pai conta que foi a primeira pessoa que ele viu ao chegar. Segundo Marcelo, foi a única manifestação pública de emoção de seu pai em toda a vida. Wolghano era fechado. Austero e calado. Marcelo ainda estava no corredor de acesso ao cartório. Ao entrar, viu que familiares e amigos já o esperavam lá dentro.

Os padrinhos eram extravagantes: o amigo de infância de meu pai Rubinho Gomes, ostentando seu estilo hippie, e a mulher dele, Sandra Medeiros, amiga de minha mãe. O terceiro padrinho era querido de ambos, o talentoso jornalista Amylton de Almeida, que usava um enorme chapéu feminino.

— Eu vim de Greta Garbo, *I want to be alone!* — disse Amylton, aos brados.

Todos os olhos se voltaram para ele. Com seu chapéu, óculos escuros, um anel gigante no dedo, ele resolveu exibir sua orientação sexual de forma exuberante numa época em que nada disso era comum. Era um tempo de armários trancados. Riram da fantasia. Mas nem todos. Olhares reprovadores e perplexos partiram dos militares e dos mais velhos.

Alguns amigos presentes eram especiais. Antigos companheiras de cela, Maria Auxiliadora, a Badora, Magdalena, a *Mariana*, e, principalmente, Beth, que naquele dia tinha cuidado da minha mãe com mais carinho ainda. No fim do dia, levou Míriam para a casa dela e, no aconchego da família Madeira, ela se recuperou de todas as emoções de um casamento estranho.

Um fotógrafo, a um canto, espreitava. Ele estava ali para retratar casórios, mas aquele era diferente, para dizer o mínimo. Não havia concorrência à vista. Nenhum outro fotógrafo. Começou a pôr filme na máquina.

O juiz deveria colocar os noivos em lados opostos da mesa retangular, com ele ao centro. Todavia, olhou para eles, tão próximos, olhos nos olhos, ela com as mãos nas mãos algemadas dele, e baixou novas ordens. O poder civil ali, naquele breve instante, impunha-se ao poder militar vigente e dominante no Brasil.

— Os noivos podem ficar um ao lado do outro e peço que retirem as algemas do noivo.

Os militares responderam que não. Ele dobrou a aposta e os militares retrucaram que então não haveria casamento.

— Não caso ninguém à força — disse o juiz.

Contrariado, um militar tirou as algemas. A sala do cartório estava lotada. Ninguém conseguia entrar, porque o espaço estava quase totalmente ocupado por militares fardados ou à paisana. Minha mãe comentou com o juiz de paz que eram muitos policiais ali e lembrou a ele a tese da “coação irresistível”. Então, outra ordem do juiz desafiou a ditadura naquele espaço-tempo no Espírito Santo:

— Fiquem na sala apenas os amigos e parentes dos noivos.

Mais da metade dos ocupantes da sala se retirou. Assim, os estudantes, amigos de Marcelo e Míriam, e as famílias dele e dela tiveram como se organizar melhor.

A cerimônia foi rápida.

— Míriam Azevedo de Almeida Leitão. É de sua livre e espontânea vontade...?

— Sim.

— Marcelo Amorim Netto, é de sua livre e espontânea vontade...?

— Sim.

— Eu vos declaro marido e mulher.

Beth chorou, Magdalena também. Assim que terminou, Marcelo foi novamente algemado e, na confusão, Míriam conseguiu ir até o quartel na Veraneio. Até hoje eles não sabem por que os militares fizeram a pequena concessão. Antes de entrar no carro, ela abraçou meu avô longamente ao pé da escadaria. Ele, afinal, deu a sua bênção de pastor, falando ao seu ouvido. Ao fim dos abraços, os tios dela lhe entregaram um presente. Os militares exigiram que fosse aberto. Era a festa de casamento numa caixa: seus bombons favoritos. Meu avô Uriel explicou a ela:

— Sua mãe encomendou ontem à tarde para você. Trabalharam a noite inteira fazendo os bombons.

Na Veraneio foi conversando baixinho com o agora marido, e não aquele com quem vivia “maritalmente”. Os sussurros eram para matar a saudade passada, mas também a futura.

— Não falem baixo — gritou um militar.

Os dois contam que nunca acharam tão curta a distância de Vitória a Vila Velha. No portão do quartel, ela teve que descer. Deu a ele uma parte dos bombons e ficou com o resto, que degustou sentada numa praça de Vitória, cercada de algumas amigas. Comeram um por um, enquanto a noite começava a cobrir a bela ilha de Vitória do Espírito Santo.

E o fotógrafo, aquele que estava ali no local para registrar os eventos? Ele achou que era seu dia de sorte porque apareceu um casamento que não estava programado. Decidiu fotografar. Mas os policiais tomaram a máquina e meu tio-avô Boanerges, advogado, o ajudou a recuperá-la. Sem o filme, que tinha sido arrancado. Nunca

pude ver aquelas fotos. Choro na maioria dos casamentos. Mais de uma vez tentei extrair dos meus pais outros detalhes sobre o dia. Ao menos em minha mente, queria ver a "cerimônia".

Desejando guardar uma imagem da celebração, cheguei a fazer um pedido ousado a Deus quando era adolescente. Queria voltar no tempo. Para aquele dia, aquela hora e aquele lugar. Como no filme *De volta para o futuro*, porém sem precisar do carro DeLorean. Pedia e fechava os olhos.

pitais da rede da Suseme. O Hospital Rocha Faria, com 159 casos, teve o maior número de atendimentos.

Terrorista vai casar na prisão

A Justiça Militar do Rio de Janeiro autorizou, ontem, o casamento de Marcelo Brasil, preso no 3º BC, em Vila Velha, Espírito Santo, acusado de subversão, e Miriam Azevedo de Almeida, em liberdade mas também respondendo a processo. No Ceará, amanhã, será julgada toda a cúpula da ALN, desbaratada pela Polícia Federal.

Subversivo é preso no Sui

40.

“QUAL É A PRÓXIMA TAREFA?”

Um ano antes do casamento, de olhos bem atentos, Míriam demonstrava ansiedade. Era março de 1972 e ela participava de sua primeira ação na rua. Acabara de se encontrar com uma companheira do partido, Maria Gilma Erlacher, e o objetivo era fazer panfletagem. Pregariam adesivos em locais de bastante movimento na Vila Rubim. Pontos de ônibus, telefones públicos, paredes, muros.

— É uma fita-cola. Vocês têm que levar um vidrinho de água, molhar um algodão, passar atrás e pregar — dissera na véspera *Jacy*, militante mais antiga e líder daquela célula comunista na Faculdade de Filosofia.

Mais tarde, Míriam descobriria que o nome de *Jacy* era Ângela. Ficariam amigas. Nos adesivos estava escrito “1972 — 50º aniversário do Partido Comunista do Brasil”. Eles cabiam na palma da mão e tinham sido feitos por Jorge Luiz. Apreendidos pelos militares, seis deles constam do processo no STM.

Míriam foi ao ponto acertado e encontrou a companheira Maria. As duas estavam com todo o material. Como Maria era mais experiente e conhecia bem a cidade, Míriam se deixou guiar. Logo, enquanto minha mãe ia se empolgando com aquele olha-para-o-lado-molha-prega-disfarça-e-sai, a outra ia se encolhendo, cada vez mais atemorizada.

— *Amélia*, cuidado. Vai com calma, estou com medo — disse Maria, chamando minha mãe pelo codinome.

— Medo do quê? Ninguém está nos vendo.

Chegavam às paradas de ônibus, conversavam como duas amigas, inventavam casos e pimba! Colavam um adesivo. Foram muitos. Andaram por ruas das quais Míriam, que nunca teve bom senso de direção, jamais seria capaz de se lembrar. Até que houve o inesperado. No momento em que Míriam tascava um adesivo numa

cabine telefônica, alguém veio por trás e segurou seu pulso. Ela sentiu o bafo no pescoço e ouviu uma voz de homem:

— O que é isso?

— Isso o quê? Ia telefo...

Virou-se e notou que o sujeito tinha alguns adesivos na mão. Era baixo, moreno, estava com roupas civis. Tinha o cabelo cortado rente. Tudo isso ela viu em um segundo.

— Isso! — disse ele, mostrando adesivos em sua mão: — O que é isso? Venho seguindo vocês.

A companheira Maria ficou mais assustada. Míriam viu que precisaria pensar rápido e que, mesmo sendo a novata, teria de tomar as decisões naquele dia. Elas estavam próximas a um ponto de ônibus e havia gente por perto. O homem continuava segurando seu pulso. Minha mãe fez um movimento rápido com o corpo, como quem tenta fugir, e disparou a gritar:

— Me larga! Me larga! Socooooorro! Que absurdo, uma moça não pode mais andar sozinha. ME LAAAARGA!

O homem largou. As pessoas começaram a se aproximar mais. Ela pegou o braço da companheira, que chorava, e as duas saíram correndo. Antes de virar a esquina, olhou para trás e viu o homem mostrando aos transeuntes o que tinha na mão. Correu mais ainda, puxando a outra. Avistou um ônibus em que se lia "Jardim Marilândia". Entraram. Seguiram em silêncio. A certa altura a companheira desceu, mas antes disse para Míriam:

— A culpa foi sua.

Pontos depois Míriam desceu também, olhando para todos os lados, sem atinar onde estava. Passou outro ônibus. Entrou. Desceu. Perguntou como fazia para chegar à praça Costa Pereira. Finalmente chegou à praça que amava, perto da república em que morava, sem acreditar que tinha escapado. Sentou-se em um banco, olhou as árvores e o céu. Era noite na ilha de Vitória, e ela respirava aliviada. Se tivesse sido presa, poderia ser torturada até a morte, porque seria o fio da meada. O que foi mesmo que a salvou? Nem ela sabia explicar. No dia seguinte, na reunião com o companheiro Zé, o Foedes, Jacy tomou a palavra:

— A outra não vem. Ela disse que quer sair do partido. Culpou a *Amélia* pelo risco de ontem. Disse que ela panfletava sem os cuidados devidos e por isso foram vistas. Ela disse que desistiu e não quer ser parte de nada.

Foedes olhou para Míriam e perguntou o que havia acontecido. Ela contou em rápidas palavras o que tinha feito e como escaparam. Silêncio.

— E você também quer sair do partido, companheira *Amélia*? — perguntou Foedes.

Ela olhou firme para ele e respondeu com outra pergunta:

— Qual é a próxima tarefa?

Nove meses depois, Míriam estava sendo interrogada no 38º Batalhão quando alguém lhe perguntou sobre a sua arma.

— Nunca tive arma.

— E aquela que você apontou para um policial em março?

— Eu não fiz isso.

O interrogador então disse que um policial da área de inteligência da Polícia Militar havia feito uma ocorrência por ter encontrado duas moças com material subversivo. Uma de cabelos longos e lisos, castanhos. Outra de cabelos cacheados, mais curtos. Essa de cabelos cacheados havia apontado uma arma para ele e depois fugido. A suspeita recaía sobre Míriam. Ela confirmou a abordagem, repetiu que nunca portou arma alguma e afirmou que aquele policial tivera medo de um grito.

Folheados com calma, os documentos do STM trazem registros de muitas das ações daqueles jovens que desafiavam a ditadura. Doze páginas do volume dois contêm vinte e oito fotografias com pichações e adesivos como os daquele dia, que reproduziam dizeres comuns entre os jovens esquerdistas, como “Abaixo a ditadura”, “Vote nulo” e “PC do Brasil”, mas também “Viva guerrilhas no Pará”, “Trabalhadores, uni-vos contra a ditadura”, “Abaixo militares inimigos do povo” e “Demagogias não aplacam a fome do povo”. Os documentos indicavam as regiões onde foram realizadas as pichações “subversivas”: Goiabeiras, Paul, Jucutuquara, Argolas e Colatina.

O arquivo também revela pistas sobre a equipe de militares que atuava no 38º Batalhão de Infantaria na época. No dia 19 de dezembro de 1972, por exemplo, com Míriam presa havia dezesseis dias, anotaram que ela deu um depoimento ao major José Maria Alves Pereira, o encarregado do inquérito, e ao segundo-sargento Danilo Junger Goulart, que se fazia de escrivão, como eu já havia notado nos papéis. O depoimento está contido no “Termo de perguntas à indiciada Míriam”. O arquivo ainda informa que por ela ter menos de vinte e um anos era obrigatória a nomeação de um curador, e o escolhido foi o segundo-tenente Eduard Alois Baldi Magalhães.

O Termo é um documento de seis páginas assinado por minha mãe, pelos três militares citados e, ainda, pelo primeiro-sargento João Cândido de Sant’anna Netto e pelo segundo-sargento Darcy Jerônimo dos Santos, ambos como testemunhas. José Maria Alves Pereira e Danilo Junger Goulart, aliás, tinham assinado ainda os mandados de prisão e busca e apreensão retroativos — para entrar no barraco dos meus pais, na casa de Ângela Milanez Caetano, na do professor Vitor Buaiz, que, mesmo não tendo sido preso na própria residência, também recebeu mandado posteriormente, na de Guilherme Lara Leite, então marido de Magdalena Frechiani, entre outros estudantes.

Pelas minhas pesquisas, dos cinco militares que assinavam o Termo da “indiciada Míriam”, dois estavam sem paradeiro definido: José Maria Alves Pereira e João Cândido de Sant’anna Netto. Contudo, os outros três tinham CPF ativo, e eu consegui seus endereços e telefones no sistema de cadastro de compras de lojas — o mesmo que usei para obter, anos antes, os dados de Foedes dos Santos. Pensava que um desses militares poderia relatar mais detalhes sobre o cotidiano no quartel de Vila Velha em 1972. Tinha certeza de uma coisa. Eduard Alois, que assinara o depoimento como “curador”, era apontado como ríspido e duro por dois militantes, incluindo minha mãe. Míriam não se lembra do curador nas sessões de tortura, mas recorda-se de que durante todo o

depoimento ele ficou sentado a seu lado e, ao invés de protegê-la, ameaçava-a.

Imagino o motivo, ao ler as respostas inesperadas que ela dava e que graças àquele processo estão registradas para a História. Li, impressionado, as páginas do IPM. Míriam não dava informações relevantes e confirmava poucos dados, como sua relação com Ângela Milanez Caetano, líder da célula comunista na qual atuava. Como outros militantes, passava fatos que percebia já serem do conhecimento dos militares. No final do depoimento, porém, deu algumas respostas surpreendentes e perigosas. Além de anotadas, elas foram sublinhadas no processo.

O interrogador perguntou se, caso tivesse oportunidade, Míriam voltaria a atuar em organização subversiva. Em caso afirmativo, qual escolheria? Ela afirmou que “antes que tome uma decisão, julga necessária uma análise mais profunda nos diversos campos, [para] não tomar uma decisão da qual mais tarde venha a se arrepender”. Por isso, “não [sabia] portanto se ingressará ou não em qualquer organização”. Admitir a possibilidade de voltar a militar era algo que os militantes evitavam dizer, para não aumentar a ira de seus algozes. Perguntada se estava satisfeita com os resultados alcançados pelas esquerdas no Brasil e pelo PCdoB, Míriam respondeu que “[elas] estão organizadas com base em elementos universitários, relegando ao plano secundário o povo. Isso [é] uma falha da esquerda, devendo o assunto receber uma análise mais profunda da realidade brasileira”.

Com os olhos naquele documento, decidi que, entre os militares, começaria minha busca pelo grupo que assinava o IPM e pelo próprio capitão Guilherme. Só que havia mais de um Pedro Guilherme Ramos, todos homônimos nos resultados das buscas: um morto e dois vivos em idades próximas. Tive então que buscar uma forma mais eficiente de chegar a ele. Acionei uma fonte na área de inteligência militar para confirmar se o Pedro Guilherme Ramos que meu pai tinha encontrado no STM em 1977 era, de fato, o chefe do s2 no 38º Batalhão de Infantaria entre 1972 e 1973 — mesmo sabendo

que meu pai o tinha reconhecido. A resposta foi positiva. Era quem eu procurava.

O capitão Guilherme chegara à patente de coronel, mas nunca a general. Sua carreira, como a de tantos outros militares que trabalharam no aparato de repressão, ficara no meio do caminho. No entanto, para os jovens que o encontraram na prisão, ele seria para sempre "capitão". Aquela patente e aquele posto marcaram o auge de sua carreira pelo poder que informalmente concentrou. Foi reconhecido pelo Exército por serviços prestados exatamente nesse período, entre 1972 e 1974.

Entretanto, minha fonte deu uma notícia que me deixou com a sensação de entrar de novo em um beco sem saída: não podia afirmar se o capitão estava vivo ou morto. Se estivesse morto, eu teria que buscar outros caminhos para construir um perfil mais completo do militar. Teria que procurar algum colega, alguém que tivesse trabalhado diretamente com ele. Familiares e amigos, se aceitassem me receber, poderiam me contar como era o homem que comandou o s2 do 38º Batalhão. A pesquisa produzida por minha fonte trazia fotos do capitão ainda jovem e também mais velho. Eu precisaria mostrar as imagens aos ex-militantes, para ver se reconheciam aquele rosto.

**1972 - 50º
ANIVERSARIO
DO PARTIDO
COMUNISTA
DO BRASIL**

41.

O PONTO DE VISTA É FUNDAMENTAL

Uma nova busca pelo passado começaria e o documentarista Eduardo Gomes me acompanharia, mais uma vez, em todo o trajeto. O destino novamente seria Vitória, para onde saímos na madrugada do dia 25 de setembro de 2015. Sentados no lado esquerdo do avião, eu ocupava a janela e Eduardo, o corredor. Vazia, a cadeira do meio, tão evitada pelos passageiros nos voos, servia de depósito para duas garrafas de água que tínhamos comprado no aeroporto, um fone de ouvido e o livro *Maravilhosa graça*, de Philip Yancey, escolhido para me fazer companhia naquela viagem.

O livro critica o deturpado Evangelho da prosperidade, comum em parte da Igreja evangélica brasileira. Trata também de experiências superpoderosas de líderes cristãos que mais parecem substituir a posição de Deus na Igreja do que depender d'Ele. Yancey faz restrições à Igreja, que, segundo ele, prefere emitir a fumaça cancerígena da ausência da graça a aspergir o seu aroma suave. Assim, ele trata de um Evangelho mais próximo da essência e da busca de um relacionamento mergulhado em um amor leve, sem culpa ou condenação.

Dudu pegou o livro na cadeira do meio sem pedir licença e, simplesmente, começou a ler. Em silêncio eu olhava pela janela do avião e pensava: e se toda essa jornada estiver acontecendo para que alguém conheça essa graça? Lembrei-me de Foedes e de seu filho, Cláudio. Pedi a Deus que usasse aquelas palavras de Yancey na vida de Eduardo. Após ler dois capítulos, o documentarista largou o livro e perguntou detalhes sobre o autor. Eu disse:

— É alguém que tenta pregar um Evangelho mais próximo do verdadeiro.

- Ele está puto no livro.
- E não é para estar? — perguntei.

Ao responder, eu pensava na pregação de parte das igrejas atuais, que, a meu ver, recheadas de promessas de indulgência copiam erros da Igreja católica na Idade Média. Era a reedição da catequese do medo somada a um ensino apenas da vitória, como se o erro, ou até a derrota, não fosse também parte essencial da vida e do aprendizado com Deus.

O livro de Yancey trata de uma Igreja que parece desconhecer a própria história. Um dos hinos mais importantes e mais cantados na Igreja protestante, seja pentecostal ou tradicional, é o *Maravilhosa graça*, tradução do hino *Amazing grace*, título do livro de Yancey. Escrita no século XVIII por John Newton, um ex-militar da Marinha Real inglesa que se tornou traficante de escravos, a fé lhe foi revelada durante uma forte tempestade. Frágil, a sua embarcação, carregada de escravos, dava sinais de que afundaria no meio do oceano e que sua viagem chegaria ao fim. Ao deixar o posto no convés, Newton soube que um marinheiro foi jogado ao mar para não mais voltar. A percepção do fim era tão intensa, segundo o próprio relato, que apenas a “graça de Deus” poderia salvá-lo. E salvou. A experiência o levou a abandonar a vida de traficante e dedicar-se cem por cento ao cristianismo.

Experiências extremas como essa, que nos aproximam da morte, geram muitas vezes mudança de vida. Durante o voo, após conversarmos um pouco sobre o assunto, Eduardo abandonou o livro de Yancey e começou a ler na revista *GQ* um perfil do apresentador e comediante americano Stephen Colbert, escrito pelo jornalista Joel Lovell. A reportagem tinha sido baixada no aplicativo Pocket do celular de Eduardo, que, *on-line*, armazena temas de interesse da pessoa para que ela possa ler quando está *off-line*.

Rei dos aplicativos, o documentarista usava diversos em todas as viagens que fazíamos. Agora, lendo o Pocket no avião, começou a dividir comigo o que ele achava mais interessante no perfil de Stephen Colbert. O texto conta a história do acidente de avião que matou o pai e dois dos dez irmãos do comediante, os mais próximos de sua idade, quando Colbert tinha apenas dez anos. “Foi uma

aceitação recíproca de sofrimento muito saudável”, diz Colbert, referindo-se a como sua mãe e ele aceitaram tamanha dor. “O que não significa ser derrotado pelo sofrimento. Aceitação não é derrota. Aceitação é apenas ter consciência”, acrescenta. O entrevistado sorri antes de dizer: “Você precisa aprender a amar a bomba. Cara, eu tive uma bomba aos dez anos. Aquela foi uma tremenda explosão. E eu aprendi a amá-la. Talvez por isso você não me veja como alguém raivoso e enfrentando meus demônios no palco. É que eu amo a coisa que eu mais gostaria que não tivesse acontecido.”

O repórter pergunta se Colbert pode ajudá-lo a entender melhor esse sentimento e ele fala de uma carta do escritor J.R.R. Tolkien, em resposta a um padre que lhe perguntou certa vez se os mitos de *O Senhor dos Anéis* eram suficientemente doutrinários, já que tratavam a morte não como punição pelo pecado da queda, mas como dádiva. “Tolkien diz, em resposta: ‘Que punições de Deus não são dádivas?’” Na reportagem, o jornalista diz que Colbert bate com os dedos na mesa e repete “Que punições de Deus não são dádivas?”, perguntando ao entrevistador, mas já com os olhos cheios de lágrimas. Eduardo continuou a ler uma declaração de Colbert: “Portanto seria ingrato não encarar tudo com gratidão. Não significa que você deseja isso. Eu posso manter as duas ideias na minha cabeça. Você não pode mudar o mundo todo. Você certamente não pode mudar as coisas que já aconteceram.” O que Colbert diz em seguida foi escrito em um pedaço de papel pelo repórter, que, desde então, diz guardar consigo. “É uma escolha se você odeia algo que aconteceu durante sua vida ou se ama cada momento, mesmo as partes que nos causam dor.”

Dudu e eu continuamos a conversar um pouco sobre o tema, até que de repente ele resumiu:

— Ele está falando sobre gratidão e graça. Parece um pouco você e a parada da sua família. Ele aprendeu a amar e a ser guiado por aquela dor. No seu caso, você também não queria que tivessem acontecido a prisão e a tortura dos seus pais, mas acho que você aprecia a história de um certo jeito. Não é que você diga “ainda bem que aconteceu”. É uma aceitação muito doida. Você aprendeu a amar a história de dor da sua família.

Eu sabia que para Eduardo a morte de sua mãe, Fátima, em 2012, também significava isso. Ele amava o que mais queria que não tivesse acontecido.

Eu conseguia ver a graça de Deus na história de dor de meus pais. Conseguia entender o sentimento de Colbert e amava a nossa "bomba". Decerto, estava sendo guiado por ela naquele momento. O mais interessante de tudo aquilo é que, por mais difícil que possa ser, aquela dor ajudou a formar as pessoas que somos.

Olhei novamente pela janela do avião. Enquanto o sol começava a nascer no horizonte, uma estrela mais brilhante ainda estava na ponta da asa e passava por mim. Ou eu por ela. O ponto de vista é fundamental.

42.

HOTEL DE TRÂNSITO

Eduardo e eu deixamos a mala no hotel e almoçamos no mesmo restaurante d’Bem, uma espécie já de tradição desde a viagem anterior a Vitória. Depois fomos tentar obter alguma informação sobre o passado no Convento da Penha, em Vila Velha, um dos mais antigos “santuários religiosos” brasileiros. Encravado no alto de um penhasco, a pouco mais de cento e cinquenta metros de altitude, começou a ser construído por volta de 1560 a pedido do frei espanhol Pedro Palácios, apontado como um dos mais importantes missionários que trabalharam no Brasil. Do alto da pedra, a vista é impactante. Uma das pontes que ligam Vitória ao continente, última a ser construída, a Terceira Ponte aparece, imponente. Seus setenta metros de altura compõem bem o quadro constituído pelos azuis do céu e do mar e os traços rochosos das ilhas do arquipélago de Vitória.

A baía é formada pelo encontro de diversos rios — como o Santa Maria da Vitória, que Eduardo e eu vimos a caminho da casa de Foedes — com o oceano Atlântico. A paisagem é tão bela que os turistas quase não percebem que o 38º Batalhão de Infantaria faz parte do cenário. Do convento, a vista revela as mais de dez construções do 38º BI. Entre elas, o forte, o quartel e o prédio onde funcionava o serviço de inteligência.

Liguei para o meu pai para tirar algumas dúvidas sobre o local exato onde ele ficara preso. Enquanto poucos turistas olhavam toda aquela beleza com cara de espanto, eu conversava no viva-voz com Marcelo, que, de cabeça, sabia descrever perfeitamente dois lugares naquele complexo militar dos quais não se esquece. Um deles é uma construção pequena, quadrangular, na extrema direita, onde ele foi colocado em isolamento por alguns dias. Na sua lembrança, o interior do prédio tinha duas solitárias e uma cela maior. O banheiro,

conta ele, possuía uma visão privilegiada da mata que descia do morro onde estávamos.

Marcelo sonhava fugir daquele pesadelo, por isso guardava consigo aquela pequena serra de dois palmos de comprimento. Por ser flexível, ela fora enfiada, por um colega de esquerda, na dobra de uma sacola de compras de supermercado usada para prender a alça. Sem saber da estratégia, minha avó Native, doce senhora de sorriso fácil, levou a ferramenta para dentro do batalhão junto com frutas e um bolo de laranja.

Na fantasia de meu pai, ele usaria a serra para cortar a grade da cela, venceria uma luta contra o militar armado que estivesse de guarda à noite e correria até o mar para atravessar a baía a nado. Ou seguiria para a mata do Convento da Penha e, de lá, fugiria por terra, já em Vila Velha. Marcelo sempre nadou e correu muito bem. O plano de fuga ia depender dos acontecimentos. Poderia ser por mar ou por terra.

Mas o roteiro não saía do primeiro estágio, por causa da intensidade do controle militar no quartel. Não havia hora alguma em que ele pudesse serrar a grade sem chamar a atenção. Com medo de a serra ser encontrada, ele a escondeu entre a parede e a madeira que servia de guarnição da porta, o batente. Será que ainda está lá?, penso.

Na extrema esquerda, ainda do ponto de vista de quem está no convento, é possível ver outro morro, este menor, bem próximo do mar, onde uma bandeira do Brasil içada no alto do mastro permanece tremulando movida pelo forte vento que sopra da baía. Abaixo do morro, uma pista segue em direção ao Forte São Francisco Xavier da Barra, a construção parte semicircular e parte retangular onde minha mãe ficou em isolamento e que eu encontrei em festa em dezembro de 2014.

O forte atravessou toda a história do Espírito Santo. No século XVI, o primeiro donatário, Vasco Fernandez Coutinho, construiu ali uma fortificação, apenas uma paliçada. Mesmo assim serviu ao propósito de defesa. Há registros de que em 1557 uma expedição francesa foi atacada por tiros de canhão disparados de lá. No século XVII foi levantada a construção mais sólida.

Antes de a pequena rua desembocar no velho forte, vê-se, à esquerda, no sopé do morro em que fica a bandeira, o antigo prédio de apenas um andar onde funcionava a 2ª Seção, comandada pelo capitão Guilherme. Embora seja a construção mais recente, é a mais sombria. Tem uma aparência mofada pela umidade do mar e da mata. É o prédio que abrigou as torturas. Este é o outro local que meu pai não esquece.

Foi pouco antes dessa viagem que Marcelo me contou que a roleta-russa fora comandada pelo capitão. Sentado em uma cadeira na sala do quadro do Duque de Caxias, meu pai ouvia a voz de Guilherme às suas costas mandando que um subordinado, em pé com a arma apontada contra a cabeça do jovem militante, apertasse o gatilho. Todas as vezes que o gatilho foi apertado, meu pai pensava que a pouca luz da 2ª Seção do Exército, em geral na penumbra, se apagaria para sempre quando a bala atravessasse seu crânio.

Visualizei a cena mentalmente, mas fui interrompido por um casal de turistas com um menino aparentando dois anos que apontava para o céu, já no fim da tarde, para dizer com uma voz alegre:

— A lua.

— A lua, filho — respondeu o pai, surpreso. — Você viu a lua? Eu não tinha visto a lua.

— Mostra a sua força para o papai, filho — disse a mãe.

O menino fez pose de fisiculturista com os dois braços, mostrando seus pequenos músculos. O pai tirou uma foto do garoto ao lado de uma placa em que se lia: "Perigo. Proibido passar o canteiro." O perigo de esquecermos o passado era mais visível para mim.

Eduardo e eu conversávamos sobre como poderíamos entrar no forte, agora de dia, e não mais no clandestino da noite. A ideia era visitar os locais onde meus pais haviam sido torturados e não somente os pontos em que ficaram presos.

— Queria ir lá — eu disse, lembrando que na noite em que invadíamos o 38º Batalhão de Infantaria, meses antes, as portas do antigo Serviço de Informação estavam trancadas e guardadas por um militar numa torre.

Conversamos por mais de uma hora. Lembrei-me de quando meu pai, numa noite, resolveu requisitar por meio de um tenente de plantão um encontro com o chefe do batalhão, o coronel Sequeira. Para sua surpresa, o tenente levou a mensagem. Melhor: voltou sinalizando positivamente. De madrugada, um soldado o buscou na cela e ambos atravessaram o quartel até a construção no sopé da montanha, onde funcionava, além da 2ª Seção, a sala do comandante do batalhão.

— Comandante, quero te informar, neste momento, que a Míriam está grávida. A partir de agora, a responsabilidade sobre a vida desse bebê é sua — disse meu pai.

Sequeira ouviu em silêncio. Meu pai não esperava que aquela conversa fosse acontecer. Para ele, aquele momento foi fundamental para preservar a vida de Vladimir.

Dias depois minha mãe foi retirada da cela no forte, onde ficou por três semanas tendo como companhia muitas baratas e um colchão velho com marcas antigas de sangue. Foi levada para uma cela mais ampla, em que pôde conviver com outras presas. A situação na prisão melhorou bastante. Desde a cela do forte, enquanto meu irmão mais velho era gestado em sua barriga, minha mãe fazia apenas um pedido: livros. Era do que mais sentia falta. Não teve. Quando acabou de responder ao IPM, reiterou o pedido. Um dia recebeu umas revistas femininas enviadas pela mulher do major José Maria Alves Pereira.

O Forte São Francisco Xavier hoje funciona como hotel. Obtive por e-mail, enviado por um integrante das Forças Armadas que preferiu não se identificar, um material de divulgação cujo texto de apresentação explica:

O hotel de trânsito é uma instalação de finalidade hoteleira de significativa importância social para a família militar, dotado de unidades habitacionais destinadas à hospedagem de militares e seus dependentes, em trânsito, instalação, viagem a serviço, período de férias ou lazer, tratamento de saúde ou passagem pela guarnição.

Ler as palavras “férias” e “lazer” associadas àquele lugar me incomodou. A propaganda inclui imagens das “instalações”, tudo bonito e reformado, bem diferente do local infestado de baratas em que minha mãe passou os primeiros dias de prisão.

O café da manhã é servido das sete às nove horas, informa o e-mail. Estacionamento descoberto, TV digital aberta, telefone, ar-condicionado, frigobar. “O hotel possui sete unidades habitacionais disponíveis do tipo apartamento.” Os valores das diárias são válidos para militares da ativa, da reserva, pensionistas e seus dependentes. O documento avisa, como em um hotel mesmo, que após as treze horas será cobrada nova diária. Seguem as instruções:

- . O hotel de trânsito é no interior do aquartelamento.
- . Zona balneária.
- . As diárias incluem o café da manhã.
- . Crianças até seis anos de idade, inclusive, não pagarão diárias quando ocuparem a mesma uh [unidade habitacional] dos pais ou responsável.
- . Crianças acima de sete anos de idade, inclusive, pagarão 30% da diária do militar, quando ocuparem a mesma uh dos pais ou responsável.
- . É proibida a entrada de animais de qualquer espécie aos aposentos do hotel de trânsito.

Dias antes, agora oficialmente, via Lei de Acesso à Informação, pedi para visitar todas as dependências do 38º BI — inclusive o hotel, aberto apenas para os hóspedes da corporação. O pedido foi negado algumas vezes. Numa delas, o Exército alegou: “não há razões que identifiquem as atuais instalações e acessórios do 38º Batalhão de Infantaria como fonte de qualquer informação que esteja no escopo da lei.” A resposta ia além: “esta unidade, representada pelo Estado-Maior do Exército, não considera que [...] os elementos ajudarão a Sra. Míriam Leitão e o Sr. Marcelo Netto [a] ‘reconstruir a memória’ de quando estiveram presos no local.”

A negativa souou ainda mais absurda porque o quartel não é preservado, serve como local de festas e, nessas ocasiões, não há

restrição ao acesso de terceiros. O Exército parece guardar a própria interpretação do que pode ou não ser relevante. Como última cartada para ter acesso ao 38º BI, procurei autoridades civis com influência sobre as áreas em que meus pais ficaram presos. Mas elas também não tiveram êxito. Nem um ministro da Defesa, Raul Jungmann, conseguiu remover o veto dos militares.

Decidimos deixar o convento e simplesmente bater na porta do quartel novamente. Olhei a vista pela última vez. Um toldo estava sendo montado perto do forte para a realização de um casamento. Militares jogavam bola no campo de futebol do 38º Batalhão. Tudo tão calmo e contrastante com o passado. A descida do convento por uma rua de paralelepípedos é íngreme e bonita, toda cercada de Mata Atlântica. Dirigimos menos de dois quilômetros até a porta do quartel, dessa vez sem nos perdermos. Puxei o freio de mão, abri a porta e segui a pé para a portaria. Dois militares armados me receberam.

— Será que eu poderia entrar no batalhão?

— Para...?

— Então... Eu tenho uma história com o batalhão. A minha família tem uma história. Meus pais foram presos aqui em 1972, na ditadura. Eu estava querendo visitar o local em que eles foram presos.

— Rapaz, agora está tudo fechado. Encerrou.

Insisti e o soldado percebeu que não seria fácil se livrar de mim. Tirou um *walkie-talkie* do bolso e disse:

— Área um, área um. Aqui é o oratório.

Nenhuma resposta.

— Será que não daria para você falar que eu queria visitar agora?

O soldado resolveu usar um telefone dentro da guarita e me deixou com outro soldado, ainda mais novo, do lado de fora. Iniciei uma conversa.

— Sabia que jovens assim como você foram presos aí no batalhão?

— Aqui? Sei de áreas que serviram de prisão. Mas que tinham sido presos aqui, não.

— Você tem quantos anos?

— Dezenove.

— É. Minha mãe tinha dezenove quando ficou presa aí. Você está há quanto tempo servindo?

— Cinco meses.

— E vai ficar quanto tempo? Seis meses?

— Não, um ano.

O outro soldado chegou perguntando onde exatamente meus pais tinham ficado presos. Expliquei os lugares, inclusive onde funcionava a 2ª Seção, sem dar muitos detalhes.

— Ali é o pavilhão administrativo. Mas agora está tudo fechado, como disse anteriormente.

— Será que daria para ir ao menos lá na porta?

— O sargento Cunha ficou de tentar a liberação para vocês entrarem com o tenente responsável pelo quartel hoje.

— Te agradeço muito.

Perguntei se havia fotos de militares que serviram na década de 1970. Pensava em encontrar mais imagens do capitão Guilherme. Mas ele disse que só havia dos ex-comandantes. O telefone tocou na guarita. Ele foi atender e voltou em seguida:

— Olha. Ele não conseguiu a liberação, não. Tentou conversar com o tenente mas não conseguiu. Volte depois.

43.

GRAVIDEZ INTERROMPIDA

A manhã do dia seguinte em Vitória estava reservada para uma entrevista com o ex-governador do Espírito Santo Vitor Buaiz, o médico e professor que acabou preso com os estudantes. Às nove horas o calor em Vitória já era de mais de trinta graus, e o trânsito, inesperadamente, ao menos para mim, um “turista”, estava engarrafado. A ideia era passar em uma papelaria e imprimir alguns dados e fotos do capitão Guilherme para mostrar a Buaiz. Também queria presenteá-lo com um xerox de sua própria ficha de qualificação. Mais que isso: queria mostrar a ficha completa produzida contra ele pela repressão.

Mesmo sendo sábado, a papelaria estava lotada. Três estudantes de Arquitetura estavam à nossa frente na fila de espera com uma conversa despreziosa. Uma delas dizia que tinha acordado cedo e corrido no Parque Pedra da Cebola, depois ido para a aula e seguido para a papelaria a fim de resolver um problema no trabalho da faculdade. Eduardo se disse “apaixonado” pela corredora. As meninas deviam ter cerca de dezenove anos, a mesma idade de minha mãe quando foi presa. Pareciam tão frágeis que tornavam ainda mais inimaginável que Míriam tenha aguentado a tortura. Será que elas sabiam que aquilo ocorreu na cidade delas? Será que se interessariam pelo tema ditadura?

Os três computadores da loja estavam ocupados por pessoas que imprimiam projetos e fotos. Quando chegou a minha vez, já atrasado para a entrevista, o funcionário me perguntou se eu queria xerox colorido ou preto e branco. Como as duas opções levavam o mesmo tempo, pedi cor. Com as imagens nas mãos, olhei para a foto de Buaiz e pensei: “Outros tempos.”

Nosso destino era o bairro de Santa Helena. Apesar de usarmos um GPS, nos perdemos, e um trajeto que duraria dez minutos rendeu

quase meia hora. Ao chegarmos, Buaiz estava de pé na portaria, nos esperando. Até para quebrar o gelo, após o atraso, entreguei logo a ficha dele.

— O senhor já tinha essa foto? — perguntei, mostrando-lhe uma imagem em que ele vestia uma camisa estampada, estilo havaiano, e estava de cabelo grande, desgrenhado, com bigode e uma barba cheia e desnivelada.

— Não, é a primeira vez que a vejo — respondeu Buaiz, com emoção contida. — O cabelo estava bem crescido. Na faculdade tem outras fotos minhas desse período. Eu estava diferente mesmo.

Mais tarde ele me diria que tinha se esquecido daquela camisa que usava ao ser preso, aos vinte e nove anos.

A entrevista se deu na área de lazer do prédio. Sentamos em umas cadeiras de madeira. Ele fixou os olhos na ficha e leu em voz alta:

— Simpatizante e contribuinte do PCDOB.

Foi assim que a conversa começou. Ele parecia tranquilo. Disse que havia muito queria me mostrar algo. Então, tirou da pochete uma caixinha de madeira com um relógio comemorativo do 38º Batalhão de Infantaria, onde se lia: “Ao excelentíssimo senhor governador Vitor Buaiz, homenagem dos integrantes do 38º Batalhão de Infantaria, Vila Velha, Espírito Santo. 21 de dezembro de 1998.”

— A minha mulher ia com a sua avó, dona Natividade, mãe de seu pai, para a porta do quartel — contou, entregando-me a caixinha. — Logo no primeiro dia [da minha prisão], elas foram lá e eles disseram: “Ah, eles não estão aqui, não.”

— É mesmo?

— Você vê como é o terrorismo psicológico também. Tortura. Terrível. Então aumentou o desespero.

— Isso era um terror para as famílias, imagino...

— Naquele tempo, você passar quinze dias incomunicável, quando o clima da ocasião era que estavam estourando todos os aparelhos do PCDOB no Brasil... A família ficava aterrorizada.

— As pessoas desapareciam...

— Sim. Lembro perfeitamente daquele 8 de dezembro de 1972, quando fui preso. Fiquei até o dia 6 de janeiro.

Um vento forte cortava a conversa e algumas vezes o ex-governador tossia. Ele tinha passado um mês com uma pneumonia forte que o fizera perder mais de cinco quilos. Estava abatido.

— Eles me levaram para o 38º Batalhão, me colocaram em uma sala e fizeram um interrogatório rápido. Depois, me jogaram numa cela onde estavam outros presos. Soube que o Marcelo, que na época era presidente do Diretório Acadêmico, também estava preso. Seu pai ficou surpreso ao me ver depois. Os outros estudantes gritaram para ele: “Olha quem chegou aí: o nosso professor.”

Ao se reportar àquela época, Buaiz se referia a uma cidade de Vitória que parecia bem pequena.

— Eu tinha muito contato com os estudantes, tinha duas turmas na Faculdade de Medicina. Então, sempre que podíamos, conversávamos bastante sobre a situação do país. Uma vez ou outra dava carona para eles. Naquela época pouca gente tinha carro.

— Como era a situação política?

— Era de extrema repressão. De terrorismo. Entidades sindicais proibidas, intervenção no Congresso Nacional, e a gente vendo os atos institucionais, vários amigos presos e torturados. Esse clima criou uma situação de terror.

— Qual era a sua relação com o PCdOB?

— Era indireta. O ambulatório no qual a gente atendia a comunidade, em Barra de Tambaú, tinha um estudante de Direito, o José William [Sarandy]. Ele é que fazia a ponte com o representante do PCdOB no estado, para mandar informações e medicamentos para a Guerrilha do Araguaia.

— Quem era o representante? O Foedes?

— Sim. Foedes dos Santos. Nós preparávamos pacotes nesse ambulatório, principalmente antibióticos, analgésicos, anti-inflamatórios, antidiarreicos, e o Zé William entregava ao Foedes. Uma vez ele até abriu um porque precisou de medicamentos para a família. Ali a gente sempre falava com a própria comunidade sobre a ditadura e entregava panfletos do PCdOB.

— Naquele ano de 1972 a repressão tinha se profissionalizado, eram os anos de chumbo. O senhor tinha preocupação com a sua integridade física?

— Claro. Sem dúvida. A situação era muito difícil. [Na prisão] ficamos quinze dias incomunicáveis. Depois começamos a ser retirados para banho de sol. Mas os cachorros ficavam lá, ameaçando.

— Como eram os depoimentos?

— Nos depoimentos eles perguntavam o que eu achava da política, da sociedade. Eu dizia: “Ó, sou cristão progressista.”

Sempre gostei da expressão “cristão progressista”, ligada à Teologia da Libertação. Era música para os meus ouvidos. Deixei-o continuar:

— Naquela época eu ouvia muito a Rádio Havana. Ouvia sobre os progressos nas áreas de Educação e Saúde [em Cuba]. Lia duas revistas médicas chinesas. Me impressionava muito o aspecto saudável das pessoas, principalmente das crianças. Quer dizer que o socialismo não deve ser esse negócio que estão falando por aí. Aquilo foi criando uma consciência em mim. Não poderíamos continuar convivendo com tanta injustiça, discriminação e exclusão social.

— O senhor se lembra dos militares que trabalhavam lá no quartel?

— De nome... Não lembro.

— O senhor se lembra do capitão Guilherme?

— Lembro. O capitão ficou conhecido porque era de Itapemirim, e um cunhado meu, que era de lá, falou quem era ele. O capitão tinha uma casa lá e ia no verão. Conhecia a família. Ele era dos que mais queriam mostrar autoridade no quartel. Era magrinho e toda vez que alguém saía do eixo ele ia lá e chamava a atenção de forma grosseira.

— Se o senhor visse uma foto dele, hoje, o reconheceria?

— Não sei.

Entreguei o “dossiê” produzido pela minha fonte da área de inteligência com fotos do capitão, mais novo e mais velho.

— Ele tá muito diferente da época. Não andava de farda sempre e não tinha bigode — disse Buaiz.

— O senhor sabe se é ele?

— Essa daqui poderia ser. É a imagem que eu tenho dele.

— O senhor voltou lá ao quartel como governador, não é isso?

— Aquilo foi uma coisa muito emocionante. Me lembrou a circunstância da prisão e todo aquele momento. Percorri todas as instalações. Numa homenagem, eles me deram o relógio comemorativo.

— O senhor visitou os lugares onde ficou preso?

— Sim. Todos.

Buaiz lembrou, emocionado, que, antes de serem presos, os alunos o procuravam depois das aulas. Era uma relação muito próxima, de extrema confiança, descreveu. O ex-governador falou também da greve liderada por meu pai, a que parou o Hospital das Clínicas. E comentou que não tinha muito material considerado “subversivo” em casa, apenas um exemplar de *O capital*, de Karl Marx. De repente, a esposa de Buaiz, Maria de Lourdes, a Lurdinha, apareceu com uma bandeja de sucos e água. Ela vinha de uma feira de comidas orgânicas.

— Não podia deixar de ir lá, senão a gente fica sem o precioso alimento. Olho para você e vejo que o rosto é uma mistura do pai e da mãe — disse, virando-se para mim. — Mas confesso que essas lembranças me doem muito. É muito difícil, tá?

— O governador me contou que a senhora ia para a porta do quartel com a minha avó Native...

— Sim. Nós sofriamos juntas. Morávamos na mesma rua, éramos vizinhas, o que facilitava, então combinávamos de ir. Tentávamos conseguir alguma informação. Eles não nos recebiam com aquela possibilidade de que tal hora poderíamos entrar. Deixavam a gente sempre naquela ansiedade, na expectativa, e sempre com a negativa: “Eles não estão aqui.” A gente pensava então: devem ter sido remanejados para outro local. Sempre com essa guerra psicológica, para fazer esse processo de tortura conosco. Faziam ameaças. Colocavam cães farejadores para intimidar a gente. Todo

um ambiente hostil. Revistavam a gente toda. Mas insistíamos. Até que, mais de vinte dias depois, conseguimos a primeira visita.

— Devia ser assustador... Já que naquela época as pessoas sumiam e não apareciam mais.

— Como sabíamos disso por causa de alguns companheiros que já tinham sumido, a intensidade da angústia era ainda maior. Muito doído — disse ela.

— Hoje dá para dizer que deu tudo certo?

— Não — retrucou Buaz. — Dá para dizer que enfrentamos bem, no sentido de denunciar e tentar estar solidários com companheiros em situação ainda mais difícil. Mas é um golpe muito duro. Estávamos prontos para ir a Xambioá. Mandávamos remédios. Mas após a prisão as pessoas se afastaram, tinham medo.

Os dois, Vitor Buaz e Lurdinha, se conheceram no final dos anos 1960. Em 1968 Buaz fez residência no Rio de Janeiro e viveu a efervescência do movimento estudantil carioca. De lá enviava quase todos os dias cartas para ela, que morava em Vitória, contando como estava a situação política. Era tanta a pressão dos militares que as mais de quatrocentas cartas que ela tinha guardadas, que dariam um excelente diário daquele tempo, foram queimadas em uma banheira, trituradas em um liquidificador e dispensadas com a descarga do vaso sanitário. Tamanho o medo.

Nesse momento lembrei que minha tia Martha, irmã de meu pai, já havia me contado sobre como Native, após a prisão do filho, usou a mesma técnica de triturar e jogar na privada todos os livros que meu pai tinha deixado na casa dela e que pudessem ser apontados como “subversivos”. Lurdinha disse:

— Era sempre uma situação de ameaça. No dia da prisão de Vitor, após eu ser levada também ao quartel e ter ficado lá até de madrugada, eles foram à minha casa, bagunçaram tudo. Os militares rodaram comigo pela cidade de madrugada. Esse foi o primeiro momento. Mas a pressão continuou. E eu acho que tive um aborto, porque estava há algum tempo sem menstruar. Passei muito mal devido à situação de estresse, perdi muito sangue. Fiquei prostrada, cheguei a pesar quarenta quilos, mas tinha que levantar para

procurá-lo. A sua avó também estava preocupada porque falavam que o Marcelo não estava lá e tinha sido transferido para outro local.

Mesmo quando deixaram as duas entrar no quartel para a primeira visita, antes as fizeram esperar muito tempo ao lado dos cachorros. Minha avó e Lurdinha estavam desesperadas quando finalmente viram os presos pela primeira vez.

— Era 1972, um dos piores anos — continuou Lurdinha. — Ficamos chocadas com a situação das meninas, bem difícil. Na época, eu só consegui algumas informações porque o marido de uma vizinha era militar. E ele nos contou que quem comandava toda a investigação era o capitão Guilherme. Ele tinha sido contemporâneo do capitão e o conhecia de Itapemirim. Essa foto dele que você tem se parece muito [com ele]. Ele era assim: magrinho.

— Você teve vontade de procurá-lo? — perguntei a Lurdinha.

— Tendo passado por toda essa pressão, de agressão de toda natureza, existe um sentimento de tentar esclarecer, entender o porquê disso tudo. Determinadas atitudes pareciam tão gratuitas. A partir de quê? Tudo isso contra a sociedade. Nós tínhamos um trabalho social muito grande. Quando chegamos ao quartel, um militar encostou uma arma nas costas do Vitor e foi levando ele para lugares ermos. Eu me lembro dessas figuras e do capitão Guilherme.

— Um dos militares que assinam o depoimento da minha mãe, como curador da indiciada por ela ter menos de vinte e um anos, é o Eduard Alois Baldi Magalhães — falei, mostrando a Lurdinha um papel com uma foto atual de Eduard.

Após ficar alguns segundos em silêncio, ela afirmou:

— Olha, dessa figura possivelmente eu me lembro. Talvez seja ele mesmo. Nós estivemos com ele no momento da nossa prisão, no dia 8 de dezembro de 1972, por volta das vinte horas e quinze minutos, quando estávamos na casa de um amigo.

O casal estava na casa de José William Sarandy quando os militares chegaram para prender o dono da casa. Ao perceberem a presença de Buaiz, disseram: “Olha, vocês nos pouparam de ir na casa de vocês.”

E Buaiz acabou preso ali mesmo, sendo levado junto com Lurdinha.

— Tem um militar que assina todos os depoimentos, os mandados de prisão e as buscas. O nome dele é Danilo Junger Goulart. A senhora se lembra desse nome?

— Lembro, sim. Capitão Guilherme e Danilo são os nomes que eu guardei na memória. Tinha também a informação de que alguns que estavam nessa investigação eram de fora, do Rio de Janeiro. Mas havia os do nosso estado também.

Buaiz interrompeu:

— Capitão Guilherme ficou conhecido porque era o que mais circulava no quartel. Depois que o pessoal começou a receber visitas, a ter banho de sol e alguns poucos exercícios, ele estava sempre lá.

Lurdinha acrescentou:

— Nós, do lado de fora, e eles dentro do 38º Batalhão de Infantaria. Aqui, éramos seguidos aonde íamos. Tinha sempre gente na porta de nossa casa. Uma opressão violenta. É chocante ver hoje aquele ambiente de tortura do 38º Batalhão de Infantaria, com uma beleza tão exuberante, se transformar em cerimonial de casamento. E ainda faturam. Eu imagino que quem faz essa escolha possivelmente desconheça o que se passou ali. É a pseudoimunidade do Exército, “defensor da pátria”. Então, oculta-se tudo isso. Denúncias foram feitas sobre esses locais.

De repente, a mulher do ex-governador ficou em silêncio e pareceu desconfortável. Voltou a falar já com uma expressão diferente no rosto, mais fechada e claramente incomodada. Ela estava, na verdade, passando mal.

— Olha, neste exato instante, eu estou tendo uma arritmia. Essas emoções aqui estão trazendo impacto ao meu coração. A lembrança daquele tempo. Eu estou aqui tremendo. Fiz anos de terapia, mas não adiantou.

Ela precisou de cinco minutos em silêncio para se recompor. Eu fiquei preocupado. Depois concluiu:

— Quanto ao 38º Batalhão de Infantaria, é fato que nunca se focou nesse aspecto de tortura. Como eles conseguiram isso, o de abafar e ocultar, eu não sei. Eu não sei até hoje.

44.

O ENCONTRO CLANDESTINO EM MINAS

Na papelaria, eu havia ampliado também uma foto de Marcelo, Míriam e Vladimir tirada logo após meu pai deixar a prisão. Foi a primeira viagem que fizeram como família depois do nascimento do meu irmão mais velho. Uma viagem arriscada. Marcelo e Míriam pegaram o bebê loirinho e foram para Minas Gerais, ao encontro dos amigos Iran Caetano e Ângela Milanez. Os dois também tentavam reconstruir a vida, após o período de prisão e tortura, no caso de Ângela, e de fuga cinematográfica no Fusca amarelo, no caso de Iran.

A foto foi tirada no quintal de uma casa simples, com o muro meio quebrado e a tinta azul-clara desgastada pelo tempo. É uma imagem bonita, mas estranha. Típica dos anos de chumbo. Iran e Ângela não estão nela. Qualquer prova de encontro entre aqueles amigos seria um perigo na mão dos militares.

Eu não sabia se Ângela se lembraria daquele momento com os antigos companheiros. Desejava muito que lembrasse — era no que eu pensava enquanto dirigia o carro para a sua casa, no bairro de Camburi, em Vitória. Fomos recebidos por Mariana Milanez Caetano, filha de Iran e Ângela. Loira como a mãe, Mariana é uma mulher alta. Parecia tão feliz com o encontro quanto a mãe, que deixara de morar com Iran havia poucos anos.

Parada na sala retangular que dava numa varanda voltada para a rua onde estacionáramos, Ângela deu uma gargalhada ao me ver.

— Misturou muito o Marcelo e a Míriam — disse, referindo-se à minha aparência, com os olhos quase fechados de tanto sorriso aberto.

Percebi logo que toda a descrição que meus pais haviam feito dela era verdadeira. Das pessoas que já entrevistei, incluindo os presos de Vitória, Ângela é a que melhor lida com os traumas da tortura. Ela riu alto ao falar do assunto. Apenas uma vez ficou séria, para depois rir de novo. Comecei assim a entrevista:

— É uma história que foi difícil para uma geração que enfrentou a ditadura, mas o país não tratou dela toda, nunca foi a fundo nas questões mais difíceis. E eu estou querendo falar um pouco daquele tempo em que você ficou presa. Não sei se você reconhece esta pessoa aqui.

Mostrei-lhe então as fotos dela de frente e de perfil que constavam dos arquivos do STM tiradas no momento em que foi presa e que ela nunca tinha visto.

— Esta aqui sou eu. Olha aqui, Mariana, olha aqui. Aqui sou eu.

— *Jacy*? — perguntei.

— Uhum, codinome *Jacy*.

— Você se lembra desse dia em que foi presa?

— Foi [início de dezembro] lá no 3º Batalhão de Caçadores.

— Hoje é o 38º Batalhão de Infantaria — lembrei.

— A carinha tá meio triste aqui, né? Eu sabia o que ia aguentar pela frente — ela comentou.

— Pois é, e o que você aguentou pela frente?

— Ah, eu aguentei muita coisa. Eu fiquei dois meses. Sabia o que ia enfrentar porque nosso partido era clandestino na época, então eles davam essa instrução pra gente. Se algum dia a gente caísse na mão da repressão... Tinha que se preparar para o pior. E lá realmente não foi fácil, eles não são bonzinhos, não.

— Como é que foi?

— O Exército chegou na minha casa num domingo de manhã, às seis horas. E minha casa tinha aquelas janelinhas na porta. Não tinha campainha. Na hora em que abri, achei que era o Iran chegando, mas o cara botou o documento da Polícia Federal: "Preciso falar com você e com seu marido." Aí eu abri a porta e falei: "O marido infelizmente não tá aqui. O que você quer comigo?" E ele: "Ah, você tem que nos seguir para prestar uns esclarecimentos."

Meu irmão acordou assustado e falou: “Eu vou com você, eu vou com você.” Eu falei: “Que isso, calma, não precisa ir ninguém, não, eu vou sozinha.” Aí eu ao menos consegui falar: “Se o Iran chegar, fala que eles já me levaram.”

— Os meus pais disseram que foram visitar vocês em Minas Gerais depois que saíram da prisão. Fizeram uma viagem meio escondida, com medo que os militares estivessem ainda, de certa forma, monitorando.

— Eu lembro [...] que o Marcelo e a Míriam nos visitaram.

— Eles falam que esta foto foi tirada na casa de vocês — completei, estendendo a foto.

— O Marcelo e a Míriam... E esse neném aqui, será que é quem?

— O Vladimir.

— É mesmo, eles foram nos visitar. Foi lá em Belo Horizonte. Estávamos fugindo. Depois dessa casa, seguimos para o Rio de Janeiro e depois para o Norte, para tentar entrar na guerrilha. Moramos dentro da floresta amazônica, no Pará, até 1978, para poder sobreviver. Porque aqui estava muito perigoso. A ditadura estava muito violenta naquela época, matando pessoas.

— Eu sei que é um assunto difícil, mas você foi torturada na cadeia?

— Fui. Eles só conversavam comigo eu estando sem roupa. Eles trouxeram uma cobra jiboia, aquela bem grande, e falaram que iam enrolar em mim. Eles arrancavam e rasgavam minha roupa. Quando falaram que iam botar a cobra jiboia em mim, eu pensei “meu Deus, taruíra [lagartixa], eu tenho pavor, entrego tudo”. Só que uma jiboia [...] sempre ouvi falar que ela não morde, né? Aí falei pros caras: “Não, essa jiboia pode trazer, pode enrolar, ela não morde.” Eles me deram “telefone” [tapas no ouvido], soco, só conversavam comigo apontando a arma, falando que iam me matar. Depois me colocaram na solitária e me deixaram lá com esses mantos de cavaleiro que espetam a gente. Me vestiram [com o manto de cavaleiro] sem roupa. Militares ficaram vigiando para eu ficar com aquilo. Era um calor danado, porque era dezembro na prainha de Vila Velha. Fiquei lá sete dias com aquele negócio para poder falar. Eles falavam: “Você tem que ficar aí pra resolver contar.” E nada de eu contar. Eu

queria fazer minhas necessidades, eles não deixavam eu ir sozinha. Eles colocavam o cachorrão perto, eu não podia fechar a porta, não podia tomar banho de porta fechada. Era tudo aberto, eles tinham que ver tudo. E a comida de lá era muito ruim, com muito bicho. Você comia aquele feijão e dava pra catar os bichinhos em cima.

— E você lembra quem te torturou? Você sabe dizer quem te torturou?

— O capitão Guilherme, que era o torturador da época.

— Foi ele que te torturou?

— Não era ele sozinho que torturava, ele comandava. Um dia também me botaram dentro de um carro, começaram a rodar comigo dentro do quartel acho que por mais de três horas falando que estavam me levando a São Paulo para eu poder falar. Estava encapuzada. A gente sabia que lá o negócio era pau de arara, choque elétrico.

— Eu posso te mostrar uma foto pra ver se você reconhece esse capitão Guilherme?

Entreguei a foto.

— Este daqui mesmo. É o tal, é esse mesmo. Capitão Guilherme é este aqui.

Estendi outra imagem, de outra época:

— Aqui ele já está mais velho, mas é ele?

— Ele era isso aqui mesmo — ela confirmou. — Ele não usava esse uniforme militar sempre.

— Mas é ele aqui?

— É, é ele.

— Certeza?

— Certeza. Aposto que a Míriam reconhece e o Marcelo também.

— Sim, eles falaram que é ele.

— É, ele era o que comandava a equipe dos torturadores — reiterou Ângela.

— Alguns militantes falaram para mim que ouviam a voz dele falando assim: “Faz isso...” Era mais ou menos esse o papel dele?

— Era mais ou menos isso. Ele também tem que pagar pelo que fez.

— Minha mãe me contou que você era meio que a chefe dela.

— Eu era chefe do Secretariado Estudantil e ela pertencia ao meu secretariado.

— Você pode falar um pouco das coisas que vocês fizeram?

— Eu conversava com outros alunos. Numa época, nós distribuíamos uma “Carta da UNE” na universidade, panfletávamos à noite. Pichações de “Abaixo a ditadura” e manifestos à população sobre tudo o que estava acontecendo no Brasil, a censura nos jornais.

— Você deu o nome de Marcelo ao seu filho. Foi em homenagem ao meu pai?

— Eu fiz pelo comportamento do Marcelo na prisão. Foi o melhor comportamento, porque os outros todos ficavam morrendo de medo. E o Marcelo não, sempre trancadinho lá na dele. Ele foi muito torturado.

— Você não é a primeira pessoa que vira pra mim e fala esta frase: “Ele foi muito torturado.”

— A gente não dedurava o companheiro, mas eles já tinham tudo escrito. Quando a gente concordou em falar, já estava tudo escrito no papel, como meu nome, *Jacy*, *Amélia*, que era a *Míriam*; *Mateus*, o Marcelo... Eu que falei com o Marcelo: “Marcelo, a gente agora não tem mais nada que entregar. Tá tudo aqui, eles já sabem de tudo. É só a gente concordar.” A gente só confirmou.

— Quando eu fui lá no Foedes, ele admitiu que entregou as pessoas — contei. — Você sabia que tinha sido ele quando você chegou ao presídio?

— Eu sabia, mas ele sumiu de lá rapidinho. Ele não ficou, porque a própria polícia ficou com medo que a gente matasse ele. O capitão Guilherme um dia foi na nossa sala e falou: “Se vocês estivessem em casa hoje, vocês iam ver uma notícia que não iam gostar muito. O Comitê Central do PCDOB caiu todo, caíram seis pessoas no Rio.”

— O capitão Guilherme falou isso pra você?

— Falou isso pra nós. E o Foedes sumiu, porque foi ele que levou [a polícia] até as pessoas. Ele conhecia, tinha contato direto com o Comitê Central no Rio.

— Foi o Foedes — confirmei. — Ele falou que entregou o Lincoln Cordeiro Oest.

— É, ele foi até assassinado, esse Lincoln. Foi assassinado na época, foi Foedes quem entregou.

— Você chegou a conhecer o Lincoln?

— Conheci — admitiu Ângela.

— O trabalho do capitão Guilherme foi importante para dizimar o Partido Comunista [do Brasil], isolar a guerrilha no Araguaia — eu disse. — Porque ele conseguiu as informações através do Foedes. Depois o regime usou-as para matar algumas pessoas do Comitê Central, como Lincoln Cordeiro, depois, por consequência, o Carlos Danielli, e, a partir daí, isolar a guerrilha. Então, o capitão Guilherme te fala que...

— Que acabaram com o Comitê Central. Foi isso mesmo, ele falou. Foi na nossa época que eles mataram, quando estávamos presos, porque o Foedes levou. Caiu o Comitê Central todo, tirando o João Amazonas e a Elza Monnerat. Quando você ia ao Comitê Central você marcava em Copacabana, num ponto de táxi. Aí chegava lá, passava uma Kombi, abria a porta, você entrava e já fechavam os seus olhos. A gente seguia para uma casa sem saber onde era. Na época, eles também sumiram porque estavam com o Foedes no Rio.

— Ele pediu perdão. O que você responderia ao Foedes?

— Eu não sei. Tem que pedir perdão para o povo brasileiro. Ele fez um estrago. Fez muita gente sofrer, morrer, dirigentes nacionais... Não é só chegar assim agora e pedir perdão.

Algo chamava a atenção na sala. Era um painel gigante, pintado em toda a extensão de uma das paredes, com a imagem da baía de Vitória. Ficamos em silêncio por um tempo, olhando a bela paisagem em preto e branco. Percebi o amor dela por aquela terra onde cresceu, se apaixonou, militou e foi presa. Mas foi Eduardo quem viu o detalhe mais importante: o painel incluía o batalhão. Ângela fez um movimento que não esquecerei. Parou em frente a essa parte do painel e apontou:

— Foi aqui que fiquei presa.

Não parecia guardar rancor. Contudo, não deixava de transparecer desejo de justiça. A pergunta era óbvia e todos a fizemos:

— Você não para e pensa no que viveu quando passa por essa parte do painel em direção à varanda, e vice-versa?

Ângela riu.

— Eu passo e olho... É um lugar lindo, apesar de tudo o que ocorreu. Essa é a dureza dessa história.

Mariana passava um café à moda antiga, com coador de pano, quando Ângela começou a falar sobre Marcelo, o filho que morava havia quinze anos nos Estados Unidos, batizado com o nome do meu pai. A ex-militante comentou que se arrependia de tê-lo deixado ir tão jovem tentar uma vida melhor. Tinha saudade. Marcelo tem duas filhas e mora numa região litorânea do estado de Nova York. Tornou-se membro de uma igreja metodista que trabalha em células, ou seja, que se reúne também na casa dos membros.

Eu mantive um pequeno grupo regular em casa, onde me reunia com cristãos por não mais de uma hora. Muitos drogados iam aos encontros para buscar ajuda. Alguns com casos graves, usuários de crack. Então sei como funciona o método, essa forma evangelística de atrair as pessoas para o cristianismo. Igrejas aumentaram o rebanho através de reuniões como essas, fora dos templos, mais informais, e que se disseminaram por várias vertentes de igrejas protestantes, das mais tradicionais às neopentecostais.

Sempre achei um paradoxo curioso o fato de os comunistas usarem a mesma técnica na década de 1970. As células do partido, além de terem o mesmo nome, tinham o objetivo de crescimento — os pequenos grupos se encontravam secretamente e queriam conquistar novos seguidores. A diferença é que um grupo usava a Bíblia como ferramenta e o outro, o *Manifesto comunista*. Várias vezes me peguei rindo sozinho ao pensar em como os meus pais passaram tanto tempo em células comunistas, na clandestinidade, enquanto eu — e agora descobria que Marcelo também — já havia participado de pequenos grupos cristãos, tão semelhantes.

Ângela riu quando comentei isso com ela.

— Enquanto as células da Igreja trazem para a religião, nós levávamos para o partido — resumiu, contando que frequenta células cristãs quando se hospeda na casa do filho. — As reuniões são idênticas às minhas [daquela época]. Poucas pessoas, não mais

de dez. Alguns membros já fixos do partido, ops, da Igreja têm o intuito de ajudar na cooptação do novo integrante.

Alegrei-me ao saber que Marcelo e eu tínhamos algo em comum. Essa informação me deu uma imagem de como é a vida do filho de Ângela, batizado com o nome de meu pai porque, nas palavras dela, ele teve o melhor comportamento, no pior momento, entre todo o grupo de correligionários da esquerda capixaba na cadeia.

45.

“É ESSE FILHO DA MÃE MESMO”

A História revela que para acabar com uma ditadura é preciso confrontá-la. Não há opção. O valor de um grupo de jovens que decide fazer uma simples panfletagem é inestimável. Tais gestos, brandos ou não, enfraqueceram progressivamente a ditadura militar brasileira. Olho para o passado e percebo que, de fato, era preciso destruir as bases de sustentação do regime, assim como meu pai sonhou fazer com a ponte Florentino Avidos, a “Cinco Pontes”, ao lado dos membros da RAN, ou de Antoine, no seu romance inacabado. Saindo da casa de Ângela, eu pensava no quebra-cabeça das organizações que lutaram contra a ditadura.

Eduardo e eu decidimos que, naquele primeiro momento, deveríamos levar as imagens do capitão Guilherme ao menos a mais um ex-militante do Espírito Santo. A ideia era depois mostrar a outros. Lembrei-me do xará do capitão, o médico Guilherme Lara Leite, ex-marido de Magdalena Frechiani. Liguei e, para nossa sorte, ele estava em casa. Pedi somente que fôssemos rápidos, pois tinha um casamento para ir naquele domingo. Eram quatro da tarde e a cerimônia começaria às sete da noite. Chegamos em trinta minutos à sua residência, que tinha uma pequena sala com paredes brancas e uma ampla varanda. Após um breve bate-papo, perguntei:

— Você se lembra do dia em que chegou lá no quartel?

— Eu morava numa república com outros colegas, inclusive com o Gustavinho, Gustavo Pereira do Vale Neto. A polícia chegou para prendê-lo. Eles me deixaram quieto. Não sabiam de mim. [Em seguida], eu e um outro colega saímos, às dez horas do domingo, e passamos a noite na praça Costa Pereira. Amanheceu, pegamos um táxi e, quando passamos na nossa república, estava cheio de polícia de novo e [havia] muitas crianças brincando com panfletos que

estavam numa mala minha. Tinha também *O Esculápio*, o jornalzinho do diretório.

— Os panfletos eram do partido?

— Do partido, que a gente distribuía na faculdade. Aí passei direto para não ser preso. Encontrei com a Magdalena, que era minha namorada, e a Beth. Elas ficaram sabendo e fugimos. Nos entregamos um tempo depois — resumiu.

— E como é que você foi recebido lá?

— Foi terrível. Me colocaram capuz, falando que iam me jogar do helicóptero, e foram apertando um cordão de náilon [no pescoço]. E o que eu tinha feito? Fazia pichações nos muros da faculdade com “Abaixo a ditadura”. Fui recebido com muita ameaça, uma coisa terrível.

— Você se lembra dos militares que trabalhavam lá?

— O que marcou realmente, o pior de todos, foi o meu xará, capitão Guilherme. Esse era terrível.

— Por quê?

— Porque era sádico, perverso. Fazia ameaças. Era o mais ameaçador de todos, totalmente terrível.

— Ele chegou a te ameaçar?

— Sempre me ameaçava. Ele ficava dando ordens, gritando ameaças, muito pesado.

— Que tipo de ameaça ele fez pra você?

— Essa de que iam me matar, jogar do helicóptero.

— Ele estava nesse dia do capuz, então?

— Estava e participava.

— Você acha que se eu te mostrar uma imagem você reconhece ele?

— Eu acredito que sim.

Mostrei uma foto mais recente, explicando:

— Isso é um tempo depois, obviamente.

— É, ele tá um pouco diferente. Ele não tinha óculos, o rosto [era] mais magro. Mas lembra, sim — disse.

— E esta foto aqui?

— Aqui tá mais parecido. Muitos anos, né, Matheus?

— Faz quarenta e três anos.

— Mas eu lembro muito dele, do capitão Guilherme. Não tinha nenhum respeito às mulheres também.

— E você foi levado para o partido como?

— Na época de faculdade. O Marcelo era o presidente [do diretório], eu era do Departamento Cultural. Anos depois, meu neto, que hoje tem dezenove anos, ficou sabendo que eu tinha sido preso e perguntou assim, numa mesa em que a gente estava almoçando: “Você já foi preso? O senhor é bandido?”

Nesse instante, Guilherme começou a chorar e a fala travou. O silêncio tomou conta da sala. Após certo tempo continuou:

— Fico até emocionado. Falei para ele que tinha sido preso e que não era nenhum bandido, que tinha lutado pela liberdade do Brasil, eu e vários colegas, a avó dele, a Magdalena. E o que eu tinha feito era isso, escrever “Abaixo a ditadura”, trazer alguns filmes e shows pra Vitória.

— Tinha um outro militar.. Eu li o nome dele em alguns depoimentos. Esta é a foto dele hoje — disse eu, segurando outra imagem. — Não sei se traz alguma lembrança.

— Não traz, não. Esse não. A memória mesmo é do capitão Guilherme. Foram momentos muito duros.

— O que você acha de tentar contar essa história, localizar as pessoas, o próprio capitão...

— Foi uma fase tão terrível que a gente até apaga um pouco, mas, falando, estou me recordando. Eu não me lembrava de ser chamado de bandido, de ser torturado. Inconscientemente, a gente procurou apagar isso. E quando vem à tona é muita emoção. Acho fundamental [contar essa história], inclusive porque pessoas completamente desinformadas falam em retorno dos militares e da ditadura. Elas não têm ideia do que é viver num regime militar ditatorial como nós vivemos. Você escrever “Abaixo a ditadura”, “Viva a liberdade” era crime grave para ser preso, torturado. Não tinha diálogo. Eram jovens que lutavam pela liberdade. E hoje eu vejo gente que é até bem informada, médicos, querendo a volta dos militares. Um absurdo.

— É difícil?

— Aterrorizador.

Guilherme voltou a olhar a foto do capitão, até mesmo algumas outras que estavam guardadas no meu celular. De repente apontou uma:

— Aqui tá bem mais parecido com o capitão Guilherme da nossa época — disse, firme. — É esse filho da mãe mesmo. É esse mesmo, o filho da mãe.

46.

O EXÉRCITO SABIA

Naquela noite, mostrei a Eduardo um documento militar revelador encontrado em minha investigação. Estava no segundo dos cinco volumes arquivados no Superior Tribunal Militar. Ao me deparar com essa nova etapa de minha busca pessoal, considerava importante encontrar ao menos uma ligação oficial — afora o depoimento dos ex-presos — entre o capitão Pedro Guilherme Ramos e os episódios vividos por aqueles estudantes em Vitória. Queria uma prova documental de sua atuação no 38º Batalhão de Infantaria no período em que meus pais estiveram lá.

Um tempo depois do encontro com Foedes, resolvi visitar aquela documentação com calma. Por ter lido os mesmos papéis muitas vezes, mudei fisicamente a forma de abordá-los. Espalhei os cinco volumes sobre a cama, sem embaralhá-los, e comecei a pinçar aleatoriamente páginas para tentar ver o que nunca percebera em outras leituras.

Após trinta minutos, passei a folhear algumas páginas do volume dois, onde estavam as fichas de qualificação de todos aqueles presos políticos. A procura era pelo nome do capitão ou por alguma referência a ele. Nunca tinha encontrado o nome dele nos cinco volumes. Primeiro, porque somente agora acionara a Lei de Acesso à Informação e recorrera a fontes para descobrir seu verdadeiro nome. Segundo, por ele ser chefe da 2ª Seção, a área de inteligência, eu tinha quase certeza de que seu nome não apareceria na papelada.

Como já havia constatado, o inquérito era conduzido pelo major José Maria Alves Pereira e o escrivão do processo fora o sargento Danilo Junger Goulart. O nome dos dois estava impresso em todos os documentos. Mas o do capitão Pedro Guilherme Ramos, não. Puxei uma folha normal de andamento requisitado pelo major José

Maria. Datada de 28 de dezembro de 1972, a página 323 registrava o ofício nº 13 do Inquérito Policial-Militar. O major requisitava algo ao tenente-coronel Geraldo Cândido Sequeira, o comandante do 38º Batalhão de Infantaria (ainda chamado de 3º Batalhão de Caçadores). O assunto da solicitação de José Maria: a prorrogação do IPM. A data mostrava que o inquérito havia sido aberto no dia 28 de novembro, época em que começaram as prisões. O texto do documento era simples, burocrático e direto:

Havendo necessidade de serem procedidas novas diligências imprescindíveis à completa elucidação dos fatos que ensejaram a instauração do IPM do qual sou Encarregado, solicito-vos sejam prorrogados o prazo para a conclusão do mesmo e as prisões dos Indiciados.

Em seguida, vinham os nomes dos militantes. Depois, informava-se que o pedido, assinado por José Maria, era nos termos do "Art. 59 do Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1.969 — LEI DE SEGURANÇA NACIONAL".

Resolvi procurar a resposta na página 324 e descobri um tesouro para aquela minha busca. O documento, o Boletim Reservado nº 21/72, produzido no dia 29 de dezembro de 1972, era justamente da 2ª Seção. Era o papel que eu sempre procurara e que finalmente repousava leve como uma pluma nas minhas mãos. Não o largaria mais. Estava assinado por Pedro Guilherme Ramos, capitão, chefe da 2ª Seção do 3º BC. Reproduzo-o a seguir:

-SIM-
000324

-SIM-
589022

Fls. *1*
ca. paulo ramos
ESCRIVÃO

CÓPIA AUTÊNTICA: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - I EXÉRCITO - 1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO - 2ª BRIGADA DE INFANTARIA - 3º BATALHÃO DE CAÇADORES 2ª SEÇÃO - BOLETIM RESERVADO Nº 21/72 - VILA VELHA-ES, 29 DEZ // 1.972 - PARA O CONHECIMENTO DOS OFICIAIS DO BATALHÃO E DEVIDA EXECUÇÃO, PUBLICO O SEGUINTE: - 1ª PARTE - SEM ALTERAÇÃO. 2ª PARTE - INSTRUÇÃO - SEM ALTERAÇÃO - 3ª PARTE - ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS - SEM ALTERAÇÃO. - 4ª PARTE - JUSTIÇA E DISCIPLINA: JUSTIÇA: IPM - PRORROGAÇÃO DE PRAZO - CONCESSÃO- Atendendo a solicitação constante do Ofício nº 13-IPM, de 28 Dez 72, do Maj Inf JOSÉ MARIA ALVES PEREIRA, desta Unidade, prorrogo, de acordo como Art 59 do Decreto-Lei nº 898, de 29 Set 69 - Lei de Segurança Nacional, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do IPM do qual está o mesmo encarregado. A presente prorrogação é a contar de 30 Dez 72. Vila Velha, ES, em 29 de dezembro de 1.972. *Pedro Guilherme Ramos*

PEDRO GUILHERME RAMOS,

Capitão, Chefe, da 2ª Seção do 3º BC. - .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.



DESPACHO
Just. - de 29 de dez 1972
Pedro Guilherme Ramos
Eng. CP. Com IPM

O significado daquele documento estava mais nas entrelinhas do que no próprio texto. Era uma prova cabal do papel de Pedro Guilherme Ramos na hierarquia do batalhão no Espírito Santo. O pedido do major, apesar de endereçado ao comandante do batalhão, o tenente-coronel Sequeira, estava sendo autorizado por um capitão. Ao menos no processo a que tive acesso, um major, que tem patente mais alta, estava sendo autorizado a prorrogar o prazo de um inquérito por um capitão, patente inferior. Isso não é comum no Exército.

O que os meus pais e os militantes sempre disseram sobre aquele batalhão do Estado brasileiro era então verdadeiro. O capitão Guilherme não era o comandante de direito, mas todos sabiam que ele o era de fato, porque as ordens sempre saíam de sua boca. A burocrática troca de mensagens para a manutenção do inquérito aberto era arrasadora e confirmava, finalmente, as afirmações dos ex-presos. Com mão de ferro, o capitão comandava aquela que, para eles, era uma sombria masmorra.

Se, por um lado, o documento confirmava o que haviam dito os militantes de Vitória, por outro, enfraquecia a minha suspeita de que Pedro Guilherme Ramos, quando auxiliar do ministro Cabral Ribeiro, do STM, poderia ter retirado do processo pistas sobre sua atuação em 1972. O Boletim Reservado sobrevivera ao tempo. Dentro dos autos.

Agora que eu tinha certeza absoluta do seu nome e possuía um documento oficial que o colocava no 38º Batalhão de Infantaria como chefe do s2 e prorrogando o inquérito, resolvi pesquisar o que o Exército dizia oficialmente sobre Pedro Guilherme Ramos, formado na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em 1964. O primeiro caderno do *Correio da Manhã* de 26 de agosto de 1967, um sábado, publicara na página 9 que, antes de chegar a capitão, Pedro Guilherme Ramos saíra do posto de segundo-tenente para o de primeiro-tenente de Infantaria. A promoção do militar foi registrada logo acima de um anúncio da extinta TV Tupi sobre o programa *Perdidos no espaço*. "Que dia é? Sábado? Então, meu bem, só depois das oito..." A propaganda continuava: "Por que será que ninguém mais quer sair de casa no sábado entre 18h55 e 19h55? A

TV Tupi apresenta, neste dia e horário, a mais sensacional aventura espacial da televisão brasileira.”

O Diário Oficial da União e edições de jornais de alguns anos depois mostram que, no governo de Emílio Garrastazu Médici, Orlando Geisel, então ministro do Exército, promoveu Guilherme de tenente a capitão, patente com a qual comandou o setor de inteligência do 38º Batalhão de Infantaria de Vila Velha. Era o dia 26 de agosto de 1970, uma quarta-feira, e o *Correio da Manhã* noticiou o fato na página 17 da seção de Serviço, sob os títulos “Ministro Orlando Geisel promove oficiais do Exército”; “A Marinha incentiva o ensino”; “Esquadilha da Fumaça foi aplaudida no Paraguai”. Irmão mais velho de Ernesto Geisel, sucessor de Médici, Orlando foi um dos articuladores do seu irmão para a Presidência.

No dia 31 de agosto de 1979, uma sexta-feira, o capitão foi promovido a major. Em 26 de dezembro de 1989, o Diário Oficial registra que Guilherme obteve a patente de coronel. Antes, em 31 de agosto de 1984, o registro é de que o último presidente militar, João Baptista Figueiredo, promoveu Guilherme de major a tenente-coronel. E antes ainda dessa promoção, em 16 de fevereiro de 1983, o mais importante: já major, Pedro Guilherme Ramos recebeu a Medalha do Pacificador, aquela mesma distinção recebida por Brilhante Ustra, “por ter se distinguido, com risco de vida, por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, praticados no período de 05 Abril de 72 a 16 Julho de 74”. A portaria é do ministro Walter Pires Carvalho e Albuquerque. O tempo de “abnegação, coragem e bravura”, correndo “risco de vida”, aconteceu quando os meus pais foram presos sob a sua tutela — do final de 1972 aos primeiros meses de 1973. A medalha era um prêmio do Exército pelos serviços prestados contra Marcelo, Míriam e seus colegas do PCDOB. O Exército sabia o que ele tinha feito na repressão.

47.

O SILÊNCIO DO CAPITÃO

Fiz novas investigações em torno do capitão Guilherme. Algumas me deixavam em dúvida e com a expectativa de que ainda poderia encontrá-lo para fazer todas as perguntas que estavam sem resposta. Persisti na busca por meses. As informações eram conflitantes. Fora difícil descobrir seu nome e, depois, descartar os homônimos do militar que comandara o setor de inteligência do 38º Batalhão de Infantaria. Se a busca por informações sobre o período da ditadura não fosse um campo minado e uma eterna sucessão de negativas... seria mais fácil.

Por outros caminhos, acabei finalmente descobrindo que ele tivera câncer de pâncreas, quase sempre fatal e de curta sobrevivência. Quarenta dias antes de morrer ele foi oficialmente para a reserva. No Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 2003, governo do quinto presidente civil após a ditadura, foi publicado o ato de “reformatar o coronel da reserva remunerada Pedro Guilherme Ramos [...] por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército”.

Eram seis e quarenta da manhã do dia 20 de outubro de 2003, no hospital Alvorada, em Moema, São Paulo, quando ele faleceu — alguns meses antes de eu ter acesso aos documentos do STM e começar a minha primeira busca por Foedes dos Santos. Guilherme tinha sessenta e dois anos. Seu corpo está enterrado em Cachoeiro de Itapemirim. Eu nunca o encontraria.

Sim, estava morto o capitão Guilherme.

VOTE NULC

48.

O AMOR DE UM FILHO PELO PAI

Continuávamos em Vitória, para aprofundar as investigações sobre o passado, quando, de repente, Eduardo esticou o braço e me entregou seu celular. Nele havia o resultado de uma longa pesquisa feita na página do Facebook dos filhos do capitão Guilherme: Monica Cristina, Guilherme, que ganhou o nome do pai, e Leonardo. Confesso que adiar a fazer esse tipo de consulta a respeito dos filhos do capitão porque intuía que teria de abordá-los em algum momento. Com a morte do capitão, eu precisaria ouvi-los sobre o pai. Era o meu dever. Mas tinha receio do que encontraria no presente.

Leonardo, o mais ativo dos filhos nas redes sociais, postou em 9 de agosto de 2015 uma antiga foto do pai com o texto: "Onde quer que esteja, envio meus parabéns pelo dia de hoje. Você nos ensinou valores como a honestidade e a capacidade de lutar por nossos ideais. Parabéns, pai! Que esteja junto de Deus e consiga ver as coisas maravilhosas que esse mesmo Deus nos provê por aqui!" Seu irmão, Guilherme, escreveu um comentário: "Orgulho." O meu primeiro receio se confirmava ali. Eu teria que contar as sombras do passado do pai que tiveram e amavam. Leonardo mostra-se, nas redes sociais, um apaixonado pela família. Numa foto dos pais postada no dia 10 de maio de 2015 também reverencia: "Hoje seria um dia de estarmos juntos como todos os anos... Infelizmente você não está por aqui fisicamente, mas sinto você no meu coração e sei que está bem em outro plano. Saudades imensas... Te amo!"

Conforme havia pensado no voo de ida para Vitória, o ponto de vista é fundamental nessa história. A *timeline* do Facebook de Leonardo mostrava outra homenagem a seu pai, o capitão de exército que permitiu a tortura nos meus pais. "Hoje vai meu abraço pra esse cara que nos deixou há cerca de onze anos. Meu maior

exemplo de honestidade, pai. Um dia nos encontraremos, muito obrigado por tudo o que nos ensinou nos seus erros e acertos. Queria tê-lo aqui pra te dizer que te amo! Fique em paz!” O texto foi escrito em agosto de 2014. O capitão, apesar do papel que desempenhou na ditadura, tinha sido um bom pai. Militares que atuaram no período já deram declarações de que conseguiam se “desligar” quando abriam a porta de casa.

Mas como os filhos do capitão viam a atual situação do país? Vi uma resposta em um *post* encontrado por Eduardo. Era do dia 14 de agosto de 2015. “Bolsomito *again!* Novo vídeo de 05/08/2015. Desabafo fantástico! Vale a pena ver essa pérola de discurso!!! Meu voto sempre foi e sempre será dele!!!” A postagem, feita por Leonardo, deixava claro o pensamento político do filho do capitão Guilherme ao mencionar o apelido (Bolsomito) do deputado federal de ultradireita Jair Bolsonaro.

Entrei em parafuso. Teria de enfrentar a visão equivocada que relativiza a violência da ditadura brasileira, como fez a *Folha de S.Paulo*, em editorial do dia 17 de fevereiro de 2009, classificando-a como “Ditabranda”, sob o argumento de que no Brasil os militares mataram menos do que na Argentina ou no Chile.

Leonardo também reproduziu em sua *timeline* — apenas com o comentário “sobre a ‘Ditadura’” — um vídeo do historiador Marco Antonio Villa. Nele, o professor aponta que a ditadura brasileira durou, ao contrário do que registra a História, apenas onze anos e não vinte e um: do AI-5, em 1968, até a Anistia, em 1979. Ninguém nega que essa foi a fase mais dura, mas, para pretender reduzir a duração da ditadura, é preciso negar a História e os fatos. Líderes brasileiros, como Miguel Arraes, Leonel Brizola, Plínio de Arruda Sampaio, foram cassados pelo AI-1, em abril de 1964. Nessa lista estava o deputado Rubens Paiva, que, na pior fase do regime, foi assassinado. Seus filhos jamais conseguiram sepultar o corpo do pai. Não há como suavizar ou encurtar o horror do regime militar.

O pior sentimento, contudo, era o vazio de não poder enfrentar o próprio capitão Guilherme e ter de ir buscar respostas com um filho que ama o pai. Leonardo não tem culpa dos atos de Guilherme, assim como eu não tenho responsabilidade sobre os atos dos meus

pais. Quem não entende o amor de um filho pelo pai? Pela primeira vez pensei em parar aquela busca ao passado. Resolvi andar pelas ruas de Vitória. Na saída do elevador, disse a Eduardo:

— Posso dizer? Estou mal. Os filhos não têm culpa. Lascou.

— Não lascou. Ficou mais interessante. É diferente. Estou achando muito sinistro também. Mas não é supersinistro. Você não encontrou o Foedes?

— Eu ia gostar de encontrar o capitão e perguntar o que aconteceu lá — respondi. — Mas e os filhos? Eles, como eu, foram influenciados. A diferença é uma só: eu não sou comunista, entendeu? Ou sou?

Depois, em pé na fila de uma farmácia, eu disse:

— Me dei mal nessa.

— Para — retrucou Eduardo.

— Fui cavucar, cavucar, cavucar. Se ao menos eu tivesse focado no Eduard, o curador da minha mãe, que está vivo e que posso tentar encontrar face a face... Eu queria encontrar o capitão vivo.

— Era isso que você queria. Mas é importante ouvi-los também.

O documentarista tinha um amigo, filho de um militar que atuara em sessões de tortura na ditadura, que sentia vergonha do pai. Contudo, não parecia ser esse o caso dos filhos do capitão. Leonardo sentia orgulho do pai, o mesmo homem que permitira a tortura nos meus pais. Em sua página no Facebook, ele postou uma mensagem clara: "Nunca vi ninguém compartilhar uma imagem dizendo 'Pai, eu te amo'. Se você também ama compartilhe..." E acrescentou a frase "Meu exemplo, meu orgulho". Em outra mensagem estampou um *cartoon* de um pai, vestido com as calças rasgadas para que o filho tivesse uma sem nenhum buraco, com a frase: "Nunca sinta vergonha de alguém que faz tudo por você..."

Eu lia em silêncio, mas também ouvia. Ele havia publicado um Dubsmash — aplicativo que permite baixar áudios de filmagens famosas e dublá-las — com uma gravação de Bolsonaro. "É só você não estuprar, não sequestrar, não praticar latrocínio que tu não vai para lá, porra", repetia o deputado referindo-se ao presídio de Pedrinhas, no Maranhão, onde presos foram torturados e

decapitados por outros detentos. “A única coisa boa do Maranhão é Pedrinhas”, completava o parlamentar.

Naquele momento, não me animava nem mesmo o pensamento de que eu encontrara o filho do delator dos meus pais e passara por um momento espiritualmente rico com ele. Afinal, se eu me encontrasse com os filhos do capitão também poderia me surpreender. Mas a sensação era a de que caminhávamos em direção às marchas de São Paulo, que, em 2014, chegaram a defender também a volta do regime militar, com críticas ao comunismo. Andamos da farmácia até o hotel tentando mudar de assunto. Eduardo estava impressionado com a beleza das mulheres de Vitória e tentava descontraí-las.

O filho do capitão Guilherme publicou uma foto da atriz Sigourney Weaver abraçada a um *alien*. Era uma montagem-sátira do filme de 1979 que leva o mesmo nome do ser extraterreno com quem ela dividiu o *set* várias vezes, já que a produção virou franquia. A foto vinha acompanhada da frase “A vida é muito curta para manter velhos rancores”. Era uma esperança? Difícil. Ao chegar ao elevador do hotel, ficamos em silêncio até o décimo terceiro andar, quando tivemos um ataque de riso. Era claramente mais uma descarga nos nervos sobrecarregados.

Em maio de 2014, Leonardo reproduziu a seguinte frase no Facebook: “Se você apagasse todos os erros do seu passado, apagaria toda a sabedoria do seu presente.” Eu tinha quase certeza de que ele não conhecia os atos, cada vez mais evidentes para mim, cometidos por seu pai nos anos de chumbo.

PARTE 3

- ✓ Antonio Walter Moreschi - fs 29
- ✓ Antonio Carlos de Campos - fs 29
- ✓ Adriano Luterano - fs 29
- ✓ Angela Milanez Castano - fs 29
- ✓ Carlos Alberto Gons de Aguiar - fs 50²
- ✓ Dmes. Brozeghini Braga - fs 187
- ✓ Elizabeth Santos Madeira - fs 305
- ✓ Focdes dos Santos - fs 29
- ✓ Gustavo Pereira do Vale Netto - fs 29
- ✓ Guilherme Lara Berti - fs 304
- ✓ Hermínio Angelo Natali - fs 29
- ✓ Ivan Castano - fs 306
- ✓ Jorge Luiz de Souza - fs 29
- ✓ Juvenillo Ubaldio Bonfim
- ✓ José Alciria Franscheto - fs 29
- ✓ José William Farandj - fs 207
- ✓ José Maurício Patrício - fs 307
- ✓ José Antonio Bani - fs 29
- ✓ José Telmo de Souza - fs 308
- ✓ João Calatrani - fs 501
- ✓ Joaquim Patrício Talho - fs 29
- ✓ Luiz Carlos Garcia Guelho - fs 301
- ✓ Luizmon noqueira Dias - fs 300
- ✓ Marcelo Amosim Netto - fs 29
- ✓ Maria Auxiliadora Pereira Gomes - fs 29
- ✓ Miriam Agueda de Almeida Brito - fs 29
- ✓ Maria Inezdalena Trechiani - fs 303
- ✓ Marcos Lara Brandão - fs 299
- ✓ Maria Gilma Tralacher - fs 470
- ✓ Olier Campomara Royeira - fs 29

neste Superior Tribunal Militar, faço a presente autuação.

M. Braga

Foto Direta Geral

49.

“AFASTA DE MIM ESTE CÁLICE”

A posição política de um dos filhos do capitão Guilherme ainda latejava na minha mente quando acordei no dia 27 de setembro de 2015. Vitória estava calorenta às oito horas da manhã e eu, cansado. Dormira tarde, pois tinha ficado conversando com Eduardo sobre questões pessoais. Ele expressava seu desconforto em relação à forma como casamentos e namoros sufocam casais. Estava convicto de que o formato atual, espelhado no passado, não é mais possível em nossa sociedade, opinião da qual discordo.

Após o café resolvi correr na praia do Canto, próxima ao hotel. A corrida pela costa de Vitória não foi como de costume. Com um fone de ouvido e um celular no bolso, eu ia conversando com Flávia, minha mulher, que estava curiosa sobre a viagem e me passava recados dos meus filhos. Ela contou que o meu mais novo havia sonhado que eu tinha voltado para casa. Relatei minha angústia por achar que ia ao encontro de um raciocínio que não concebia ainda existir, aquele defendido por parte das marchas de São Paulo: o da volta da ditadura. Ela não concordava. Tentava colocar meus pés no chão, afirmando que a minha busca continuava pessoal. Ela disse que, com a morte do capitão, conversar com os filhos dele era parte da tentativa de conhecer o passado de meus pais. Não era rumo às marchas que eu caminhava, e sim em direção aos parentes do homem que eu procurava entender quem fora.

Depois de percorrer dois quilômetros e vinte e sete metros, já na praia de Camburi, vi que um caminhão do Exército vinha em sentido contrário. Movia-se lentamente e tinha militares pendurados do lado de fora. A imagem me surpreendeu e me levou a imaginar como as ruas de Vitória, inclusive aquela na praia de Camburi, ficavam durante o regime militar. O caminhão circulava na avenida principal da praia, que lembra muito o calçadão de Ipanema, no Rio de

Janeiro. Aquela cena, ordinária para a maioria das pessoas que lotavam a orla, me fez pensar mais uma vez que, apesar de procurar uma história marcada pela aventura de resistência dos meus pais, eu traçava também, em paralelo, uma busca sobre como a minha geração olhava a anterior.

Pensei ainda em como, com todas as falhas, a democracia brasileira permite convicções diferentes. Eu podia criticar livremente a ditadura e ver um filho de militar defender a volta deles ao poder. Publicamente. O benefício da liberdade. Na democracia não estávamos sendo caçados nas ruas como foras da lei. Não éramos presos nem torturados por nossas convicções. Por mais que estivéssemos aparentemente em posições opostas, não era como na década de 1970. Se ele e eu tínhamos essa liberdade, ao menos para mim não havia impedimento de começar a bater na porta dos colegas do capitão Guilherme que ainda estivessem vivos em Vitória.

O primeiro seria Danilo Junger Goulart, o sargento que assinara como escrivão do inquérito todos os depoimentos, inclusive o de Marcelo e Míriam. O pacto de silêncio firmado entre esses homens perdura até hoje, e eu sabia que não seria fácil conseguir uma declaração de um deles. E aqui não há como não mencionar novamente o episódio envolvendo o coronel Paulo Malhões, assassinado em 2014, menos de trinta dias depois de admitir, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, que participara de torturas. Nesse testemunho, ele voltou atrás na informação dada à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro de que ajudou no desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, pai do jornalista Marcelo Rubens Paiva — autor de *Feliz ano velho*, livro que devorei na adolescência. Malhões foi encontrado morto com marcas de asfixia no rosto e no pescoço. Integrantes da Comissão suspeitaram de queima de arquivo. Mas o inquérito da Polícia Civil concluiu que se tratou de latrocínio, já que um computador e armas foram roubados de sua casa no dia do crime.

Depois de almoçar uma moqueca de cação, começamos a busca por Danilo Junger Goulart. Eram quatro os endereços registrados como sendo do ex-segundo-sargento. Batemos na porta de duas casas vazias e de uma terceira, onde nunca tinham ouvido falar nele.

Cheguei ao último endereço. A rua, com pontos comerciais, não parecia ter moradores, a não ser em um apartamento pequeno, em cima de uma loja. Escolhi um dos dez telefones de Danilo detectados pela ferramenta de pesquisa e fiz as ligações de dentro do carro mesmo. No terceiro atendeu uma senhora com voz acolhedora. Começava a anoitecer.

— Oi. Boa noite.

— Boa noite.

— O senhor Danilo Goulart?

— Sim, sim. Quem deseja?

— Aqui quem está falando é Matheus Leitão. Ele não me conhece.

— É sobre o quê?

— Eu sou jornalista e pesquisador do regime militar e estava querendo marcar uma conversa com ele.

— Com certeza. Assim, que tipo de conversa? É sobre militarismo, é claro, regime militar. Mas a respeito de quê? Com respeito à pessoa dele?

— Eu estou fazendo uma pesquisa sobre um processo específico a que tive acesso e nele tem o nome de Danilo em alguns documentos. Estava querendo fazer algumas perguntas sobre esse processo específico.

— Quer dizer, da época do regime militar, alguma pessoa que foi responder ao processo, né?

— Isso, é um processo a que um grupo de militantes do Partido Comunista do Brasil respondeu e ele atuou nesse processo.

— Eu vou ver, porque ele saiu, sabe? Eu estou aqui no quarto e vou ver se ele chegou, tá? Um momentinho.

Ela saiu do telefone e eu fiquei aguardando. De repente, voltou:

— Pronto. Ele não se encontra. Ele foi comprar alguma coisa pro lanche, com certeza. E como é que ficaria? Você ligaria? Quando?

— Quando você acha que é melhor?

— É que hoje, após o lanche, ele vai sair. Nós vamos às comemorações da novena de São Francisco participar da santa missa e amanhã a gente tem uma viagemzinha para fazer, após a ida dele ao médico.

— E você acha que amanhã daria? A viagem vai demorar muitos dias?

— Depende. Nós vamos à casa da nossa filha e às vezes a gente fica mais uns dias lá. É que agora a gente está sem seguir horário de trabalho.

— Mas é aqui no Espírito Santo?

— É em Victor Hugo, aqui no Espírito Santo, sim.

— Eu vou estar poucos dias aqui na cidade e estava querendo ver se era possível ter essa conversa.

— O senhor veio de onde?

— De Brasília.

— Ah, de Brasília. Nós já moramos lá.

— Você gosta da cidade?

— Sim, amo Brasília. Quer dizer, hoje em dia eu não sei, porque faz tempo que voltei... Na época estava apaixonada por Brasília. Mas agora eu nem sei, dá até tristeza, não tinha necessidade o que está se passando no Brasil.

— A senhora está falando da atual crise, eu imagino.

— É, a crise. Gente, pelo amor de Deus, um escândalo esse povo todo. Tanta coisa que está a olhos vistos, tanta situação, né? — disse ela, referindo-se às recentes denúncias de corrupção na administração pública. — A gente sente muita tristeza com todas as coisas, tanto de um lado como de outro, que acontecem, que prejudica. Só Deus sabe julgar certas coisas. Uma coisa que tinha que tomar um rumo vai tomando diversos rumos diferentes.

— Qual o nome da senhora?

— Marineuza.

— Se for possível uma conversa... Em qual endereço eu poderia ir?

— Olha aqui, vamos fazer o seguinte. O senhor me passa o seu telefone e o nome. Aí, a gente vê a possibilidade de entrar em contato. Porque assim fica melhor, né? Mas o senhor é do Exército, de uma comissão qualquer de investigação...

— Não, sou jornalista e pesquisador.

O sol estava quase se pondo. O número de carros aumentava na rua, enquanto nós batíamos numa porta que não queria se abrir.

Com a experiência na busca de militares, havia aprendido que as mulheres desses ex-agentes do Estado costumavam blindar os maridos. Em muitos casos, inclusive na entrevista com o coronel Brilhante Ustra, elas evitavam que eles errassem a medida de qualquer frase ou palavra e sempre defendiam o papel desempenhado por eles na ditadura. Para além dos casos individuais, no país há a deliberada atitude das Forças Armadas de tentar apagar o que houve. Como jornalista e filho de presos políticos, eu tentava romper um bloqueio construído, em geral, por meio de um comportamento dissimulado diante de tantas denúncias, muitas vezes comprovadas, de tortura e morte.

Quando fui repórter da revista *Época*, consegui uma conversa com a cúpula do Exército no Quartel-General central do órgão, em Brasília. A conversa, negociada após diversas idas ao QG nas semanas anteriores, seria para tratar da ditadura e de certos documentos do período que os militares alegam ter destruído após a redemocratização do país. Fui com o diretor da sucursal, Paulo Moreira Leite.

Fomos recebidos por um coronel, que nos levou até a sala do comandante e nos colocou sentados em umas poltronas marrons. Mesmo a conversa sendo em *off* — ou seja, reservada e sem citação de fonte —, ela decerto teria potencial para se transformar em capa da revista. Contudo, terminou em poucos minutos. Logo no início o comandante, acompanhado de três assessores, generais como ele, negou a existência de tortura no regime militar de uma forma que nunca vou esquecer. Rindo, perguntou:

— Vocês realmente acreditam que houve tortura no regime?

Paulo respondeu de bate-pronto, inclinando-se para a frente com as mãos nos braços da poltrona:

— Se os senhores vão negar a existência da tortura, melhor terminarmos esta conversa agora.

O silêncio tomou conta da sala, enquanto eu me lembrava que Crimeia Schmidt, a ex-guerrilheira, tinha sido torturada em uma daquelas instalações. Segundo ela, seu bebê, João Carlos Grabois, chegou a receber maus-tratos nos primeiros dois meses de vida. Eu concordava com Paulo, mas ainda fiz uma tentativa de mudar um

pouco o tema para "os documentos perdidos". Nada. O ambiente no QG era tão ruim que, minutos depois, estávamos sendo levados até a saída do quartel. Era a eterna negativa do Exército sobre fatos que existiram. Naquele dia, em Vitória, Danilo Junger Goulart não retornou o meu telefonema. Lembrei-me da conversa que não houve com o comandante do Exército.

A ida de Danilo e Marineuza à novena de São Francisco me deu uma ideia. Precisava recarregar as baterias e a fé. Afinal, procurava informações sobre um tema tabu, mas encontrava o silêncio e a atitude de negação dos militares. Culpado por ter fechado a porta do carro sem querer em meu braço, o que provocou uma leve torção na altura do meu cotovelo, Dudu decidiu ir à igreja comigo. Fomos, e ele dizia estar lá apenas por isso.

Eu escolhi visitar a Igreja Batista da praia do Canto. Estava lotada e os membros nos receberam calorosamente. Mas não havia lugar para sentar. Nessas situações os integrantes das igrejas protestantes normalmente dão seus assentos aos visitantes, aqueles que nunca estiveram no templo. Uma mulher ofereceu dois lugares após pedir que duas senhoras se espremessem no banco de madeira da congregação. Envergonhados, aceitamos o acolhimento.

Com a Bíblia que havia ganhado do meu avô Uriel, eu permanecia imóvel na cadeira enquanto tentava me concentrar. Abri na primeira página e resolvi reler a dedicatória escrita por ele, em dezembro de 1994, quando eu tinha dezesseis anos. No dia em que me deu o presente, ele me chamou até seu quarto, em Guarapari, naquela casa onde eu e meus primos passávamos os verões da infância e da adolescência. Sentado na tradicional cama de madeira, Uriel me passou, sorrindo, uma Bíblia de capa marrom.

Aquela cama me dava aconchego. Eu era talvez o único dos quase quarenta netos que ele conheceu em vida que havia dormido na cama com os avós. Dormia no meio, como todo filho que sonha com segurança. Acredito que esse afago especial por parte deles era mantido ano a ano por dois motivos: eu passava as férias sempre sob seus cuidados, enquanto meus pais, separados, trabalhavam; e assustava a todos com minhas crises crônicas de asma. Carinhosa, minha avó deixava minhas roupas guardadas em uma gaveta

enfeitada no fundo com papel de presente do Natal anterior. Mariana gostava de reciclar tudo. Foi ecologicamente correta e sustentável quando o termo ainda não era moda.

Ao receber a Bíblia das mãos do meu avô, vi a dedicatória com sua letra inconfundível na segunda página: “Ao querido neto Matheus, ofereço-lhe a palavra de Deus, que a leio desde a minha infância e me fez ser o que sou. Uriel, 08/12/94. II Timóteo 3:16.” Escolhido como referência na dedicatória, o texto do discípulo de Paulo me aguardava marcado de tinta vermelha quando encontrei a sua página, já no Novo Testamento: “Toda Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir na Justiça.”

Com essa mesma Bíblia eu tinha ido à casa de Foedes. Naquele dia, não consegui me separar dela. Senti um desejo enorme de dar ao delator dos meus pais o presente que ganhara do meu avô. Era um sentimento forte que cresceu durante a entrevista. Vontade superada pelo egoísmo e apego àquele objeto. Conhecendo a alma do meu avô, eu diria que ele certamente teria dado a Bíblia com um sorriso no rosto, como havia feito comigo. Eu não consegui. Na saída do encontro, já na estrada, Eduardo disse que achou, durante a parte da nossa conversa sobre a existência de Deus, que eu daria a Bíblia a Foedes. A afirmação me deixou pior. Senti ainda mais que deveria ter feito o que não fiz, deveria ter atendido àquela vontade genuína e, ele, sabe-se lá por quê, percebeu sem que eu tocasse no assunto.

Enquanto pensava, fui interrompido pela mulher da igreja de Vitória, a que tinha conseguido os bancos para que Dudu e eu sentássemos. Apontando o dedo para a dedicatória, que eu deixara à mostra, ela sorriu antes de perguntar:

- Você é filho do Uriel? É da família Leitão?
- Sou neto. Por quê? Você o conheceu?
- Estudei no colégio dele, em Caratinga.

Olhei para Eduardo, como que confirmando a existência de mais uma coincidência nessa minha procura pelo passado. Isa Márcia Di Fuccio Sarcinelli era mais do que uma estudante do colégio do meu avô. Sua tia, Glecy Coutinho, tinha trabalhado com a minha mãe na

Gazeta, em Vitória, durante a ditadura. Glecy presenciara as perseguições que Míriam sofreu por parte dos militares após a prisão. Isa estava empolgada com o encontro. Enquanto o pastor Usiel Carneiro, o pregador da noite, ensinava sobre a doação de Jesus na cruz, negando a si mesmo como prova do amor, Isa volta e meia me falava ao pé do ouvido sobre algum tio, um dos irmãos de minha mãe, ou sobre a admiração pelo meu avô. Também dizia de sua admiração por Míriam.

Na pregação, o pastor tentava exortar a congregação a acreditar que perder pode ser, às vezes, uma vitória:

— De maneira que a gente vai ter que passar a vida inteira se convertendo. O tempo todo outras coisas nos movem. É o desejo ou a disciplina organizada pelo interesse e a ambição. São tantas coisas que precisam ser identificadas, enxergadas, discernidas e superadas. A fé vai nos levar a momentos difíceis em que podemos ganhar fazendo a nossa vontade, mas isso significará perder. Ou poderemos perder, cedendo à vontade de Deus, mas isso significará ganhar.

Usiel pregava sobre um versículo que fez os olhos de Eduardo se abrirem mais do que o normal. Era Mateus 26:39: “Pai, se possível, afasta de mim este cálice; todavia, não seja como eu quero, mas como tu queres.” Na estrada de terra que nos levou ao sítio de Cláudio, filho de Foedes, cheguei a citar essa passagem bíblica a Eduardo.

Ele não achou o encontro com Isa uma coincidência muito significativa. Para Eduardo, Vitória era uma cidade pequena o suficiente para promover um encontro como aquele: a mulher que arrumou um lugar para eu sentar numa igreja que nunca visitei antes, no estado em que meu pai nasceu, que, curiosamente, havia estudado no colégio fundado pelo meu avô, no interior de Minas Gerais, a pouco mais de trezentos quilômetros dali, onde minha mãe nascera. Eu confesso que via ali mais uma coincidência importante, mesmo não sabendo o significado dela. Eduardo disse em voz baixa:

— O cara estar pregando sobre o versículo que tu havia dito quando estávamos próximos ao encontro do Foedes é mais sinistrinho.

Dudu me fazia rir. Na hora dos cânticos, assoviava. Na hora da Santa Ceia, perguntou se ele teria que pagar pelo pequeno pedaço de pão e o minúsculo cálice com suco de uva que estava sendo entregue a nós e aos membros da igreja. Ele me dizia que sua pergunta era séria e eu desconfiava de uma brincadeira. Terminei ao menos explicando que já havia sido pago. Não pela igreja, é claro, mas na cruz, há dois mil anos.

50.

“ELES CHAMAVAM ATÉ DE MADRUGADA”

No dia seguinte à visita à igreja, ainda em Vitória, resolvi insistir em ouvir o ex-escrivão Danilo Junger Goulart. Não o deixaria recusar a proposta de entrevista facilmente, mas ele nunca, nem uma vez, atendeu ao telefone. Quem atendia era sempre Marineuza, a esposa.

Numa das conversas, ela passou boa parte do tempo defendendo os militares, o trabalho realizado pela ditadura, e continuou a fazer críticas à situação política brasileira em 2015. Focava especialmente o governo do Partido dos Trabalhadores. Era incrível e até didática a forma sutil como ela conseguia tratar de assuntos áridos sem se comprometer uma vírgula. Ao menos essa era a minha impressão. Na tese de Marineuza, o país não vivia uma democracia, mas também não era uma ditadura.

A mulher de Danilo não comentava claramente as denúncias de tortura ocorridas durante o regime militar. Referia-se a elas como “essas coisas que disseram que aconteceu”. Em relação às torturas sofridas por minha mãe, divulgadas na imprensa em 2014, apenas disse:

— O senhor tem um exemplo de mãe maravilhosa, porque, quando eu vi, meu coração doeu. Mas, ao mesmo tempo, a gente pensa “que bênção que ela conseguiu seguir adiante”, quando vê as reportagens dela.

Tentei mudar o assunto para a função que Danilo exercia à época do inquérito aberto contra os estudantes em Vitória, para ver se recebia alguma pista sobre o papel que ele desempenhara (na minha cabeça, Danilo poderia ter ajudado a equipe carioca de Malhões). Ou, ainda, sobre como o capitão Guilherme permitia as torturas.

— Na função dele, que ele exerceu, ele não teve, você sabe, atividade, não — disse Marineuza referindo-se ao marido. — A atividade dele era ficar em casa com o bipe. Podia ser chamado a qualquer hora, por isso ele tinha que ficar sempre em casa para poder, na hora em que era chamado, registrar as perguntas, as respostas e tudo. Isso é o que sei dizer pro senhor.

— A senhora sabe quem chamava ele no bipe?

— Quem era, diretamente, eu não sei. Um capitão, uma coisa assim.

— Ele nunca comentou quem era esse capitão?

— Eu sabia que estava havendo essa situação, eu só me limitava a saber. Ele dizia: “Olha, eu vim para casa, vou ficar, mas a qualquer hora eu posso sair. Porque eu estou trabalhando como escrivão, eles vão me chamar a qualquer hora.”

— E eles chamavam à noite?

— Sim, sim.

— De madrugada?

— Sim, sim. Então eles chamavam a qualquer hora, de tarde, de manhã, à noite, às vezes demorava mais tempo pra chamar, demorava menos tempo. Porque tem que ser um trabalho muito assim, penso eu, um trabalho feito com muita cautela, muito cuidado.

Nesse ponto, Marineuza parou abruptamente de dar informações. Resolveu voltar ao presente e falar sobre como as Forças Armadas estavam sucateadas. Não tive pena, naquele momento, da situação financeira da instituição, como já sentira anteriormente em conversas com militares. Para a mulher do escrivão de todo o inquérito que alimentou o processo de nº 40.640, contra os meus pais e seus companheiros, a corporação passava por imensa dificuldade:

— Você sabe como é que estão os militares, coitadinhos, tendo que matar cachorro a grito...

O marido não ia atender ao telefone. Ao menos não tão rapidamente. Marineuza também queria informações sobre mim. Não dei muitas e desliguei.

Como Danilo Junger Goulart, Darcy Jerônimo dos Santos — que também tinha assinado o “Termo de perguntas à indiciada Míriam” no dia 19 de dezembro de 1972 — tinha quatro endereços. Tentamos o primeiro deles, na praia da Costa, em Vila Velha, e deu certo. Tocamos o interfone na portaria de Darcy e fomos atendidos por uma mulher chamada Sandra.

— Darcy? E o que que vocês querem falar?

— Eu estou querendo conversar com ele. Darcy dos Santos. Ele mora aí?

Sandra nos colocou em espera, mas dava para ouvir a sua voz enquanto falava.

— É o senhor mesmo, seu Darcy. Eu não sei. Eles querem conversar com o senhor. Também não sei quem é.

Interrompi a porteira porque queria tentar explicar ao antigo segundo-sargento do 38º Batalhão de Infantaria que eu, filho de presos políticos, encontrara o seu nome como testemunha no depoimento de minha mãe.

— Posso dar uma palavrinha com ele?

— Mas ele quer saber quem tá falando.

— Posso dar uma palavrinha com ele pra explicar?

— Ele tá falando que quer falar com o senhor, seu Darcy — disse Sandra ao interfone e, em seguida, voltando-se para mim: — Sobre o quê?

— Eu sou jornalista, estava querendo perguntar se ele poderia me receber para uma conversa.

— Ele disse que é jornalista. Ele quer conversar e saber se o senhor pode atender ele... Não vai dar, tá...

Após uma pausa, ela se dirigiu a mim:

— Ele disse que não vai dar mesmo.

— Mas ele não quis nem ouvir o que eu tinha... O que ele falou?

— Ele falou que não vai atender, não.

Dudu insistiu e perguntou se poderíamos falar com ele pelo interfone mesmo.

— Por interfone não pode, senão vocês vão ter que entrar aqui dentro e ele não gosta. Não autoriza.

Dudu continuou:

— Mas você não consegue transferir a ligação para aquele negócio ali?

— Lá, eu consigo.

O tal negócio era um interfone fora do prédio que daria para explicar a ele o que estávamos fazendo na portaria do seu prédio. Já no interfone ouvimos Sandra dizer:

— Ele falou que não vai atender porque está almoçando. Tenta umas quatro e meia.

— Ah, entendi. Tá bom. Obrigado, viu, dona Sandra. Um abraço.

Almoçamos em um *self-service* a duas quadras da casa de Darcy, bem em frente à praia da Costa, uma enseada em curva que atrai muitos banhistas nos fins de semana. Ventava absurdamente. O dia nublado me fazia olhar o horizonte do oceano Atlântico e me dava uma sensação de dever cumprido mais uma vez, apesar da dificuldade de encontrar algum militar do período disposto a uma conversa franca. A ideia era tentar uma ligação para Darcy por volta das quatro e meia da tarde. Não pelo interfone, mas pelo telefone cujo número acabei conseguindo de forma meio detetivesca. Quando deu a hora, ligamos.

— Por favor, o Darcy dos Santos?

— Quem está falando?

— É Matheus. O senhor não me conhece. Sou jornalista e pesquisador da ditadura. Tudo bem? Está podendo falar rapidinho?

— Pode falar.

— Estou pesquisando um processo da década de 70 e o seu nome aparece em alguns momentos.

— Meu nome? Eu acho que você está enganado.

— É um processo contra militantes do Partido Comunista do Brasil na década de 70.

— Você está enganado. Nunca participei desse troço.

— O senhor é militar?

— Sou.

— Serviu no 38º Batalhão de Infantaria?

— Sim. Mas nunca trabalhei no Serviço de Informação. Praticamente não tenho nada a ver com isso.

— Mas em 1972 o senhor trabalhava no 38º?

— Não. Se não me engano, estava no Amapá.

— É porque tem depoimentos de militantes do PCDOB que foram presos, em Vitória, pelo regime militar e, no final, aparecem algumas assinaturas, como a do encarregado do inquérito ou a do escrivão. O senhor aparece como uma das testemunhas de um depoimento que foi tomado.

— Apareceu erradamente. Sinceramente, eu nunca lidei com guerrilheiro. O meu trabalho só era tesouraria. Só trabalhava no setor financeiro. Não tenho nada a ver com isso.

— Será que eu poderia te mostrar essa assinatura?

— Não adianta você me mostrar essa assinatura, porque eu tenho certeza de que nunca participei disso.

— Mas será que o senhor não poderia me receber?

— Não tenho tempo para isso, não, meu filho. Tenho que resolver um monte de coisa. Estou em casa, inclusive, por acaso. E outra coisa: não tem como eu estar nesse [processo].

— Eu estou em Vitória, mas sou de Brasília.

— Não adianta você fazer pergunta porque não tenho nada a falar sobre isso. Não participei de nada, nada, nada vezes nada. Meu serviço sempre foi setor financeiro. Trabalhei em todas as seções do Exército, menos no Serviço de Informações, que é quem trabalhou com essa turma de guerrilheiro. Eu não sei de nada.

— Especificamente, o senhor assina o depoimento da minha mãe. Não sei se o senhor lembra: é Míriam Azevedo de Almeida Leitão.

— Cara, no tempo dessa Míriam Leitão nem aqui eu estava. Eu estava no Amapá. Como é que eu ia assinar?

— O senhor se lembra dos colegas quando trabalhou no 38º?

— Não. A maior parte dos colegas já até morreu. Todos morreram.

— O senhor estava falando do Serviço de Informações. Lembra de um capitão Guilherme?

— Quando fui transferido para a fronteira ele estava chegando.

- É o Pedro Guilherme Ramos? — perguntei.
 - Não sei o nome todo dele, não. Dias depois fui embora para a fronteira.
 - Seria interessante se o senhor falasse comigo...
 - Mas eu não vou falar de algo [de] que não participei.
 - Talvez o senhor me ajude a entender o que estava acontecendo. Sou filho da Míriam, essa cujo depoimento o senhor assinou.
 - Eu não assinei, ô, Matheus. Não assinei nada. Repito: eu não assinei. Tanto que não estava aqui no 38^o BI.
 - Na Folha de Alterações militar, em 1972, o senhor estava fora?
 - Eu não me lembro. Eu tenho quase certeza que eu não estava. Não sei nada disso.
 - Qual seria o problema de eu te mostrar esse documento? Incomoda?
 - Porque não adianta você mostrar porque eu não sei falar nada disso.
 - Uma pergunta que eu faria: essa assinatura é do senhor?
 - Eu acredito que não porque não assinei nada. Está bom? Obrigado.
 - Não daria para o senhor ver o documento para me dizer se alguém assinou pelo senhor?
 - Eu não quero ver nada. Não assinei nada. Depois sai na imprensa. Eu sei como é jornalista. Eu não vi nada, não sei de nada.
 - Mas vai sair o que o senhor falar.
 - Mas eu nunca participei da 2^a Seção. Nunca lidei com guerrilheiro...
 - O capitão Guilherme que o senhor conheceu era da 2^a Seção?
 - Me disseram que ele era da 2^a Seção.
 - Não seria possível mesmo o senhor me encontrar então?
 - Não.
- Darcy desligou o telefone.

51.

FALTA INSTITUCIONALIZADA DE MEMÓRIA

Ao procurar o encarregado do inquérito, o major José Maria Alves Pereira, deparei-me com uma montanha de homônimos. Eram cento e oitenta e duas pessoas com o mesmo nome no Brasil. Eu já havia tentado antes, mas parecia uma agulha no palheiro. Um militar da reserva me disse que ele era do Rio Grande do Sul. Uma paciente busca me levou até um número de telefone. Liguei e uma mulher atendeu.

— A senhora é esposa do major José Maria Alves Pereira?

— Era. Ele faleceu há uns quatro anos.

Seguiu-se, então, uma conversa de dezoito minutos com a viúva, Yadja Ward Reeps. Ela me contou que o marido nada falava. Sabia vagamente o que ele fazia à época. Educadamente desculpou-se por não poder ajudar:

— Existia naquela época um sigilo de todos, tanto dos oficiais quanto das famílias e até dos civis. A gente sabia o que existia, que as pessoas que estavam envolvidas eram ouvidas. Pessoalmente, nunca tive acesso.

Contou-me que foi para o Espírito Santo sem conhecer ninguém lá, com dois filhos pequenos. E que o marido muitas vezes passava a noite no quartel. Disse ter sido um período difícil para todos. E insistiu que nada sabia:

— Ele era uma pessoa que não fazia comentários nem a favor nem contra e foi considerado, numa vez que me lembro, como um sujeito até humanitário dentro daquela situação horrível [por] que o Brasil passou.

Comentei que o nome do major estava na lista dos torturadores feita pelo site <desaparecidos.org>, mas avisei que meus pais não o

viram nas torturas. Ela disse que ele ainda estava vivo quando seu nome saiu na lista.

— E ele ficou incomodado com isso?

— Não, ele não ficou incomodado. Pelo tipo de pessoa que era. Ele sempre foi muito soldado, de cumprir seu dever. Ele estava cumprindo uma missão, um dever. Acima dele tinha os generais.

Ao longo da conversa, Yajja me contou que ela e o major viveram uma tragédia familiar: perderam os dois filhos de infarto.

— Nossos filhos, a gente perdeu. Isso, sim, é uma tortura desesperada. Mas cada um carrega sua cruz.

Yajja me disse que o comandante do batalhão, coronel Sequeira, não era casado nem tinha filhos à época. Pelas minhas contas, em 1972 ele tinha cinquenta anos, e, pelo que diz minha mãe, em vários momentos fingiu não saber o que acontecia no quartel. Chegou a jogar partidas de xadrez com o militante Adriano Sisternas. No dia em que ela foi libertada, levaram-na para a mesma sala da cobra, agora iluminada e com cadeiras. O coronel Sequeira estava lá, desejou-lhe felicidades e falou como se estivesse diante de um estudante do Projeto Rondon:

— Peço desculpas pelas instalações. Não estávamos preparados para receber tanta gente.

Entregou um chaveiro do 38º Batalhão como brinde. Míriam recusou o souvenir. Sequeira faleceu em 1988, aos sessenta e seis anos.

No depoimento do meu pai havia a assinatura de Luciano José Lousada Camatta, à época terceiro-sargento. A assinatura dele está próxima à do também sargento Danilo Junger Goulart e à do major José Maria Alves Pereira. Localizei Luciano José Lousada Camatta após bastante esforço devido à grafia do último sobrenome, erradamente registrado pelos militares no arquivo do STM e no “Termo de perguntas ao indiciado Marcelo”. Liguei para ele. De novo ouvi as mesmas negativas quando falei do processo. Perguntei se ele havia servido no 38º Batalhão de Infantaria.

— Servi, mas nunca fui testemunha de nada.

— Mas tem a sua assinatura aqui. O senhor assina justamente como testemunha do depoimento do meu pai.

— Uai, eu estou sendo sincero a você, eu nunca assinei nada dessas coisas. Nunca fui testemunha de nada no 38º BI.

Enviei o documento por WhatsApp e vinte minutos depois ele admitiu que a assinatura era autêntica. A conversa continuou:

— O senhor se lembra do capitão Guilherme?

— Sim, tinha um Guilherme lá.

— A informação que tenho nesses documentos é a de que ele era chefe da área de inteligência, o S2.

— É por isso que eu falo: tinha um pessoal lá que fazia parte realmente desse negócio de tomar conta desse pessoal terrorista. Mas não sei nada além de que existia um Guilherme. Não posso dizer se ele era loiro, baixo, gordo. Nada.

— O senhor não se lembra desse nome também: Marcelo Amorim Netto?

— Desconheço. De repente podem pedir pra você assinar alguma coisa lá... Eu não me lembro de ter assinado isso como testemunha. Seu pai? De repente, você pode estar no quartel, "ah, assina aqui como testemunha disso aqui". Você entendeu como é que é? Você faz sem saber o que está acontecendo. Eu não vi nenhum inquérito, nenhuma pergunta, nunca ouvi nada.

— Os militantes comunistas denunciaram tortura. O senhor soube disso à época?

— Não, lá em Vitória eu nunca ouvi falar, só no Rio de Janeiro. Mas se você não tem prova, não adianta.

— É que o meu pai denunciou ter sofrido tortura.

— Eu desconheço isso ali no 38º BI, compreendeu?

— Como é que o senhor vê essas denúncias? Acredita que aconteceram?

Ele riu.

— Não, isso aí eu não sei se houve ou se não houve.

— A sua avaliação hoje é de que foi uma ditadura ou uma revolução?

— Não, vocês falam de ditadura porque foi militar. Eu sou suspeito. Estava dentro do quartel. É a tal da história: tem os

satisfeitos e os insatisfeitos. Pode ter extrapolado? Pode. Deveriam ter feito eleições no início, quando houve a revolução? Particularmente, eu achava que deveriam. Vocês falam em ditadura, mas todo mundo podia fazer o que queria. Viajar para onde quisesse, sair, fazer o que quiser. Não era que qualquer coisinha estava fuzilando.

— Meus pais foram presos porque eram contra a ditadura, pichavam o muro, faziam greve na universidade, eram do Partido Comunista [do Brasil]. Discutiam filosofia, Marx, enfim, a esquerda.

— O pensamento deles era um e o de quem estava no governo era outro. É um choque de interesses. Isso faz parte da vida. Agora mudou. As Forças Armadas na época achavam que o melhor seria baixar o governo que estava lá e ficar no lugar dele. Depois chegou-se à conclusão de que não era isso. Infelizmente, alguns pagaram, sendo inocentes ou não.

— Mas o senhor acha que foi esse o seu caso, de você ter assinado? Você estava passando e disseram: “Camatta, assina, que esse comunista está...”

— Não, não é assim. Você não sabe o que aconteceu lá dentro. “Fulano, eu tô fazendo um negócio, preciso de uma testemunha.” Você assina. Aquela Míriam Leitão mesmo, sabe quem é? É economista. Ela falou que esteve presa no quartel.

— É minha mãe.

— É sua mãe? Eu não vou falar... Às vezes eu vou falar alguma coisa... Eu não sei o que se passa lá dentro. Compreendeu como é que é?

— Da 2ª Seção?

— É, eu não sei o que estava acontecendo lá dentro. Ninguém sabia.

— Mas hoje, tanto tempo depois... Acabou o regime. Estamos aqui conversando.

— Não é por causa disso. Mesmo que eu soubesse alguma coisa não ia ficar dizendo para todo mundo o que aconteceu lá dentro.

— E para um filho?

— Eu não servi na 2ª Seção. Nunca entrei, nunca participei de nada, nem de busca. Essa 2ª Seção, me parece, não era só do Exército. Agora, eu não posso falar alguma coisa e, de repente, colocar um companheiro numa situação difícil sem tomar conhecimento, só por ouvir dizer.

Perguntei se havia um pacto de silêncio entre os militares, ele negou. Questionei então por que ele não me contava o que vira.

— Não tem pacto de silêncio. A 2ª Seção dentro do quartel, na época, não tinha nada de tortura. A 2ª Seção funciona para fazer inquéritos dentro do próprio quartel, como se fosse uma seção reservada. É como se fosse a polícia. Se o soldado faz uma coisa errada, aquela seção é que é encarregada de descobrir para julgá-lo.

— O senhor acha que meus pais estão mentindo em relação à tortura?

— Não, vê bem, eu não sei qual foi a declaração da sua mãe.

— Ela falou que colocaram uma jiboia com ela dentro de uma sala.

Ele novamente riu, e dessa vez parecia deboche.

— Vê bem, eu desconheço isso. Não estou dizendo que está mentindo.

— Mas o senhor riu na hora em que eu falei.

— Eu desconheço, sinceramente. É o que eu digo: você não sabe o que se passa dentro da [2ª] Seção no regime militar.

— Por que o senhor riu quando eu falei da jiboia?

— De quê? Não, porque eu achei engraçado, nunca vi jiboia dentro do quartel.

— Mas, pra mim, é uma coisa muito triste. Torturaram meu pai também por vários dias: socos, pontapés, pancadas, dias e dias...

— Desconheço. Se aconteceu, eu não sei. Eu não vou dizer que não houve o que você está dizendo, o que aconteceu com a sua mãe, o que ela viu, você tem que acreditar nela, afinal de contas, né? Agora, eu nunca vi.

— Eu sei que é verdade.

Desliguei o telefone indignado com a risada e com a insinuação. Camatta disse que não poderia me receber.

Continuei tentando falar com os militares do processo. Fui insistente. O ex-escrivão Danilo Junger Goulart, marido de Marineuza, acabou mandando a filha, Ângela, me dizer que não o procurasse mais. Segundo a família, com a idade, o ex-sargento estava com problemas de saúde e de memória.

— Ele não tem condição nenhuma de estar relembrando situações. Nossa família se reuniu. Decidiu que o meu pai não vai fornecer nenhum tipo de informação. Não lembra nem o que ele comeu ontem — disse Ângela.

Mas eu precisava continuar minha busca aos envolvidos naquele inquérito. Todos eles, pelo visto, tinham falhas de memória.



52.

“PARA SER CURADOR EU TERIA QUE TER ASSINADO”

O depoimento de Marcelo ainda era assinado pelo segundo-sargento Ary José dos Santos, que, apesar de meus esforços, não foi possível encontrar. Também não foi possível encontrar uma outra testemunha do depoimento de Míriam, o primeiro-sargento João Cândido de Sant’Anna Netto. Mas o depoimento de minha mãe ainda revelava o nome de um curador, o então segundo-tenente Eduard Alois Baldi Magalhães. Em 2015, um senhor de sessenta e sete anos.

Míriam se lembrava dele como alguém ríspido, mal-humorado e grosseiro, mas não como um dos que participaram diretamente das torturas. Havia uma razão para minha mãe lembrar-se dele com detalhes. É que durante todo o tempo em que ela deu seu depoimento, do qual se recorda muito bem, para o inquérito conduzido pelo major José Maria Alves Pereira, o militar curador ficara sentado a seu lado. Eduard tinha sido curador também de Beth Madeira. Minha mãe se lembra até de ter reclamado da presença dele com uma frase irônica, mais ou menos assim:

— Se é ele que vai me proteger, imagina o resto.

Eu tinha tentado um telefone de Eduard, em Mucuri, na Bahia, e a mulher dele, Tânia, atendera ao telefone e fora simpática. Mas ele não podia atender naquele momento. Na esteira de tantas negativas dos colegas de Eduard, eu não estava com muitas esperanças. Liguei outra vez e Tânia atendeu novamente, pedindo um minutinho. Para minha surpresa, Eduard veio ao telefone. Após uma breve apresentação, perguntou-me o motivo da entrevista.

— Estou pesquisando um processo específico, arquivado em 1979, e estava querendo saber se o senhor poderia falar comigo, porque o seu nome aparece [nele].

— Eu não fui notificado de nada, não.
— Não é nada pra notificar, não, é um processo da época do regime militar, entendeu? O senhor assina como testemunha alguns depoimentos.

— Testemunha? Testemunha de quê?

— Eram depoimentos de um inquérito.

— Eu não fui testemunha de nenhum inquérito, não.

— O senhor foi militar?

— Se eu fui militar? Eu fui militar, sim.

— O senhor serviu em 1972 no 38º Batalhão de Infantaria?

— Servi.

— Então, é um processo que trata justamente desse período, quando alguns militantes do Partido Comunista do Brasil foram presos e havia muitos depoimentos. Num deles o senhor assinou como curador de uma indiciada.

— O que que diz no depoimento?

— Informações que foram prestadas por essa pessoa. No caso, uma mulher.

— Eu sei que foram presas algumas mulheres, mas eu não participava disso, não. Eu acho que era só o pessoal da 2ª Seção que participava.

— Mas por que o senhor assina dois depoimentos como curador da indiciada? Duas mulheres eram menores de vinte e um anos e aparece lá...

— Menores?

— Eram menores de vinte e um anos, por isso o senhor assina como curador das indiciadas. Duas mulheres.

— Mas não tem minha assinatura, porque para ter minha assinatura, para eu ser curador de alguém, eu teria de ser consultado e ter assinado, não é?

— Pois é, mas faz quarenta e três anos. Será que o senhor não pode ter se esquecido? Porque estão a sua assinatura e o seu nome: Eduard Alois Baldi Magalhães.

— Eu tenho certeza de que não fui curador de ninguém. Isso aí alguém pode ter citado meu nome, mas eu não assinei nada, não,

nem fui curador. No caso, eu seria curador dos presos, né? Das presas, né? Das prisioneiras?

— Isso.

— E eu tenho certeza de que não fui. Para ser curador eu teria que, pelo menos, ter sido consultado, se queria, se aceitava. Nas minhas Alterações, no meio do Exército, não consta nada disso.

— O senhor ficou quanto tempo no Exército?

— Eu fiquei alguns anos. Três ou quatro anos: 71, 72, 73... Até 74.

— Os nomes das mulheres são Beth Madeira e Míriam Azevedo de Almeida Leitão — eu disse.

— Míriam Leitão? A jornalista?

— Exatamente.

— Não, não tive o prazer de conhecer, não.

— Por quê? O senhor gosta dela?

— A jornalista eu gosto, acho uma pessoa com boas ideias.

— Entendi.

— Mas não tive nenhum contato nem nada. Essa curadoria, por exemplo... Só se me botaram sem eu saber, né?

— Entendi. Mas seria importante o senhor ver esse documento porque lá tem uma assinatura e o senhor pode me dizer “não, não é minha assinatura”. Existe alguma possibilidade de a gente se encontrar?

— Eu acho difícil. Só se o senhor vier até aqui, em Mucuri, na Bahia, onde eu moro. Sou aposentado por invalidez, não estou podendo me locomover, e é um assunto que não me diz respeito, entendeu? Com certeza, se tem alguma assinatura, eu estaria sabendo. Eu nunca assinei nada sem ler, assim no escuro. Mas não lembro dessas pessoas que você está falando e não tive nenhum contato com uma mulher, entendeu?

— Entendi.

— Eu não fazia parte de interrogatórios. Não fazia parte de nada disso.

Era hora de perguntar se ele me daria uma entrevista.

— Se eu fosse até Mucuri o senhor me receberia para uma entrevista?

- Com certeza.
- Como é que eu faço para te achar aí, se for até Mucuri?
- Eu moro no bairro Malvinas. A assinatura nesse processo é falsa, não é minha.
- É mesmo?
- Para eu ser curador de alguém eu teria que ser pelo menos consultado, não é? Se eu aceitava e tal. Não houve nenhuma imposição, nenhuma consulta de algum superior, algum capitão, para ver se eu aceitava ser curador de “a”, de “b” ou de “c”. O processo que está aí é de uma coisa colocada sem meu conhecimento. Para ser curador de algum prisioneiro, teria que sair no Boletim do Exército. E, nas minhas Alterações, posso te mostrar, não tem nada disso. Eu não lidava com esse pessoal. Os presos políticos, normalmente, chegavam e iam pro Rio de Janeiro, entendeu? E eu não tinha contato com eles. Era a 2ª Seção que fazia as operações.
- [Era] a 2ª Seção que comandava?
- Sim.
- O senhor tinha quantos anos na época em que serviu e viu os militantes políticos?
- Eu tinha uns vinte e cinco anos.
- A sua memória deve ser muito boa, porque o senhor está dizendo que tem certeza que não assinou nada. O senhor se lembra bem daquele tempo?
- Eu tenho certeza absoluta. Eu lembro bem daquele tempo.
- Mas o senhor sabia que os presos ficaram durante meses lá no 38º?
- A gente sabia que tinha presos, mas não sabia onde eles ficavam. Mas por que você está fazendo essas perguntas todas? Tá escrevendo algum livro?
- Sim. Inclusive os meus pais foram presos. Faziam parte desse grupo.
- Lá em Vila Velha? Olha, eu vou olhar, vou ver a assinatura que eu tenho certeza que não é minha. Tinha um grupo que lidava com esse pessoal político, entendeu? Eu era militar que lidava com

formação de soldado. Essa parte, vamos dizer assim, da política, da prisão, das investigações, dos inquéritos e dos interrogatórios... Disso aí os oficiais da R2 [oficiais temporários], como eu, de maneira geral, não faziam parte, não tinham conhecimento. Eu lembro com clareza que na prisão onde os soldados comuns ficavam eles não estavam. Havia determinados pavilhões... Na enfermaria sempre tinha alguém preso. O único preso que eu tive certeza de que esteve lá e [com quem] conversei foi o Vitor Buaiz.

— O senhor vai estar aí esses dias?

— Eu sou aposentado por invalidez, então não saio de casa. De manhã, de tarde e de noite são bons horários para me encontrar. Estou sempre em casa.

— Tá bom, Eduard, muito obrigado.

Estava feliz com a possibilidade de entrevistar Eduard, o primeiro militar que aceitava me receber. O GPS mostrava trezentos quilômetros de Vitória a Mucuri. Devido ao trânsito, o aparelho calculava quatro horas e trinta e quatro minutos de viagem.

53.

A BATIDA DO CARRO E O UNIVERSO INVISÍVEL

Mucuri é uma cidade na divisa da Bahia com o Espírito Santo. Da capital capixaba, seguimos, Eduardo, Gustavo Mello, outro documentarista, e eu, pela BR-101, uma das mais extensas estradas brasileiras, que vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. Nem todos sabem, mas o seu nome é Rodovia Governador Mário Covas. Descobri essa rodovia federal em 2004, quando pedi demissão do cargo de repórter no *Correio Braziliense*, comprei um jipe de fabricação brasileira e fui do Rio de Janeiro a Natal, sem a pressa que as redações impõem. Usando a BR-101 em diversos trechos, escrevi até algumas reportagens sobre o interior do país como *freelancer*. Em Natal, deixei a rodovia para seguir pela areia até Fortaleza. Passeava em praias desertas, sozinho, usava o carro de abrigo e cozinhava comidas enlatadas antes de dormir. Durante a noite, ouvia o barulho do mar e sentia a brisa gostosa do Nordeste. Desligava todas as luzes do jipe para respirar pausadamente, como gosto de fazer, e olhar as estrelas.

A BR-101, que atravessa doze dos vinte e sete estados da Federação, foi duplicada pelo Exército. Em 2004, enquanto viajava por ela, pensava nos erros e acertos da instituição militar. Mesmo em conversas reservadas, os militares dificilmente admitem os absurdos da ditadura e passam boa parte do tempo elogiando os feitos das Forças Armadas em prol da sociedade. Estão certos com relação a muitos elogios, mas fariam melhor se encarassem seus erros. Sempre me espantou a capacidade dos que atuaram no golpe de 1964 de fazerem persistir o seu discurso entre as novas gerações. Diversas vezes encontrei militares jovens, da ativa, entre trinta e quarenta anos, defendendo os abusos contra a esquerda no período

ditatorial. E com afinco. É um discurso que parece ter entrado no DNA militar.

Dessa vez, eu seguia pela BR-101 na companhia de mais um cineasta porque a história havia despertado o interesse na produção de um documentário. Com traços fortes, barba cerrada, moreno e um metro e setenta e nove centímetros de altura, Gustavo conversava comigo sobre ideias liberais. Como protestante, vivo o dilema de ter de expor minha visão, diferente da de muitos cristãos. Eu tentava explicar o que penso sobre o tema. Em um Estado laico, superados os erros históricos do passado, não entendia por que parte da Igreja fazia tanta questão de continuar a ditar o balizamento da vida das pessoas, como se essa fosse a função primordial da *ekklesia*, significado original da palavra "igreja", que é "chamados para fora". Em vez de reger a vida das pessoas, deveria ser, na verdade, um constante vetor de amor. Particularmente, me incomoda também ver a distorção do papel dos líderes religiosos que se transformaram, de homens perseguidos na Igreja primitiva, como Pedro e Paulo, em *pop stars* do mundo atual.

Eu contava a Gustavo que, em Hebreus 11, capítulo da Bíblia sobre a fé, é dito que quando a Igreja cristã nasceu "alguns foram torturados". Citei até mesmo um trecho sobre a perseguição: "Passaram pela prova de escárnio e açoites, sim, até de algemas e prisões. Foram apedrejados, provados, serrados pelo meio, mortos a fio de espada; andaram peregrinos, vestidos de peles de ovelhas e de cabras." Chegaram a morrer, como alguns comunistas na ditadura. Não que ainda tenha que ser assim. Eu queria chamar a atenção para a simplicidade do ensino do Evangelho, que parece às vezes se perder. Enquanto naquela época alguns pregadores viviam humildemente, e doavam a própria vida, hoje alguns são tratados como deuses. Nada contra o sucesso alheio, mas o discurso de manipulação às vezes é óbvio.

Gustavo concordava que, antigamente, o Evangelho era uma doação a uma causa. Caso de João, que acabou preso na ilha de Patmos, na Grécia, durante a perseguição ao cristianismo. E que alguns líderes atuais parecem incentivar serem tratados como soberanos em seus pequenos reinados.

— É incrível como isso acontece em todas as religiões — disse ele. — Eu estava lendo um livro sobre a derrubada do último xá do Irã. Ele formou um pequeno reinado como enviado de Deus. Levou isso ao extremo porque fez uma monarquia militarizada bem mais ampla como forma de poder.

Na conversa, avaliávamos que erros das igrejas cristãs atrapalharam não somente o desenvolvimento de uma sociedade mais tolerante, mas também a própria mensagem do amor incondicional de Deus, que nos deu o livre-arbítrio. E que isso vem ocorrendo desde o tempo da Inquisição, quando a Igreja julgou sumariamente pretensos hereges, o que continua a fazer até hoje, de certa forma.

— É muito difícil ser cristão olhando para a História. É preciso ser cristão, apesar das falhas da Igreja — disse eu, lembrando que somos todos imperfeitos (os próprios apóstolos eram assim) e que Jesus procurou os colocados à margem, como a mulher adúltera, e criticou os religiosos do seu tempo, entre eles os fariseus. Ele não julgou aquela que os hipócritas queriam apedrejar. Ele simplesmente a amou.

Já estávamos havia três horas na estrada. Gustavo dirigia. Na cidade de Sooretama, ainda no Espírito Santo, paramos no primeiro sinal de trânsito de todo aquele trecho. Um sinal vermelho numa BR, numa área populosa, justificado por um cruzamento. De repente, Gustavo e eu ficamos estáticos. À nossa frente, na longa reta de mão dupla, um jipe verde do Exército vinha em alta velocidade, na contramão e em nossa direção, tentando ultrapassar um caminhão. O fato de ser do Exército nos intrigou. O sinal ficou verde, mas continuamos parados. Enquanto olhávamos o veículo, esperando para ver para que lado ia, sentimos uma forte pancada na traseira do Doblò alugado. Gustavo gritou:

— Puta que pariu, meu! Caralho! Não acredito!

A forte pancada derrubou um livro e uma apostila com documentos necessários para a viagem que estavam em um grande “porta-tudo” acoplado ao teto do carro. Tudo caiu na minha cabeça. Gustavo puxou o freio de mão. Não entendia como aquela batida tinha acontecido. Do lado de fora, apareceu um homem de

ascendência japonesa, de estatura mediana, vestindo calça preta e camisa polo branca. Mostrava-se nervoso e desconfortável com a batida. Ele acabara de levantar o capô de sua Saveiro branca, placa do município de Serra, final 9610. Com o suor escorrendo pelo rosto, disse chamar-se Kazuma. Perguntou:

— Vamos resolver?

— Vamos. O carro estava parado, né? — perguntou Gustavo.

— Eu olhei o sinal verde, baixei a cabeça e acelerei. Achei que vocês tinham saído, mas quando vi... — respondeu Kazuma.

— Tinha um carro do Exército vindo na contramão — explicou Gustavo. — Eu não podia sair porque ele vinha em alta velocidade.

Eduardo se dirigiu a Kazuma:

— Você estava em primeira marcha? Não é possível. A batida foi forte demais.

Kazuma calou-se. A traseira do nosso carro estava bastante amassada. As duas portas de trás da van não abriam mais. Uma ambulância estacionou próximo ao local onde estávamos exatos onze minutos após a batida e eu fui em direção a ela. Um jovem paramédico saiu e me perguntou:

— Está todo mundo bem?

— Sim.

— Então, beleza. O melhor é isso! — respondeu, aliviado.

— Você quer ir lá conversar com todo mundo? — devolvi.

— Vou precisar pegar os dados, vou anotar que está todo mundo bem e darei um papel para você fazer o Boletim de Ocorrência.

Enquanto Gustavo passava os dados ao paramédico, Eduardo e eu tirávamos o carro do local. Ao entrar no veículo, Dudu brincou:

— E aí? Estou esperando você dizer que foi a maior coincidência o carro do Exército vir na contramão na hora da batida. Parece filme mesmo.

— Não vou falar, não. Dessa vez eu pensei outra coisa — retruquei.

— No quê?

— Que essa história é pesada. Você não acha?

— Pensei nisso ontem ou anteontem. A gente está mexendo com merda que move o universo, o invisível.

— Não sei se o universo, mas o invisível, talvez.

54.

FRENTE A FRENTE COM O CURADOR

Eduardo, Gustavo e eu prosseguimos viagem e o silêncio perdurou no carro por boa parte do tempo entre Sooretama e Mucuri, a cidade de Eduard Alois Baldi Magalhães. Foi um percurso de cento e quarenta e cinco quilômetros. Ainda na BR-101, passamos por São Mateus e Conceição da Barra, que eu havia conhecido anos antes, em uma viagem com meu irmão Vladimir e alguns amigos. Eu matutava sobre qual seria a real participação de Eduard na tortura dos meus pais e de seus companheiros do PCDOB. Minha mãe se lembrava dele como curador, um homem ríspido. Por isso eu me perguntava se Eduard teria participado das violações de direitos humanos. Será que eu estava indo ao encontro de um dos torturadores dos meus pais? Se não, será que ele sabia o que ocorria no 38º Batalhão de Infantaria no início da década de 1970? Qual seria sua ligação com o capitão Guilherme? Este seria o primeiro militar daquela época que eu encontraria face a face. Para admitir ter participado de algo como tortura, a pessoa teria que ter mudado muito.

Após atravessar a divisa do Espírito Santo com a Bahia, registrada por uma placa azul em um longo declive na estrada ao lado de uma mangueira, fiquei mais tranquilo. Uma reportagem que havia lido dias antes informava que, segundo um relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada feito em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, certos trechos da BR-101, inclusive alguns que atravessáramos, eram dos mais perigosos do Brasil pela falta de conservação e pelo tráfego intenso. De repente, o GPS indicou uma distância de pouco menos de dois quilômetros até a casa de Eduard. Após seis horas direto na estrada, eu precisava de um café forte.

Em Mucuri, com quarenta mil habitantes, encontramos uma padaria que anunciava vitaminas como especialidade. Paramos, descemos e sentei. Tomei um café e pedi um açaí. Um carro de som passava em marcha lenta pela rua com a propaganda de uma farmácia. Pelo áudio, em volume alto, ficamos sabendo que ela aceitava convênios e cartão de crédito e que, em compras acima de trinta reais, poderia render uma moto “cinquentinha” zero quilômetro no aniversário de duzentos e quarenta e seis anos da cidade, no dia 10 de outubro.

A rua de Eduard, de paralelepípedos hexagonais, não ficava muito longe da padaria. Suas casas, de classe média, terminavam em uma pequena praia de areia cinza e um mar mexido e turvo, ao menos naquele dia. A de Eduard, pintada de branco, ficava a menos de duzentos metros da areia. O tempo nublado não diminuía a beleza do local. Alguns cachorros perceberam nossa presença e começaram a latir, chamando a atenção de Tânia, mulher de Eduard, que veio para fora da casa.

— Ixe! Chegamos na hora do almoço? — perguntei, pois, pela porta aberta da sala, de longe pareceu que havia pessoas numa mesa, mais ao fundo.

Em lugar de responder, Tânia fez uma pergunta meio espantada:

— Uai, já chegou aqui?

— Liguei ontem de Vitória. Deu tempo — disse eu, abrindo um sorriso.

— Ah, você estava em Vitória. Amor, o Matheus chegou!

Ela abriu o portão azul-anil no lado direito de um muro de alvenaria coberto por uma cerâmica que imitava pedra palito creme. Um cuidado no chão se destacava: seis pedras, cercadas de grama, formavam dois caminhos para as rodas do carro entrarem na garagem. Apertei a mão de Tânia. Dudu e Gustavo fizeram o mesmo. Após atravessarmos a garagem, onde estava estacionado um Ford Fiesta também branco, entrei na sala falando alto:

— Posso entrar, Eduard?

O ex-militar almoçava sem camisa, com uns óculos largos no rosto. Bebia um copo de suco de limão lentamente enquanto Eduardo e eu nos sentávamos na sala em dois sofás azul-escuros

protegidos por mantas azul-claras com desenhos de flores. Três almofadas atrás de mim, uma creme e duas também azuis, me deram conforto. Deixei minha mochila a meu lado e peguei o depoimento de Míriam aos militares do 38º Batalhão de Infantaria, no qual constava a assinatura de Eduard como seu curador, e o mantive nas mãos. Também peguei as fotos das fichas de qualificação de todos aqueles ex-estudantes para mostrá-las. A sala era conjugada à cozinha, e uma bancada americana bem acima do sofá onde eu sentara sustentava alguns objetos, entre eles dois pequenos vasos creme com plantas artificiais. Eduard podia ser visto por cima da bancada.

O ex-tenente foi para o quarto. Voltou vestido de bermuda verde, chinelo e uma camisa social roxo-clara de botão, de manga curta. Apertou as nossas mãos e brincou com Eduardo, seu xará.

Rosto redondo, pele branca e olhos verdes. Logo após se sentar, declarou:

— A primeira coisa que eu quero ver é a minha assinatura.

— Já quer ver a assinatura? O senhor falou que queria ver as fotos também.

Entreguei as fotos primeiro. Com o rosto suado, Eduard pegou os papéis e começou a folheá-los cuidadosamente, enquanto me fazia algumas perguntas sobre a minha mãe para ter certeza de que eu era realmente filho da jornalista Míriam Leitão.

— Ela morava em Vitória?

— Sim.

— Ela é de onde?

— De Caratinga, mas estudava na Ufes.

Ao começar a olhar as fichas uma por uma, passou batido por meu pai, mas lembrou-se de Ângela Milanez Caetano.

— Namorei uma irmã dela.

Mesmo eu ficando mais calado, deixando-o falar, sabia que teria ali uma nova entrevista para a minha busca. Eduard parou de folhear o processo quando viu a foto do ex-governador Vitor Buaiz.

— Buaiz estava preso na enfermaria e eu fui conversar com ele. Eu fiz uma pergunta pra ele: “Você é comunista mesmo?” Aí ele

falou: “Sou, só que sou da linha vermelha.” Tinha uma coisa de linha naquela época, vermelha e amarela. Uma vez a esposa dele chegou. Tinha tomado um susto tão grande que perdeu o filho.

— O senhor se lembra disso?

— Lembro. Ela perdeu o filho por causa da notícia da prisão. Buaiz era professor universitário. Ele até me perguntou se eu já tinha lido *O capital*. Falei: “Não li, não.” Ele falou: “Ah, o senhor leia.” E me deu as explicações [sobre o] que achava [necessário acontecer] para que o país fosse transformado.

— O senhor lembra o que ele falou d’*O capital*?

— Ele falou só pra eu ler. E eu acabei me identificando com uma visão bem diferente da que conhecia até então.

— Depois dessa conversa?

— Quando soube que a mulher dele tinha perdido o filho, resolvi sair. Queria tomar outro rumo e comecei a ver as coisas diferentes do que via na época. Seu pai também era *Mateus*? — perguntou ao ler o codinome de Marcelo na ficha. — Ele ainda é vivo?

— É. Recebi o nome por causa disso. Ele está vivo.

Eduard disse não se lembrar de Marcelo.

— Esta é a minha mãe — falei, mostrando a foto na ficha dela. — Você lembra dela jovem assim lá?

— Vagamente. Ela tinha que idade?

— Dezenove.

— Tinha dezenove anos? [Havia] uma moça assim parecida com ela que ficava na prisão especial da companhia, separada das outras, entendeu? Eu lembro disso.

— Você lembra dessa menina que ficava separada?

— Lembro. Parece ela, a da foto. Muito revoltada.

— Quando você fala “muito revoltada”, você se lembra de algum caso, de alguma coisa que ela falou pro senhor?

— Não. Eu não concordava com a maneira como eles tratavam os presos, entendeu? Quando eu estava como oficial de dia, abria para eles tomarem banho de sol. Eu lembro só disso.

— Você não concordava com o quê?

— Eu não concordava com os métodos, nunca concordei com prisão para averiguação. E eles faziam direto isso, prisão para

averiguação, que é inconstitucional. Com essa coisa de os presos ficarem às vezes amontoados num determinado lugar eu também não concordava. Achava que tinha que ter banheiros.

— Mas quando o senhor fala “métodos” está falando de violação de direitos humanos também?

— Não, porque na época [isso] ficava restrito à 2ª Seção. Eu pegava o preso, levava para a 2ª Seção, [que] interrogava. Agora, os métodos que eram usados eu não sei porque não participei.

— Mas o senhor sabia que tinha tortura nos quartéis? Sabia que tinha tortura no 38º Batalhão de Infantaria?

— Não sabia. Os oficiais da Academia Militar não conversavam sobre esse assunto. Os capitães, os majores, nem os tenentes. Posteriormente fiquei sabendo que havia tortura porque os métodos de interrogatório... A gente sabe que eram métodos contra os direitos humanos.

— Mas o senhor ficou no 38º Batalhão enganado?

— Fiquei de 71 até o final de 74.

— Entre 71 e 74 o senhor não soube que tinha violência contra presos no quartel?

— Não sabia. Eu sabia que pessoas eram interrogadas. Mas esses interrogatórios nunca presenciei [nem deles] participei. Mas a gente sabe hoje, *a posteriori*, que eram interrogatórios terríveis. Não que eu tenha participado ou que tenha visto. Por exemplo, com o Vitor Buaiz comecei a puxar conversa. Ele era uma pessoa inteligente, com boas intenções. Na época me disse que era contrário a tomar o país através das armas. Ele era um comunista que tinha intenção de tomar o poder, transformar as coisas no país através da política. E foi o que fez posteriormente. Anos depois estava engajado na política, candidato, prefeito de Vitória, depois [foi] governador do estado pelo PT.

— O senhor disse que não se lembra de violência, não presenciou e não ouviu falar. Do que o senhor lembra do cotidiano do 38º Batalhão de Infantaria?

— Lembro que às vezes eu fazia alguma crítica aos meus colegas e era malvisto por isso. Tipo mulher estar num local de prisão sem

sanitário e algum oficial botar uma lata lá para ela fazer as necessidades. Eu sempre fui totalmente contra isso. Lembro que tinha um grupo de cães de guerra e eu mandava ficar em diversas posições nas praias. Os cachorros [ficavam] com os soldados, daí eu liberava os [presos] para tomar banho de sol porque eles não estavam tendo esse direito.

— Estavam em isolamento sem banho de sol?

— Sem banho de sol. Eu fui repreendido por ter feito isso. Não tinha instalações adequadas, entende? Não queriam prender os comunistas com os soldados que estavam presos porque aí a prisão tinha sanitário, tudo direitinho. Então eles ficaram isolados em salas, amontoados. Alguns oficiais tratavam com humanidade e outros não tratavam com humanidade.

— Quem eram os oficiais que não tratavam com humanidade?

— Não lembro assim, especificamente. Tem quarenta anos já.

Entreguei a Eduard a ficha de qualificação de Foedes dos Santos. E ele se mostrava impaciente para ver outro documento, o tal depoimento dado pela minha mãe no qual ele assinava como curador da indiciada.

— O senhor se lembra desse militante esquerdista?

— Foedes dos Santos. Esse nome aqui eu lembro, na mente. Cadê minha assinatura que não vi ainda?

— A gente vai chegar lá. Deixa eu te perguntar, essa jovem que o senhor viu isolada, que era bastante rebelde...

— Lembro que ela estava presa, isolada na companhia. Era um local próximo ao campo de futebol. Ela não se conformava de estar presa ali, não aceitava alimentação direito, era uma pessoa rebelde.

— O senhor sabe de algo que fizeram com ela até por esse comportamento?

— Não, isso aí eu não sei. Mas a pessoa desta fotografia aqui — disse Eduard, apontando para a imagem da minha mãe presa — é a pessoa que eu lembro mesmo. Tinha uma garota de uns vinte anos de idade, cabelo todo alvoroçado e com a face parecida com a dela.

— O cabelo era a característica dela na época.

— No início ela ficou presa com mais uma outra. Depois deixaram ela isolada.

— O senhor se lembra da Ângela presa lá?

— Lembro o local em que ela ficou presa. Tinha a sala do oficial de dia e era do lado, assim, num salão. Achei estranho: como assim, essa menina aqui? Mas os oficiais da 2ª Seção não davam acesso aos outros oficiais, aos sargentos e às pessoas que deviam cuidar dela. Cadê o negócio da minha assinatura? Vamos chegar lá, quero ver a minha assinatura. Devem ter falsificado, né...

— Então, este é o documento.

— Esta assinatura aqui é minha — afirmou apontando o papel.

— Esta assinatura é do senhor? O senhor tem certeza?

— Tenho certeza absoluta que esta assinatura aqui é minha.

— Minha mãe disse que o curador dela ficou sentado ao lado dela durante todo o depoimento.

— Eu não me lembro disso.

— Tem uma assinatura em cada página, o senhor pode olhar aí.

— É. Aqui é minha assinatura. Sem sombra de dúvidas, não tem falsificação nenhuma aqui, não.

Eduard começou a olhar o documento e ao ler o nome dos militares que atuaram com ele no 38º Batalhão de Infantaria foi se lembrando deles. Afirmou conhecer João Cândido Sant'anna Netto, que assina como testemunha do depoimento de minha mãe, e José Maria Alves Pereira, encarregado do inquérito. Era hora de eu tentar entender mais a fundo a participação dele na repressão.

— Estou te mostrando essas coisas porque minha mãe lembra quem foi o curador dela. E ela lembra que foi esse mesmo homem que esteve do lado dela, assim como nós estamos aqui. Era um homem ríspido, um pouco duro, até violento. Ela lembra que esse homem conversava muito com o capitão, que era o comandante do s2, da 2ª Seção.

— Olha... É possível que sim. Bom... Primeiro, a assinatura aqui constata, diz que é o curador que estava do lado dela. E na época eu estava no Exército e era tido como caxias, uma pessoa muito fechada.

— Essa assinatura é do senhor? Não foi falsificada?

— Não. Eu não assino nada sem ler, isso é uma coisa que meu pai me ensinou. Por isso eu queria ver minha assinatura, mas não lembro de ter participado. Isso aqui eu estou lembrando. Dessa coisa dos [...] cruzeiros, que ela participou. Tá na minha memória — disse, referindo-se ao trecho do depoimento em que a minha mãe revela quanto doava ao PCDOB.

— Você lembra de uma mulher jovem dizendo isso?

— Não, estou me lembrando desse detalhe aqui. “Contribuiu para o PCDOB com cinco cruzeiros de uma vez e com dez cruzeiros de outra vez.” Eu estou lembrando disso porque esse detalhe foi uma coisa que fez ela ser presa. O fato de ela ter colaborado com o PCDOB — disse ele, já com o depoimento de Beth Madeira nas mãos, de quem ele também foi curador.

— O senhor era ríspido com os presos?

— Não, pelo contrário. Eu sempre procurei cuidar bem dos presos, para que eles tivessem os direitos deles assegurados.

— Mas ela lembra que o curador ficou do lado dela esse tempo todo e era o mesmo homem que, algumas vezes, foi ríspido e duro. Minha mãe contou uma história de que um soldado tentou acudir ela quando estava um pouco fraca e esse militar, que foi o curador dela, não deixou que ele ajudasse. Enfim, tinha um comportamento duro.

— Não, eu tratava bem. Tinha formação evangélica. Mas não era uma pessoa, vamos dizer assim, boazinha. Eu procurava ser bom. Procurava ver os direitos.

— Mas o senhor chegou a ser grosseiro, ríspido, com algum preso?

— Não, pelo contrário. Eu procurava dar banho de sol, fazer coisas que até não me competiam, não competiam ao cargo. Eu estou vendo minha assinatura aqui, mas não lembro de ter sido curador.

— Mas o senhor não acha que, assim como se esqueceu de ter assinado esse documento, pode ter esquecido de alguns fatos que aconteceram lá?

— É possível.

— Inclusive o comportamento do senhor mesmo?

— Não, porque, por exemplo, eu já tinha tido um *affair* com a irmã da Ângela Milanez, Cecília. Então, era motivo para eu tratar bem, né? Estranhei quando a menina chegou lá, já tinha sido Miss Espírito Santo. Mas não lembro de ser ríspido. Eu não lembro desse acontecimento. Tá claro que aconteceu, tá nítido. A assinatura, tanto esta daqui quanto a destes outros papéis, todas as assinaturas são minhas, não tenho dúvida.

— Eduard, qual era a sua relação com o comandante da 2ª Seção, o capitão?

— Eu conhecia o capitão, mas não participava de nada da 2ª Seção. [Sua mãe] não deve ter esquecido o nome desse capitão. Porque esse capitão era realmente uma pessoa bem ríspida.

— Capitão Guilherme. Se eu te mostrar uma foto dele, o senhor sabe me dizer se é ele?

— Eu lembro da existência do capitão Guilherme nos dois ou três anos em que ele deve ter ficado por lá. Pelas fotos não reconheço. Um capitão chamado Mazieiro ficou entre 1967 e 1968 e depois foi substituído por ele, o capitão Guilherme.

— O chefe da 2ª Seção era um homem violento?

— Eu não estou dizendo que era um homem violento. Ele era uma pessoa que tinha as características que você está falando da minha pessoa: ríspida. Para ser chefe da 2ª Seção tinha que ter pouco coração. Eram pessoas que os comunistas na época não tinham em boa conta.

— E o sargento Danilo Junger Goulart, escrivão do processo?

— Esse Danilo também era linha dura...

55.

“É, ESTÁ ESTRANHO. DEVIA SER UM CORONEL”

O Boletim Reservado nº 21, de 1972, estava ao meu lado. Assinado pelo capitão Pedro Guilherme Ramos, autorizava o major José Maria Alves Pereira, que tinha uma patente acima da do capitão, a prorrogar o inquérito contra meus pais e seus companheiros. Repousando sobre o braço do sofá da casa do ex-militar Eduard, aquele documento tinha uma importância enorme na minha investigação. Mas eu precisava da confirmação de um militar — alguém do lado de dentro da cerca — de que era o capitão quem mandava, de fato, no quartel. A ponto de autorizar pedidos de quem era superior a ele na hierarquia.

— O senhor não acha este documento estranho? O documento é assinado por Pedro Guilherme Ramos, capitão, chefe da 2ª Seção — disse eu para Eduard, lendo em seguida: “Atendendo a solicitação constante do Ofício número 13-IPM, de 28 de dezembro de 72, do Major Inf José Maria Alves Pereira, desta Unidade, prorrogo, de acordo com o artigo 59 do Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 69 — Lei de Segurança Nacional, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do IPM do qual está o mesmo encarregado. A presente prorrogação é a contar de 30 de dezembro de 72, Vila Velha, Espírito Santo.”

E prossegui:

— Eu estou perguntando se isso não é estranho, porque o capitão está autorizando um major, de patente superior. O senhor acha isso normal?

— Ele [o capitão Guilherme] era o chefe da 2ª Seção, ele é que tinha prendido essas pessoas, os comunistas — respondeu Eduard.

— O senhor não acha estranho um capitão mandar num major?

— Eu acho estranho também. Ele prorrogou o IPM que o major estava fazendo, dentro de uma Lei de Segurança Nacional. Se baseou na lei, que dava... Aqui consta o artigo que dava esse direito ao capitão-chefe da 2ª Seção de prorrogar ou não.

O artigo 59 do Decreto-Lei nº 898 reza que “o prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou”.

— Quem mandava, de fato, no batalhão era o chefe da 2ª Seção?

— Aqui, pelo que consta na Lei de Segurança Nacional, ele, como chefe da 2ª Seção, poderia prorrogar, solicitar.

— Mas aqui foi o major que perguntou para o capitão.

— É, está estranho. Devia ser um coronel, né? O comandante do batalhão [é] que fazia isso. Agora, eu não sei se pela Lei de Segurança Nacional a 2ª Seção tinha esse direito. Eles tinham direito a tudo. Isso fere totalmente a Constituição, os direitos humanos, a lei, de uma maneira geral. Eu me lembro bem desse termo, que eu achava um absurdo. Alguns advogados amigos meus sempre contestavam isso. Não existe prisão para averiguação, a prisão tem que ter um motivo, tem que ter um mandado.

— Mas dentro do 38º [Batalhão] eles tinham essa independência toda? Eles eram subordinados a quem?

— A 2ª Seção e todas as seções são subordinadas ao comando do batalhão. Nós tínhamos que ver na Lei de Segurança Nacional à época por que um capitão chefe de uma seção se colocou nesse direito de autorizar o major. É estranho mesmo. Não tem nem o nome do comandante do batalhão, né? A prorrogação de prazo do IPM é autonomia do comandante, que eu saiba.

— Capitão autoriza o major? — questionei novamente.

— Estranho. Isso aqui, pra mim, tinha que ser o coronel.

— O senhor se lembra de um grupo de militares que veio do Rio de Janeiro na época que os militantes comunistas foram presos? Eles teriam atuado junto com o pessoal da 2ª Seção?

— Teve isso, sim.

— O senhor lembra quem eram eles?

— Não lembro. Esse pessoal dava uma de agente secreto. Eu não entrava em contato, em conversa.

— O nome *Dr. Pablo* te lembra alguma coisa?

— Não. Eles vinham tudo com codinome também.

— Paulo Malhões?

— Não. Eu lembro vagamente, assim, veio da 2ª Seção um pessoal do Rio de Janeiro.

— O senhor lembra quantos eram?

— Não, eu lembro só isso.

— Mas era da área de inteligência.

— Da área de inteligência, de informação, com certeza.

— Essa foi uma foto tirada anos depois. O senhor se lembra dele? Ele se chama Paulo Malhões.

— Não lembro.

— Eu conversei com diversos militantes do Partido Comunista do Brasil daquele tempo, inclusive o Vitor Buaiz — prossegui. — Muitos denunciaram que foram torturados. Minha mãe disse que foi colocada numa sala transformada em cela com uma cobra, uma jiboia trazida por essa equipe do Rio de Janeiro. E ela ficou não sabe quanto tempo [na sala]. Outros militantes falaram de violências como espancamento, sufocamento com sacos. Meu pai mesmo sofreu tortura durante dias sentado numa cadeira e as perguntas eram repetidas e o espancamento também. Quando, por algum motivo, [ele ficava] cansado ou com sono, as porradas continuavam. Outros militantes, como o Jorge Luiz de Souza, falaram que foram torturados durante vários dias e tomaram choques elétricos em diversas partes do corpo. Ele teve uma parada cardíaca e, segundo ele, os torturadores traziam ele de volta à vida pra recomeçar aquele terror. Eu estou te contando esses detalhes porque essas coisas aconteceram no 38º Batalhão de Infantaria, segundo esses militantes. O senhor não se lembra de nada disso?

— Não, eu não lembro porque nunca participei desse tipo de coisa. Isso era restrito ao pessoal da 2ª Seção. Não sei. Como era restrito e fechado, a gente não sabia.

— Muitos [militantes] falaram que esperavam anoitecer e aí começavam aqueles momentos mais difíceis, quando os outros militares estavam fora.

— É possível. Sempre tem um oficial de dia que fica responsável pelo batalhão, pela guarnição, pelo bom andamento das coisas dentro do quartel. Então, [ele] é praticamente o comandante. Porque o coronel não está, os maiores estão em casa. Os oficiais R2, que era o meu caso, tiravam esse posto de oficial de dia. Se houvesse uma gritaria, a gente ia comentar. E nunca houve um comentário assim, comigo pelo menos, não. Mas o que consta da nossa história é: o que se chamava revolução, na verdade, era uma ditadura braba. Eu acredito porque, se chegaram a esse ponto de botar uma jiboia num cubículo com uma pessoa que provavelmente tinha medo de cobra, muitas outras coisas podiam acontecer.

— A sua visão hoje é de que foi uma ditadura?

— Uma ditadura braba, ditadura terrível. A gente sempre comentava entre nós, oficiais, que as Forças Armadas não foram preparadas pra governar. Hoje em dia eu participo do Partido dos Trabalhadores. Infelizmente também, com o que está acontecendo... Mas na época em que entrei a gente tinha uma esperança. Cheguei a ser presidente do PT aqui no município. Fui presidente de 86 a 88. Andei com o pessoal do Movimento Sem-Terra. Fazia mobilizações e tal. E eu acho que é uma página terrível da nossa História. Falta dos direitos humanos, falta dos direitos civis.

— O senhor é um ex-militar que eu nunca encontrei na vida. Um quadro das Forças Armadas que trabalhou durante a ditadura nos quartéis e virou liderança local de um partido de esquerda.

— Por causa do Vitor Buaiz. Na conversa com o Vitor ele me explicou. Passamos a noite conversando.

— Dentro do 38º Batalhão de Infantaria?

— Disseram que ele estava deprimido. A esposa dele já tinha ido lá e não deixaram vê-lo. Eu era oficial de dia. De tardinha fui à enfermaria conversar com ele. Foi quando ele me mostrou a visão política dele e me aconselhou a ler *O capital*, que, na época, era proscrito. Se você tivesse um, você estava [encrocado]. Era

material subversivo. Aí eu consegui e li. Ele me falou qual era a visão dele. Na mesma noite a esposa dele esteve no quartel. Ela não podia saber que ele estava lá.

— Os militares escondiam as informações das famílias.

— Com certeza. Não podiam saber. Eram determinadas pessoas, não eram todas. “Oh, fulano tá preso, incomunicável.” Podia chegar familiar, advogado, qualquer um, não tinha direito de saber que a pessoa estava lá ou que não estava. A mulher do Buaiz chegou e conversou comigo. Na época eu estava casado e não conseguia ter filhos. “Ah, tenente, eu preciso saber, porque não sei se ele está aqui, se ele foi pro Rio de Janeiro, se aconteceu alguma coisa com ele de mau.” Ela falou pra mim: “Eu fiquei tão preocupada com a prisão dele, da forma que foi, que eu estava grávida e perdi o filho.” Eu fiquei arrasado com aquilo, pensando no meu caso familiar e no caso dela. E chamei ela num canto e falei: “Olha, fique tranquila, despreocupada, ele está aqui, está vivo, com saúde. É a única coisa que eu posso falar pra senhora.” E ela foi embora. Com essa conversa que eu tive, com essa história da esposa dele [...], eu resolvi sair do Exército. Aí saí logo depois, no início de 75, final de 74, saí do Exército. Já saí meio de esquerda.

— Mas o Vitor estava preso lá no início de 73. O senhor demorou mais de um ano pra sair, então.

— É.

— Quem dava a ordem para que as informações não fossem repassadas para as famílias? O chefe da 2ª Seção?

— Normalmente era o chefe da 2ª Seção, que era quem prendia esse pessoal.

— Minha avó Native e a esposa de Vitor Buaiz iam, juntas, tentar ver o filho e o marido. Chegavam lá, a informação era: “Não, eles não estão aqui.” E foi justamente isso que fez Lurdinha perder o bebê: angústia.

A história da mulher de Vitor Buaiz também mexia comigo. Na entrevista que me deu, Lurdinha passou mal. Tremia. Eu imaginei a dor dela, ao lado da minha avó. Vitor Buaiz era celebridade na Ufes em 1972. O fato de eu confirmar a história que eles me contaram,

agora com um militar, me dava um sentimento de alegria, mas também de tristeza em relação ao que tinha acontecido.

— Angústia por não ter esse conhecimento — continuou Eduard referindo-se à mulher de Vitor Buaiz. — Isso me abalou demais. Fiquei arrasado com isso, mesmo porque eu conhecia de nome, como professor da Faculdade de Medicina. Ele era um professor querido pelos alunos e [estava] preso, algemado, daquela forma. Até aí, havia diversos casos que tinham acontecido, mas essa coisa de a esposa dele falar que tinha perdido um filho por não ter informação... Eu quebrei a hierarquia militar, as ordens, e passei a informação a ela mesmo que não me deixassem ter contato com ele. E ele me falou isto: que era comunista, mas não pertencia ao PCDob. Explicou que frequentava um centro espírita e dava doações.

— Você tinha uma fé nesse período?

— Eu sou cristão, sou batista, da 1ª Igreja Batista Central daqui. Em 1968, eu me converti na Igreja Batista de Jardim América, em Vitória. E de lá pra cá sempre tive esse posicionamento. Já fui vice-moderador, que é como um vice-pastor. Tem o pastor; a pessoa imediatamente após é o vice-moderador. Já fui professor de escola dominical e diácono.

Eu sabia do que ele falava, mas mudei de assunto.

— Queria te perguntar pela última vez. Você esteve com essa menina, sentado do lado dela, uma jovem de dezenove anos, cabelo enroladinho, sendo curador dela? O senhor se lembra dessa cena?

— Não lembro, mas pra mim tá claro, porque tá aqui escrito no inquérito e tem meu nome como curador e minha assinatura. Ninguém falsificou. Agora que você me mostrou, eu comecei a me lembrar assim, por exemplo, do major Zé Maria, que a gente tinha uma vida social, eu e minha esposa, a esposa dele e ele. Confiei nele, com certeza.

— O que o senhor diria para aqueles jovens comunistas hoje se o senhor pudesse encontrá-los?

— Eu diria o seguinte: foi uma página sombria da nossa História. Os direitos constitucionais negados, assim como os direitos humanos e a cidadania. E que esses jovens perdoassem a quem fez o que fez

porque, de certa forma, com certeza, essas pessoas estão pagando, pagam de alguma forma, porque a justiça de Deus... E que eles tocassem a vida deles pra frente. Precisa buscar a verdade cristalina dos acontecimentos e punir os responsáveis para que não aconteça novamente. Se ficar impune, se acontecer alguma situação parecida, a história vai se repetir. Então tem que procurar, buscar, acho corretíssimo buscar quem foi quem, quem fez o quê, entendeu?

— O senhor acha que o Brasil escolheu o caminho errado pra tratar isso? Esconder, colocar debaixo do tapete... Como é que o senhor vê isso?

— Eu vejo isso como um absurdo. Qualquer coisa debaixo do tapete vai feder, vai deteriorar, vai piorar. E essas pessoas vão piorar, essas pessoas que não são punidas e que não se retratam... Pelo menos têm que se retratar. Por exemplo, se eu tivesse maltratado a sua mãe, eu teria que, no mínimo, reconhecer o que fiz.

— O senhor pediria desculpas?

— Pediria desculpas, com certeza. Eu não sou das pessoas que pensam que "soldado mandado não tem crime". E muitas pessoas dizem isso: "Na época eu fiz e tal, porque fui obrigado." Eu acho que essas coisas têm que ser esclarecidas para não se repetirem. Causaram marcas fortes nas pessoas, nos descendentes dessas pessoas. E acho que o país passa por uma transição atualmente terrível, com pessoas pedindo para aquele regime voltar.

— O que o senhor acha disso?

— Eu acho um retrocesso imenso. Como nós falávamos e alguns comandantes nossos falaram, os militares são formados para a segurança, eles não são formados para a administração, eles não são formados pra dar governabilidade ao país. Então, o que acontece? Entra um militar, a governabilidade vai endurecer. Com isso, a possibilidade de uma insurreição é muito grande. Nós, por exemplo, no país, atualmente, estamos sujeitos a isso. Temos que estar bem atentos para que as coisas não se repitam. Para que nunca mais aconteçam. A gente ouvia comentários de que botavam pessoas dentro de aviões do correio aéreo, iam pro meio do mar e soltavam os corpos das pessoas lá, vivas. E outros comentários mais, esses comentários de tortura, de barbaridades. As ditaduras são os

governos onde existe mais corrupção na história da humanidade. Então, nós temos que ver o que é melhor pra nós. Temos que rever esses casos que aconteceram, quem é quem, quem foi quem, e o que cada um deve, porque trouxe reflexos na sua vida, trouxe reflexos na vida de quantos familiares...

— Pois é, meus pais estão vivos. Mas tem familiares que nunca mais viram seus entes queridos.

— É, claro... Você não saber o que aconteceu com um pai ou um avô que está desaparecido...

— Até filhos, Eduard. Até filhos. Naquele momento em que os meus pais estavam presos e o senhor servia nos quartéis, entre 1970 e 1974, quando a ditadura mais matou e torturou, era o "milagre econômico". O país crescia com um recorde nunca mais alcançado. O senhor acha que eles usavam isso para esconder do país que vivíamos os anos de chumbo?

— Com certeza.

Mais uma vez eu me emocionava em uma conversa sobre o período. Ele tirou os óculos e colocou-os sobre a bancada americana.

— Eduard, queria te agradecer por você ter me dado esta entrevista. E que o senhor soubesse também que é o primeiro militar que atuou no 38º Batalhão que me recebeu...

A minha voz travou, simplesmente. Permaneci olhando para ele, sem nada falar, enquanto ele olhava para mim com o rosto suado. Tentei prosseguir:

— Eu tenho procurado colegas do senhor...

A voz travou pela segunda vez. Tirei meu olhar do dele, para poder completar o raciocínio, vi uma estante na minha frente e encarei o chão. Depois de uns trinta segundos, emocionado, disse:

— Mas eles têm fechado a porta. E eu queria agradecer por você abrir. Obrigado.

Estendi o braço até ele e apertei sua mão. Ao perceber que a entrevista estava acabando, Tânia, a esposa de Eduard, me interrompeu:

— Matheus, você nem vai gostar do que eu vou falar, mas é a verdade. Na época, os comunistas eram para a gente, como posso dizer? O terror. Eu estudei, entrei na Ufes em 1968, na ditadura. Na época, para os militares que eram do Exército, eles estavam fazendo a coisa certa. Comunista era igual agora você pegar um bandido e botar na cadeia. Eu sou contra a tortura, é claro, nunca fui a favor, mas estou dizendo assim que, na época, o pensamento era esse. Inclusive a gente não podia ter o livro *O capital* a que tivemos acesso.

Ouvi então outra história impressionante. O ex-militar me contou que, depois da longa conversa com Vitor Buaiz, foi até uma espécie de biblioteca no batalhão e pegou um exemplar de *O capital* que tinha sido apreendido pelos militares. Imaginei aquele tenente, oficial de dia, entrando numa sala onde estavam os documentos de esquerdistas presos, pegando *O capital* furtivamente e levando para casa. Um roubo no quartel de um documento “subversivo”, proibido pela Lei de Segurança Nacional. Eduard leu quase toda a mais famosa obra de Karl Marx durante uma noite inteira e disse que se convenceu de que seria possível existir uma sociedade mais justa, sob uma nova ordem, com o proletariado no comando. Após lê-lo, Eduard o entregou a Tânia. Ela me disse:

— O Eduard tinha esse livro. Eu mandei até ele queimar na época. Eu sei lá onde é que ele arrumou, eu sei que apareceu esse livro, ele leu, eu li, e depois nós tacamos fogo.

Eduard chegou a defender que não se queimasse o exemplar. Mas durante um plantão do marido Tânia jogou álcool na publicação e pôs fogo no tanque de casa. O resto jogou na privada e deu descarga.

— Você leu? O que achou? — eu quis saber.

— Eu nem lembro mais — Tânia respondeu. — Eu sei que li. O Eduard estava na faculdade, fazia matemática, mas como era do Exército pensavam que ele estava lá para ser x-9 [agente infiltrado]. E isso não tinha nada a ver. A cabeça da gente, naquela época, foi feita nesse sentido mesmo. Então no Exército o povo era catequizado para achar que o comunista era uma pessoa que estava

contra o país, que queria matar os outros, [era] comedor de gente inocente...

— Comedor de criancinha... — acrescentou Eduard.

Nós nos encaminhamos para a porta de saída. Atravessei o portão azul e a cerâmica que imitava pedra palito creme, dei dois passos na calçada até a rua de paralelepípedos hexagonais. Percebi a sombra do Doblò no muro da casa.

— Quando você estiver com a sua mãe — começou o ex-militar —, diga a ela que mudei muito. Às vezes a gente é mais rígido numa época, e na outra...

Falou isso e silenciou. Pareceu emocionar-se. Eu não esperava aquele quase pedido de desculpas. Eduard completou:

— Os anos, a consciência civil, a consciência de cidadão vão chegando.

De repente, uma filha de Eduard apareceu e disse uma frase que certamente mudou a feição do meu rosto:

— Espero que os militares não matem o meu pai, Matheus.

Confesso que mantive o silêncio por não ter o que responder. Quando ela repetiu a frase, perguntei:

— Você está com medo disso acontecer?

— Eu não sei... Eu não sei.

Suspeita-se que o pacto de silêncio dos militares que atuaram como garras da repressão no regime tenha feito vítimas pelo país. O próprio Eduard disse ter sofrido um atentado a bala, anos antes. O tiro acertou Tânia por engano.

Naquele momento eu tinha dúvidas se Eduard era ou não quem ele dizia ser. Mas uma certeza cresceu em mim após a conversa: a extrema direita brasileira sempre foi uma força organizada no país. Ficou imbatível quando teve os militares a seu lado. Por isso ficou vinte e um anos no poder. Saiu. No entanto, continua sendo uma força robusta nos dias atuais. Não fosse esse o caso, os militares que participaram da violação dos direitos humanos naquela época teriam sido punidos. E, se punidos, teriam entregado seus cúmplices, a estrutura que os segurou por tanto tempo.

A duzentos metros da casa de Eduard, pisei na areia da praia, perto de um coqueiro, e olhei para o mar que naquele ponto

revelava as águas turvas e revoltas do litoral baiano e uma parede de pedras formando uma pequena enseada em formato de U, antes do horizonte. As ondas estouravam nelas violentamente. A areia molhada misturava-se a um cascalho pedregoso envolto em pequenas algas marrons. O sol começava a se esconder e a primeira coisa que fiz, na estrada de volta para Vitória, foi ligar para minha mãe. Disse a ela que a entrevista tinha sido longa e inesperada.

— Eduard disse lembrar de uma menina muito revoltada, de cabelo encaracolado e bagunçado, que ficou isolada dos outros presos por um período.

Após um breve silêncio ela respondeu:

— Sou eu...

O carro seguia pela BR-101, que começava a esvaziar àquela altura, por volta das nove horas da noite. Eduardo e Gustavo, no banco da frente, conversavam sobre o regime militar e seus reflexos na atual divisão partidária nacional. Pela janela eu olhava um incêndio que ganhava corpo na mata, ao lado da rodovia, e que tinha crescido, imponente, em partes do morro. Era o maior, mas outros focos de combustão brotavam e podiam ser vistos à frente.

Lembrei-me imediatamente do incêndio em outra mata, nas proximidades do sítio de Foedes, na região capixaba do Garrafão. Por causa da distância física, nunca senti o calor daqueles dois incêndios, seja o do caminho de ida para o delator, seja o de volta do encontro com o curador. A luz, contudo, apontava novamente o caminho a seguir.

56.

A PROVA NOS AUTOS: OS RÉUS ACUSAM

Os militares que conduziram o processo contra os jovens de Vitória gostavam de usar, nos documentos, exageros de linguagem para se referir a simples estudantes que até então jamais haviam participado de qualquer outra ação que não fosse espalhar panfletos, pichar muros ou fazer reuniões de poucas pessoas para criticar o governo. O texto do pedido de prisão preventiva contra meu pai e alguns dos militantes, como Jorge Luiz, Gustavo do Vale, Adriano Sisternas e Foedes dos Santos, feito pelo encarregado do inquérito, o major José Maria Alves Pereira, foi encaminhado ao auditor militar pelo procurador Gastão Ribeiro nos seguintes termos:

Pela leitura atenta do termo de perguntas aos indiciados, não há a mais remota dúvida da periculosidade dos mesmos que numa surpreendente e astuciosa militância nas hostes da subversão, conseguiram infiltrar-se nos meios estudantis e operários, onde exerciam a sua constante e corrosiva doutrinação.

Agindo com férrea e doentia determinação urdiam e maquinavam qual a melhor forma de conseguir seus desígnios obrando sempre e sempre com "dolo malo", cometendo com astúcia e falácia a doutrinação virulenta de incautos e desesperados.

Com base nesse palavreado cheio de adjetivos e com pontuação confusa, eles pediam, no dia 22 de janeiro de 1973, a prisão preventiva de pessoas que já estavam encarceradas desde o começo de dezembro do ano anterior. Rebatiam previamente qualquer argumento contrário alegando que havia prova de fato delituoso. "A

prova brota, inesgotável, na narrativa cautelosa mas serena e impressionante dos seus autores.” E perguntam, rebatendo possíveis questionamentos sobre a necessidade da prisão: “E a garantia da ordem pública? E a tranquilidade da coletividade? E o direito de defesa do Estado?”

Em outro pedido de prisão preventiva, contra Iran Caetano, foragido, e Carlos Alberto Ozório de Aguiar, João Calatroni, José Maurílio Patrício e Jovenilho Ubaldo Bonfim, o mesmo procurador define os supostos crimes como sendo “audaciosa atuação com que minavam e envenenavam os menos avisados, conduzindo-os aos limites do fanatismo político desagregador, ao desengano e à dúvida”. O procurador Gastão Ribeiro dizia que “o direito da liberdade individual enfraquece na medida em que a coletividade se sente ameaçada”. E acrescentava que a sociedade agia “em virtude do princípio da sua conservação”. Depois de citar leis italianas e princípios positivistas, concluía: “Dentro dos limites impostos pela lei, o ilustre encarregado de inquérito solicita a decretação da prisão preventiva, e fá-lo em feliz momento e boa técnica.”

Assim eram os processos. Eles tentavam dar um ar de legalidade ao ilegítimo. A narrativa que, segundo o procurador, fora obtida de forma “cautelosa mas serena” diante do major José Maria ocorrera quando os presos já haviam sido torturados. A ordem dos fatos foi, na verdade, assim: os militantes, presos sem ordem judicial, foram torturados e interrogados de maneira brutal até assinarem suas cartas de confissão. Depois foram chamados um a um à sala em que respondiam ao Inquérito Policial-Militar, que dava início ao processo. O IPM, como já dito, foi conduzido pelo major José Maria Alves Pereira, que, no começo do interrogatório, entregava aos presos a ordem de prisão para eles assinarem com data retroativa, documento que deveria ter sido entregue no ato de encarceramento. Sem contato, até aquele momento, com nenhum advogado, eles eram oficialmente interrogados, dessa vez para que os depoimentos passassem a compor o inquérito. Era o início do processo judicial. E foi o que o procurador definiu como “relato sereno”.

Em 1º de fevereiro de 1973, ao manter a prisão preventiva dos jovens de Vitória, o juiz auditor da 1ª Auditoria da Aeronáutica, Teócritro Rodrigues de Miranda, que presidiu o processo até o julgamento, considerou “induvidosa” a participação dos indiciados. E concluiu que “os autos de interrogatórios” constituíam “peças altamente válidas”. Teócritro afirmou, ao indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva, meses depois, em 22 de junho, que, no caso de meu pai, Gustavo do Vale, Jorge Luiz e Adriano Sisternas,

não há como negar que a prisão os poderá beneficiar, pois se postos em liberdade, passarão a receber missões de maior responsabilidade, alcance mais perigoso, ao passo que permanecendo sob custódia e ajudados por reflexão profunda e mais demorada, venham a reconhecer que não estão bem orientados.

Chamou a minha atenção que, para o juiz auditor, eles eram “autênticos cristãos-novos da subversão”. “Se prosseguirem atuando [serão] nocivos ao interesse da comunidade social.” A leitura dos autos mostra, a cada momento, o caráter desviante daquele processo. Em determinado trecho, cita-se um oficial que passaria a fazer parte da Corte. E o chamam de “juiz capitão”. Os militares eram os magistrados daquele julgamento.

Todos os níveis das Forças Armadas participaram desse processo de prisão. Desde sargentos, que assinam os depoimentos como testemunhas, até generais. No terceiro tomo do processo, na página 116, encontra-se um documento com carimbo de “confidencial” em que o comando do 1 Exército encaminha os autos do processo ao responsável pela 1ª Auditoria da Aeronáutica e pede a prisão preventiva de vários militantes, entre eles meu pai. E o faz atendendo ao pedido do comandante do 38º Batalhão de Infantaria. O documento foi assinado, em março de 1973, pelo general de exército Sylvio Frota, o mesmo que um dia parou em frente à solitária de meu pai. O notório general da linha dura.

Na página 124 do mesmo volume, há um despacho de Teócritro Rodrigues de Miranda em que ele tenta justificar a “repressão” —

palavra usada no processo — citando dois autores. Primeiro, A. Naquet: “Assim como se afasta do Exército um corcunda, assim também se deve excluir da sociedade um perverso em ação.” E, depois, Littré: “Pela constituição do espírito humano, a sociedade tem direito sobre o malfeitor. Este deve ser tratado como uma árvore defeituosa — que se corrige ou mesmo se arranca em certos casos.” O juiz auditor chega a fazer a citação latina “*Salus populi, suprema lex esto*”, traduzida em seguida como “A salvação do povo seja a suprema lei”. Achavam que salvavam o povo, arrancando “as árvores defeituosas”, rejeitando os “corcundas” e negando os mais elementares direitos aos estudantes presos. Um pouco corcunda devido à asma que me assolou na infância e adolescência, senti-me especialmente ofendido. Mas fiquei chocado mesmo foi com o salvo-conduto para o “arrancar de árvores”.

Na página 148 do terceiro tomo, um documento assinado ainda por Teócritro Rodrigues de Miranda, datado de 4 de maio de 1973, autoriza os advogados do escritório de Lino Machado Filho a se encontrarem com Marcelo e Gustavo do Vale:

Presos preventivamente à disposição desta Auditoria, estando, portanto, autorizados a entrevistarem-se com seus constituintes, de acordo com a legislação vigente, decorridos os dez dias de incomunicabilidade de que cuida o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Segurança Nacional.

Em outras palavras: os presos ficaram incomunicáveis no Rio, depois de transferidos, sem poder sequer falar com seus advogados, por isso estes precisaram recorrer ao juiz auditor para ter o direito de encontrar seus clientes. Não era nem o período inicial dos interrogatórios. Era provavelmente março, estavam presos havia mais de três meses quando ficaram, de repente, incomunicáveis. Há dúvidas entre os presos sobre a época exata da transferência de Vitória para o Rio de Janeiro. Eles têm na memória um período de semanas de incomunicabilidade. A ditadura omitia dados, desaparecia com presos políticos e forjava o registro de datas nos processos.

Desde o fim de janeiro e ao longo de fevereiro daquele ano, a maioria dos militantes foi sendo solta em grupos. No final, ficaram na prisão apenas meu pai, Adriano Sisternas, Foedes dos Santos, Gustavo do Vale e Jorge Luiz. Mas os vinte e oito seriam julgados coletivamente por atentado à Lei de Segurança Nacional, na 1ª Auditoria da Aeronáutica no Rio de Janeiro, que ficava na avenida Churchill, 157, no Centro. Os depoimentos foram marcados para maio, quando o juiz auditor teria de ouvir o que acontecera nos interrogatórios que ele considerava "válidos".

CONFIDENCIAL

-514-
000653
97
6/10/73



MINISTÉRIO DO EXERCÍTO
COMANDO DO PRIMEIRO EXERCÍTO

Rio de Janeiro, RJ, 19 de Maio de 1973

OF Nº 12 - CP J

Do Comandante do I Exército

JUSTIÇA

Ao Exmo Sr Dr Auditor da 1ª Audi-
tória da Aeronáutica da 1ª C/M

Assunto: Autos de I P M
(Encaminha)

Anexo: Um Proc em 2 volumes com
535 fls;

Dois volumes contendo mate-
rial apreendido, conf relação
de fls 530.

A. A. de P.
Rec. 16.3.7-3
[Handwritten signature]

1. Encaminho a V Exa de acordo com a legislação vigente, os autos do I P M de que foi encarregado o Major Inf JOSE MARIA ALVES PEREIRA, do 38º B I, instaurado a fim de apurar fatos relacionados com atividades de militantes e integrantes da organização subversiva denominada "PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL", figurando como indiciados os civis FODES DOS SANTOS, JORGE LUIZ DE SOUZA, ANTONIO WALTER MORESCHI, JOSE ALERTE FRANCISCHETO e outros.

2. Solicito ainda a V Exa seja decretada a prisão preventiva dos indiciados FODES DOS SANTOS, MARCELO AMORIM NETTO, GUSTAVO PEREIRA DO VALÉ NETTO, JORGE LUIZ DE SOUZA, ADRIANO SISTEMAS, IRAN CAETANO, JOSE MAURILIO PATRICIO, JOAO CALATRONI, CARLOS ALBERTO OZORIO DE AGUIAR e JUVENILHO UBALDO BONFIM, atendendo ao pedido do Com do 38º BI, às fls 532.

3. No ensejo, renovo a V Exa meus protestos de apreço e consideração.

[Handwritten signature]
GEN EX SYLVIO COELHO DA FROTA
COMANDANTE DO PRIMEIRO EXERCÍTO

CONFIDENCIAL

1ª C/M
1.º
ER
Nº DE ORI
PROTOCO

No julgamento militar, o único momento em que o réu fala é durante o chamado "sumário de culpa". Esse seria um momento decisivo para os jovens presos: ou eles fingiam que as prisões tinham se dado normalmente, dentro dos trâmites legais, ou denunciavam os abusos e as torturas perante a Corte. Mas havia dúvidas entre os indiciados daquele processo sobre o que falar diante do tribunal. Denunciar ou não denunciar? Muitos perseguidos pelo regime militar tiveram essa mesma hesitação porque circulavam histórias de que alguns que haviam narrado tortura tinham voltado para a prisão, ou quando estavam ainda presos sofreram duras represálias. Além do mais, uma questão permanecia latente: de que serviria denunciar algo para os próprios algozes? Parecia não apenas arriscado, mas também inútil com o regime militar no auge da sua força, em pleno governo Médici.

Muitos dos processados que viveram esse dilema não contaram os seus sofrimentos. Mas cerca de mil e oitocentos denunciaram diante dos tribunais os maus-tratos pelos quais passaram. Como os militares tentavam dar um ar de legalidade aos julgamentos, tais relatos foram registrados. O juiz auditor resumia o que ouvia e narrava os fatos com palavras burocráticas, ditando-os para o escrivão. Mesmo sem a força da narrativa dos réus, aqueles registros passavam a constar dos autos e acabaram se transformando numa prova por escrito contra os próprios militares.

Na chegada ao tribunal para o "sumário de culpa", no dia 28 de maio de 1973, minha mãe foi levada, junto com outros presos, a uma sala da burocracia para a impressão das digitais. Ela nunca esqueceu a quantidade de vezes que seus dedos foram passados sobre a tinta preta e pressionados sobre múltiplas fichas durante aquela época.

— Para que tanto? — perguntou.

— Todos precisam saber quem vocês são — disse o funcionário.

A sala do julgamento era uma espécie de auditório, com um palco mais elevado sobre o qual havia uma mesa comprida com cadeiras. No centro da mesa, uma poltrona com espaldar mais alto. A Corte julgadora era formada por militares fardados da Força Aérea,

presidida pelo juiz auditor Teócrita Rodrigues de Miranda. Ao lado, numa mesa lateral e menor, dois escrivães registravam na máquina de escrever o que era dito durante a sessão.

Quando minha mãe respondeu ao “sumário de culpa”, ela não sabia o que haviam dito os presos ouvidos em data anterior, caso do meu pai. A dúvida entre falar ou não falar permanecia não resolvida, já que os indiciados no IPM não puderam se reunir para tomar uma decisão coletiva. O juiz auditor olhou para a minha mãe, bem na primeira fila, e disse:

— Primeiro venha a grávida.

Ela se levantou e se postou de pé diante da Corte, com sua barriga de quase sete meses. Meu irmão nasceria 67 dias depois daquele depoimento. Por um instante, ela teve noção do absurdo da situação. Uma Corte Marcial para julgar jovens como se fossem inimigos de guerra. O juiz auditor pediu que trouxessem uma cadeira para ela, apenas porque estava grávida. Ela se sentou. O juiz então fez um resumo da denúncia e perguntou o que ela tinha a dizer em sua defesa. Foi ali, em frente à Corte, que ela tomou a decisão de denunciar. Ela sabia do risco de ter de voltar para a prisão e sentiu um leve tremor. Mas afirmou:

— Fui torturada, meritíssimo.

Ele pediu que ela descrevesse o que acontecera, e ela contou. O juiz resumiu e ditou para o escrivão. A certa altura do processo está escrito:

Que, apesar de estar grávida na ocasião do que deu ciência aos seus torturadores, foi torturada por indivíduos que eram trocados diariamente; que permaneceu presa durante dois meses [na verdade, quase três meses, pois o processo de liberação demorou], e várias vezes sofreu violências; que no próprio dia que assinou o termo de declarações, ainda sofreu sevícias, mas não é capaz de reconhecer seus autores.

Ela se lembraria para sempre dos seus rostos. O de cabelos pretos fartos, que era chamado de *Dr. Pablo*, o meio ruivo de pele avermelhada, e o terceiro, de feições orientais, aquele que jamais

seria identificado. Ela se lembraria também do capitão Guilherme, mas precisava se proteger. Por isso disse que não os reconheceria. E o depoimento continuou:

Que, quasi [*sic*] todas as noites, era submetida a interrogatórios rigorosos, tendo sido submetida aos interrogatórios completamente despida e recebia ameaças de que seu marido seria assassinado; que recebeu ameaças de sofrer pontapés em seu ventre sendo que algumas vezes, essas ameaças foram efetivadas; que as pessoas que procediam os interrogatórios [*sic*], soltavam cães e cobras para cima da interrogada que, por vários dias, ficou sem alimentação alguma; que, em suma e finalmente, a interrogada quer declarar perante o Conselho que, na verdade, subscreveu o Termo de Declarações, mas exclusivamente porque temeu pela sorte de seu filho.

Mais adiante — está registrado — ela diria que meu pai havia liderado um movimento para que fosse criado um Pronto-Socorro na Faculdade de Medicina e que, graças a essa iniciativa, “a faculdade é hoje dotada do referido Pronto-Socorro”. Ela se lembra de que olhava para os militares fixamente enquanto narrava. E eles, fechados em seus uniformes, se algo sentiam nada demonstravam. O depoimento foi assinado por ela e pela advogada Dyrce Drach, de quem se tornaria amiga muitos anos depois.

Minha mãe não foi a única a registrar as torturas no processo. A maioria daquele grupo denunciou os maus-tratos diante dos militares. No mesmo dia 28 de maio, o denunciado Sebastião Lima Nascimento prestou seu depoimento. Tião era negro e estudante de Medicina, numa época em que era raríssimo haver médicos negros no Brasil. Chegou a se formar e exercer a profissão, mas naquele momento em que eu lia o processo ele já havia morrido. Li seu depoimento como um recado para o futuro:

Que foi preso às 23:30 horas, na via pública, em frente à sua residência, por três elementos civis armados de metralhadoras, que se diziam integrantes do “Esquadrão da Morte”; que, após

espancado e algemado, foi conduzido para o quartel do 3º BC e recolhido à cela, onde permaneceu por 48 horas ficando preso ainda por mais 50 dias no referido quartel; que durante o tempo em que esteve preso, só foi torturado no dia em que foi interrogado, quando chegou a perder os sentidos por ter recebido vários chutes nas partes genitais e taponas nos ouvidos (Telefone); que o capitão Guilherme assistiu às torturas a que foi submetido o interrogado; que o interrogado resolveu assinar o termo de declarações que lhe foi apresentado 24 horas após ser torturado; que o seu termos [sic] de declarações não refletem a verdade pois além das torturas que foi submetido, estava temeroso de ser novamente torturado e, também, contribuiu para que assinasse o termo de declarações, a circunstância de haver recebido ameaça de que sua noiva também seria torturada da mesma forma que ele.

Essa informação era fundamental. Tião afirmara em juízo, diante dos militares, que o capitão Guilherme assistira às suas torturas. Maria Auxiliadora, a Badora, sua namorada na época, também disse que sofrera torturas físicas e morais e que fora por duas vezes despida e exposta aos homens do batalhão, inclusive “o Coronel comandante, o Capitão Guilherme, e o Major José Maria”. Disse que o encarregado do IPM ameaçou mandar prender toda a sua família, caso ela se negasse a responder às perguntas. Todos têm lembranças fortes do capitão Guilherme, mas aqueles dois, Tião e Badora, deixaram registrado nos arquivos oficiais dos militares o nome dele.

Ao passo que reforçava as denúncias de abusos cometidos pelo capitão Guilherme, o registro jogava por terra, definitivamente, a minha suspeita de que o militar poderia ter retirado, dos autos do STM, acusações contra ele próprio enquanto foi auxiliar do ministro revisor. Os depoimentos também foram preservados.

Em 2016, perguntei a Badora de onde tirara a coragem necessária para denunciar os militares, incluindo o capitão.

— Posso te falar? Era tudo ou nada. Não tínhamos nada a perder. Estudando Direito na época percebi que era monitorada e não

conseguia arrumar emprego porque o regime não deixava.

Badora conta que não combinou com Tião dar aquele depoimento. Cada um fez seu relato de modo espontâneo e separadamente. No mesmo ano desse depoimento à Justiça, ela e Tião encontraram o capitão, por acaso, na rodoviária. Ela o ignorou. Já Tião foi até o militar e cumprimentou-o. Com o gesto, Tião quis dizer a ele: "Estou aqui e sei quem você é."

Nas minhas pesquisas, descobri corajosa reportagem do *Jornal do Brasil*, na edição de 30 de maio de 1973, sobre a denúncia de tortura feita por minha mãe e seus colegas, registrada no matutino como "coação". Em pleno regime de censura na imprensa, a página 15 trazia a matéria "Justiça Militar absolve estudante e dois jornalistas denunciados por subversão". Posto na ilegalidade pelos militares, o PCDOB de meus pais é referido como "extinto". Após o subtítulo "Negaram", o jornal destaca:

Negaram

Na 1a. Auditoria da Aeronáutica, o Conselho Permanente de Justiça deu prosseguimento à instrução criminal de 28 acusados de atividades subversivas através do extinto Partido Comunista do Brasil, no Espírito Santo. O juiz-auditor Teócrita Miranda interrogou os acusados Miriam Almeida Leitão Neto, Diniz Brozoghini Braga, José Wil-

liam Salandi, Sebastião Lima Nascimento e Maria Auxiliadora Pereira Gama, que negaram as acusações a eles imputadas na denúncia. Alegaram ter sofrido coação no III Batalhão de Caçadores de Vitória, motivo pelo qual confessaram atividades subversivas na fase do IPM. O magistrado fez constar tais declarações nos autos do processo.

No grupo que prestou depoimento no dia 11 de maio, antes, portanto, do grupo de minha mãe, estavam, além de meu pai, Jorge Luiz, Foedes, Gustavo do Vale e Adriano Sisternas. Jorge Luiz disse que foi

severamente torturado, sendo espancado a socos e pontapés desferidos por três elementos sendo que um deles mais se

destacava; que o interrogado sofreu essas torturas cinco vezes num só dia; que na noite do dia em que foi preso, sofreu outra espécie de tortura com fios amarrados nos dedos e ligados a um aparelho de telefone de campanha; que finalmente lhe foram aplicados choques elétricos nas demais partes do corpo; que sua esposa foi conduzida ao quartel mas foi liberada dois dias depois; que seus torturadores para torturá-lo psicologicamente lhe diziam que a sua esposa também estava sendo torturada, o que veio a saber posteriormente não ser verdade; que sua filha contava 20 meses de idade, que diziam que seria torturada, dizendo: "nós sabemos de quem você gosta e podemos fazer o mesmo com elas."

Adriano Sisternas relatou que sofreu espancamentos e foi ameaçado pelos militares de ser deixado numa sala com cães ferozes, "os quais chegou a ver". Aliás, era impossível não ver. Todos os que entrevistei lembram-se dos cachorros. Minha mãe conta que foi ameaçada logo ao chegar. Os cães pulavam sobre ela ao som da palavra "terrorista" e eles deixaram os cachorros chegarem bem perto do seu rosto. Em outro momento, militares entraram com os cães no meio da noite na cela onde ela estava, e assim ela foi acordada para ser levada a outro interrogatório. Por diversas vezes andou pelo forte, à noite, rodeada pelos animais, que estavam sempre cercando os presos. Meu pai também os encarou nos dias de tortura.

Gustavo do Vale era magérrimo. Foi magro a vida inteira. Estava ainda mais magro quando relatou diante da Corte Militar o que acontecera com ele. Levara socos, pontapés. Ameaçaram soltar cães sobre ele. Reza seu depoimento:

Após os espancamentos o interrogado passou a sentir fortes dores principalmente na região torácica mas não foi socorrido não obstante seus insistentes pedidos; que ainda permaneceu em regime de incomunicabilidade por 23 dias.

Ele disse ainda que não sabia o nome do seu principal torturador, mas poderia reconhecê-lo. Os militares o levaram para radiografar o tórax e não informaram o resultado do exame, mas outro preso, Luiz Carlos Genelhu, também estudante de Medicina, confirmou que Gustavo teve uma costela fraturada. Era mais um sinal da violência da tortura comandada pela equipe de Paulo Malhões. Jorge Luiz também tinha uma marca física da tortura: o seu osso do esterno quebrado após a ressuscitação da parada cardíaca.

A linguagem burocrática não conseguia esconder as atrocidades. Ao ler o depoimento de meu pai, me espantou o fato de que ele me contara exatamente o que estava ali. Haviam se passado décadas e o que ele me disse por partes, ao longo de vários anos, era igual ao que denunciara no tribunal militar.

Que foi preso no dia 3 de dezembro de 1972, em Vitória, pelas autoridades do Exército, em plena rua, não lhe sendo exibido qualquer mandado; que permaneceu preso no 3º BC nas piores condições e sem conforto; durante mais de uma semana sendo submetido a rigorosos interrogatórios que duravam o dia todo, entrando pela madrugada; que também nestas ocasiões o interrogado foi seviciado, levando socos, pontapés, e cabeçadas na parede, sem falar nas ameaças sob a mira do revólver; que, após essa semana de interrogatórios, submetido a toda sorte de torturas, foram feitas várias perguntas cujas respostas já estavam “pré-fabricadas”, ao fim do qual lhe foi apresentado o Termo para que fosse assinado.

Este livro já estava na fase final de edição, quando fui mais uma vez ao STM, acompanhado do fotógrafo Sérgio Lima, para fotografar os originais que seriam usados nas ilustrações. Foi então que recebi novamente os cinco tomos. E, para minha surpresa, um Apenso. Era bem mais fino, com o número do processo e um carimbo que dizia: “Autos Findos”. Uma palavra foi escrita na capa, à caneta: “Anistia”. Ninguém soube dizer por que não haviam me mostrado antes. Pedi uma cópia.

Nele havia um resumo do caso, uma revisita aos fatos realizada em 1979 para ajustar o resultado à Lei da Anistia. Em decorrência, o juiz auditor substituto Mário Moreira de Souza julgou, no dia 10 de outubro, “extinta a punibilidade de todos, para que sobre esse processo paire o eterno silêncio”.

O Apenso narra também, em troca de mensagens que chegam até o presidente do STM, o destino do mimeógrafo roubado da escola e de uma máquina de escrever Olivetti Studio 44 apreendidos na casa de Foedes. O mimeógrafo foi emprestado para um sargento em 1978 e devolvido cinco anos depois. Os objetos foram, então, mandados a leilão, que arrecadou Cr\$ 1.235.794,00. Era ainda o cruzeiro antigo. Nos anos seguintes, a moeda mudou cinco vezes. O dinheiro foi depositado na conta da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica em 23 de setembro de 1985. O processo então alcança o derradeiro ponto-final. Era já o governo civil.

Naquele ano, 1985, vivíamos em São Paulo quando foi lançado o livro *Brasil: nunca mais*. Organizado a partir 1979 pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns, o pastor Jaime Wright e o rabino Henry Sobel, o livro apresenta um compilado de trechos de documentos desviados clandestinamente das auditorias militares com denúncias de torturas feitas por militantes em boa parte dos setecentos processos nos tribunais militares. Aqueles três corajosos líderes religiosos, com a ajuda de trinta pesquisadores, se uniram para lançar o que é considerado o mais importante documento de denúncia contra a tortura na ditadura brasileira.

Minha mãe chegou ao pequeno apartamento em que morávamos, na avenida Rebouças, quando já era noite, ao fim de um dia de intenso trabalho. Abriu o livro e começou a ler, aleatoriamente. Foi se emocionando com os relatos. A certa altura leu um trecho:

Que, apesar de estar grávida na ocasião do que deu ciência aos seus torturadores, [...] que as pessoas que procediam os interrogatórios soltavam cães e cobras para cima da interrogada.

Ela se espantou com a semelhança com o que vivera e foi verificar na nota de rodapé o nome daquela prisioneira. Era o seu

próprio nome. Chorou abraçada ao livro, convencida de que tomara a decisão certa ao dizer a frase:

— Fui torturada, meritíssimo.

Aos sete meses de gravidez, com o marido preso, sentindo-se fraca e vulnerável, e no período mais duro da ditadura militar, ela decidiu falar. O que disse chegou ao livro que ficaria para sempre como documento histórico. Nova emoção Míriam sentiria ao ler *Um milagre, um universo*, do prestigiado escritor americano Lawrence Weschler. O livro, publicado primeiramente em inglês, em 1990, é um dos mais importantes registros de torturas ocorridas nas ditaduras do Brasil e do Uruguai.

Quando Lawrence Weschler veio ao Brasil buscar relatos de torturas para a pesquisa que embasaria seu livro, o pastor Jaime Wright mostrou-lhe os arquivos desviados dos tribunais militares brasileiros. O pastor comentou com Weschler que os militares haviam feito os registros das torturas, mas nunca sonharam que isso seria usado contra eles. Abriu então algumas pastas e leu um dos relatos. Exatamente o de minha mãe. Era mesmo um milagre que aquela denúncia de tortura, feita na 1ª Auditoria da Aeronáutica em 28 de maio de 1973, tenha chegado tão longe. Wright escreveria depois no livro de Weschler: “[os militares] nunca imaginaram que chegariam a perder o poder. As ditaduras são criações humanas e também elas cometem erros.”

PERGUNTADO:

PRIMEIRO QUESITO: onde estava ao tempo em que foi cometida a infração e se teve notícia desta e de que forma;

SEGUNDO QUESITO: se conhece a pessoa ofendida e as testemunhas arroladas na denúncia, desde quando e se tem alguma coisa a alegar contra elas;

TERCEIRO QUESITO: se conhece as provas contra ele apuradas e se tem alguma coisa a alegar a respeito das mesmas;

QUARTO QUESITO: se conhece o instrumento com que foi praticada a infração, ou qualquer dos objetos com ela relacionados e que tenham sido apreendidos;

QUINTO QUESITO: se é verdadeira a imputação que lhe é feita;

SEXTO QUESITO: se, não sendo verdadeira a imputação, sabe de algum motivo particular a que deva atribuí-la ou conhece a pessoa ou pessoas a que deva ser imputada a prática do crime e se com elas esteve antes ou depois desse fato;

SETIMO QUESITO: se está sendo ou já foi processado pela prática de outra infração e, em caso afirmativo, em que juízo, se foi condenado, qual a pena imposta e se a cumpriu;

OITAVO QUESITO: se tem quaisquer outras declarações a fazer.

RESPONDEU:

ao 1º: que estava em Vitória-ES, na época que se diz terem ocorrido os fatos; aos 2º e 3º: que não conhece as testemunhas arroladas na denúncia nem as provas dos autos; ao 5º: que não precede a acusação que se lhe faz na denúncia; ao 7º: que é esta a primeira vez que responde a processo; ao 8º: que a interrogada, realmente assinou o termo de declarações constantes dos autos que contém acusações a sua pessoa, porém, o fez sob coação; que, apesar de estar grávida na ocasião do que deu ciência aos seus torturadores, foi torturada por indivíduos que eram trocados diariamente; que permaneceu presa durante dois meses, e várias vezes sofreu violências; que no próprio dia em que assinou o termo de declarações, ainda sofreu sevícias, mas não é capaz de reconhecer os seus autores; que, quasi todas as noites, era submetida a interrogatórios rigorosos, tendo sido submetida aos interrogatórios completamente despida e recebia ameaças de que seu marido seria assassinado; que recebeu ameaças de sofrer ponta-pés em seu ventre sendo que algumas vezes, essas ameaças foram efetivadas; que as pessoas que

Já de volta à democracia, quando o Brasil decidiu finalmente instalar a Comissão Nacional da Verdade, minha mãe fez vários programas de televisão sobre o assunto. Num deles recebeu um procurador especializado em Justiça de Transição. No estúdio, enquanto se preparavam para começar a entrevista, ele disse:

— Míriam, os mais importantes documentos que nós temos do crime de tortura foram as denúncias feitas perante os próprios militares. Esses registros nas auditorias militares foram guardados por eles mesmos e por isso são a prova mais contundente que ficou para a História.

Míriam ficou em silêncio. Estava ali como jornalista, mas intimamente renovou a certeza de que tomara a decisão correta em momento difícil. E se lembrou daquele pequeno grupo de Vitória, que fez a coisa certa mesmo diante das ameaças. Os réus acusaram. E a acusação que eles e tantos outros tiveram a coragem de fazer era a prova mais concreta dos crimes da ditadura. Quem definiu melhor essa questão foi o procurador-geral da República Rodrigo Janot, em entrevista exclusiva para este projeto. Disse ele:

— Quem tem direito ao esquecimento são as vítimas ou os parentes das vítimas, que, por problemas próprios que não cabe aqui discutir, não querem ver mais o assunto ser debatido e os nomes trazidos de novo à discussão. No que se refere aos algozes, o direito é ao contrário, é o direito à verdade. A sociedade brasileira tem que saber o que se passou para que num futuro, que eu espero inexistente, mas se houver, possamos analisar quão grave é a quebra de um regime democrático e a implantação de um regime totalitário.

Diante dos relatos das próprias vítimas, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade registra o 38º Batalhão de Infantaria de Vila Velha na lista de lugares onde houve tortura:

No tocante às vítimas, há depoimentos que atestam a ocorrência de tortura no local, como o de Míriam Azevedo de Almeida Leitão, prestado em maio de 1973, em auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar.

PERGUNTADO:

PRIMEIRO QUESITO: onde estava ao tempo em que foi cometida a infração e se teve notícia desta e de que forma;

SEGUNDO QUESITO: se conhece a pessoa ofendida e as testemunhas arroladas na denúncia, desde quando e se tem alguma coisa a alegar contra elas;

TERCEIRO QUESITO: se conhece as provas contra ele apuradas e se tem alguma coisa a alegar a respeito das mesmas;

QUARTO QUESITO: se conhece o instrumento com que foi praticada a infração, ou qualquer dos objetos com ela relacionados e que tenham sido apreendidos;

QUINTO QUESITO: se é verdadeira a imputação que lhe é feita;

SEXTO QUESITO: se, não sendo verdadeira a imputação, sabe de algum motivo particular a que deva atribuí-la ou conhece a pessoa ou pessoas a que deva ser imputada a prática do crime e se com elas esteve antes ou depois desse fato;

SÉTIMO QUESITO: se está sendo ou já foi processado pela prática de outra infração e, em caso afirmativo, em que juízo, se foi condenado, qual a pena imposta e se a cumpriu;

OITAVO QUESITO: se tem quaisquer outras declarações a fazer.

RESPONDEU:

ao 1º que estava em Vitória-ES; aos 2º e 3º: que não conhece as testemunhas nem as provas dos autos; ao 5º: que as atribuições que lhe são feitas, não são verdadeiras; ao 7º: que jamais foi processado; ao 8º: que foi preso às 23:30 horas, na via pública, em frente à sua residência, por tres elementos civis armados de metralhadoras, que se diziam integrantes do "Esquadrão da Morte"; que, após espancado e algemado, foi conduzido para o quartel do 3º B.C. e recolhido à cela, onde permaneceu 48 horas ficando preso ainda por mais 50 dias no referido Quartel; que durante o tempo que esteve preso, só foi torturado no dia em que foi interrogado, quando chegou a perder os sentidos por ter recebido vários chutes nas partes genitais e taponas nos ouvidos (Telefene); que o Capitão Guilherme assistiu às torturas a que foi submetido e interrogado; que o interrogado resolveu assinar o termo de declarações que lhe foi apresentado 24 horas após ser torturado; que ainda, que o seu termos de declarações não refletem a verdade pois além das torturas que

O julgamento de todo o grupo de Vitória foi marcado para 5 de agosto de 1974; dois dias antes meu irmão completaria um ano de idade. Meus pais foram com ele até Belo Horizonte para deixá-lo com minha tia Elizabeth, a psicóloga a quem meu pai pedira que não o internassem caso enlouquecesse. Ela havia ajudado muito a minha mãe desde o nascimento de Vladimir, ficando com ele várias vezes sob seus cuidados.

No mesmo dia do aniversário, um sábado, eles viajaram de ônibus de Belo Horizonte para o Rio para poderem estar presentes ao julgamento. Minha mãe disse à irmã que não sabia se retornaria. Havia risco de que fosse condenada. Assim, ou voltaria para a prisão ou tentaria fugir. Abraçou a irmã e disse baixinho o que já estava combinado:

— Beth, se eu não voltar, cuide do meu filho, crie meu filho.

Ao sair, Vladimir, que não era de chorar, naquele dia chorou no colo da tia Beth. Havia tensão demais no ar.

Já no Rio de Janeiro, no domingo, 4, eles foram à casa da advogada Dyrce Drach, no Cosme Velho. Ela os recebeu carinhosamente, mas reiterou que eles poderiam ser condenados a uma pena maior do que o tempo que já haviam passado na prisão. Assim, com esse temor, retornaram à 1ª Auditoria da Aeronáutica para um julgamento que durou quase o dia inteiro. Minha mãe só se lembra da brilhante defesa feita pelo advogado Lino Machado Filho e da forte dor de cabeça que sentiu durante toda a tarde. Ela foi absolvida. Meu pai foi condenado a um ano. Mas já havia cumprido quase treze meses de prisão. Saíram livres e aliviados dali. No dia seguinte ela amanheceu febril. E, doente, voltou com meu pai a Belo Horizonte para pegar Vladimir e seguir para Vitória.

Em 2015, uma exposição promovida pela Rádio Espírito Santo para comemorar os setenta e cinco anos da emissora exibiu, na seção que lembrava o período da ditadura militar, o documento em que minha mãe pediu abono de faltas relativas àqueles dias em que foi ao Rio para ouvir sua sentença. No documento, assinado por minha mãe, lia-se: "Do dia três ao dia seis estive envolvida com meu

juízo na primeira auditoria da Aeronáutica, logo depois adoeci e por isso só voltei a trabalhar no dia dez, sábado.”

As faltas foram abonadas.

Não era o fim do sofrimento, mas o pior ficara para trás.

57.

FRENTE A FRENTE COM O TORTURADOR

O voo nº 066217 seguia de Brasília para o Rio de Janeiro no dia 16 de maio de 2016. A turbulência não me tirava a paz. A meu lado, Eduardo via no monitor um capítulo de uma série americana, apesar de a aeronave já se aproximar do Aeroporto Tom Jobim uma hora e trinta e nove minutos após decolar do Aeroporto Presidente Juscelino Kubitschek. A música “The scientist”, da banda britânica Coldplay, ativista de causas sociais, tocava no volume máximo no meu fone de ouvido, enquanto eu pensava em minha busca por um integrante da equipe de Paulo Malhões, o falecido *Dr. Pablo*.

Era hora de bater na porta de Antônio Waneir Pinheiro Lima, o *Camarão*, ex-sargento cuja foto vi em reportagem de Chico Otavio, o mesmo repórter que revelou a verdadeira identidade do *Dr. Pablo*. *Camarão* trabalhava com *Dr. Pablo* e fora acusado, em 1979, pela ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária Inês Etienne Romeu de tê-la estuprado quando ela era prisioneira da “Casa da Morte”, em Petrópolis. Estatura média, tronco, branco, de pele avermelhada e meio ruivo — essa era a aparência de *Camarão*. Marcelo e Míriam lembram-se de um torturador com essas características, mas a foto da reportagem de Chico Otavio era preta e branca e trazia o militar já mais velho. Tive acesso, porém, a outros dados que reforçavam a suspeita de que ele atuara na repressão capixaba também, possivelmente torturando meus pais sob a tutela de Malhões. Eu precisava encontrá-lo.

[...]

Tell me your secrets, and ask me your questions

Oh let's go back to the start

Running in circles, coming up tails
Heads on a science apart

Nobody said it was easy...
[...]

Enquanto ouvia a música, uma forte pressão de repente atuou sobre o meu corpo e a minha cabeça, que ficou forçadamente recostada na poltrona. Olhei assustado para Eduardo, que, surpreso, virou-se para mim. O avião arremetera da tentativa de pouso e subia rapidamente usando a máxima potência das duas turbinas, como se fugisse de algo que viesse em sua direção. Pensei numa brincadeira recorrente de Dudu, da qual eu, em particular, não gostava. Em mais de uma viagem ele disse não achar ruim a morte em um acidente de avião. Segundo ele, poderia ser algo até positivo. Eu discordava, e não só pela violência da coisa. Tinha visto de perto a angústia de duas amigas que perderam familiares na queda do voo 1907, entre Manaus e Brasília, em 2006, enquanto eu apurava informações sobre o acidente para a revista *Época*. Surgiram boatos de que algumas das cento e cinquenta e quatro pessoas a bordo, entre passageiros e tripulantes, poderiam estar vivas e um fiapo de esperança que nunca se concretizou prolongou ainda mais a dor da morte tão repentina dos parentes.

Quando o avião em que Eduardo e eu estávamos retornou quase à altitude de cruzeiro, o piloto explicou pelo alto-falante:

— Senhoras e senhores, quem fala é o comandante. Por medida de segurança, tive que abortar o nosso pouso devido a um forte vento de cauda, acima do limite permitido. É um procedimento normal, apesar do eventual desconforto. Já estamos prosseguindo novamente para o pouso. Pela sua atenção, muito obrigado.

Após o aviso, Eduardo e eu reatamos o assunto que tomou boa parte da viagem: a política brasileira nos tempos atuais. Tínhamos visões semelhantes sobre o processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff — víamos erros em atitudes de todos os envolvidos, inclusive da Justiça. Descobrimos que ele e eu éramos o que chamavam de “isentões”: não estávamos nem de um lado nem

de outro naquela disputa que dividiu o Brasil entre os que defendiam a sua saída da Presidência e os que eram contra. Ao comentarmos a votação final na Câmara dos Deputados, concordamos que o voto do deputado Jair Bolsonaro fora nefasto. A forma elogiosa como ele se referira ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra ao votar a favor do *impeachment* — “o terror de Dilma” quando ela estava presa — incomodou. Pior haviam sido, na minha opinião, algumas palmas de colegas, completando o show de horrores.

Dudu dizia que era bizarro alguém exaltar a tortura. Eu concordava. Sentia desprezo. Erros graves da esquerda no presente não justificavam as atrocidades cometidas pela direita no passado, muito menos sua exaltação, como fazia o parlamentar carioca. Parte da Igreja brasileira já havia errado na ditadura ao respaldar o regime. Comentei então que a aproximação de uma ala das igrejas protestantes atuais a Bolsonaro, que lidera um movimento em crescimento, poderia se tornar o pior erro de movimentos religiosos desde a redemocratização.

Ao desembarcarmos no Rio de Janeiro após um pouso suave, o documentarista Gustavo Mello, que já tinha nos acompanhado na viagem até a Bahia em busca do ex-tenente Eduard Alois Baldi Magalhães, aguardava na saída do Terminal 1 do Tom Jobim, entre os portões D e E. Entramos em seu carro e ele tomou o rumo do município de Araruama, na bela Região dos Lagos, repouso de *Camarão* na aposentadoria. Gustavo perguntou como eu estava. Não contei, mas havia alguns dias estava com asma, depois de anos sem uma única crise. Um remédio usado por três dias seguidos me aliviara o suficiente para poder estar ali, de pé. O Rio tinha sol com nuvens e a cidade me trazia o conforto de sempre. Morei alguns anos na Tijuca, na Zona Norte, e conhecia razoavelmente a região.

Atravessamos a ponte Rio-Niterói e me dei conta de que aquela viagem não seria tão demorada como fora a ida à casa de Eduard. Em uma hora e meia, no máximo duas horas, a depender do trânsito, estaríamos frente a frente com *Camarão*. Chegamos rapidamente à Rodovia Niterói-Manilha para pegar a RJ-124, a Via Lagos, uma estrada com pista dupla na maior parte do percurso, seja para ir ou voltar, dividida por um *guardrail*. Confortável para

permitir uma conversa entre passageiros e mais segura que outras estradas brasileiras, ela corta a paisagem verde com árvores espaçadas entre uma e outra área urbana.

Ficamos um pouco tensos quando nos lembramos de uma reportagem de 2004 sobre o ex-militar que ilustrava bem o seu temperamento violento. Intitulada “Integrante do Grupo Molejo é baleado”, relatava:

O pagodeiro do Grupo Molejo Lúcio Francisco do Nascimento, 42 anos, foi atingido por quatro tiros — dois no tórax, um no punho e outro na coxa — após uma discussão com Antônio Venair [*sic*] Pinheiro de Lima, conhecido como *Camarão*, [...] em Araruama, Rio de Janeiro, informou Carlindo Soares, empresário do grupo. “Eles eram amigos. O *Camarão* sempre acompanhava os shows do Molejo. Estou surpreso”, disse.

Claumir Jorge Gomes, um integrante do grupo de Lúcio Francisco — que sobreviveu —, contara ao repórter que Antônio Waneir estava bêbado no episódio e xingava muito. “Ele gritava macaco e neguinho. O Lúcio não reagiu num primeiro momento.” Depois, Antônio Waneir teria resolvido ofender outro sujeito presente, “também negro”, e disparou. O caso foi registrado na 118ª Delegacia de Polícia, em Araruama, na Região dos Lagos. *Camarão* tinha sessenta anos. Agora, enquanto eu ia a seu encontro, o ex-militar tinha setenta e dois.

Uma *Blitz* da Polícia Militar nos parou na estrada, já perto da Região dos Lagos. Logo após sermos liberados, o GPS apontou que em pouco mais de dez minutos estaríamos na casa de *Camarão*, cujo endereço conseguimos após uma longa procura. Curioso, Gustavo Mello queria saber o que eu perguntaria quando visse aquele que havia sido denunciado por Inês Etienne Romeu como caseiro da “Casa da Morte”.

— Após me apresentar, vou perguntar sobre a possível ida dele ao Espírito Santo, em 1972, e se ele participou da repressão aos militantes comunistas, entre eles meus pais — respondi. — Mas o que a gente sabe é: *Camarão* é muito reservado. O Ministério

Público tentou levá-lo para prestar depoimento sobre outros crimes de que é acusado e teve que grampear telefone e procurá-lo em vários estados. Quando finalmente conseguiu intimá-lo ele não disse nada. Ao contrário de Malhães, que em determinado momento da vida revelou as barbaridades que fez, *Camarão* silenciou.

— É a primeira vez que você vai atrás de alguém que é acusado de atos mais violentos no regime, não é? — prosseguiu o documentarista.

— Realmente, esse é o sujeito sobre o qual nós temos mais informações de ter praticado violência durante o regime.

— Você teme uma reação violenta dele?

— Meio imprevisível. Apesar de ele hoje estar mais velho, confesso que não sei qual vai ser a reação. De certa forma, sim. Fico um pouco preocupado.

— O que você está sentindo?

— Preocupado, mas em paz — respondi. — Quando vai se aproximando assim a hora, dá uma certa ansiedade, mas estou em paz em relação ao meu intuito nesta história toda: falar de um passado que ninguém quer reviver. Parece que ninguém quer enfrentar os fantasmas daquele tempo. Na minha visão, eles precisam ser revisitados.

Uma bifurcação na estrada me fez tirar uma dúvida sobre o caminho com Eduardo, mais quieto nessa viagem. Errei e tive que fazer um balão novamente. A conversa era importante para que eu me preparasse, mas me desconcentrava da direção.

— É aquilo que você fez, mas no fim vire à esquerda — explicou Dudu.

— Queria chegar lá com calma e passar em frente da casa — comentei. — Só não quero chegar, parar o carro e ir. Quero passar em frente, dar uma olhada, estacionar em outro lugar e depois voltar.

O GPS já apontava que estávamos muito perto, menos de três minutos. O bairro de *Camarão* tinha casas grandes e levou Gustavo a dizer que o ex-militar morava bem. Concordei. Uma grande lagoa podia ser vista a um quilômetro, e a região, tranquila, tinha casas de quase trezentos e cinquenta metros quadrados. Uma, com muros de

vidro, lembrou-me a casa de Ustra, em bairro nobre de Brasília, na qual eu entrara anos antes. Confuso com a direção, perguntei:

— Você entendeu qual é a rua do *Camarão*?

— Não sei se é esta em que estamos ou a que dá na praia.

Os números das casas não seguiam uma sequência e por isso não faziam sentido, ao menos na rua em que estávamos, supostamente a de *Camarão*. A residência do caseiro da “Casa da Morte” estava próxima, mas não conseguíamos achá-la de jeito nenhum. O GPS às vezes não funciona bem em cidades pequenas. Acabamos acertando a rua e, após alguns metros, só deu tempo de eu falar:

— Ixe... Ah, lá?

Gustavo e Eduardo também o reconheceram, pois também haviam visto a foto dele.

— É o homem.

— É o homem?

— É ele mesmo — disse eu.

Avistei-o em frente a um terreno com muro verde-claro de dois metros e meio de altura. Após cerca de um metro e meio de alvenaria, o muro continuava para o alto com grades de ferro pintadas da mesma cor e com pontas afiadas imitando lanças.

Percebi *Camarão* em pé no meio de dois homens mais altos que ele. Os três olhavam para nós, que estávamos no único carro a rodar por ali naquele momento. A casa do lado direito tinha um muro bege, com grades brancas. Parecia estar em obras, já que havia um monte de areia em frente ao muro. No lado esquerdo havia um terreno vazio, sem construções, onde o mato crescia desordenadamente.

— Demos de cara com o homem — disse Dudu.

— Matheus, agora não tem muito jeito. Para o carro por aqui mesmo — sugeriu Gustavo.

Encostei a uns trinta metros da casa de muro verde, que depois soube ser a de *Camarão*, puxei o freio de mão e decidi:

— Vou lá então.

— Qualquer problema você chama — respondeu Dudu.

— Ou sinaliza — acrescentou Gustavo.

— Uhum — respondi, sabendo que eles poderiam ouvir tudo do microfone na minha roupa.

Fechei a porta do carro com a respiração bem mais forte que o normal. Tentava vencer mentalmente aquele estresse, já que, apesar de o procurador da República Antonio do Passo Cabral ter avaliado, tempos atrás, como perigosa a minha ida ao local, *Camarão* não me parecia tão assustador assim. Enquanto eu caminhava, ouvia, ao fundo, cachorros latindo. Vinte e um passos depois, os latidos estavam mais fortes. De frente para os três homens, mas olhando fixamente para *Camarão*, perguntei:

— Boa tarde. Estou procurando Antônio Waneir Pinheiro Lima, o *Camarão*. É o senhor?

Ele fez que sim com a cabeça. Vestia camisa azul de listras, tom sobre tom, e bermuda também azul, mas mais escura. Os pés estavam acomodados em Havaianas desgastadas.

— Tudo bom? — perguntei, olhando o seu rosto envelhecido, se comparado com a foto no jornal.

A pele era bem avermelhada e explicava o seu apelido. O ex-militar usava uma barba branca desgrenhada e estava quase completamente calvo. Apresentei-me e engatei a frase que já estava ficando repetitiva:

— Sou jornalista e pesquisador do regime militar.

Marcelo tinha me contado que um homem de pele avermelhada batera muito nele. Míriam disse que um homem assim estava presente no dia da jiboia.

— Estava querendo conversar com o senhor, porque é muito difícil ouvir os dois lados dessa história, entendeu? E eu acredito que são dois lados.

Na minha cabeça, pensava que o lado correto era representado por meus pais, e o errado, por militares que, como *Camarão*, haviam sido acusados de usar de uma violência covarde contra adversários do regime. Sem detalhar, a isca poderia funcionar.

— Queria saber se o senhor poderia conversar comigo.

— Hoje eu não posso porque estou de saída.

— Mas seria uma coisa... Não muito demorada. Eu estou fazendo um [trabalho] sobre o regime militar em busca do passado dos meus

pais. Eles militaram e eu já fui atrás de algumas pessoas. A ideia é conversar com todo mundo que atuou naquele período para não pesar somente para um dos lados. Já conversei com militares e militantes comunistas.

Os dois homens que o acompanhavam e ouviam a nossa conversa naquele momento resolveram sair. Um deles disse que o procuraria “mais tarde” e entrou em uma casa próxima. Diante de *Camarão*, a vontade que eu tinha era de persuadi-lo a falar a verdade usando qualquer truque, mesmo a mentira. Lutei contra esse sentimento e comecei a engatar perguntas antes que ele batesse a porta na minha cara e sumisse para sempre.

— A gente tem uma informação de que o senhor teria ido para o Espírito Santo naquele período, na década de 70.

— Eu, não. Espírito Santo? De jeito nenhum.

— Com o Malhões, Paulo Malhões.

— Malhões foi meu chefe, mas pro Espírito Santo eu nunca fui. O que você tem no Espírito Santo?

— Meus pais foram presos lá no Espírito Santo.

— Deixa eu desligar aqui...

Camarão entrou em casa para desligar alguma coisa. Por uma fração de segundo, temi. A casa, com telhas de cerâmica clássicas, cor de canela, não parecia muito grande nem sofisticada. Contudo, era bem cuidada e segura. Um caminho de pedra, em meio à grama, levava até uma varanda coberta, onde as janelas eram protegidas com grades de correr brancas no estilo sanfona. Uma casinha de cachorro de madeira, pintada de vermelho, e um pote de comida de plástico verde davam um toque familiar ao ambiente.

Camarão reapareceu e disse:

— Pode chegar aqui. Pode entrar aqui...

Ele fez um sinal para eu entrar e eu comecei a andar no caminho de pedras. Uma cadela vira-lata surgiu, brava, rosnando, vindo em minha direção. Dei a minha mão a ela para que cheirasse e ela rosnou ainda mais, à medida que a mão se aproximava de seu focinho. *Camarão* deu um comando a ela e me disse:

— É minha vira-lata. Não faz mal, não.

— Morde?

— Não — respondeu ele, insistindo para ela: — Vem cá, vem cá, vem cá.

A cadela foi para o fundo da casa. Ele me convidou a sentar em uma cadeira de plástico branca, de boteco, e se acomodou em uma rede vermelha à minha frente. Estávamos na área da varanda, a metro e meio de distância um do outro. Atrás dele, à direita, um varal sustentava toalhas brancas e poucas roupas. À esquerda, um engradado amarelo da Skol e um vermelho da Brahma, um em cima do outro, guardavam garrafas vazias de cerveja. Uma nova entrevista começava, e ele iniciava a conversa:

— Mas olha só: com o que você está falando aí, do Espírito Santo, eu nunca fui. Quem era o seu pai?

— Meus pais militaram no Partido Comunista do Brasil — disse, informando seus nomes.

— Vocês são do Espírito Santo?

— Meu pai é...

— Eu nunca ouvi falar. Até porque em 70 eu estava no Rio.

— Então, [o trabalho] é a visão da minha geração para a deles, com o distanciamento que nós temos hoje — expliquei. — É a busca de um filho, para resumir para o senhor, pelo passado dos pais. Eles foram presos no Espírito Santo e alguns meses depois o meu pai foi levado para o Rio de Janeiro. A informação que a gente tem é que o Paulo Malhões esteve com mais duas pessoas lá, no Espírito Santo, em dezembro de 1972.

— Olha só, em 72 eu já não estava mais... Tinha saído da repressão. Até 70, eu ainda estava. Em 72, eu não estava mais. Continuei amigo do pessoal, mas não participava mais da repressão. Tinha sido transferido. Até porque já estava terminando o período de repressão.

Ao falar três vezes a palavra "repressão", *Camarão* me animou. Por um momento tive esperança de que ele me contaria tudo o que sabia. Resolvi arriscar:

— Setenta e dois, inclusive, é um ano bem duro. Matam muita gente.

— Esse negócio de matar eu não sei. Eu sei de briga, tiroteio, essas coisas. Mas em 72 eu já não estava participando da repressão.

Agora, por exemplo, o coronel Malhães tinha uma equipe, era uma equipe grande. Tinha mais de vinte homens, entendeu?

— E o senhor atuou com ele?

— Eu trabalhei na equipe dele. Inclusive a gente era muito amigo e tal. Mas em 72 eu já estava no quartel. Voltei para a tropa.

— E o senhor tem aquele... Como é que chama aquele documento que os militares têm que revela onde eles atuaram?

Eu me referia à Folha de Alterações, aquela que ao fim da carreira, quando vão para a reserva, eles levam para casa. Resolvi me fingir de bobo, pois o documento poderia responder à pergunta que eu queria fazer. Precisa, a Folha de Alterações chegava a registrar viagens. Ustra tinha me entregado parte da sua quando me recebeu em sua casa. Mas minha esperança começou a desaparecer quando *Camarão* respondeu, seco:

— Eu não tenho.

— Como é que chama esse documento? Folha de Alterações?

— Ah, Folha de Alteração. Ah, você diz de transferências, essas coisas. Ah, eu não tenho.

— Não tem, né? O senhor atuou com o Malhães onde?

— No CIE.

Camarão falava do Centro de Informações do Exército, serviço secreto do Exército, braço importante do aparelho repressivo. O militar acusado de tortura continuou:

— Seria importante você ouvir um oficial que era chefe de equipe. Ele sabe o deslocamento.

— E tem alguém que o senhor me indicaria?

— Os coronéis que eram chefes de equipe. Porque não adianta você ouvir a mim, que não participava dentro da realidade da coisa. Você sabe como é: o oficial chega com a equipe dele: "Nós vamos hoje prender fulano em tal canto." Quando você prende, o problema já é com aquele que vai interrogar.

— No caso, seria o Paulo Malhães?

— Seria o Paulo Malhães.

— Não tem nenhum outro nome?

— Olha, na época, o único oficial que tinha era ele. Tem outros, mas se você for procurar [sobre] essa etapa lá no Espírito Santo...

Pode ter participado, [mas] depois que entrega o preso, entendeu? Ali, na época, só tinha o Paulo Malhães. Não tinha nenhum outro oficial na equipe dele.

— Qual era a patente do senhor?

— Na época era sargento — respondeu, acrescentando que entrara no Exército em 1962.

— Por que o apelido *Camarão*?

— Vem antes disso aí.

— Mas era por quê?

— Eu sou vermelho.

— Eu estou te perguntando essas coisas porque é o seguinte: na equipe que foi lá teria um militar com a sua característica, entendeu? Por isso eu vim te perguntar. Como o Paulo Malhães estava [lá] e tinha um senhor com a sua característica física, eu vim te perguntar.

— Não, mas eu digo para você. Se estivesse, eu diria e até ia cooperar com você. Mas eu não sei de nada. Tenho certeza absoluta. Fique tranquilo.

— Estou pedindo esse favor até de filho, enfim, que tem uma outra visão, distanciada daquele período. Será que o senhor não poderia ver algumas fotos? Só pra me garantir que realmente não tem nada? Eu vim de tão longe. Saí de Brasília.

— Faz o seguinte, você traz as fotos, mas vem só você — disse ele, demonstrando saber que no carro havia outras pessoas.

— Eu tenho foto de militares também, de repente o senhor pode me ajudar.

— Se tiver algum, até te adianto se essa pessoa pode te informar melhor.

Saí, fui até o carro e peguei as fotos. Eduardo e Gustavo estavam tensos, mas quase convencidos de que não haveria violência por parte de *Camarão*. Não conversamos quase nada. Só trocamos olhares. Quando voltei com as fotos dos meus pais, de seus colegas capixabas e de militares, como o capitão Guilherme, *Camarão* já parecia mais à vontade e retomou a conversa contando que tinha sido segurança pessoal do então presidente João Goulart na Granja do Torto, em Brasília.

— Ele morava na Granja do Torto, não usava o Palácio da Alvorada — disse *Camarão*.

A conversa sobre Jango me deu liberdade e resolvi engatar uma pergunta mais direta sobre o regime:

— E qual é a sua visão: o senhor acha que foi uma ditadura?

— Se eu disser que foi uma ditadura iria contra os meus princípios. Eu não vi ditadura, vi uma tomada do poder, que teve suas reações violentas para combater algumas ações. Toda ação tem uma reação. E eu acho que teve reação violenta combatendo a ação [da esquerda]. Porque, se você fizer uma coisa sem guerra, sem violência, [só] na conversa, como acontece aí na Câmara hoje... Você não acha que é isso? Ou não?

— Não justifica a violência que foi usada ali. Não justifica a violência que foi usada contra aquelas pessoas presas. Aí estamos falando não só da tomada do poder, mas já depois. Não sei qual é a sua visão sobre as violações de direitos humanos que alguns militantes comunistas sofreram. Eu acredito que eles sofreram — argumentei.

O duro daquele tema era que eu sabia que, se mentisse, talvez obtivesse o que queria. Mas não consegui seguir por esse caminho e falei a verdade. Como previsto, *Camarão* fechou a cara e percebeu de que lado eu estava. Não respondeu e pediu as fotos:

— Mas vamos ao que interessa.

— Aqui são os militantes que foram presos lá no Espírito Santo — respondi, estendendo as fotos para ele. — Tem vários. Meu pai esteve preso no Rio também.

— Pois é, eu não participei de nenhuma operação no Espírito Santo, nenhuma mesmo. Esse pessoal todo é do Espírito Santo? — perguntou *Camarão*, olhando o material com os óculos de armação preta que colocou no rosto.

Folheou uma por uma as fichas de qualificação. Passou as dos meus pais, as de seus companheiros e chegou à de Foedes dos Santos, o último na sequência que eu havia montado. Demorei a responder que sim, que aquele pessoal todo era do Espírito Santo, ao perceber seu interesse. De repente, então, ele sugeriu:

— Vou já te dizer uma coisa aqui. Por que você não vai até o Cláudio Guerra? O Guerra é que comandava o Espírito Santo.

Delegado da Polícia Civil, Cláudio Guerra atuou na repressão no eixo Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, mas pelo Dops. Matou, ocultou e queimou corpos de presos políticos assassinados. E diz que nunca torturou. Por muito pouco Guerra não encontrou meus pais naquela luta desigual. Hoje ele é pastor evangélico e já admitiu tudo, ou quase todos os crimes cometidos durante o regime militar em longa entrevista concedida a meu pai e ao jornalista Rogério Medeiros, publicada no livro *Memórias de uma guerra suja*.

Em entrevista para o meu livro, Cláudio Guerra me disse duas coisas importantes. A primeira: que conhecia o capitão Pedro Guilherme Ramos como chefe do s2, em 1972 e 1973, no Espírito Santo, e o reconheceu na foto que mostrei. A segunda: lembra que Malhões esteve em Vitória em dezembro de 1972, justamente na época em que minha mãe se recorda de ter tido contato com um torturador de nome *Dr. Pablo*. Cláudio Guerra não soube dizer, contudo, se *Camarão* estava com ele.

Além da Folha de Alterações, outro documento oficial do Exército poderia me ajudar a desvendar se o ex-sargento estivera no Espírito Santo: o Boletim Interno, que registra a entrada e a saída dos militares em quartéis. Eduardo e eu tentamos ter acesso aos boletins do 38º Batalhão de Infantaria de novembro de 1972 a fevereiro de 1973, por meio da Lei de Acesso à Informação. Não conseguimos; o Exército negou o pedido. Perguntamos se o boletim registrara a entrada de *Camarão* no quartel naquele período. Mais de quarenta anos depois, a força militar não entregou as informações contidas no Boletim Interno, “por serem de caráter pessoal”.

Súbito, *Camarão*, que revelava mudar de humor rapidamente, declarou:

— Eu não vou nem olhar isso aqui porque eu tenho certeza de que do Espírito Santo eu não conheço ninguém. Quem vai te dar uma resposta, até porque ele está cooperando aí com tudo o que sabe, é o Guerra.

— O senhor conheceu ele na época?

— Eu conhecia de algumas reuniões e tal, mas não conheci de intimidade, até porque eu não gostava dele. Era um cara muito violento, mexia com negócio de contrabando e eu nunca gostei dessas coisas, mas isso aqui eu digo para você.

Continuei insistindo:

— O senhor pode dar uma olhada nas imagens dos militares?

Entreguei a foto do capitão Guilherme. *Camarão*, primeiramente, disse conhecer um militar com o codinome Guilherme, mas depois, quando eu disse que se tratava do prenome de Pedro Guilherme Ramos, retrocedeu. Conversamos um pouco também sobre a morte de Malhães. Na visão de *Camarão*, que disse ter frequentado muito o sítio de Malhães, a morte do seu ex-comandante estava esclarecida e não foi queima de arquivo.

— É aquilo mesmo. Inclusive eu já tinha aberto o olho dele, eu disse: “Olha, esse cara, um cara que olha para você assim por baixo.” Já tinha trabalhado lá. Aí voltou, pediu para ser readmitido, ele ficou com pena porque o cara estava desempregado, mas ele já veio com o plano arquitetado. Foi até o que eu conversei com o investigador. Na época fizeram um estardalhaço, “mataram o coronel”.

— Malhães deu um depoimento na Comissão da Verdade afirmando que torturou e matou militantes comunistas. O que o senhor achou?

— Você não pode avaliar, né?

— Mas o senhor atuou com ele ali.

— Eu acho que ele quis, talvez ele quisesse... Talvez tivesse até mais coisas para falar. Pelo desenvolvimento que ele começou, acredito que ele ia falar o que sabia. Mas não sei por que ele resolveu...

— O senhor nunca teve vontade de dar um depoimento desses?

— Você sabe que não sei se um dia darei, mas ainda não tive vontade, não.

Era curiosa aquela frase do fiel escudeiro de Malhães: “Ainda não tive vontade.”

— E o senhor ficou no Exército até se aposentar?

— Não. Eu saí antes. Saí depois da revolução, pedi baixa e fui embora.

— Em que ano mais ou menos o senhor saiu?

— Acho que saí em 82, 83 — disse ele, e eu sabia que não tinha como confirmar isso, pois eu não encontrara referências a seu nome nem nos mais antigos exemplares do Diário Oficial nem em publicações do Exército, o que mostrava o quanto os agentes da repressão da ditadura agiam no submundo.

— Quando estava acabando a repressão?

— Já tinha acabado. Aí eu fui tocar uma vida diferente. Eu já estava perto até de sair, mas resolvi sair antes. Não fiquei até o final. Mas é isso. O que eu tenho a falar para ti é isso, se tivesse como te ajudar em alguma coisa te ajudaria com o maior prazer.

— Enfim, eu tenho que te fazer essa pergunta. Teve gente do Espírito Santo que eu entrevistei que disse ao ver suas fotos: “Parecia com ele.” Uma dessas pessoas foi minha mãe. Outra foi Jorge Luiz, que diz ter certeza de que era o senhor. Outros disseram que era o Malhões acompanhado de uma pessoa com essa característica do vermelho na pele. Não foi o senhor que esteve no Espírito Santo?

— Não, não. Olha, se eu tivesse estado lá eu iria pessoalmente ali para a pessoa me reconhecer. Mas como eu não estive, e tenho consciência disso, não preciso ir.

— É porque confesso que eu, como filho, suspeito [do senhor]. Quando eu vi [as fotos] e as pessoas começaram a falar “parece, ele era meio assim, vermelho...”. Sempre tive a impressão de que o senhor estava lá, entende?

— Não, eu não estava.

Resolvi insistir mais ainda, de um modo direto mesmo.

— Estar lá no Espírito Santo, ter participado das torturas dos meus pais, da minha mãe...

— Não, não. Eu não estava, de maneira alguma. Nem a mínima chance. Eu digo para você que eu não estava. E se eu estava em outras épocas ali eu não vou te dizer.

Silenciei. Sabia que ele omitia fatos. Era óbvio diante das respostas que dava.

— E o senhor lembra se o Paulo Malhães, em dezembro de 72, foi para o Espírito Santo?

— Não lembro. Deixa eu te dizer: quando não tinha operação, os oficiais saíam cobrindo ponto nos estados do Brasil todo e só voltavam quando o Centro de Informações chamava. O oficial sai daqui do Rio de Janeiro e tem informante no Espírito Santo, tem nos estados todos. Cada estado tem um oficial desses que cobre essas informações, então ele ia para o Espírito Santo duas, três, até quatro vezes por mês. Tudo quanto é estado.

— Então o senhor acha que é possível que Malhães tenha estado lá?

— É possível. Não só possível, como é verdade. Eu não estou dizendo que é possível, é verdade. O CIE era subordinado somente ao ministro do Exército. O CIE não era subordinado a ninguém, só ao ministro do Exército. O chefe do CIE era o ministro do Exército.

— Então, vai ver que é possível que o Malhães tenha ido ao Espírito Santo encontrar o Guilherme, que é esse capitão que eu falei pro senhor, chefe do S2.

— Ora, mas com certeza. É bem possível.

— Você nunca viu meu pai lá no Rio? — perguntei mostrando a foto de Marcelo mais uma vez.

— Não, nunca vi. Duas coisas que eu posso dizer para você. Quando as pessoas vinham assim com um preso de fora, ele não ia mais para nós, porque nós éramos uma equipe de rua, para ir prender. Você sabe o que o cabo, o soldado e o sargento fazem, né? Eles cumprem a missão.

— Dizem que o pessoal do Malhães era bem violento e os presos políticos tinham bastante medo. O senhor acha que essa visão do grupo do Malhães está errada? Porque ele mesmo contou um monte de coisas, né?

— Quando trabalhei com ele não via essas coisas. Ele era um cara muito bem-conceituado. Eu nunca ouvi falar dessa coisa de muita violência, muito pelo contrário.

— E quando ele falou aquelas coisas todas na Comissão da Verdade, dizendo que tinha torturado e matado, o senhor pensou o quê?

— Eu achei que ele estava falando o que ele queria falar, ele era um coronel do Exército.

— Mas o senhor acha que ele estava mentindo?

— O que ele falou era coisa íntima dele, só ele sabia. Eu não sei, acredito que não. Acredito que ele falou a verdade, o que ele queria falar mesmo. Talvez quisesse até falar mais, mas não deu tempo.

— O senhor sabe que meus pais falam que foram torturados de forma bem violenta e a minha mãe lembra que tinha um *Dr. Pablo* que participou [das torturas]. Ficou na memória dela. Foi ele quem colocou uma jiboia numa sala escura com ela nua. Ela não sabe quanto tempo ficou ali. O senhor nunca ouviu nem viu ele fazer esse tipo de coisa?

— Ele comenta esse negócio de uma jiboia. Eu não alcancei isso. Se houve, foi lá pelo DOI. Isso aí era uma sala lá em cima, era no décimo oitavo andar, no ministério lá. Eu não sei dessas coisas.

— Ele era do CIE ou do DOI?

— Ele foi dos dois.

— E o senhor não?

— Fui só do CIE. É isso, Matheus. Eu não posso te ajudar em nada.

A tentativa de *Camarão* de terminar a entrevista só aumentava o meu ímpeto de perguntar. As contradições eram evidentes. Dizia não ter participado de tortura, mas quando perguntei se ele não pensava em dar um depoimento contando tudo, como fez o seu antigo chefe, respondeu: “Você sabe que não sei se um dia darei, mas ainda não tive vontade, não.”

— Agora, o senhor então... Só para ficar bem claro, para não ter problema, já que eu estou aqui conversando com o senhor... Não teve nenhuma relação com tortura, violência e repressão na ditadura militar?

— Olha, deixa eu dizer pra você, o pessoal que era chamado de cabo, soldado e sargento não participava disso. Isso era interrogatório. Até porque você sabe que o nível das pessoas para serem interrogadas é um nível alto, né? Então, isso é coisa de oficiais. Eram oficiais que participavam disso. Chamavam de *Dr.*

Pablo, Dr. Fulano, Dr. Ciclano... Então, isso aí eu não tenho a mínima... Só oficiais têm como te responder isso aí.

— E o oficial não ia acompanhado de outros? Por exemplo, o Malhães era o chefe do senhor. Ele não trazia outras pessoas?

— Não, só funcionava como mão de obra — respondeu *Camarão*.
— Prendeu, entregou. Terminou o interrogatório, leva, deixa lá ou então solta. Não participava do interrogatório. Até porque era um nível diferente. Você não faz interrogatório de uma pessoa de nível superior, porque se você não tem o nível à altura você não sabe interrogar.

— Tem uma coisa que é importante do grupo no Espírito Santo. Um integrante do PCDOB do Espírito Santo resolveu contar tudo. Ele admitiu em entrevista a mim. Por que a queda do Espírito Santo é importante no contexto do partido, especificamente? Porque esse militante, Foedes dos Santos, caiu e entregou meus pais, mas também a cúpula do PCDOB no Rio: um ponto com o Lincoln Cordeiro Oest, no dia 20 de dezembro [de 1972].

— Na época que o Lincoln caiu foi muito comentado: “Ih, caiu um cara grande, o Lincoln Cordeiro Oest.” Era uma reação assim: “Sabe quem caiu? O comando nacional.” [...] Eu lembro, mas não sei quem foi que derrubou o Lincoln Cordeiro Oest. Não lembro a equipe que foi lá. Os caras só caíam assim, por entrega de ponto, né? Esse cara que entregou o Lincoln devia ser bom, porque tinha ponto com o Lincoln. Só cara bom tinha ponto com o Lincoln.

— E por que só os oficiais participavam dos interrogatórios?

— Eu acredito que era devido ao nível de interrogatório. Se você vai interrogar um cara, vamos dizer assim, que era de esquerda, uma pessoa formada, não pode ser qualquer um. Você vai colocar para interrogar um Lincoln Cordeiro Oest... Daqui a pouco eu que estou sendo interrogado, não é ele. Entendeu? É nesse nível que eu te digo. A pessoa tem que ter nível.

— O senhor diz pela escolaridade que ele tinha?

— Eu vou te dar um exemplo muito bom do coronel Malhães. Ele interrogou aquele... Como é que é o nome dele, do comando nacional, Apolônio [de Carvalho, líder do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR. Foi preso na ditadura]. O Apolônio virou para

ele e falou assim: “Capitão, você seria um grande comunista.” E ele virou pro Apolônio e falou assim: “E você seria um grande democrata.” Entendeu?

— O Malhães se intitulava democrata? — indaguei, sem esconder a surpresa.

— Se intitulava democrata. Então, você tem que interrogar cara do mesmo nível, senão você se perde. Entendeu? É isso.

— O senhor tinha uma ligação pessoal com o Malhães, mesmo que o senhor esteja dizendo que não participou das coisas mais violentas, devido à sua versão sobre a patente... Ele nunca te contou nada, até por você ser padrinho da filha dele?

Essa informação eu quis usar no momento certo porque mostraria a ele que eu sabia mais do que ele imaginava. Ele era compadre de Malhães, e não somente mero subordinado.

— Não, mas esse papo aí... A gente tinha ligação no fim de semana, de tomar uma cervejinha, comer um churrasco. Trabalho é trabalho, porque quando você sai ali do churrasco, no outro dia o cara é teu chefe. Não tem intimidade de estar querendo saber o que o cara já fez, nem você tem intimidade para estar perguntando isso.

— O grupo do Malhães era um Esquadrão da Morte da ditadura?

— Não, não. Não existia isso não, de maneira alguma. A coisa mais certa que existia ali entre eles era lealdade. A honestidade das pessoas. Eu mesmo vi oferecerem milhões e milhões em dinheiro e os caras nem olhavam. Porque se eles quisessem ter ficado milionários naquela época você sabe que ficavam. Tinham o poder na mão. Quem era a justiça na época? Era a ditadura. Mas eles se formaram todos na academia e todo mundo se conhecia. Se você aparece com um carrão do ano, já fica o comentário de que “ele tá fazendo alguma coisa errada”. A vida deles era tudo regrado, como a nossa. Mas ninguém nunca tentou participar de esquadrão. O pessoal que participa de esquadrão entra para ficar rico. Malhães mudava governador no Rio de Janeiro, tinha uma força incrível. E morreu com um sitiozinho, comprou aquela porcaria lá... Era um cara que trocava secretário de Segurança. Esses bicheiros mandavam proposta para ele e ele nunca aceitou. Era um cara íntegro.

— Mesmo ele tendo contado aquelas coisas que fez na ditadura, o senhor acha que ele era íntegro?

— Honesto.

— Nunca mexeu com corrupção. É o que o senhor está dizendo?

— Jamais. Na casa dele não entrava corrupto, de maneira alguma.

Após *Camarão* defender a honestidade dos colegas militares e do próprio Malhães, resolvi confrontá-lo com a denúncia feita por Inês Etienne Romeu, a sobrevivente da “Casa da Morte” que teve a coragem de acusar *Camarão* de estupro. Já era tempo de ele ser questionado por isso.

— O senhor esteve lá na “Casa da Morte”, não é isso?

— Não sei onde é a “Casa da Morte”.

— Lá em Petrópolis.

— “Casa da Morte”, não, aquilo era um aparelho.

— Militar?

— Um aparelho militar.

— O senhor esteve lá?

— Estive lá.

— E o Paulo Malhães também?

— O Paulo Malhães também.

— Isso era em que ano?

— Ah, rapaz, eu não lembro bem o ano, não. Não sei se 68 a 70, por aí. Eu não lembro bem o ano, não.

— Você sabe que a Inês Etienne é da mesma região da minha mãe, interior de Minas. Minha mãe é de Caratinga, cidade em que ela chegou a morar. Ela fez acusações contra o senhor.

— Eu vou dizer para você que eu tenho a minha consciência tranquila. As acusações que ela faz eu li no jornal. A mim não atingiu, porque nada daquilo é verdade. Primeiro que o preso não fica com você sozinho. Ela não teve nunca assim um contato direto com a pessoa que ficasse na casa, nada com a pessoa sozinha. E a casa era um aparelho, ficava fechada. O aparelho foi feito exatamente como eram os aparelhos da própria esquerda. Aí eles resolveram fazer também o aparelho da repressão. Para as pessoas se resguardarem.

— Ela fala que o senhor estuprou ela.

— É, eu vi. Mas eu tenho certeza, minha consciência [está] tranquila, que nada disso aconteceu. Que ela foi interrogada, isso aí tudo foi, mas... É só você puxar a história, você nunca ouviu falar isso. Ela abriu isso aí. Ela quis abrir, talvez... Eu acredito que para que a coisa desse mais resultado, porque dizer que ela foi torturada isso todo mundo dizia, então peraí, bota um estupro nisso aí para poder dar mais...

— Então, o senhor acha que ela mentiu?

— Eu acho que mentiu, nisso aí eu acho que mentiu. Ela pode ter falado a verdade que foi torturada.

— O senhor não acompanhou nenhuma tortura dela lá? Porque o senhor mesmo disse que o regime era um regime que julgava, o senhor falou que era a própria ditadura que julgava.

— Eu falei dos interrogatórios, mas, se ela foi torturada, eu não sei te dizer. Interrogada ela foi. Todos foram interrogados. Torturados, eu não sei.

Eu sabia que o movimento era arriscado, mas era hora de colocar *Camarão* frente a frente com Inês. Mesmo que Inês tivesse falecido um ano antes desse dia em que o entrevistei. Dentro de mim uma revolta crescia pela forma como ele tratava o tema. O momento era simbólico e ele precisava enfrentar — o caseiro da “Casa da Morte” com a única sobrevivente daquele local macabro, onde mais de uma dezena de militantes de organizações contrárias ao regime foram assassinados. O próprio Cláudio Guerra disse, em *Memórias de uma guerra suja*, ter buscado oito corpos na “Casa da Morte”, entre eles o do dirigente histórico do Partido Comunista Brasileiro, David Capistrano.

Com um movimento calmo, saquei de um bolo de fotos a única que eu ainda não tinha mostrado a ele: a de Inês.

— Eu tenho uma foto da Inês também. Veja. O senhor se lembra dela lá em Petrópolis?

Em preto e branco, a imagem era do tamanho de uma folha de papel A3. Inês aparece bela e corajosa. *Camarão*, na sua rede, vivendo uma vida pacata no litoral do estado do Rio, parecia cada vez mais desconfortável. Olhou a foto com firmeza. Mexeu a cabeça

levemente de cima a baixo, com os óculos no meio do nariz, em silêncio. Contudo, sem mostrar remorso ou arrependimento, disse:

— É, ela não estava assim. Tá muito diferente, mas é ela. Isso aqui deve ser há muitos anos. Ela tentou suicídio duas vezes, né?

— Eu acredito que ela sofreu as torturas — respondi, sem corrigi-lo, já que Inês tentou o suicídio quatro vezes e não duas. — O senhor não acredita mesmo?

— Dizer pra você se ela sofreu tortura... Eu acredito que ela foi interrogada. Eu não sei se no interrogatório sofreu tortura. Mas que foi interrogada, foi. Todos que chegavam eram interrogados por eles, os oficiais. Agora, se era com tortura não sei te dizer porque nós não tínhamos acesso.

— Mas o senhor acha que nunca teve tortura? Ou o senhor está falando que em alguns casos pode não ter tido?

— Houve interrogatório. Tortura, não. Interrogatório, sim.

— Porque eu, como o senhor está vendo a intensidade desse projeto, sou filho. Filho conhece o pai. Eu olhei para a cara do meu pai, olhei para a cara da minha mãe, e eles me falaram que foram torturados.

— Não vou dizer que eles estão mentindo, não vou dizer.

— Meu pai falou que colocaram uma arma na cabeça dele, fizeram roleta-russa, bateram, espancaram, espancaram, espancaram, durante dias. Minha mãe contou da jiboia. Ouvindo um filho falar, o senhor acha que nesse caso teve tortura nos interrogatórios?

— Isso que eu digo para você: eu sei que interrogatório houve, tortura eu não posso te responder, não. Não posso te responder mesmo. Seria leviano. O cara vai chegar: “Como é que você nunca assistiu [a] um interrogatório e tá dizendo que teve tortura?” Qualquer um desses oficiais que fizeram interrogatório pode chegar e [dizer]: “Você disse que teve tortura, você participou?” Vai me chamar de mentiroso e eu não sou mentiroso.

— Causa estranhamento para mim quando ouço depoimentos como o do senhor. Não é a primeira vez que ouço. Porque, por exemplo, o Paulo Malhães era seu chefe. E ele falou que fez todas aquelas coisas e, de repente, a gente encontra uma pessoa que foi

chefeada por ele, com o agravante que tem até uma pessoa, no seu caso, que diz ter sofrido tortura do senhor, especificamente.

— Minha?

— A Inês Etienne. A sua resposta, pelo menos para mim, soa um pouco estranha e eu fico um pouco, confesso para o senhor, fico um pouco com o pé atrás, porque eu ouvi o depoimento do Paulo Malhães. O senhor também ouviu.

Camarão finalmente perdeu as estribeiras.

— Óóóóó... Esse depoimento que eu estou dando para você não é depoimento. Eu estou respondendo às suas perguntas, é isso que eu sei, é isso que eu me propus a falar aqui para você, com seu coração de filho e tal. Estou te dizendo que se eu soubesse alguma coisa dos teus pais eu diria. Eu tenho certeza que você está atrás de saber as coisas do teu pai, não é negócio do que houve na revolução.

Em seguida, ele insinuou que podia me processar. Encarando-o, declarei:

— Alguns agentes da repressão resolveram dar depoimento e falar sobre a tortura. Por exemplo, Cláudio Guerra. Outro exemplo é o próprio Malhães, com quem o senhor tinha uma relação até pessoal. Mas o senhor parece ter uma visão ainda positiva daquele período em relação aos militares.

— Positiva em que ponto?

— O senhor parece que não tem uma visão crítica do que foi feito ali, de algumas coisas.

— Não, não tenho. Crítica eu não tenho, não.

— O senhor não acha que teve exagero dos militares?

— Não, porque se teve de um lado teve do outro. Teve dos dois. Você só exagera, só combate assim quando há necessidade. Houve necessidade.

— Quando o senhor fala que houve necessidade é o que exatamente? — questionei.

— É uma resposta. Necessidade é uma resposta que... É uma resposta da agressão de lá com a necessidade de revidar. É o que eu te falei, se tivesse sido tudo no papo, na conversa, não tinha havido nada disso, né? Perdeu, perdeu, vamos para a eleição na próxima,

não é? Que nem está aí hoje o país. É isso. Ver quem é que o povo quer.

— Mas foram os militares que não quiseram a eleição — respondi.
— Eles que não quiseram sair.

— Eu não vi ninguém propondo saída para eleição, eu não vi ninguém propondo. Hoje tem proposta para eleição. Eu acho justo.

— Uma nova eleição agora?

— Uma nova eleição, porque aí a gente... O Pelé disse que o povo não sabe votar, mas pelo menos daquela época que ele falou para cá talvez já tenha aprendido, pelas coisas que aconteceram.

— Novas eleições é uma visão mais democrática, não acha?

— É verdade — disse ele. — Esse governo que está aí tirou a mulher [Dilma Rousseff] que acabou com o país, na minha visão. Ele [Michel Temer] próprio é acusado. Hoje eu estava vendo na televisão a entrevista dele. Perguntaram: “O senhor é acusado de ter recebido cinco milhões.” Ele: “Não.” Todos dizem que não. Você não vê o que o PT diz? “Tudo que eu recebi foi declarado no TSE.” Só dizem isso.

A entrevista com *Camarão* resolveria uma antiga questão da minha vida. Desde 2003 ando na minha mochila com um documento que xeroquei no relatório do Projeto Brasil: Nunca Mais. Eu o mantinha guardado em lugares estratégicos, como a minha cabeceira. O estranho é que eu andava com ele no dia a dia em Brasília mesmo quando a pauta não era a tortura nem a violência na ditadura, mas corrupção e regalias dos políticos na democracia. Como se eu tivesse de estar preparado para mostrar aquilo a alguém, um torturador.

Trata-se de um documento de seis páginas com o registro de denúncias de tortura no regime militar no Brasil: 1.843 pessoas fizeram 6.016 denúncias de tortura, sendo 4.918 contra homens e 1.098 contra mulheres. Lista também os torturados por faixa etária no país durante o regime: até 18 anos, 14; de 19 a 21 [faixa etária da minha mãe quando foi torturada], 199; de 22 a 25 [faixa etária do meu pai], 495, idade em que mais houve denúncias de tortura. A lista segue até mais de 61 anos, registrando 27 pessoas. Discrimina os tipos de tortura, numerando uma a uma. O documento inicia no 1, “aplicação de ácido no corpo”; e vai até o 310, “testículos

amarrados”; passando por “estupro”, número 289; “enfiar cigarro aceso no ânus”, número 191; e “enfiar cabo de vassoura na vagina”, o 293. Um quadro divide as torturas por coações morais e psicológicas, físicas, violências sexuais, torturas com instrumentos, aparelhos mecânicos, aparelhos elétricos, contra sinais vitais e, por fim, atípicas.

Peguei as seis páginas na minha mochila e resolvi entregar nas mãos do ex-integrante da equipe de Malhões, dizendo:

— Eu tenho um documento. Não sei se o senhor já está familiarizado. É o seguinte: eu encontrei numa pesquisa que fiz. Aqui tem uma tabela [com] tipos de tortura, que são as acusações contra os militares daquele período. O senhor já viu este documento?

— Não, nunca vi este documento, não.

— Se o senhor virar a página, tem a lista de tipos de tortura.

Camarão começou a ficar ainda mais incomodado e resolveu perguntar se eu aceitava um copo de água. Era a terceira vez que ele me oferecia água e me convidava para entrar na sua casa pela cozinha e eu respondia que não. Apesar de conversarmos no início da tarde, o interior da casa era escuro. Da cadeira de plástico onde eu estava sentado não conseguia ver nada dentro dela. Com os documentos em mãos, mas sem olhá-los por muito tempo, apenas um minuto e trinta e sete segundos, porque eu contei no relógio, *Camarão* disse:

— Eu vou dizer um negócio para você: todas as torturas que tem aqui... Eu não vou... Pode olhar nos meus olhos porque eu nunca participei de tortura. Se teve interrogatório, nós não tínhamos acesso. Pode ter aqui nomes e nomes, tem tortura que o cara fala de pau de arara, todo mundo fazia, hoje eu não sei se fazem mais. Mas... Tipos de tortura que estiver escrito aqui, a mim não interessa nem ver porque eu nunca tive... As pessoas do meu escalão não tinham acesso a isso. De maneira alguma, jamais. Então não vou olhar isso, essas torturas escritas aqui, porque eu vou perder tempo. É o oficial que interrogava. Se teve essas torturas, você vai achar no oficial. O interrogador chama-se interrogador. O cara era interrogador. Como é que os caras fazem uma lista de interrogatório dessas, e onde é que interrogavam esses caras com esses negócios

todos? No CIE? Não tinha como interrogar assim... Estamos conversados?

Não estávamos. Era triste compreender, frente a frente com *Camarão*, que, quando não expurgamos violações de direitos humanos, um ex-militar acusado de ter estuprado uma presa política indefesa durante a ditadura pode levantar a suspeita de que ela mentiu. Isso em sua casa de praia, sem nunca ter enfrentado um julgamento. No Brasil ele pode viver a sua aposentadoria e saborear, no fim da vida, a experiência de morar numa cidade litorânea fincada numa das mais belas regiões das Américas.

Argentina e Chile, que viveram regimes militares na mesma época que o Brasil, estimularam na redemocratização a reparação dos danos causados às vítimas pelas violações de tortura, estupro, assassinato e ocultação de cadáver. Cerca de seiscentos militares argentinos já foram processados, condenados e cumprem, ou já cumpriram, pena pelas violações de direitos humanos na ditadura, como informa balanço do jornalista Luiz Cláudio Cunha em reportagem de 2016 intitulada "História na Argentina, vergonha no Brasil". Jorge Rafael Videla, general do país vizinho, morreu na cadeia em 2013, aos oitenta e sete anos, onde cumpria pena de prisão perpétua.

No Chile, cerca de oitenta foram condenados. Civis como Paul Schäfer, que liderou a Colonia Dignidad, um centro semelhante à "Casa da Morte", usaram a manipulação da fé dizendo-se cristãos enquanto crimes como abusos sexuais, tortura e morte de opositores à ditadura aconteciam no subsolo. Como mostrou o filme *Amor e revolução*, Schäfer terminou a vida preso. Detido em 2005 na Argentina e extraditado para o Chile, após um ato diplomático entre os dois países, foi condenado a trinta e três anos de prisão e morreu na cadeia, em 2010. O general chileno Augusto Pinochet perdeu a imunidade e saiu da zona de conforto, apesar de alegar problemas de saúde para escapar das autoridades.

No Brasil, nenhum militar ou civil que atuou em vinte e um anos de arbítrio foi julgado criminalmente. Nem mesmo os que tiveram seu nome incluído na lista das trezentas e setenta e sete pessoas responsabilizadas pela Comissão Nacional da Verdade, em 2014, por

terem praticado crimes de lesa-humanidade durante a ditadura militar. Entre essas pessoas, estão os cinco presidentes militares, além dos três que compunham a Junta Militar de 1969. Antônio Waneir Pinheiro Lima, o *Camarão*, é o décimo primeiro nome dessa lista, feita em ordem alfabética. Em dezembro de 2016, sete meses após essa entrevista, ele finalmente seria denunciado pelo Ministério Público Federal por crimes cometidos contra Inês Etienne Romeu. Contudo, numa inversão completa de valores, a primeira instância da Justiça Federal não aceitou a ação e considerou que “os direitos humanos” do acusado é que foram feridos. Naquele momento em que eu o olhava, *Camarão* queria muito encerrar nossa conversa. Insistia em dizer “Estamos conversados”. Então encerramos.

De volta ao carro, Dudu me recebeu dizendo que eu havia sido profissional, apesar do meu envolvimento emocional com a história. Dudu e Gustavo acharam que o pior momento, o mais nojento, foi quando ele pegou a foto da Inês e disse: “É, ela não estava assim. Tá muito diferente, mas é ela.”

— Cabra frio, dissimulado — disseram.

Não seguimos viagem imediatamente. Sentamos lado a lado, ali perto, na prainha de águas calmas, sem a violência do mar de outras praias da Região dos Lagos. Perguntei a eles: será que estive frente a frente com um dos torturadores de meus pais e ele mentiu? Eu acreditava que sim, mas o Estado brasileiro nunca respondeu à pergunta. Eu sabia que podia ser criticado por não ter pulado em seu pescoço e não tê-lo agredido. Não é o meu papel. Além do mais, num país que decidiu não julgar torturadores, questioná-lo era o que eu podia fazer. Ao menos isso. Era a minha forma de demonstrar solidariedade aos que sofreram. Segurei minha raiva. Tinha feito as perguntas que queria fazer.

Em uma de suas frases mais conhecidas, o boxeador e ativista dos direitos civis Muhammad Ali, um dos maiores atletas do século xx, afirmou: “Não divido o mundo entre os homens modestos e os arrogantes. Divido o mundo entre os homens que mentem e os que dizem a verdade.” Em silêncio, continuei a pensar nessa frase horas após deixar a casa de *Camarão*.

58.

UMA NOITE INTERMINÁVEL

Demorei a digerir aquela viagem a Araruama. Ao contrário de outras vezes, em que começava a escrever sobre o que havia apurado já no voo de volta para casa, ao sabor de músicas no *headphone*, dessa foi mais difícil. O corpo doía enquanto as frases eram construídas no meu computador. A raiva aumentava um pouco mais. Quatro dias depois de relatar a meus pais o encontro com *Camarão*, Míriam me mandou um e-mail com uma carta intitulada *Uma noite*. Comecei a ler, mas não consegui ir até o final. Parei. Não quis continuar. Voltei a ela somente horas depois. Li com o estômago embrulhado. Reproduzo a carta aqui:

Querido Matheus

Tenho pensado no seu encontro com o *Camarão*. Você foi forte, fez mais do que o possível e ele nada confirmou. As evidências afloraram: era compadre de Malhões, era da equipe do coronel, admite ter estado na "Casa da Morte", mas nega insistentemente que esteve no Espírito Santo naquele dezembro de 1972.

Houve uma noite pior do que as outras. Várias vezes eu fui levada para interrogatórios, mas aquela noite eu jamais esqueci. Nem seus detalhes.

Eu estava encolhida na cama de colchão sujo de sangue, sem lençol, sem travesseiro. Já me acostumara. Até com as baratas que, às vezes, andavam pela parede de ladrilho encardido, já me acostumara. Estava presa havia dias. Não me alimentava direito, não dormia à noite pelas interrupções para ser interrogada. Estava exausta, perdendo as forças.

Eu comecei a dormir e acordei logo depois, quando eles abriram os dois lados da enorme porta de madeira maciça. Entraram soldados armados e cachorros. Aqueles monstros ali ao

lado da minha cama, latindo, foi um susto. Eu não entendia direito, eles gritavam alguma coisa sobre ser minha última noite. Pensei que eles queriam me aterrorizar, ou que poderiam mesmo me matar. Não me lembro de quem estava lá. Estavam fardados. Estava escuro na cela, iluminada apenas por luz externa. Seguravam armas apontadas para mim e mantinham os cachorros a uma distância que me assustasse mas não me alcançassem. Disseram que eu ia dar um passeio. O último, frisavam. E riam. Eu me levantei e obedeci à ordem de sair. Foi nesta noite que vi meu corpo refletido na parede do forte. Inesquecível imagem.

A cena refletida me pareceu absurda. Uma menina cercada. Na frente e atrás havia homens armados e cachorros. Quando se é jovem demais, nem sempre se tem noção de ser jovem demais, mas naquele dia entendi isso. Era como se eu tivesse saído do meu corpo e olhasse de fora. Olhei para minha sombra refletida e pensei que poderia ser a última vez. Me despedia de mim. Eles continuavam falando que seria meu último passeio. Andamos um pouco em volta, no quartel, não saberia dizer por onde. Estava meio em transe. Pensava apenas na minha silhueta na parede branca, uma imagem que carreguei para sempre. De vez em quando ainda a vejo.

Depois me levaram para a sala do Duque de Caxias. Eles estavam lá. O *Dr. Pablo*, o meio ruivo de pele vermelha e um outro com traços orientais. Já me encontrara com eles em outros interrogatórios. Eles estavam no dia em que fui colocada na sala maior com a jiboia. Eram sempre eles, os três cavaleiros daquele apocalipse. O quarto era o capitão. Ele não estava, mas aquela sala era a entrada dos seus domínios. Ali começava a parte reservada do s2.

Me mandaram tirar a roupa. Eles me faziam perguntas sem parar. O *Dr. Pablo*, em tom de deboche; o japonês, aos gritos. O meio ruivo, de pele vermelha, se insinuava.

— Você é bonitinha, sabia? Agora vira, quero ver a bundinha.

Ele chegava mais perto, esse meio ruivo. *Pablo* ria. O japonês gritava. Não sei dizer o que perguntavam. Nomes de pessoas, o que eu tinha feito. As perguntas de sempre, mas nem esperavam

respostas. Eu balbuciava algumas respostas, mas achava que elas estavam sem nexos. Foram horas, perguntas em sequência, e eu em pé, nua. Não podia encostar na parede. Na minha frente, o olhar de sempre, do Duque de Caxias.

Os três chegaram perto, me passaram a mão no corpo. Senti meu estômago embrulhar e tive uma ligeira vertigem. Fiquei pensando firme a mesma coisa: "Não posso desmaiar, não posso desmaiar, senão eu fico sozinha com eles, eles farão comigo o que quiserem." Era uma bobagem, mas era como se a minha consciência fosse minha derradeira defesa. Sem ela, estaria entregue. Como se eu pudesse me proteger deles. Estava ali nua, indefesa, numa sala com três homens. Eles riam, perguntavam, gritavam, se insinuavam. Andavam na sala, chegavam perto. Falavam ao mesmo tempo. Eu ficava tonta, mas não podia desmaiar, não podia. *Dr. Pablo* repetiu o que ele me disse no primeiro dia em que me mandou tirar a roupa: "Isso não tem volta, quando começamos não dá para parar." Eu tinha entendido o que ele queria dizer.

Havia um pequeno sofá debaixo da foto do Caxias e outro na lateral. Mas do meu lado não havia nada. Eu estava em pé e nada para sentar. Minhas pernas doíam. Eu tremia. Eles continuavam, não paravam, nunca. Gritos, ameaças, insinuações. Eles iam se alternando. Um falava, depois o outro, depois o terceiro. Um gritava, outro ria, outro ameaçava. De repente, esse meio ruivo se aproximou e começou a passar a mão pelo meu corpo. Disse para eu me virar e continuava passando a mão e falando. Os dois saíram. E ele falava que eu era bonita. Eu tive todo o medo que se pode ter, senti que o suor escorria pelo meu corpo. E tremia.

Ele se afastou, se sentou, me mandou sentar ao lado dele. Fiquei parada. Ele me puxou. Sentei. Ele passou a mão nas minhas pernas e continuou ameaçando. Disse que dormiríamos ali. Nós dois. Foi até com alívio que eu vi os outros dois voltando. Mas o japonês entrou gritando. Eu levantei e voltei rápido para a parede onde eu estava em pé. Ele chegou gritando, bem perto de mim. Bateu minha cabeça na parede. Não era a primeira vez. Eles puxavam o cabelo e empurravam com violência a cabeça contra a

parede. Fiquei mais tonta. A cara dele perto da minha, gritando, me chamando de comunista, me dizendo que tinha que entregar os outros comunistas.

Foi então que eu senti que odiava, que eu era capaz de odiar com todas as minhas forças. Eu odiei a ponto de querer matar. Eu olhei os três e quis ter uma faca. Não bastava uma arma de fogo. Eu queria uma faca. Foram horas intermináveis daquela agonia, o tempo todo o clima de estupro iminente. O tempo todo a intimidação. Queria que aquilo acabasse. Queria ter uma faca.

Não houve o estupro que ameaçavam, não me mataram como encenaram. Mas foi uma noite em que eu fui levada ao limite de querer matar. Felizmente esse sentimento ficou no passado. Estava amanhecendo quando fui levada à minha cela. Tinha sido a noite inteira assim. Me sentia quebrada por dentro. Foram muitas horas de terror. Caí naquele colchão, sem forças, e chorei. Chorei, soluzei e odiei. A sensação que eu tinha é que alguma coisa mudara dentro de mim naquela noite. Eu não era mais a menina que vira na parede branca do forte. Eu envelheci naquela noite.

59.

“MEUS PAIS MILITARAM CONTRA A DITADURA COMUNISTA”

Entre agosto de 2011 e julho de 2012, passei numa seleção para a Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos. Berço da contracultura e do movimento hippie na década de 1960, a pequena cidade abriga estudantes de todo o planeta e vive da prestigiada escola, comandada por ganhadores do Nobel, do Oscar e do Pulitzer. O curso de Jornalismo do qual participei como *visiting scholar* tem um importante centro de investigação liderado pelo jornalista Lowell Bergman, ex-produtor do famoso programa dominical *60 minutos*, da rede de TV CBS. Uma das grandes reportagens de Bergman inspirou em 1999 a realização do filme *O informante*, no qual, interpretado pelo ator Al Pacino, o jornalista desnuda as estratégias nada saudáveis da indústria do tabaco. Ao longo do curso, pude realizar trabalhos de investigação sob a tutela de Bergman, como num caso de corrupção na empresa Siemens.

Em Berkeley, fiz amizade com o jornalista Joose Palonen, finlandês aprovado no mesmo programa. Joose tinha uma vida incrivelmente parecida com a minha. Seus pais eram jornalistas e a escolha de sua profissão, como no meu caso, foi natural. Assim como eu, ele cresceu, digamos assim, em redações de jornal. Joose tem um casal de filhos, uma menina e um menino, como eu, e com a mesma idade dos meus. Até fisicamente nos parecemos: somos magros, ainda que ele seja loiro e eu, moreno. Nossas mulheres ficaram amigas. Mas o incrível mesmo é que, na década de 1970, os pais deles também militaram em uma organização política contrária a uma ditadura. Quando descobrimos isso, ficamos impressionados. A família de Joose é quase um espelho da minha, no outro lado do mundo.

Colada geograficamente na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Finlândia temia, em plena Guerra Fria, o poder crescente da ditadura soviética, um dos mais duros regimes totalitários da História. Enquanto Marcelo e Míriam foram empurrados para o comunista PCDOB durante a ditadura de direita no Brasil, Osmo e Mai, pais de Joose, foram empurrados para o Kokoomus (Coligação Nacional), o principal partido de direita da Finlândia. Como Marcelo e Míriam, começaram a namorar em meio à tensão da época.

O medo da ditadura de esquerda, com seu conseqüente cerceamento dos direitos civis, fez o país nórdico se proteger como podia, lançando mão até mesmo de leis especiais para que o seu então presidente, Urho Kekkonen, pudesse permanecer no poder de 1956 a 1982. O regime "especial", quase uma semiditadura, era então justificado como necessário. Kekkonen fazia o jogo duplo típico dos tempos da Guerra Fria: não chegava a confrontar a URSS, mas mantinha um distanciamento seguro de Moscou, desejo da maioria da população. Dessa forma, evitava um conflito com o poderoso vizinho.

Os Palonen decidiram atuar nas organizações de direita à medida que o temor na Finlândia aumentava. E as organizações como aquela em que se filiaram pregavam o quê? A liberdade. Só que recebiam apoio da Central Intelligence Agency, a mesma CIA que, na América Latina, incentivava a proliferação dos regimes militares. Saber disso foi fundamental para mim. Não que eu desconhecesse a trajetória soviética, mas uma coisa é conhecê-la por meio de livros, outra é saber de suas conseqüências no cotidiano de uma família, que, aos poucos, se tornava muito próxima.

Naquele período de luta de seus pais, Joose era um não nascido, como eu. Ao conversarmos sobre a militância política de nossos pais, víamos um ao outro refletidos na radicalização política dos anos 1970. Joose sempre ponderou que os seus pais sofreram menos que os meus por não terem sido presos e torturados. Mas o regime soviético, um dos que inspiraram meus pais em sua juventude, também perseguiu, torturou e matou dissidentes. Isso está nas páginas da História.

— Ditadura é ditadura, de direita ou de esquerda. O problema é o homem — dizíamos em longos almoços ou à saída da biblioteca, no lindo campus da universidade, quando o assunto voltava à tona.

Cursamos juntos as aulas de Lowell Bergman. A amizade se fortaleceu, trocamos dicas sobre *long-form* (textos longos) e aprendemos um pouco sobre *self-journalism* (autojornalismo), conceito que uso neste livro. O passado de nossos pais ia e voltava em conversas à medida que a amizade crescia. Quando viajamos ao Yosemite Park, Parque Nacional da Califórnia, com mulheres e filhos, planejamos até escrever algo juntos sobre a história de nossos pais. Após aquele ano especial nos despedimos assim no aeroporto:

— *My brother from another mother.*

Um dos nossos professores, Alan Mutter, se alegrou com a nossa amizade e as histórias espelhadas. Ele anteviu que ficaríamos amigos e me disse isso em uma conversa no Skype antes mesmo de eu sair do Brasil. No último dia de aula, quando eu caminhava para fora da escola de Berkeley, Mutter me pediu, com os olhos marejados, que desse o seguinte recado a meus pais:

— Heróis foram os que lutaram pela liberdade.

Ainda que tivessem usado a trincheira de um partido que pregava “a ditadura do proletariado”, meus pais e tantos outros jovens brasileiros tinham em mente a liberdade e a democracia, assim como os pais do meu camarada finlandês. Minha amizade com Joose permanece até hoje, apesar da distância. Quando tentava, através da Lei de Acesso à Informação, entrar no 38º Batalhão de Infantaria, onde funcionou o temido s2 do quartel comandado pelo capitão Guilherme, mostrei a ele o pedido que eu havia encaminhado ao Exército:

Através deste pedido, solicito a entrada no 38º Batalhão de Infantaria, em Vila Velha, Espírito Santo, incluindo o interior de suas mais de catorze construções, local onde meus pais, os também jornalistas Marcelo Netto e Míriam Leitão, foram presos em 1972, durante o regime militar.

O pedido fora negado com a seguinte justificativa: "O seu pleito não constitui pedido de informação, como define a lei." Recorri. Negado. Já tinha tentado pedir a entrada no quartel pelas vias burocráticas, antes do pedido fundamentado na lei, e nada. E essas negativas aconteciam em pleno governo Dilma Rousseff, uma expressão política torturada pelo regime.

Era cansativo e frustrante. Eu me sentia batendo contra uma parede. Havia tecido o texto do pedido junto com o documentarista Gustavo Mello, companheiro de viagem na visita a Eduard e a Camarão. Fora dele a ideia de argumentar que o conceito de informação englobava elementos das instalações do 38º Batalhão de Infantaria, tais como fachadas, desenho arquitetônico, espaço cultural, gabinetes, quadros, símbolos e eventuais documentos dispostos em paredes. O Exército deu aquela estranha resposta de que "esses elementos" não ajudariam a reconstruir a memória dos meus pais no período e manteve a decisão de que meu pedido estava fora do escopo da lei. Uma indignação crescia dentro de mim. Qual o sentido da negação das Forças Armadas? O Exército era tão autoritário que queria decidir como funciona a memória das pessoas. Para mim, a resposta surgia como desfaçatez sobre os atos do regime e como crueldade com um filho que buscava apenas resgatar uma história.

No dia 31 de março de 2016, cinquenta e dois anos após o golpe, fiz questão de enviar perguntas às Forças Armadas, questionando, por exemplo, se ainda hoje os militares chamam de "revolução" o golpe de 1964. O Exército não quis responder e manteve silêncio. A Aeronáutica telefonou para dizer que a Força permaneceria em silêncio, mas que, diante da insistência, admitia que constasse que ela "não quis se pronunciar". A Marinha mandou uma nota lacônica:

Em atenção à sua solicitação, a Marinha do Brasil informa que age em absoluta conformidade com a Constituição, e continuará envidando esforços para cumprir suas atribuições, não cabendo a esta Instituição apresentar juízo de valor em relação a assuntos de natureza política.

Eu queria um diálogo. Mas não era possível nem no nível institucional nem no pessoal. Afinal, o capitão Guilherme, aquele militar que representou a violência das Forças Armadas para os meus pais e seus companheiros, havia morrido. Foi quando decidi buscar, de forma mais determinada, uma conversa com os filhos do capitão. Eu não havia procurado os filhos do coronel Paulo Malhões, o *Dr. Pablo*, porque ele próprio admitira diante da Comissão Nacional da Verdade as barbaridades que praticara. Mas, em relação ao capitão Guilherme, não via saída. Quem sabe poderíamos ter algum diálogo sobre os dois lados da Guerra Fria brasileira?

ABAIXO
MILITARES
INIMIGOS
DO POVO

60.

EM BUSCA DO DIÁLOGO

Consegui com uma fonte um relatório sobre o capitão Guilherme no qual constavam os números dos telefones de seus filhos e confirmei-os pelo mesmo programa que usei para encontrar o número de Foedes dos Santos. Liguei para Monica, a filha mais velha. Tocou quatro vezes antes que ela atendesse. Após me identificar, ela não pareceu surpresa, mas desconfiada. Expliquei algumas coisas e disse:

— Seria muito interessante conversar com vocês ao vivo, com seus irmãos, com todos. O pai de vocês aparece não só no processo, mas em alguns momentos na história [dos] meus pais. O caminho deles acabou se cruzando e eu, na verdade, estou querendo que os nossos caminhos se cruzem para que a gente possa conversar sobre o período.

— Naquela época, eu tinha cinco, seis anos de idade. Não lembro de muita coisa — disse ela, de forma enfática. — O meu pai, como militar, você deve saber que não ia comentar em casa o que acontecia no quartel. Quer dizer, eu não entenderia nada. Então, eu não sei de que maneira posso te ajudar. O que posso te contar daquela época, a não ser que eu era criança, que morava em Vitória? Eu não sei. Tem alguma coisa que eu possa te responder?

— Pode parecer pouco pra você isso, mas, pra mim, é muito interessante. Porque, da minha perspectiva, é justamente eu estar falando com os militares que atuaram ali ou com os seus familiares. E qualquer informação, pra mim, é muito relevante, do tipo: “Meu pai não falava muito.” Tudo isso faz parte deste trabalho de buscar o passado.

— Fiquei aqui pensando algumas coisas, mas, cara, meu pai era superfechado, “milico” — respondeu ela, sublinhando o termo. — E

aí, depois, ele se separou da minha mãe. Nós ficamos com a minha mãe.

— Mas vocês tinham contato com ele? Como era?

— Sim, mas contato muito pouco, né? Sabe como é casal separado...

— Meus pais se separaram quando eu tinha cinco anos, então eu sei bem — acrescentei.

— É, quando eles se separaram eu tinha um pouco mais. Mas era briga o tempo inteiro. Lá em casa não rolava esse tipo de assunto. A gente teve muito pouco contato porque eu era muito pequena. O que eu lembro? Eu estudava num colégio perto, era na mesma rua, morava na Vila Militar [em Vila Velha], e só. Eu tenho uma pergunta para fazer pra você, porque eu fiquei muito curiosa. Como é que você conseguiu o meu telefone?

— Ah, eu sou jornalista e hoje em dia tem várias ferramentas pra encontrar. Fui atrás do seu pai e aí consegui o nome dele. Mas descobri que ele tinha falecido. Lamento.

— É, infelizmente, foi muito cedo. Mas, enfim, a gente não pode fazer muita coisa. Matheus, se você quiser, de repente outro dia me ligar e tal, mas, por enquanto... Eu posso até tentar puxar da minha memória.

— Mas a minha pergunta pra você é se daria pra gente sentar e conversar ao vivo. Mesmo que seja para falar essas coisas.

— Eu não estou preparada pra isso. Acho que não estou preparada para isso porque é uma história que não considero minha, sei que é sua. Li algumas coisas da sua mãe também, fiquei muito sensibilizada. Não estou falando que é problema seu, de maneira nenhuma, porque para você deve ser muito difícil, para ela mais ainda. E ela tirou forças não sei de onde, do fundo da alma dela, para se tornar a pessoa que é, importante, famosa, inteligente, o que ela já devia ser na época. Você tem que ter muito orgulho de ser filho dela, com certeza. Mas, assim, eu não consigo te dizer muita coisa, porque, eu te falei, se eu tivesse mais idade...

— Eu sei, mas te incomodaria me encontrar pra falar justamente isso que você está falando aqui pelo telefone?

— Me incomodaria, sim, me incomodaria.

— Entendi.

— Porque eu não vou poder te ajudar. Se eu achasse que poderia te ajudar, eu seria a primeira pessoa a falar “olha, eu posso te ajudar” e a puxar pela memória e tal, mas... Se fosse numa outra época, mais pra frente, eu poderia até ter alguma coisa que eu tivesse lá guardada dentro da minha memória. Mas com seis anos... Com sete anos, os psicólogos falam que a gente esquece a maioria das coisas. [...] Eu lembro que ele chegava tarde, mas só. Trabalhava muito, a gente quase não tinha contato, mas [isso] não acrescenta muito. Detalhe da coisa eu não tenho pra te dar. Gostaria muito de te ajudar mais, mas infelizmente não tenho dados.

— Eu estou gostando de saber que você [quer] ajudar os outros, e a gente tem isso em comum. O que é o meu pedido? Que você pensasse agora, em alguns dias, sobre a possibilidade desse encontro. Quando a gente busca um passado que faz tanto tempo, todo detalhe é válido. Pra mim seria muito interessante. Eu vou sempre te respeitar, você tem todo o direito de falar o que quiser. Se você puder pensar alguns dias sobre a possibilidade desse encontro, pra você falar isso, porque o que você está me dizendo, e que você acha pouco, pra mim é muito, na minha perspectiva, entende?

— De repente, juntar alguma peça no quebra-cabeça, por exemplo... — ela acrescentou.

— Exatamente. E eu também, nesse encontro, posso responder a todas as perguntas que você quiser. Eu não sei se você tem perguntas, ou se não tem.

— Sinceramente, eu não quero te ofender, eu estou escolhendo as palavras. Sinceramente, eu não tenho... A curiosidade que eu tinha era essa que eu perguntei: como você conseguiu chegar a mim? Porque nem em São Paulo eu moro. Eu não posso te prometer que vou aceitar o encontro porque vai além das minhas forças, tá bom? Mas, assim, de bate-pronto, a minha resposta, infelizmente, é não. Eu não me sentiria à vontade. Eu desejo boa sorte pra você, admiro sua mãe, admiro a força dela. Uma mulher excelente, uma heroína.

— Muito obrigado pelas palavras, fico muito feliz.

— E tem levado isso adiante. Muita gente podia ter se calado, só ter ficado traumatizada, e ela teve forças pra continuar a luta.

— É verdade. Eu te agradeço muito. Seria muito bacana se a gente conversasse, ainda mais você com essa visão. Eu também tenho muito orgulho dos meus pais, dela e do Marcelo.

Logo após a ligação para Monica, liguei para seu irmão Leonardo, que também não demonstrou surpresa mas foi mais simpático e receptivo, digamos assim. O filho mais novo do capitão Guilherme me disse que tinha pesquisado sobre a atuação dos meus pais durante o regime. Muitas informações já estavam na internet, inclusive a reportagem que fiz sobre a minha busca ao delator Foedes dos Santos. Imaginei que isso pudesse acontecer, mas eu não podia montar uma arapuca para aquele encontro, nem dar por telefone a notícia de que seu pai sofreu acusações de envolvimento com tortura. Disse a Leonardo:

— Eu tenho as informações de que em dezembro de 72, pelo menos, ele [o capitão Guilherme] estava por lá, entendeu?, junto com outros militares. Eu já conversei com alguns militares e com alguns familiares de militares já falecidos, como é o caso do seu pai.

— Eu acabei lendo as reportagens dela [da Míriam] sobre isso — disse Leonardo. — Me informei um pouquinho do assunto, porque como eu fui pego de surpresa, falei “não, deixa eu dar uma pesquisada pra ver o que é isso”.

— Eu imaginei que vocês fossem fazer isso — respondi. — Até porque uma ligação assim, uns quarenta anos depois, deve soar meio estranha.

— Pois é, aí eu vi a entrevista [da Míriam] e de outras pessoas também [com as quais] aconteceu coisa semelhante.

— Eu estou te ligando para ver se é possível a gente se encontrar ao vivo. Eu posso tirar as dúvidas também que você tiver do projeto. E a gente marcaria numa data que fosse interessante para você e para mim, sem pressa. Pode soar meio estranho para vocês essa busca agora, tanto tempo depois, mas eu acho, e tenho percebido ao longo do projeto, que têm sido muito interessantes essas conversas. Porque as pessoas têm pontuado algumas coisas.

— Talvez até por uma questão de segurança, não sei por quê, a gente não ficava sabendo de nada e às vezes perguntava e ele não falava. Então, a vida que tive, meu pai sendo militar, foi como se eu tivesse um pai engenheiro ou qualquer [outra] coisa. Eu não sei... Eu tenho disponibilidade de conversar contigo, não tem problema nenhum, não tenho nada a esconder, mas a minha dúvida é só se eu vou conseguir contribuir.

— Esse trabalho é um trabalho a longo prazo, eu já estou nele há alguns anos.

— Sim, sim. Tem responsabilidade num trabalho desses aí, né? De repente um nome errado desses aí é uma coisa meio pesada. É, mas independente de qualquer coisa, os relatos da dona Míriam são bem pesados. Eu sempre fui fã dela na parte econômica e financeira, e isso aí foi uma surpresa gigantesca pra mim. Tanto eu quanto os meus irmãos, a gente abomina todo esse tipo de coisa que possa ter ocorrido, e achar que o nome do nosso pai pode estar associado a isso aí é pior ainda pra gente. Ruim pra você, que sofreu isso na família, e ruim pra gente também, né? É uma coisa que a gente não gosta.

— É, mas aí tem que tirar algumas dúvidas e a perspectiva dos filhos é bem diferente. Eu sou a perspectiva da geração seguinte. Eu acho que esse é o legal e interessante deste trabalho, ouvir pessoas como você.

O caçula do capitão prosseguiu:

— Esclarecer pra virar a página, né?

— Quem sabe ouvir pessoas que têm um distanciamento daquele momento.

— Eu vou conversar com meus irmãos pra ver que ideia a gente tem disso aí também. Eu acho interessante todo trabalho que é de resgate, seja de coisas boas ou de coisas ruins. É importante, né?

— Com certeza. Enfim, conversa com eles.

Guilherme, o filho do meio do capitão, foi o último para quem liguei. Ele me disse:

— Meu irmão [Leonardo] nasceu ali em Vitória, [em] 74. Então eu lembro de alguma coisa daquela época, da vila onde a gente morava. Depois de lá moramos em várias cidades, porque os

militares mudam bastante. [...] Brasília foi uma cidade em que a gente morou também. Morei em Brasília, morei em Garanhuns, morei em Vitória.

— Você morou em Garanhuns? — perguntei, surpreso, já que Garanhuns fica bem distante, em Pernambuco, e meu avô Uriel, o pai de Míriam, nasceu em Recife, mas morou e estudou em Garanhuns.

— Morei em Garanhuns — respondeu Guilherme —, na cidade do Lula. Meu pai serviu lá também.

— E em Brasília, você lembra mais ou menos quando morou?

— Eu acho que morei em 81. Acho que morei em Brasília três vezes. Mas em 81 eu tenho certeza, porque estudei no Colégio Militar. Eu fiz a sétima e a oitava [séries] e o primeiro [ano] no Colégio Militar de Brasília, então disso eu lembro bem. Das outras vezes que morei lá não me lembro exatamente nem do ano direito.

Nossas famílias moraram em Brasília no mesmo período. Enquanto eu tinha quatro anos, Guilherme tinha catorze. Era quase dez anos mais velho que eu. Será que topamos algum dia na rua?, me perguntei.

— Mas a gente pode conversar, eu sei que a minha irmã já falou que não queria muito. Mas eu acho que a gente pode combinar, se eles também toparem bater um papo não tem muito problema. [...] Pra mim, é tranquilo, não trabalho na área, mas minha esposa é jornalista também. Então não tenho muito problema. Trabalho na área de recursos humanos, então conversar sobre qualquer assunto, pra mim, é tranquilo.

Após essa ligação, voltamos a nos falar umas cinco semanas depois. Guilherme e eu conversamos um pouco sobre a política brasileira atual, um pouco sobre o trabalho que eu exercia e o que ele exercia na sociedade. Algo, contudo, tinha mudado. A disponibilidade para a conversa não era mais a mesma. Ele disse que a decisão da família — de seus irmãos — tinha sido de não se encontrar comigo. Uma decisão conjunta. Antes que desligássemos, ele acrescentou que se eu colocasse as perguntas no papel talvez eles pudessem mudar de opinião.

Foi quando tive a ideia de escrever uma carta, inspirado no documentário de 2009 *Pecados de mi padre*, de Nicolas Entel, que conta a história da busca empreendida também por um filho, no caso, o do narcotraficante colombiano Pablo Escobar. A viagem ao passado feita por Juan Pablo, esse é o seu nome, incluiu ir atrás dos filhos dos políticos assassinados por ordem de seu pai. Por sugestão do jornalista Dante Accioly, assisti ao documentário no final da produção deste livro. Eu pensava como Juan Pablo em alguns aspectos, especialmente no que se refere à tentativa de buscar o diálogo e, quem sabe, a pacificação. Segui a mesma linha de raciocínio, usei algumas palavras e frases usadas por ele no filme, pois tinha visão semelhante sobre o que é elaborar o passado, e a carta foi enviada para os e-mails dos filhos do capitão assim:

Prezados Monica, Guilherme e Leonardo,

Ao escrever esta carta, duas perguntas vieram à minha mente: como escrever para três pessoas que não conheço sobre tema tão delicado? Como tratar de um amado pai, já falecido, sem trazer mágoas à tona?

Por outro lado, também vivi um dilema pessoal. Como ouvir as pessoas que você ama carregando dor legítima sem buscar descobrir o que realmente ocorreu?

Jovem, percebi meu pai em dias de silêncio permanente. Na minha visão, ele permanecia assim por uma dor que não tinha força para enfrentar.

Da mesma forma, passei a perceber algo diferente relacionado à minha mãe. No caso dela, no entanto, não era o silêncio. Estava escondido no olhar. Desavisado, ele a traía.

O silêncio e o olhar eram necessários diante de um passado que, a meu ver, eles não escolheriam revisitar. Na verdade, a decisão de enfrentá-lo foi minha.

Neste caminho, ao passo que juntava peças de um grande quebra-cabeça, me deparei com o nome Pedro Guilherme Ramos. Na minha família, ele era conhecido, até então, como capitão Guilherme.

Descobri o nome dele nos arquivos públicos. E também que meus pais e outros militantes do PCDOB, que somam cerca de trinta pessoas, foram investigados pelo regime militar no Espírito Santo, sob suspeita de ferir a Lei de Segurança Nacional. A maioria foi presa ou se entregou às forças da ditadura.

Levados ao 38º Batalhão de Infantaria, em Vitória, denunciaram, meses mais tarde, terem sofrido torturas. Alguns registraram a violência oficialmente, inclusive em arquivos do Superior Tribunal Militar. “Que o capitão Guilherme assistiu às torturas a que foi submetido o interrogado”, disse, por exemplo, Sebastião Lima Nascimento, um desses militantes.

Sobre o pai de vocês, minha mãe diz que nunca o viu participando das sessões de tortura, mas que ele tinha consciência de tudo o que acontecia no quartel, dia e noite, noite e dia. Meu pai diz que Pedro Guilherme esteve em uma das suas tristes sessões, numa dura ameaça psicológica.

Por uma questão de lógica, eu poderia ser o vingador das sevícias que meus pais denunciaram, mas esse sentimento só alimentaria o ódio. Diariamente, desperto em busca da paz porque aprendi que a vingança não deve ser nunca a motivação no nosso caminhar.

Não consigo conceber a ideia de que viemos a este mundo para causar danos. Acredito que há razões mais nobres para se viver, como a busca da verdade, da justiça e até, por que não?, da reconciliação.

O livro *Invencível*, de Laura Hillenbrand, conta a história do veterano de guerra americano Louis Zamperini. Na Segunda Guerra Mundial, Louis passou quarenta e sete dias à deriva em uma balsa inflável após o seu avião de batalha cair no oceano Pacífico. Foi capturado por soldados japoneses ao chegar às Ilhas Marshall.

Passou mais de dois anos em um campo de concentração, onde foi torturado. Após a guerra, voltou para casa sofrendo de estresse pós-traumático. Contudo, passou o resto da vida

pregando o perdão aos seus inimigos, marcando encontros, e viveu em paz até os noventa e sete anos.

Motivado pelo perdão, iniciativa tão nobre, tudo é possível. O Estado brasileiro escolheu não revisitar esse passado. A partir de encontros pessoais, talvez encontremos um recomeço mais maduro.

Entendo que nem eu nem vocês — Monica, Guilherme e Leonardo — temos culpa. E aqui está o cerne da questão. Jamais os procuraria, não fosse o fato de que, na ausência do pai de vocês, é meu dever procurar seus descendentes. Há um livro e um documentário em andamento sobre o tema e as histórias serão contadas, incluindo diversas informações sobre o pai de vocês. Se vocês não falarem, ele não terá voz.

Nesta jornada, proponho um questionamento ao país: podemos reconciliar a nação iniciando o debate por pessoas que não estiveram, de fato, nos dois lados daquele tempo tão radical? Em tempos extremos, o muro e as armas se transformam em alternativas viáveis, e o diálogo, que deveria ser o caminho lógico, é jogado ao largo, como se divergências políticas não pudessem existir.

É curioso perceber que, mesmo entre os ex-militantes comunistas, existem diferenças de opiniões. Percebe-se isso também entre os militares. Meu pai, o mesmo Marcelo que relata as sessões com a presença do pai de vocês, diz, no seu livro *Memórias de uma guerra suja*, que foi bom para o país que os militares tenham vencido. “O Brasil hoje é melhor do que seria se nós, o outro lado, os tivéssemos derrotado”, escreveu meu pai em Apresentação que prossegue por cinco páginas.

Tenho a consciência de que a tarefa a que me propus neste projeto não é fácil, mas mais difícil, tenho certeza, foi viver em 1972, quando os meus pais e o de vocês se cruzaram. Daí, pergunto: qual a vantagem que uma geração posterior à de nossos pais tem, em 2016, trinta e um anos após o fim do regime?

Convido-os a se libertarem de tudo o que os impede de exteriorizar sentimentos sobre alguém que amaram e esteve no

exato lado oposto ao dos meus. Convido-os a falar, a serem escutados, mas também a escutar. Aguardarei cada um de vocês, ou mesmo um que se dispuser a ir ao Jardim Botânico da cidade de São Paulo, no dia 26 de junho, às dez horas da manhã, em um ambiente de paz.

Estarei lá nesse dia, sentado em um banco no Jardim de Lineu, independentemente do que acontecer. Inclusive se receber um “não” como resposta a esta carta. Meu convite é que juntos possamos comungar uma nova perspectiva para o nosso país.

Se continuarmos a ignorar a existência desse passado, não haverá futuro verdadeiramente pacífico para nós — ou para o país — quando o tema for a Guerra Fria brasileira que gerou dores tão profundas.

Respeitosamente,
Matheus Leitão Netto

Não contei na carta, mas o dia 26 de junho é o Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura.

Mesmo mais velhos que eu, se os três filhos fossem, seria o encontro de uma nova geração, pós-Guerra Fria, com o olhar distanciado daquele dezembro de 1972, quase quarenta e quatro anos depois. Naquele sombrio momento de nossa História, Guilherme, pai deles, comandara a roleta-russa contra *Mateus*, meu pai. Se um deles fosse ao encontro, seria muito especial. Os sucessores poderiam iniciar o diálogo sobre o futuro. Nesse caso, quem sabe, tendo mais uma vez Guilherme e Matheus, frente a frente.

61.

“MATHEUS? EU SOU GUILHERME”

Enquanto caminhava para o encontro no Jardim Botânico de São Paulo, eu pensava que na mesma semana Vladimir, o meu irmão mais velho que poderia não ter nascido, tinha lançado em Curitiba o livro *Lava Jato*, com bastidores da maior força-tarefa já criada no país contra a corrupção. O evento fora um sucesso.

Minha mãe continuava a ser celebrada, em 2016, como a jornalista mais premiada da História do Brasil. Meu pai não pudera ser médico, mas tinha uma carreira igualmente vitoriosa na área de comunicação, tendo ocupado importantes postos de chefia.

Os três me lembraram mais uma vez que, em meio a muitas lutas, dera tudo certo. Não era hora de vingança. Eu sentia a paz do bom combate. E isso me ajudava a andar mais leve naquela fria manhã de domingo, apesar de não me tirar o desejo por respostas numa conversa sem acusações.

Naquele dia, eu tinha acordado de um sonho que, embora assustador, não me trouxe temor algum. Era estranho. Eu via um tambor de revólver 38 à minha frente mas não sentia medo. Estava tudo escuro, tão escuro que não via o cano, a coronha ou a mão que o segurava. Era só o grande tambor de uma arma. Ele começou a rodar lentamente para a direita e aí vi que a ponta de uma bala brilhava dentro de uma câmara.

Foi quando abri os olhos e percebi as horas: cinco e vinte e sete. Refleti por uns minutos e soube que era o meu segundo sonho sobre as torturas que os meus pais tinham sofrido no 38º Batalhão sob a custódia do Exército brasileiro.

Não dormi mais e fui tomar um longo banho. Assim como vira a cobra colocada perto de minha mãe pouco antes de ter acesso aos documentos do Superior Tribunal Militar, vi — antes do encontro — o

tambor que o meu pai enfrentara na roleta-russa comandada pelo capitão Guilherme.

Eram nove horas em ponto quando Dudu e eu chegamos à porta do parque. Uma hora antes seria suficiente, pensei. Não podia chegar atrasado. Tinha preparado quatro perguntas para os filhos do capitão, todas escritas em um bloquinho amarelo. Primeiramente, pretendia reiterar os termos da carta que enviara a eles e investir na possibilidade de um recomeço.

Ao entrarmos, seguimos pelas ruas estreitas do belo Jardim Botânico. Grandes palmeiras e outras espécies de árvores compunham o cenário com pistas — naquele momento não tão cheias de esportistas em suas corridas ao ar livre, esporte que aprendi a amar.

Estacionamos e fomos a pé até o local do encontro. Eduardo me emprestara seu fone de ouvido. Minha mochila continha documentos, como as fichas de qualificação de meus pais e de seus companheiros e o Boletim Reservado nº 21/72, assinado por Pedro Guilherme Ramos em dezembro de 1972. Meu coração palpitava.

Afastei-me de Eduardo. Caetano Veloso me acompanhava com a música “Alegria, alegria”, a trilha sonora, enquanto eu descia uma pista em curva, à direita, que me levava ao belíssimo Jardim de Lineu. A vista era deslumbrante. Andei devagar enquanto ouvia:

[...]

Por entre fotos e nomes
Os olhos cheios de cores
O peito cheio de amores vãos
Eu vou
Por que não, por que não...

[...]

Por entre fotos e nomes
Sem livros e sem fuzil
Sem fome, sem telefone

No coração do Brasil...

[...]

Sem lenço, sem documento
Nada no bolso ou nas mãos
Eu quero seguir vivendo, amor
Eu vou
Por que não, por que não?

Eu vou. Por que não? Tanto tempo depois eu sonhava com um recomeço para duas famílias brasileiras que se enfrentaram impulsionadas por uma Guerra Fria mundial. Duas famílias diferentes.

Dei umas voltas no lugar. Um pequeno espelho d'água no centro, com o seu fundo tomado por lodo, deixava a cena bucólica e compunha perfeitamente — com as altas árvores cercando o grande jardim cravado em um plano mais baixo — a imagem de paz.

Uma garça prestava atenção aos movimentos dos visitantes do parque, que passeavam por caminhos de cimento. Eram poucos àquela hora. Eles circundavam os caminhos construídos pelos homens entre pequenos quadrados de gramados, onde famílias começavam a estender suas toalhas de piquenique. Filhos, pais e avós se abraçavam.

Sento finalmente em um banco de madeira, como prometi na carta. Coloco a mochila ao lado e vejo a hora. Nove e cinquenta. Tento me concentrar e imaginar como poderia ser aquele reinício. Qual a visão deles para aquele período? Como receberiam a minha visão? Na democracia, podemos discordar.

Pego o bloquinho e olho as minhas anotações, entre elas as perguntas que farei. Será que Guilherme, o capitão, contou aos filhos o que aconteceu no quartel? Se sim, demonstrou algum arrependimento? Essas questões não estão na minha lista. Terei coragem de perguntar isso?

Dez horas e dois minutos. Começo a olhar para o lado esquerdo e para o lado direito. Chegarão por que lado? Qual a visão dos filhos

do capitão sobre o passado? Esquerda ou direita hoje? É possível sentarmos para essa conversa?

O tempo, o mesmo que não passou durante toda a semana que antecedeu o encontro, começa a andar mais rápido. Parece um cronômetro em que os segundos e os minutos progressivamente aceleram. Olho para um lado e para outro, me ajeito no banco.

A uns cinquenta metros de mim, Eduardo está sentado em um banco idêntico ao meu. Ele olha constantemente o celular. Às dez e doze manda uma mensagem pelo WhatsApp: "KD GUI."

Risos. Em seguida, tenho medo de os filhos do capitão estarem vendo e pensarem que debocho de algo. Tiro o sorriso do rosto. Dudu, meu companheiro de toda aquela procura, tem esse dom. Foi o perfeito parceiro de busca. Tirou o peso dos momentos difíceis. Respondo: "Seu figura... Fosse pra vir eles tinham chegado na hora, acho." Ele escreve: "Filho de militar, né? Mas sei lá. Vamos esperar. Aqui não é fácil de achar." E eu encerro: "Tem isso também."

No dia anterior, tinha visto outra coincidência em nossa jornada. Embarcamos em um voo para São Paulo no início da noite. Saindo do aeroporto, no carro, Dudu recebeu uma mensagem de um amigo, Lucas de Sordi. Quando contou o motivo da nossa viagem, sem revelar os nomes dos envolvidos, o amigo falou sobre sua dissertação feita anos antes no curso de Arquitetura. Plasticamente, tinha tudo a ver com a minha procura, pois trata da relação entre memória e perdão na ditadura. Intitulado *Espaço da contestação*, o trabalho propõe a construção de um museu no Brasil.

Disse o amigo de Dudu: "Se você vir as imagens do projeto... Simbolicamente, tem um banco pra duas pessoas, que, obviamente, não é nada para o tamanho de um museu. Na verdade, o banco simboliza o diálogo, duas pessoas se aceitando. Aceitando as diferenças." Ele se inspirara num conhecido texto do pensador francês Jacques Derrida sobre perdoar o imperdoável. Perdoar não é esquecer, é ter a vívida memória do mal cometido. Concordei. A ideia da dissertação casava perfeitamente com a parte inicial de um texto que eu tinha lido durante o voo, este do pensador alemão Theodor Adorno. Ele falava do nazismo, mas parecia se referir à ditadura no Brasil:

A pergunta “O que significa elaborar o passado?” requer esclarecimentos. Ela foi formulada a partir de um chavão que ultimamente se tornou bastante suspeito. Nesta formulação, a elaboração do passado não significa elaborá-lo a sério, rompendo seu encanto por meio de uma consciência clara. O que se pretende, ao contrário, é encerrar a questão do passado, se possível inclusive riscando-o da memória.

Dez horas e vinte e cinco minutos. Enquanto tento reconhecer alguém, um gesto, olhando de um lado para outro, Elis Regina canta no fone:

[...]

Que sonha com a volta
Do irmão do Henfil.
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora!

A nossa pátria
Mãe gentil
Choram Marias
E Clarices
No solo do Brasil...

Mas sei que uma dor
Assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança...

Penso nas famílias que sofreram bem mais e cujos entes queridos a repressão levou embora para sempre. Para nunca mais voltar. Os sem túmulo, sem lápide, sequestrados e ainda hoje desaparecidos. Volto a pensar no meu encontro com o passado, onde nossas dores eram menores que as das Marias e Clarices. Apesar de vivas, não eram, de fato, as piores do regime. Poderíamos começar algo novo?

Eu elaborava na cabeça o encontro de duas formas. Na primeira delas, os filhos do capitão defendiam o regime e eu respondia que, mesmo uma geração depois, tínhamos opiniões diferentes. Na segunda, até concordávamos em determinados pontos, chegando a um meio-termo. Não queria briga. Tentava o contrário, por mais difícil que fosse.

O mais importante para mim eram o banco e o diálogo. Nos dois casos, acontecia o que eu mais desejava, independentemente da opinião de cada um dos lados. A resposta talvez fosse este banco. Este início.

Olho o relógio. Dez horas e quarenta minutos. Já? Mando uma mensagem para Flávia, minha esposa: "Eles não vieram até agora..." De imediato, ela responde: "Eles vão chegar." Ela demonstra fé inabalável, como na ida à casa de Foedes, meu primeiro passo na jornada. Juntos, Flávia e eu tínhamos pedido sabedoria a Deus nos últimos dias. Amigos tinham feito o mesmo.

Elis Regina ainda ecoa nos meus ouvidos:

[...]

Por isso cuidado, meu bem,
Há perigo na esquina
Eles venceram e o sinal
Está fechado pra nós
Que somos jovens

[...]

Minha dor é perceber
Que apesar de termos feito tudo o que fizemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como os nossos pais

Nossos ídolos ainda são os mesmos
E as aparências não enganam, não

[...]

Mas e se eles não vierem? Tinha tentado me desarmar do preconceito. Tinha feito o possível para ouvir o que eles poderiam dizer em favor do capitão Guilherme. Eles não eram responsáveis pelo que o pai fizera, mas poderiam dar uma visão do que ele defendeu em casa. Estava aberto a ouvir. Poderíamos sentar e conversar? Conseguiria entender finalmente os dois lados? Ao mesmo tempo... Eu me compadecia e não achava fácil a situação de cada um dos três. Era um encontro difícil. Sentia meus olhos cheios de lágrimas. Era como nas cartas do meu pai no cárcere aos seus amigos que também foram presos.

Escrevo sozinho no meu bloquinho: "...E tive uma pena grande e chorei pela nossa geração."

Será que, como o Exército, eles iam preferir o silêncio? Eu continuo achando que falar sobre o passado é a melhor forma de evitar que ele se repita. Olhar o passado para reformular o futuro. É confuso.

Dez horas e cinquenta e cinco minutos. Eu. O banco. Sozinho. Sem diálogo. A alegoria perfeita da divisão do país. Coloco a mão no rosto. Busco esperança, mas pareço um personagem.

A uns dez passos de mim, um homem de cabelos e barba brancos fotografa a garça, que não voou, e o espelho d'água. Ele vira a sua lente na minha direção. Dois cliques. Penso em escrever para Dudu. Queria que ele perguntasse o porquê daquelas fotos. Desisto. Concentro-me no encontro, apenas. A foto não é importante.

O Jardim de Lineu está cada vez mais cheio. Olho para um lado e para outro. Ainda estou sentado sozinho. Mudo de posição. Procuo algum sinal. Grávidas, acompanhadas de namorados ou maridos, passam vestidas com toda sorte de apetrechos. Descubro que se trata de um cenário recorrente para elas construírem seus *books*. Todos sorriem, congelando um presente perfeito. Guardar o momento e mostrar aos filhos anos e anos mais tarde, no futuro, aquilo que viveram no passado.

Onze horas e trinta e três minutos. Mando uma mensagem para minha mãe:

— Tá cheio de grávida aqui.

— Que lindo. O futuro.

Viro o pescoço de um lado para outro. De novo, de um lado para outro. É o gesto que mais repito no banco. Estou à espera de um novo tempo.

Não penso no passado... Em Míriam desnudada e grávida, com a jiboia à espreita, no escuro, sem saber onde estava.

Não penso em Magdalena grávida, ingênua após a sua primeira relação sexual, e aquele temor dos pastores-alemães, rosnando.

Em Guilherme Lara Leite, com o saco plástico na cabeça sofrendo sufocamento comandado, segundo ele, pelo próprio capitão.

Em Sebastião Lima Nascimento, que teve a frase registrada no arquivo: “Que o capitão Guilherme assistiu às torturas a que foi submetido o interrogado.”

Todos — até Foedes — descreveram de forma dura e cruel o pai dos três filhos, o capitão, e tento não confundir as coisas. Não penso em Jorge Luiz, em Gustavo do Vale, em Vitor Buaiz, em Beth Madeira, em nenhum dos nomes que encontrei nos arquivos de Vitória.

Não penso em Marcelo açoitado por dias. Não penso na arma em sua cabeça e os gritos da voz, que ele reconheceu, ao sargento: “Atira!”

Nos últimos três dias, meu pai me ligou várias vezes, com bem mais frequência do que normalmente. Até que resolvi perguntar:

— Pai, você está preocupado?

— Estou, meu filho — disse ele.

Era um sentimento diferente de quinze dias antes. Quando terminei de escrever a carta para os filhos do capitão, ele tinha me elogiado:

— Não mudaria uma palavra.

Achei bonita a sua frase. Ele também parecia estar pronto para o recomeço. Aquilo me emocionava. Podemos elaborar o passado?

Não sinto raiva. Quero saber. Dialogar. Estou errado em querer este encontro? Volto a pensar que também é muito difícil para aqueles filhos. Tenho a noção clara disso. E me arrependo de tudo

por um instante, enquanto ouço agora uma música cristã de Laura Souguellis.

Seguro estou nos braços
Daquele que nunca me deixou
Seu amor perfeito sempre esteve
Repousando em mim

E se eu passar pelo vale
Acharei conforto em Teu amor
Pois eu sei que és Aquele
Que me guarda, me guardas

Em Teus braços é meu descanso
Em Teus braços é meu descanso
[...]

Lembro o meu mais forte vale, a asma, e uma pergunta que fiz a Deus anos antes. No nosso diálogo, eu perguntava e Ele respondia.

— Por que você não deixou o ar entrar nos meus pulmões durante todos aqueles anos, quando fui uma criança e um adolescente doente?

— Meu filho, o pouco ar que entrava era Eu que colocava.

Foi uma virada de paradigma para mim. Uma outra visão de Deus. Mudou o meu entendimento. Uma dor profunda transformada em bênção. Desejo isso para os dois lados desta nossa história.

Onze e cinquenta. É tarde. No banco eu estou sozinho. Sem diálogo. Não consigo escrever uma mensagem para meu pai com a notícia que não queria lhe dar. Os filhos do capitão não foram? Penso na conversa que tivemos quando eu tinha apenas doze anos. Eu e ele, vinte e seis anos mais jovens. Aquela solene, quando soube da prisão, o seu lado da história.

“Perseguição.”

“Prisão.”

“Porão.”

Peço mais uma vez ajuda. Silêncio. Karl Marx, o mesmo que inspirou meus pais a entrar no PCDob, dizia que a religião é o ópio do povo, mas eu acredito em Deus, enquanto ainda olho, desta vez para o céu.

É. Não há milagre neste dia. Falhei, Marcelo e Míriam. Penso em pedir desculpas a eles e a seus companheiros. A toda uma geração. Não tenho as respostas que buscava em nome dos pais.

O relógio marca meio-dia e o frio começa a perder força para o calor. Sei, enfim, que não é atraso. Ou confusão para chegar a este bonito lugar. Já se passaram duas horas.

Fecho os olhos e, na minha imaginação, vejo alguém. Ele se senta a meu lado para um diálogo e diz:

— Matheus? Eu sou Guilherme.

OLHAR DO TEMPO

Olhei para o mar aquele dia e não vi
(mas queria ter visto)
seu olhar compassivo atravessando o tempo
e me acolhendo.
Errei. Talvez demasiado.
Mas seu olhar, através da vida não nascida,
do tempo ainda por existir,
me diria que eu acertara
ao errar tão perigosamente.
Lancei sobre o mar da pequena praia um olhar desolado
como quem joga uma garrafa ao oceano.
Ela atravessou com meu recado
o cruzamento dos tempos
e chegou às suas mãos.
Quando nem eu mais entendia meus atos
seu olhar traz de volta o meu retrato em preto e branco.
Eu, perdida e angustiada,
cabelos em desalinho,
queria apenas dizer que faria meu caminho à minha maneira.
A praia era uma pequena abertura,
uma janela estreita para espreitar o mundo.
Ah, o mundo...
ele era vasto e verde,
era trágico e belo
como uma paisagem perfeita depois do despenhadeiro.
Eu quis andar sobre as águas
e assim me afastar do que me aprisionava.
Perdi todo o peso que tinha para ficar leve como pluma
e o mar me levar.
Querida boiar, obediente às ondulações das águas,

até um ponto onde houvesse de novo terra firme.
Mesmo assim, fiquei estática,
com os pés afundando na areia,
prisioneira daquele ponto fixo
onde fui condenada a ficar.
Se ao menos eu tivesse visto o seu olhar compassivo
atravessando o oceano e o calendário
eu, em paz, esperaria
o dia depois daquele dia.

POESIA DE MÍRIAM A MATHEUS, ESCRITA EM JUNHO DE 2016,
APÓS LER OS ORIGINAIS DESTES LIVROS.



NÃO AGRADECIMENTO

Ao Exército, deixo aqui meu registro de não agradecimento por suas negativas, formais e informais, a meu pedido de entrada nos estabelecimentos militares em que meus pais estiveram presos, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. Além do pedido, foram impetrados três recursos, via Lei de Acesso à Informação, com o intuito de viabilizar a minha entrada no 38º Batalhão de Infantaria, em Vila Velha. Todos foram negados.

Na avaliação da Força Militar, as solicitações, feitas à Assessoria de Comunicação ou através da lei, não estavam no escopo da legislação. O Exército disse que os pleitos se basearam em um conceito amplo de informação e argumentou que salas, objetos, quadros e fachadas do aquartelamento — relacionados, nesse caso, à tortura de meus pais — não se encaixam nas prerrogativas da lei. Essa visão foi compartilhada pela Controladoria-Geral da União, em última instância. O Exército defendeu até uma tese estranha: a de que minha visita não ajudaria meus pais a “reconstruir a memória” do período em que estiveram presos e foram torturados no 38º Batalhão de Infantaria.

Uma das maiores preocupações do Exército foi com a possibilidade de registro de imagens no interior do quartel, na Região Metropolitana de Vitória. Alegou que o pedido não poderia ser atendido por se tratar de área militar, “onde se desenrolam atividades bélicas, incluindo, neste contexto, a localização de paióis e reservas de armamentos”. Para o Exército, a minha entrada, acompanhada de uma equipe, poderia levar informações para o crime organizado sobre a localidade de armamentos.

Como dito neste livro, o curioso é que o mesmo Exército aluga o local para cerimônias de casamento e formatura, com vasto material documentado, inclusive em vídeo, além de, no caso do 38º Batalhão

de Infantaria, o espaço servir de hotel de trânsito para os militares e seus familiares. Na minha visão, isso põe por terra o argumento.

Pedi ainda ao comando do Exército autorização para entrar no 57º Batalhão de Infantaria Motorizada, ou Regimento Escola de Infantaria (REI), localizado na Vila Militar, em Deodoro, no Rio, onde meu pai viveu meses em condições desumanas, numa solitária. De novo, não consegui acesso.

Reitero o meu não agradecimento ao Exército também por ter negado informações, mesmo mais de quarenta anos depois, que poderiam me ajudar a obter novos dados e documentações sobre os militares envolvidos nas violações de direitos humanos contra os militantes do Espírito Santo contrários à ditadura militar. Entre elas, o Boletim Interno do quartel no Espírito Santo, onde possivelmente se encontra o registro dos nomes dos militares que entraram no 38º Batalhão de Infantaria no fim de dezembro de 1972 e executaram as violações de direitos humanos no estabelecimento militar, construído para proteger a sociedade brasileira.

Sobre se o Boletim Interno relacionou a entrada do ex-sargento Antônio Waneir Pinheiro de Lima, o *Camarão*, o Exército alegou, por exemplo, tratar-se de um documento com informações pessoais e de caráter particular para negar o pedido via Lei de Acesso. Fez o mesmo em relação a dois outros militares. É importante lembrar que o artigo 21 da Lei de Acesso aponta: "As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso." Uma negativa que afronta a própria lei do estado democrático.

AGRADECIMENTOS

Nunca duvido do poder de um encontro para um café.

Num final de tarde de 2014, após anos de pesquisa, revelei ao jornalista Felipe Seligman, em um café, minha decisão de ir atrás do delator de meus pais aos militares. Desde o primeiro instante, Felipe tornou-se um entusiasta e grande apoiador da minha busca. Sua participação no projeto, que primeiro virou reportagem no site Brio (<<https://medium.com/brio-stories>>) e depois este livro, foi muito importante. A ele devo gratidão não só pela ajuda incondicional, mas também por uma amizade que soma décadas. A reportagem no Brio recebeu, em dezembro de 2016, a seguinte menção dos jurados do Premio Latinoamericano de Periodismo de Investigación: “Uma reportagem que mostra valores narrativos excepcionais, grande conteúdo humano e significado histórico.”

Incentivo também não deixou de vir dos jornalistas Fernando Mello e Breno Costa, que, assim como Felipe Seligman, tornaram-se companheiros nessa longa travessia. Aos três, agradeço por terem me apresentado a Eduardo Gomes, que me acompanhou em toda essa jornada e tornou-se essencial. Seligman e Mello ainda me apresentaram ao documentarista Gustavo Mello, importantíssimo no trabalho de pesquisa, especialmente no que diz respeito às Forças Armadas. Agradeço a todos.

O comportamento do Superior Tribunal Militar é bem diferente da atitude do Exército. A abertura pela Corte dos documentos, tantos anos depois do ocorrido, foi fundamental para que eu encontrasse respostas na procura por informações sobre os militantes e sobre alguns agentes das Forças Armadas. O assessor de imprensa da instituição, Dinomar Miranda dos Santos, representou a ponte que proporcionou esse resultado.

Não posso deixar de agradecer à jornalista Carla Lepesteur, incansável ao longo da pesquisa e da produção do livro, e ao

também jornalista Dante Accioly, cujo envolvimento no projeto me deu imensa alegria, além de garantir qualidade às suas páginas. A amizade de Dante, de muitos anos, além de sua leitura profissional deste livro, me trouxe paz em relação ao caminho a seguir. No final da minha pesquisa, ele me indicou o documentário *Pecados de mi padre*, sobre a busca empreendida pelo filho de Pablo Escobar, rastreio que me ajudou a elaborar sentimentos.

O talento da escritora Débora Thomé foi decisivo para a escolha do título, *Em nome dos pais*. Foi dela a ideia, quando nos sentamos, também em um café, para discutir o trabalho realizado na obra. A jornalista Cláudia Fernandes acredita em tudo que faço e esteve a meu lado nesse projeto. O jornalista Ricardo Villela também foi grande incentivador.

Não posso deixar de agradecer o conforto espiritual e os conselhos dos amigos Carlos Vicente, Marina Silva, Mario Saraiva e Sérgio Lima, este último responsável pelas fotos aqui publicadas. O mesmo conforto recebi do querido amigo e pastor Gustavo Paiva, que me ajudou na estruturação da obra, e de toda a sua família, em particular, Maria Celia, Ademar e Alessandro. A terapeuta Raquel Rocha está na lista das pessoas que me deram suporte emocional para enfrentar os desafios. Também sou grato a André e Sheila Manzoni. As palavras de cada um de vocês me tocaram.

Mais um café marcou a trajetória desse projeto. Nele, recebi da editora Livia de Almeida conselhos úteis para dar continuidade ao trabalho. E imensa receptividade senti em poder tocar o projeto na Intrínseca, comandada pelo competente Jorge Oakim. Agradeço a toda a equipe da editora, em especial a Kathia Ferreira, companheira de tantas horas na revisão que lapidou o livro, a Rosana Caiado, por seu fundamental encorajamento, a Rosana Silveira, atenta aos mínimos detalhes, e a Renata Rodriguez e a Claudia Warrak, pelo cuidado com o projeto gráfico.

O meu padrasto, Sérgio Abranches, foi o primeiro a me dizer que essa procura deveria se tornar um livro. Insistiu que eu deveria publicá-lo, mesmo quando duvidei. Dele, recebi anos de ensinamentos, como o que se oferece a um filho. A agente literária

Luciana Villas-Boas sempre demonstrou um entusiasmo enorme pelo projeto, o que, para mim, teve grau elevado de importância.

A meus pais, Marcelo e Míriam, agradeço o amor incondicional, a cumplicidade e a amizade. Vocês me inspiram há muitos anos, como revela o *Em nome dos pais*, e continuam a me fazer sonhar. Obrigado por abrirem as portas do mundo e me ensinarem os passos do caminho.

Não posso deixar de agradecer a meus irmãos, Vladimir Netto, Rodrigo Abranches e João Pedro Netto, a quase uma centena de primos, entre eles Davi Kruger, Tiago Leitão, Juliana Mello e André Netto, e a duas dezenas de amados tios e tias, como Ricardo Leitão, que me ensinou o sentido da palavra "aventura", Jeanete Leitão, por seu aconchego nos meus primeiros anos, e Wilma Leitão Kruger, pelo apoio a vida toda. Agradeço, na verdade, a todos os tios citados neste livro, incluindo os que registro agora: Ulisses, Lysias e Alexandre Leitão. Cada um é importante para mim. Deixo um beijo especial também para as minhas três sobrinhas.

Aos amigos, que não conseguirei citar nominalmente, assim como às muitas fontes que pediram sigilo de seus nomes, mas tiveram a coragem de quebrar o silêncio que impera entre os militares até hoje, muito obrigado. O essencial é que vocês sabem e eu sei quem são.

Também agradeço a cada um dos ex-militantes de Vitória, que me receberam com carinho e atenção e tiraram minhas dúvidas, sempre que necessário. Gostaria de ressaltar o papel de Beth Madeira, por guardar e me entregar cópias das cartas de meu pai enviadas da prisão.

Minha amada esposa, Flávia, com quem me casei em 2007, é peça-chave do projeto. Tenho certeza de que a minha jornada é a sua, e vice-versa. Não tenho palavras para agradecer as horas de dedicação derramadas neste livro. Seus conselhos chegam sempre na hora certa. Agradeço a meus cunhados e a toda a sua família, sobretudo a meus sogros, Neilce e Sérgio, e a Nilton Corrêa.

A meus filhos, Mariana e Daniel, reafirmo o que disse na Apresentação. Escrevo para que vocês não se esqueçam da luta de seus avós. Percorri essa trajetória pensando em vocês e deixo aqui

um conselho público: busquem sempre a felicidade. Meu amor por vocês é exatamente como digo na hora de colocá-los para dormir, maior que as estrelas do céu.

Por último, agradeço Àquele que simplesmente me amou.

CRÉDITOS DE OBRAS CITADAS

EPÍGRAFE

MORAES, VINICIUS DE. "A MORTE DE MADRUGADA".
IN: *ANTOLOGIA POÉTICA*. RIO DE JANEIRO: EDITORA A NOITE, 1954.

CANÇÕES

BELCHIOR. "COMO NOSSOS PAIS". IN: *ALUCINAÇÃO*.
POLYGRAM, 1975.

BLANC, ALDIR; BOSCO, JOÃO. "O BÊBADO E A EQUILIBRISTA".
IN: *ESSA MULHER*. WARNER MUSIC, 1979.

BUARQUE, CHICO. "MANINHA". IN: *MIÚCHA E ANTONIO CARLOS JOBIM*.
BMG BRASIL, 1977.

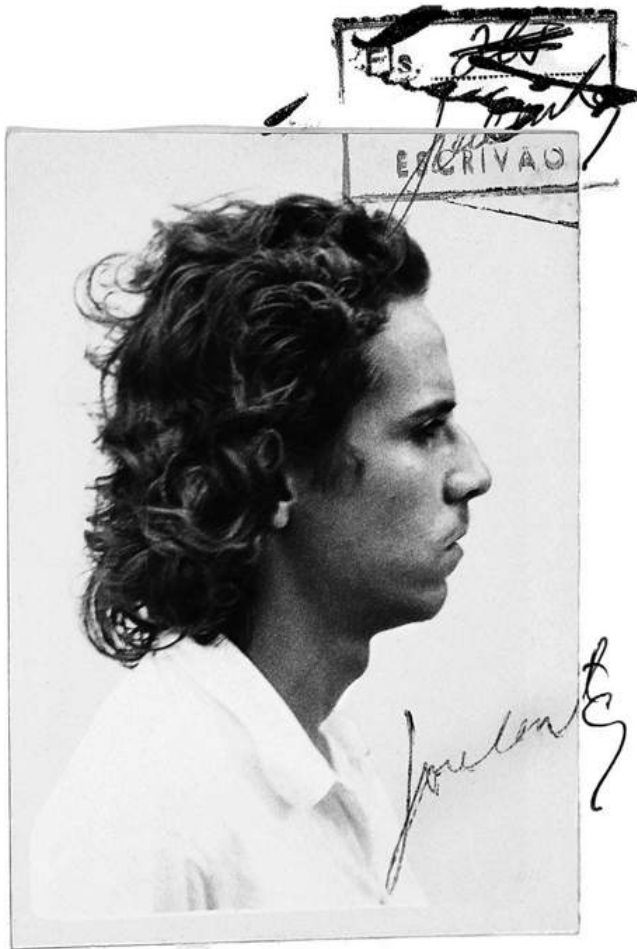
COLDPLAY. "THE SCIENTIST". IN: *A RUSH OF BLOOD TO THE HEAD*.
PARLOPHONE RECORDS, 2002.

MACALÉ, JARDS; SALOMÃO, WALY. "VAPOR BARATO".
IN: *FA-TAL-GAL A TODO VAPOR*. PHILIPS, 1971.

RUSSO, RENATO. "ÍNDIOS". IN: *DOIS*. ABRIL, 1986.

SOUQUELLIS, LAURA. "EM TEUS BRAÇOS". IN: *FORNALHA DUNAMIS*.
DUNAMIS MUSIC, 2015.

VELOSO, CAETANO. "ALEGRIA, ALEGRIA". IN: *CAETANO VELOSO*.
PHILIPS, 1967.



COPYRIGHT © 2017 BY MATHEUS LEITÃO

PREPARAÇÃO
KATHIA FERREIRA

REVISÃO
EDUARDO CARNEIRO
TAMARA SENDER

CAPA E PROJETO GRÁFICO
CLAUDIA WARRAK

TRATAMENTO DE IMAGENS
Ô DE CASA

FOTOGRAFIA DO AUTOR E DOS DOCUMENTOS
SÉRGIO LIMA/SLIM

GERAÇÃO DE E-BOOK
INTRÍNSECA

REVISÃO DE E-BOOK
MANUELA BRANDÃO

E-ISBN
978-85-510-0160-8

EDIÇÃO DIGITAL: 2017

1ª EDIÇÃO

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À
EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 99, 3º ANDAR

22451-041 – GÁVEA

RIO DE JANEIRO – RJ

TEL./FAX: (21) 3206-7400

WWW.INTRINSECA.COM.BR

CRÉDITOS DAS IMAGENS

TODAS AS IMAGENS FORAM RETIRADAS DA APELAÇÃO Nº 40.640, CONTEÚDO FRANQUEADO A QUALQUER CIDADÃO PELO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR NOS TERMOS DO EDITAL Nº 2, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, EDIÇÃO Nº 176, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016, SEÇÃO 3, P. 127, EM CUMPRIMENTO AO ART. 5º, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ART. 31, §§ 3º E 4º, DA LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. **A)** (DA ESQUERDA PARA A DIREITA): 1. ANGELA MILANEZ CAETANO; 2. SEBASTIÃO LIMA NASCIMENTO; 3. ADRIANO SISTERNAS; 4. ANTONIO CARLOS DE CAMPOS; 5. JOSÉ ANTONIO LANI; 6. JOSÉ WILLIAM SARANDY; 7. MARIA AUXILIADORA PEREIRA GAMA; 8. ANTONIO WALTER MORESCHI; 9. DINES BROZEGHINI BRAGA; 10. JOSÉ FELICIO LIMA; 11. ELIZABETH SANTOS MADEIRA; 12. VITOR BUAIZ; 13. GUILHERME LARA LEITE; 14. MARIA GILMA ERLACHER; 15. HERMINIO ANGELO NATALI; 16. JORGE LUIZ DE SOUZA; 17. MARIA MAGDALENA FRECHIANI; 18. JOAQUIM PATRICIO FILHO; 19. MARCUS LIRA BRANDÃO; 20. LUIZ CARLOS GARCIA GENELHU; 21. FOEDES DOS SANTOS; 22. GUSTAVO PEREIRA DO VALE NETO; 23. ODILIO DO NASCIMENTO; 24. OLNEI CAMPANHA ROZEIRA; 25. LUZIMAR NOGUEIRA DIAS. COM EXCEÇÃO: **B)** FOLHAPRESS; **C)** AGÊNCIA O GLOBO; **D)** JORNAL DO BRASIL/ 30 DE MAIO DE 1973, P.11/ CPDOC JB.

SOBRE O AUTOR



Sérgio Lima / SLIM

MATHEUS LEITÃO NETTO nasceu em Brasília, em 1977. Especializou-se em jornalismo investigativo e recebeu os mais importantes prêmios da área, como o Barbosa Lima Sobrinho, o Esso, o de Excelência Jornalística da Sociedade Interamericana de Imprensa e menção honrosa no Vladimir Herzog. Trabalhou nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S.Paulo*, na revista *Época* e no portal iG, além de ter sido *Visiting Scholar* na Universidade de Berkeley, na Califórnia. Atualmente edita o Blog do Matheus Leitão, sobre política e polícia, no portal G1. *Em nome dos pais* é seu primeiro livro.